Sumário

INTRODUÇÃO

Bernardo Sorj
Fernando Henrique Cardoso
Maurício A. Font

Não é frequente que estudos e análises da mudança social na América Latina convirjam em torno de problemáticas comuns a essas sociedades. Todavia, é bem menos corrente que disso resultem ou nisso se inspirem comparações sistemáticas sobre o conjunto dessas sociedades. Um dos grandes temas promissores, nesse sentido, é o do papel do setor exportador.[1] As já clássicas formulações cepalianas sobre a dependência elaboraram seus estudos em relação a macroprocessos de mudança, especialmente à industrialização. Nessa transição, fatores políticos e institucionais constituiriam mediações críticas. Recentes abordagens, que especificam o papel de processos de micro-organização social do setor exportador, trazem elementos novos, os quais prometem uma melhor compreensão da transição a uma ou outra via de desenvolvimento. Com base nos mesmos, é inteiramente procedente tentar um novo esforço coletivo de acoplamento e sistematização dos resultados.

A importância do tema vai muito além da interpretação retrospectiva. Trata-se de entender melhor a interação de fatores básicos em relação a ciclos de transformação observados na *atual* sociedade latino-americana. Durante muito tempo, em particular quando a "substituição de importações" se projetava como o único caminho de desenvolvimento na América Latina, chegou-se a afirmar que o setor exportador ocuparia uma posição cada vez menos importante. Seu próprio auge e consolidação colocariam bases e impulsos para a transição à industrialização autossustentada. A isso, terminaria por se ajustar um jogo político adequado à natureza dos interesses incorporados à sua amplitude e dinâmica. Em vez disso, os agentes ativos na dinâmica política de certas sociedades que alcançaram um alto nível de desenvolvimento "para fora" — como, por exemplo, Cuba, a

[1] Convém esclarecer, desde o início, que o termo "setor exportador" é utilizado aqui com dois significados. Dependendo do contexto, ele significa ou o referente empírico da clássica discussão sobre economias primário-exportadoras de um só produto, ou uma acepção mais ampla, que equivaleria a "setor externo". Em ambos os casos, convém recordar o consenso sobre o "setor exportador" como expressão da integração das economias periféricas na economia mundial.

partir das primeiras décadas do século XX, e partes da América Central, mais recentemente — não confluíram para esse tipo de transição; em seu lugar, desencadearam-se o impasse político, agudos conflitos e formas pré-burocráticas de autoritarismo. Mais ainda: mesmo naqueles países onde se completou a substituição de importações, não se colocaram as bases para que a expansão de um jogo político democrático assegurasse o desenvolvimento a médio e longo prazo. Foi precisamente nos países em que o desenvolvimento "para dentro" parecia mais firme e institucionalizado — como o Cone Sul e o Brasil, mais recentemente — onde se tomaram mais agudas as inflexões no sentido de um novo autoritarismo militarizado e se revitalizaram políticas neoexportadoras.

É essa inesperada presença do setor exportador em episódios críticos da atual mudança social latino-americana o principal móvel que nos leva a propor aqui uma nova tentativa no sentido de avaliar e aprofundar o conhecimento dessa mudança com base na política do setor exportador: de seus interesses e atores, padrões de mobilização e ação coletiva, clivagens, formação de alianças e mecanismos institucionais para os quais se orientam.

A principal preocupação analítica que orienta os trabalhos aqui apresentados consiste em vincular o conjunto de atuações políticas dos principais grupos ligados ao setor exportador, relacionando-o, por um lado, com o processo formador de políticas, e, por outro, com o grau de continuidade entre os processos de organização social do setor exportador e os da sociedade em geral, particularmente nos momentos de mudança social. Colocado nessa dupla significação — com relação à formação de certas políticas e estruturas de dominação (sustentando um determinado processo de desenvolvimento nacional) e à consolidação de modalidades de produção específicas —, a análise do comportamento político das classes ligadas ao setor exportador precisa discernir e explicar uniformidades e variações que se produzem entre setores exportadores e momentos históricos. Para isso, seria necessário, precisamente, uma estratégia de análise suficientemente "micro", capaz de detectar em princípio a diferenciação de grupos e elementos dentro do próprio setor exportador, distribuídos espacial e funcionalmente — diferentes tipos de produtores, comerciantes, banqueiros, políticos vinculados ao setor exportador —, e sua expressão no jogo macropolítico.

É evidente que o problema identificado desdobra-se potencialmente num programa de investigações tão elaborado que transcenderia os recursos de qualquer projeto específico. Tratar-se-ia de estudar, com profundidade microanalítica, várias fases e transições em países diversos, alguns dos quais se distanciam do modelo de um setor primário homogêneo. Mais ainda: além de detectar essas variações em nível micro na organização e na ação das principais classes ligadas ao setor exportador, seria preciso estabelecer prováveis causas e consequências das mesmas no contexto de processos e abordagens histórico-estruturais globais.

Pareceu-nos oportuno, por conseguinte, propor a convocação de um seminário-simpósio, que retomou a problemática da articulação entre setor exportador e desenvolvimento sociopolítico, a fim de realizar um balanço em função da abordagem analítica mencionada, de estimular e destacar investigações em curso que representam exemplos promissores, bem como de definir novos rumos a serem seguidos.

Esse seminário, realizado no CEBRAP em março de 1982, com a participação de cientistas sociais da América Latina, Estados Unidos e Europa, deu lugar à apresentação de trabalhos cujas versões definitivas foram reunidas neste livro.

O livro se divide em duas seções. Elas tratam, respectivamente, das perspectivas teóricas e metodológicas e de estudos de caso sobre a consolidação sociopolítica do setor exportador. Na primeira seção, são comparadas e avaliadas várias perspectivas e abordagens da projeção sociopolítica do setor exportador, e, em particular, há a tentativa de sistematizar conhecimentos teóricos existentes, de identificar problemas conceituais e metodológicos interessantes e de apresentar hipóteses novas. Na segunda seção, os trabalhos analisam a consolidação do setor exportador, a composição e ação coletiva por parte dos produtores, e os processos políticos que condicionam a continuidade do processo de desenvolvimento.

Finalmente, desejamos agradecer a Danielle Ardaillon pelo empenho e competente apoio prestado na organização do seminário; e ao CNPq e às Fundações Ford e Fullbright, pelo apoio à realização do seminário. À Fundação Ford, nosso reconhecimento pelo auxílio na publicação deste livro.

Primeira parte
Teoria e conceitos

REPENSANDO DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA[1]

Fernando Henrique Cardoso
Enzo Faletto

Dependência e Desenvolvimento na América Latina foi escrito em Santiago, Chile, entre 1965 e princípios de 1967. Naquela época, trabalhávamos no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social, uma organização das Nações Unidas oriunda da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Nosso propósito era especificamente mostrar *como* os desenvolvimentos sociais, políticos e econômicos se relacionam na América Latina.

Vários estudos sobre dependência, feitos por "latino-americanos, influenciaram a comunidade acadêmica e mesmo auditórios mais amplos. Há numerosas discussões nos Estados Unidos sobre as contribuições e os pontos fracos do que veio a ser chamado "teoria da dependência". Também na Europa, esses estudos foram submetidos à discussão, talvez com menos entusiasmo. Economistas africanos, influenciados por análises marxistas, e até certo ponto pelo pensamento latino-americano sobre a dependência, também propuseram modelos para a interpretação do desenvolvimento africano e asiático. Ao rever a vasta bibliografia sobre o tema, dez anos depois da versão esboçada no nosso livro, parece oportuno esclarecer como consideramos a dependência um problema teórico e prático. Neste ensaio, damos ênfase especial à metodologia usada no livro.

Fora da América Latina, a comunidade acadêmica nos Estados Unidos elaborou modelos científicos explicativos das diferentes dimensões socioculturais da sociedade. Encontram-se exemplos nos paradigmas estrutural-funcionalistas propostos por Merton ou Parsons, nas teorias do comportamento político (como a análise sistêmica de Easton e os esforços

[1] Prefácio à edição americana de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, publicada pela University of California Press em 1978, nove anos depois da primeira edição da obra em espanhol. Este artigo foi traduzido por Denise Botman.

de Laswell em caracterizar as dimensões do poder e da influência), e mesmo em várias teorias da modernização e do desenvolvimento político. A influência desses modelos começou a crescer nos anos 50, e obteve "respeitabilidade científica" nos anos 60. Esses paradigmas inspiraram várias teorias sobre os processos de desenvolvimento latino-americano.

Ao mesmo tempo, economistas da CEPAL[2] propunham uma visão crítica do desenvolvimento. Criticavam os economistas conservadores que acreditavam que a atual divisão de trabalho no mercado mundial era inevitável, devido às "vantagens comparativas" em que ela se baseava: alguns países seriam mais bem-dotados para produzir matérias-primas, enquanto que outros teriam vantagens em produzir bens industriais. Apesar de sua natureza crítica, as teorias e críticas econômicas da CEPAL não se baseavam numa análise do processo social, não chamavam a atenção para as relações imperialistas entre os países e não levavam em conta as relações assimétricas entre classes.

Por conseguinte, uma contracrítica que se referia à estreiteza da abordagem da CEPAL também se difundiu pela América Latina. Ela surgiu, às vezes implicitamente, no interior da própria CEPAL, em estudos que tratavam da concentração de lucros derivados do progresso tecnológico, bem como em ensaios sobre as condições sociais de desenvolvimento, de Medina Echeverría. Está implícita também no trabalho de intelectuais nas universidades e nos movimentos políticos (em São Paulo, México, Buenos Aires, Caracas), que enfatizavam as desigualdades na riqueza e nas oportunidades, inerentes a um desenvolvimento derivado da expansão capitalista e do fortalecimento do imperialismo.

Nosso ensaio pertence à herança latino-americana mais radicalmente crítica. Tentamos restabelecer a tradição intelectual baseada numa ciência social compreensiva. Buscamos uma compreensão global e dinâmica das estruturas sociais, ao invés de olhar apenas para dimensões específicas do processo social. Opomo-nos à tradição acadêmica que concebia a dominação e as relações socioculturais como "dimensões", analiticamente independentes entre si, e em conjunto independentes da economia, como se

[2] A Comissão Econômica para a América Latina, ou CEPAL, como é conhecida nos países latino-americanos, é uma organização das Nações Unidas. A equipe econômica da CEPAL propôs um paradigma para as análises de desenvolvimento que se tornou a teoria mais influente nas ciências sociais latino-americanas desde o começo dos anos 50.

cada uma delas correspondesse a esferas separadas da realidade. Neste sentido, acentuamos a natureza sociopolítica das relações econômicas de produção, seguindo portanto a tradição do século XIX de tratar a economia como economia política. Essa abordagem metodológica, que encontrou sua mais alta expressão em Marx, reconhece que a hierarquia existente na sociedade é o resultado de formas estabelecidas de organização da produção da vida material e espiritual. Essa hierarquia serve também para assegurar a apropriação desigual da natureza e dos produtos do trabalho humano, por classes e grupos sociais. Assim, tentamos analisar a dominação em sua conexão com a expansão econômica.

Há uma diferença de natureza metodológica entre a abordagem por nós adotada em *Dependência e Desenvolvimento* e as outras acima mencionadas. Usamos uma abordagem dialética para estudar a sociedade, suas estruturas e processos de transformação. Será útil para o leitor se explicarmos detalhadamente alguns elementos básicos dessa abordagem metodológica.

Dialética e análise de estruturas e processos

Uma asserção básica é a de que a análise da vida social só é profícua se parte do pressuposto de que existem estruturas globais relativamente estáveis. Essas estruturas, porém, podem ser concebidas e analisadas de várias maneiras.

É necessário para nós reconhecer desde o começo que as estruturas sociais são o produto do comportamento coletivo dos homens. Portanto, apesar de duradouras, as estruturas sociais podem ser, e de fato são, continuamente transformadas por movimentos sociais. Logo, nossa abordagem é tanto estrutural como histórica: ela enfatiza não só o condicionamento estrutural da vida social, mas também a transformação histórica das estruturas pelos conflitos, movimentos sociais e lutas de classe. Nossa metodologia é, pois, histórico-estrutural.

Este ponto merece maior atenção. A ênfase no aspecto estrutural pode dar a impressão de que as situações de dependência são estáveis e permanentes. Essa impressão, provocada por análises falhas, também pode sugerir que as situações de dependência estão contínua e necessariamente gerando maior subdesenvolvimento e dependência.

É evidente que nossa abordagem assume e demonstra que, no tipo de sociedade para a qual este modo de análise é útil, as estruturas não estão baseadas em relações de igualdade, tampouco em padrões de colaboração da organização social. Pelo contrário, estão fundadas em assimetrias sociais e em tipos de exploração da organização social. Além disso, assume-se que uma compreensão das fortes desigualdades que caracterizam essas estruturas sociais, assim como uma explicação dos processos de exploração através dos quais se mantêm tais estruturas, requerem a análise do sistema de produção e das instituições de apropriação, ou seja, a base socioeconômica da sociedade. Finalmente, na abordagem por nós proposta atribuiu-se um papel central à análise dos mecanismos e processos de dominação, através dos quais se mantêm as estruturas existentes.

Mas o uso dessa abordagem para destacar apenas os mecanismos estruturais de autoperpetuação implica negligenciar os resultados contraditórios do próprio processo de desenvolvimento, como as possibilidades de negação da ordem existente, também inerentes aos processos sociais. E útil, então, lembrar que as formas de dependência podem mudar, e identificar as possibilidades estruturais de mudança, apontando com precisão as alternativas à dependência existentes num dado momento histórico.

Em outras palavras, nossa abordagem deveria trazer ao primeiro plano ambos os aspectos das estruturas sociais: os mecanismos de autoperpetuação e as possibilidades de mudança. As estruturas sociais impõem limites aos processos sociais e reiteram formas estabelecidas de comportamento. Contudo, geram também contradições e tensões sociais, abrindo possibilidades para movimentos sociais e ideologias de transformação. As análises não só devem explicitar as restrições estruturais que reforçam os aspectos reiterativos da reprodução da sociedade, mas também delinear as oportunidades de mudança, enraizadas no próprio interesse social e nas ideologias criadas pelo desenvolvimento de uma determinada estrutura. Neste processo, os grupos e classes sociais subordinadas, assim como os países dominados, tentam contra-atacar os interesses dominantes que sustentam as estruturas de dominação.

Não é irrelevante para tais esforços prestar atenção às ideologias e à capacidade intelectual de avaliação das possibilidades de mudança. Em momentos históricos decisivos, a capacidade política (que inclui

organização, vontade e ideologias) é necessária para reforçar ou transformar uma situação estrutural. A avaliação intelectual de uma situação dada e as ideias acerca do que deve ser feito são cruciais em política. Esta está imersa na obscura área entre interesses sociais e criatividade humana. Neste nível, os riscos, mais que as certezas, traçam os caminhos por onde as forças sociais tentam manter ou transformar as estruturas. Na história, em suma, apesar da "determinação" estrutural, há espaço para alternativas. Sua realização dependerá não só das contradições básicas entre os interesses, mas também do reconhecimento de novos caminhos para atravessar um ponto crítico histórico, com "uma paixão pelo possível".[3]

Seria útil um comentário final acerca das implicações gerais da metodologia usada em nosso livro, no que concerne aos problemas de mensuração. A questão não é medir ou não medir. A questão é antes o que e como medir, e concerne também ao estatuto metodológico da mensuração. Caracterizar a dependência é como caracterizar o "capitalismo", a "escravidão" ou o "colonialismo". Não teria sentido comparar a escravidão no sul dos Estados Unidos com a escravidão nas Antilhas ou no Brasil, a fim apenas de avaliar os "graus de escravidão", entre o mínimo e o máximo. Teria mais sentido comparar a economia escravista com os setores assalariados, ou a escravidão no sistema de *plantation* com a escravidão em moldes domésticos, ou ainda investigar os limites impostos pela escravidão à expansão capitalista nos Estados Unidos, no Brasil ou nas Antilhas.

Do mesmo modo, pouco sentido teria medir "graus de dependência", estabelecendo comparações formais entre situações dependentes. Alguns esforços nessa direção resultaram no isolamento das "dimensões políticas" presentes em situações de dependência, frente aos seus "aspectos econômicos". A própria característica fundamental dos estudos sobre dependência — a ênfase na análise global — desaparece com tal procedimento. Por outro lado, nos estudos realizados muitas vezes se considera cada uma das dimensões da dependência de forma estática, a fim de ajustar as realidades aos requisitos metodológicos da "lógica da investigação científica". Por exemplo: quando capitais estrangeiros começam a promover um desenvolvimento industrial em economias dependentes, ocorre uma certa intensificação dos mercados internos e

[3] Expressão que Albert Hirschman toma emprestado de Kierkegaard. Ver Hirschman, Albert, *A Bias for Rope* (New Haven, Yale University Press, 1971), p. 27.

algumas formas de redistribuição de renda beneficiam os níveis superiores dos setores médios. Em formas prévias de dependência — sem industrialização local baseada em empresas multinacionais —, não existia tal "processo redistributivo". Apesar dessas diferenças e apesar da complexidade das situações emergentes de dependência, alguns estudos onde se experimentavam as "teorias da dependência" reconheciam que *todas* as formas de dependência tinham características comuns. O fundamento lógico por trás de tal metodologia se baseia no possível efeito comum de uma forma geral (portanto, para nós, "abstrata") de dependência que permeia *todos* os tipos de situações. Numa abordagem dialética, uma asserção tão vaga é inaceitável. Os passos metodológicos básicos em uma análise dialética requerem um esforço para especificar cada nova situação, na busca das diferenças e da diversidade, e para relacioná-las às antigas formas de dependência, até mesmo acentuando, quando necessário, seus aspectos e efeitos contraditórios.

Assim, antes da mensuração, é preciso uma elaboração prévia de teorias e categorias adequadas, para dar sentido aos dados. Certamente, deve-se levar em conta a evidência que confirma ou falseia uma análise particular orientada por uma abordagem em termos de dependência, se tiver sido estabelecida em bases teóricas adequadas. Mas os dados devem ser interpretados no contexto histórico-estrutural.

Por fim, o estatuto metodológico da mensuração numa abordagem dialética não desempenha o papel de um instrumento fundamental na lógica da demonstração, como se tratássemos com hipóteses a serem aceites ou rejeitadas apenas depois de estatisticamente testadas. Evidentemente, as informações e demonstrações estatísticas são úteis e necessárias para tornar a análise dialética menos abstrata (portanto, menos geral) e mais concreta (portanto, relacionando entre si conjuntos específicos de relações). Mas as questões cruciais a serem demonstradas são de outra natureza. Antes de tudo, é necessário propor conceitos capazes de explicar tendências de transformação. Isso supõe o reconhecimento de forças opostas a moverem a história. Em segundo lugar, é preciso relacionar essas forças de uma forma global, caracterizando as fontes básicas de sua existência, continuidade e mudança, determinando as formas de dominação e as forças opostas a elas. Assim, sem o conceito de capital, como o resultado da exploração de uma classe pela outra, não é possível explicar o movimento da sociedade

capitalista. Sem assumir (e analisar) as formas de dependência, quando os estudos se referem a países periféricos, não é possível tornar as análises mais concretas. E com a elaboração de conceitos-chave desse tipo que as análises dialéticas explicam o movimento histórico em sua "totalidade". Isso significa que a história se torna inteligível quando as interpretações propõem categorias suficientemente sólidas para esclarecer as relações fundamentais que sustentam e as que se opõem a uma determinada situação estrutural em sua globalidade.

A precisão de uma interpretação histórico-estrutural deve ser testada pelo confronto entre o seu esboço das condições estruturais e tendências de transformação, e o processo sociopolítico efetivo. As realidades estão em jogo tanto na construção da interpretação como na sua validação prática: os dados não são incorporados à análise como se fossem estaticamente existentes; o importante é como eles mudam ao se desenvolver o processo social. Os dados significativos são aqueles que iluminam tendências de transformação e processos imprevistos emergentes na história. Sua "verificação" depende da capacidade dos movimentos sociais em implementar o que se percebe como possibilidade estrutural. Por outro lado, esse processo depende de lutas políticas e sociais reais. Assim, a "demonstração" de uma interpretação segue de muito perto o processo histórico real, e depende até certo ponto de sua própria habilidade em mostrar aos atores sociopolíticos as possíveis soluções para situações contraditórias.

Dependência estrutural

Para nossa análise histórico-estrutural, a questão metodológica central era delinear os momentos de mudança estrutural significativa em países caracterizados por diferentes situações dependentes na América Latina, de preferência a criticar em bases teóricas a abordagem estrutural do desenvolvimento socioeconômico proposta pela CEPAL, os modelos estrutural-funcionalistas dominantes em análises sociológicas, ou a censurar o marxismo vulgar ou a teoria da modernização política.

Nas concepções mecanicistas da história, as economias latino-americanas são vistas como sempre determinadas pelo "sistema capitalista", à medida que se desenvolveu em escala global. Afirma-se que os períodos fundamentais de mudança a nível internacional marcaram os momentos

significativos de transformação das economias latino-americanas. Nessas interpretações, as características gerais do capitalismo substituem as análises concretas das características específicas das sociedades dependentes. O "mercantilismo", a "livre empresa e a livre concorrência", o "capitalismo monopolista" são geralmente moldes a partir dos quais se traçam os pontos de referência históricos dos países periféricos. Obviamente, as sociedades latino-americanas foram construídas como resultado da expansão do capitalismo europeu e americano. Embora menos óbvio, há também características do capitalismo comuns aos países desenvolvidos e aos dependentes. Contudo, excluindo do modelo explicativo as lutas sociais e as relações particulares (econômicas, sociais e políticas) que dão impulso às sociedades dominadas específicas, esses tipos de interpretação simplificam excessivamente a história e conduzem a erros: não oferecem caracterizações precisas das estruturas sociais, nem apreendem o aspecto dinâmico da história realizado pelas lutas sociais nas sociedades dependentes.

Se a interpretação apenas reconhece que o mercantilismo foi um elemento importante na expansão do capitalismo comercial e disso deduz que a América Latina era *capitalista*, o conteúdo do que aconteceu historicamente desaparece na vagueza dessa asserção abstrata. A tarefa importante é explicar *como* a direção econômica capitalista levou à criação de economias "capitalistas" escravas em diversos lugares da América Latina, à exploração de populações indígenas em outros lugares, e a uma economia baseada em assalariamento em alguns lugares, como em regiões do sul do continente. Em cada uma dessas situações, por trás das economias locais estava o capitalismo em sua forma mercantilista. Não eram sociedades "feudais". Mas não basta explicar as diferenças concretas entre, por exemplo, as *plantations* escravistas brasileiras e a economia argentina no século XIX. Ambas eram economias "capitalistas", mas organizadas em torno de diferentes relações de produção: num caso, a escravidão; no outro, relações que se desenvolveram em formas de produção quase capitalistas.

Em *Dependência e Desenvolvimento*, não pretendemos derivar mecanicamente as fases significativas das sociedades dependentes apenas a partir da "lógica da acumulação capitalista". Não vemos a dependência e o imperialismo como os lados externo e interno de uma mesma moeda, com os aspectos internos reduzidos à condição de "epifenômenos". Concebido

dessa forma, o imperialismo se transforma em um princípio ativo metafísico que traça os caminhos da história sobre a pele, sensível mas passiva, dos países dependentes. Não se consideram as formas das sociedades locais, as reações contra o imperialismo, a dinâmica política das sociedades locais e as tentativas alternativas. Esse tipo de análise, embora utilize um vocabulário marxista, é metodologicamente simétrico às interpretações baseadas na "lógica do industrialismo", nos "estágios de modernização" ou mesmo nas fases de "desenvolvimento político", que antevê a transformação como produto de fatores mecânicos.

Concebemos a relação entre forças externas e internas como um todo complexo, cujos elos estruturais não se baseiam em simples formas externas de exploração e coerção, mas estão enraizados em coincidências de interesses das classes dominantes locais e internacionais, e por outro lado são desafiadas por grupos e classes locais dominadas. Em algumas circunstâncias, as redes de interesses coincidentes ou reconciliados podem se expandir a ponto de incluir segmentos da classe média, e até mesmo setores alienados das classes trabalhadoras. Em outras circunstâncias, segmentos das classes dominantes podem buscar uma aliança com as classes médias, trabalhadores e mesmo camponeses, visando sua autoproteção frente à penetração estrangeira contrária a seus interesses. A dominação externa em situação de dependência nacional (oposta a situações puramente coloniais, onde a opressão por agentes externos é mais direta) implica a possibilidade da "interiorização dos interesses externos".

Evidentemente, a penetração imperialista é resultado de forças sociais externas (empresas multinacionais, tecnologia estrangeira, sistemas financeiros internacionais, embaixadas, Estados e exércitos estrangeiros, etc.). O que afirmamos simplesmente significa que o sistema de dominação reaparece como uma força "interna", através das práticas sociais de grupos e classes locais que tentam reforçar interesses estrangeiros, não propriamente porque são estrangeiros, mas porque podem coincidir com os valores e interesses que pretensamente pertencem àqueles grupos.

Nossas análises de situações concretas nos exigem descobrir as formas de exploração social e econômica, a que grau fizeram avançar a industrialização e a acumulação de capital na periferia, como as economias locais se relacionam com o mercado internacional, e assim por diante. E isso como o resultado, não apenas de uma abstrata "lógica de acumulação

do capital", mas também de relações e lutas particulares entre classes e grupos sociais a nível local e internacional. É verdade que esse processo sociopolítico local, assim como a organização econômica local, na medida em que tratamos de sociedades dependentes, supõem e reproduzem as características gerais do capitalismo tal como existe em escala global. Assim, a concentração de capital pelas companhias multinacionais e o monopólio do progresso tecnológico em mãos de empresas situadas no centro do sistema internacional são pontos de referência obrigatórios para nossa análise.

A própria existência de uma "periferia" econômica não pode ser entendida sem referência à direção econômica das economias capitalistas avançadas, que foram responsáveis pela formação de uma periferia capitalista e pela integração de economias não capitalistas tradicionais ao mercado mundial. Mas os processos de expansão do capitalismo na Bolívia e na Venezuela, no México ou no Peru, no Brasil e na Argentina, apesar de terem sido submetidos à mesma dinâmica global do capitalismo internacional, não tiveram a mesma história nem as mesmas consequências. As diferenças radicam-se não só na diversidade de recursos naturais, nem apenas nos diferentes períodos em que essas economias foram incorporadas ao sistema internacional (embora tais fatores tenham desempenhado um certo papel). Sua explicação deve ser buscada também nos diferentes momentos em que setores de classes locais, aliados ou em conflito com interesses estrangeiros, organizaram diferentes formas de Estado, sustentaram ideologias diversas, tentaram implementar várias políticas ou definiram estratégias alternativas para enfrentar os desafios imperialistas em diversos momentos da história.

As interpretações em *Dependência e Desenvolvimento* esforçam-se em caracterizar, de maneira geral, a história dessa diversidade. É claro que há fatores comuns no capitalismo que afetam todas as economias em questão, e são eles que constituem o ponto de partida da análise. Mas é a diversidade na unidade que explica o processo histórico. Se o esforço analítico é bem sucedido, os chavões e reafirmações gerais sobre o papel dos modos de produção capitalistas já podem se converter num conhecimento vivo dos processos reais. É necessário elaborar conceitos e explicações capazes de mostrar como as tendências gerais da expansão capitalista tornam-se relações concretas entre homens, classes e Estado na

periferia. É este o movimento metodológico que constitui a chamada passagem de um estilo "abstrato" de análise para uma forma "concreta" de conhecimento histórico. Nesse sentido, a história da acumulação capitalista é a história das lutas de classe, dos movimentos políticos, da afirmação das ideologias e do estabelecimento de formas de dominação e reação contra elas.

Assim, a análise da dependência estrutural visa a explicar as inter-relações de classes e Estados-nação a nível do cenário internacional, assim como a nível interno de cada país. A análise dialética desse processo complexo inclui a formulação de conceitos vinculada ao esforço de explicar como os processos internos e externos de dominação política se relacionam entre si. Não se pode pensar que as considerações sobre os fatores externos ou a dominação estrangeira são suficientes para explicar a dinâmica das sociedades. A questão real está nas inter-relações entre ambos os níveis. A ênfase deve ser dada não só às compatibilidades, mas também às contradições entre esses dois níveis.

Situações básicas de dependência

Descrevemos duas situações de dependência predominantes antes do atual sistema do capitalismo internacional, baseado no dinamismo das corporações internacionais: dependência com o sistema produtivo (sob controle nacional) e dependência em situações de enclave. A questão relevante na comparação entre ambas as situações não se restringe a indagar se o poder é exercido pelos empresários locais, ou pelo "enclave" de companhias estrangeiras, nem tampouco quais são as formas de acumulação e circuitos de realização do capital. A questão real é saber qual a *relação* entre essas duas dimensões, e qual sua interação com a acumulação de capital em escala mundial.

Nas economias de enclave, o capital estrangeiro investido *origina-se no exterior*, é incorporado aos processos produtivos locais e transforma algumas parcelas suas em salários e taxas. Seu valor aumenta com a exploração das forças de trabalho locais, que transformam a natureza e produzem bens que *realizam* novamente a vida desse capital, quando as

matérias-primas (óleo, cobre, bananas etc.) são vendidas no *mercado externo*.[4]

Em economias controladas pela burguesia local, o circuito do capital é formalmente oposto. A acumulação é o resultado da apropriação dos recursos naturais pelos empresários locais e da exploração da força de trabalho por esse mesmo grupo local. O ponto de partida para a acumulação de capital é portanto *interno*. O processo de valorização do capital também se efetua no processo produtivo local, mas na medida em que a mercadoria consiste em matérias-primas e produtos alimentícios, o *mercado internacional* é necessário para se realizarem as fases finais do circuito do capital.

O caso das atuais economias dependentes em vias de industrialização[5] controladas por corporações multinacionais dá a impressão de um retorno ao tipo de economia de enclave. Contudo, embora a acumulação inicial usualmente resulte de investimento externo (embora não necessariamente, pois as corporações multinacionais muitas vezes usam fundos locais para o investimento), há uma importante diferença em relação às economias de enclave: uma parte substancial do produto industrial é vendida no *mercado interno*. Uma indústria de automóveis de propriedade estrangeira, situada na Cidade do México ou em São Paulo, vende a maior parte de sua produção em mercados locais. Até agora, as exportações para as economias centrais vêm desempenhando um papel mínimo nas estratégias econômicas das corporações industriais multinacionais estabelecidas na periferia — raramente ultrapassando 3% da produção total.

Assim, as *formas* adotadas pela dependência podem variar consideravelmente. Tal variação na forma se expressa no contexto sociopolítico, através das dimensões e do tipo de classe trabalhadora e de burguesia, das dimensões e tipo de "classe média", do peso das burocracias, do papel das Forças Armadas, das formas de Estado, das ideologias

[4] No caso das economias de enclave, é preciso distinguir entre situações em que empresas estrangeiras assumem o controle de empresas criadas e ampliadas pelos empresários locais (*e.* g., a mineração de cobre no Chile), e situações oriundas de investimentos estrangeiros. Essas duas formas geram consequências diferentes, no que concerne à formação, papel e influência política das classes sociais.

[5] Este último processo, sendo recente, não poderia ter sido analisado por estudos clássicos sobre o capitalismo. Foi previsto por alguns autores no caso da Rússia tzarista. Mas o desenvolvimento russo se deu num contexto econômico completamente diferente.

subjacentes aos movimentos sociais, e assim por diante. Dependência e Desenvolvimento tenta analisar esses movimentos, e os métodos dialéticos, como dissemos, demandam um esforço pela concretude frente às formas abstratas da "expansão do capital". Logo, precisamos analisar a diversidade de classes, frações de classe, grupos, organizações e movimentos políticos e ideológicos que compõem, de modo vivo e dinâmico, a história da expansão capitalista na América Latina. De fato, é através das estruturas sociopolíticas sustentadas e movidas pelas classes e grupos sociais com interesses opostos que o capital se realiza na história, como "forma" econômica com sua "lógica de expansão". A análise histórico-estrutural ilumina as tendências básicas de realização da expansão do capital e os limites com que ela se defronta enquanto processo sociopolítico. Nesse sentido, a compreensão do desenvolvimento capitalista requer análises sobre as classes sociais e o contexto político que impedem ou favorecem a realização de diferentes formas e fases da acumulação de capital.

Teoria da dependência e desenvolvimento capitalista

Do ponto de vista econômico, um sistema é dependente quando a acumulação e a expansão de capital não podem encontrar seu componente dinâmico essencial no interior do sistema. Nas economias capitalistas, o componente central para o movimento de expansão é a capacidade de ampliar a escala de capital. Isso não se realiza sem a criação de novas tecnologias e expansão contínua da produção de "bens de capital", isto é, maquinaria e equipamento, que permitem o crescimento da expansão empresarial e acumulação de capital. Além disso, a expansão de uma economia capitalista requer apoio financeiro através de um sólido sistema bancário. E claro que nem todas as economias capitalistas apresentam tal capacidade. Algumas delas têm de buscar a complementaridade necessária em escala mundial, a fim de continuar sua marcha de crescimento econômico.

Quase todos os sistemas econômicos nacionais contemporâneos estão articulados ao sistema internacional. Há analistas superficiais ou apologetas que, a fim de minimizar os aspectos de exploração da economia internacional, simplesmente afirmam que as economias "modernas" são "interdependentes". Ao sustentar tal banalidade, geralmente esquecem que a questão relevante são as formas assumidas pela "interdependência". Enquanto algumas economias nacionais precisam de matéria-prima produzida

por trabalho não especializado, ou de bens industriais produzidos por trabalho barato, outras precisam importar equipamentos e bens de capital em geral. Enquanto algumas economias se tornam devedoras dos centros mundiais de capital financeiro, outras são credoras. Os banqueiros certamente precisam de clientes, tanto quantos os clientes precisam de banqueiros. Mas a "inter-relação" entre ambos é qualitativamente diversa, devido à posição ocupada por cada parceiro na estrutura da relação. O mesmo vale para a análise das economias "interdependentes" nos mercados mundiais.

O capitalismo é um sistema mundial. Mas algumas partes detêm uma maior parcela de liderança e uma posse quase que exclusiva dos setores cruciais para a produção e acumulação de capital, tais como os setores tecnológicos ou financeiros. Requerem a complementaridade das economias dependentes, mas têm à sua disposição os principais elementos para a expansão do capital em escala cumulativa e ampliada.

As economias periféricas, mesmo quando não mais se restringem à produção de matérias-primas, continuam dependentes de forma muito específica: seus setores de produção de bens de capital não são suficientemente fortes para assegurar o avanço contínuo do sistema, seja em termos financeiros, tecnológicos ou organizativos. Assim, para prosseguir com a expansão econômica, um país dependente tem de entrar no jogo da "interdependência", mas numa posição semelhante à do cliente que procura um banqueiro. Certamente, em geral os clientes desenvolvem estratégias de independência e podem tentar usar produtivamente o dinheiro emprestado. Mas na medida em que existem limites estruturais, o êxito de tais tentativas não é um resultado automático do jogo. Na maioria das vezes, reforçam-se as regras de dominação, e mesmo quando o país dependente se torna menos pobre após o primeiro empréstimo, segue-se ainda um segundo empréstimo. Na maioria dos casos, quando tal economia floresce, suas raízes foram plantadas pelos que detêm as notas promissórias.

A caracterização de formas contemporâneas de desenvolvimento dependente poderia ser a contribuição mais significativa dos "dependentistas" para a teoria das sociedades capitalistas. Se há alguma novidade no nosso livro, ela consiste, ao lado da caracterização de formas passadas de dependência, na tentativa de delinear o que foi chamado de "nova dependênda". Com essa análise, prognosticou-se como uma tendência geral (o capitalismo industrial) cria situações concretas de

dependência com características diferentes das das sociedades capitalistas avançadas. Assim, a industrialização periférica baseia-se em produtos que, no centro, destinam-se ao *consumo de massas*, enquanto que nas sociedades dependentes são típicos do *consumo de luxo*. A industrialização nas economias dependentes eleva a concentração de renda, ao intensificar diferenças agudas na produtividade, sem generalizar essa tendência para o conjunto da economia: enquanto a produção de carros, televisões, geladeiras e bens semelhantes baseia-se em tecnologia moderna, parcelas significativas de produtos alimentares, têxteis e outros bens que constituem o consumo básico de massas ainda provêm de tecnologias e relações de produção mais tradicionais. Os salários de técnicos, gerentes e trabalhadores especializados, embora não diretamente determinados pela produtividade, são incomparavelmente mais altos do que os pagos aos camponeses ou trabalhadores empregados em setores tradicionais. Assim, a industrialização na periferia aumenta a disparidade de renda entre os assalariados, acentuando o que foi denominado na América Latina de "heterogeneidade estrutural".

Tais considerações frisam que as economias capitalistas dependentes não são semelhantes às economias capitalistas centrais. Apesar disso, não endossamos as tentativas feitas no sentido de uma "teoria do capitalismo dependente". Certamente as análises de situações de dependência implicam teorias e requerem o uso de metodologias. Mas — até por definição — parece sem sentido buscar "leis de movimento" específicas para situações que são *dependentes*, isto é, cujas principais características são determinadas pelas fases e tendência de expansão do capitalismo em escala mundial. Houve tentativas de ampliar e dar maior especificidade às leis já estabeleci das, que estão sendo atualizadas por autores interessados nas análises de uma teoria econômica geral do capitalismo. Nossa contribuição, se ela existe, vai nessa direção, sem qualquer pretensão de propor novas teorias derivadas das teorias clássicas. Para evitar mal-entendidos, referimo-nos a "situações de dependência", à "categoria" ou à "teoria" da dependência.

Existe um processo real de desenvolvimento dependente em alguns países latino-americanos. Neste contexto, por desenvolvimento entendemos "desenvolvimento capitalista". Essa forma de desenvolvimento, tanto na periferia como no centro, ao se ampliar ciclicamente, produz riqueza e pobreza, acumulação e diminuição de capital, emprego para alguns e

desemprego para outros. Assim, com a noção de "desenvolvimento" não entendemos a realização de uma sociedade mais igualitária ou mais justa. Não são consequências que advenham do desenvolvimento capitalista, especialmente nas economias periféricas.

Ao apontar a existência de um processo de expansão capitalista na periferia, fazemos uma dupla crítica. Criticamos os que esperam uma estagnação permanente nos países dependentes subdesenvolvidos, derivada de um constante declínio na taxa de lucro ou da "estreiteza dos mercados internos", que supostamente funcionam como obstáculo intransponível para o avanço capitalista. Mas criticamos também aqueles que esperam um desenvolvimento capitalista das economias periféricas, para solucionar problemas tais como a distribuição de propriedades, pleno emprego, melhor distribuição de renda e melhores condições de vida para a população. Mesmo em economias desenvolvidas, esses problemas continuam sem solução, como provam os porto-riquenhos, os negros e os brancos pobres na América do Norte. Seria irrealista (se não apologético) acreditar que a existência de um processo efetivo de desenvolvimento capitalista nas economias periféricas eliminaria problemas e conflitos sociais aí existentes. Desenvolvimento, neste contexto, significa o progresso das forças produtivas, principalmente através da importação de tecnologia, acumulação de capital, penetração de empresas estrangeiras nas economias locais, números crescentes de grupos assalariados e intensificação da divisão social do trabalho. É realista esperar uma alteração na arena onde se desenrolam as lutas, ou o desdobramento de questões que suscitam tais conflitos. Não é realista imaginar que o desenvolvimento capitalista resolverá problemas básicos para a maioria da população. Ao fim, o que deve ser discutido como alternativa não é a consolidação do Estado e a realização plena do "capitalismo autônomo", mas sim a sua superação. A questão relevante, então, é como construir caminhos para o socialismo.

Limitamos nossa análise às formas de dependência nas sociedades capitalistas e, além do mais, a situações onde havia um Estado-nação constituído. Embora existam formas de relações dependentes entre países socialistas, o contexto estrutural que permite sua compreensão é completamente diferente do contexto dos países capitalistas, e exige análises específicas. O mesmo vale também para economias como a hindu — e, em menor grau, a japonesa —, que apresentam padrões históricos de

formação que não podem ser explicados pelo desdobramento da expansão da economia capitalista europeia ou americana, ainda que posteriormente tenham se vinculado ao mercado internacional.

Não pretendemos discutir os tipos coloniais de situações contemporâneas de dependência na América Latina, como é o exemplo mais claro de Porto Rico. É preciso um trabalho intelectual considerável para especificar e tomar inteligíveis, no contexto de uma visão mais geral sobre a dependência, as particularidades das situações coloniais ou quase-coloniais. *Dependência e Desenvolvimento* não tem a pretensão de esgotar e nem mesmo tratar de todas as formas de dependência existentes na América Latina.

DESENVOLVIMENTO POR EFEITOS EM CADEIA: UMA ABORDAGEM GENERALIZADA[1]

Albert O. Hirschman

Introdução: teorizando sobre o desenvolvimento econômico de uma perspectiva histórica

A carreira da Economia do Desenvolvimento, enquanto preocupação científica, nos últimos 25 anos serve para ilustrar uma das diferenças fundamentais entre as ciências naturais e as ciências sociais. Como mostra Thomas Kuhn, por exemplo, nas ciências naturais a formulação de um novo paradigma é seguida de um prolongado período durante o qual esse paradigma é aceito sem discussões e os esforços da "ciência convencional" são aplicados na sua verificação, aplicação e subsequente aprofundamento. Nas ciências sociais, por outro lado, o enunciado de um novo paradigma acarreta também esforços similares, porém é imediatamente seguido de uma persistente arremetida de qualificações, críticas e mesmo ataques demolidores diretos — fatos que são parte corriqueira da ciência social *normal*. Esta situação explica o clima intelectual particular das ciências sociais: no qual dificilmente manifesta-se, como acontece nas ciências naturais, a confiante adesão a um genuíno e cumulativo ampliar-se do conhecimento.

A história da Economia do Desenvolvimento a partir de 1950 é um exemplo ilustrativo: progrediu e avançou, porém, somente se definirmos progresso intelectual como a gradual perda da certeza e o lento reconhecimento dos limites de nossa ignorância, reconhecimento esse previamente mascarado pela nossa certeza inicial manifesta em paradigma. O principal propósito deste artigo não é descrever a desintegração progressiva do paradigma inicial; é principalmente discutir uma abordagem

[1] Este trabalho, *A Generalized Linkage Approach to Development, with Special Reference to Staples,* foi publicado pela Chicago University Press, a quem agradecemos a autorização para reeditar em português. Publicado em 'Essays on Economic Development and Cultural Changes' in Honor of Bert F. Hoselitz, editated by Manning Nash, University of Chicago Press, Janeiro, 1977. Publicado em português pela *Estudos CEBRAP* n. 18, São Paulo, Editora Brasileira de Ciências, out.-dez./76, com tradução de Lucia Campello Hahn.

crítica específica, elaborada no curso mesmo dessa desintegração e com o propósito de precipitá-la.

Convém fazer como introdução uma breve recapitulação do movimento das ideias dentro do qual tal abordagem se originou, se quisermos aprofundá-la.

Do ponto de vista da história intelectual existem algumas datas importantes, embora quase nunca mencionadas, na definição da Sociologia do Desenvolvimento enquanto área de preocupação científica. Foram elas a publicação em 1948-49 de dois artigos de importância decisiva, de Paul Samuelson, sobre a teoria pura do Comércio Internacional.[2] Os artigos demonstraram que, dados certos pressupostos longamente aceitos (ausência de mobilidade dos fatores, custos de transportes igual a zero etc.), poder-se-ia confiar no livre comércio para equalizar não somente os preços relativos mas os fatores determinantes dos preços absolutos nos vários países que mantivessem entre si relações comerciais e, nesse caso, o comércio poderia funcionar como perfeito substituto para o movimento dos fatores de produção através das fronteiras nacionais. A teoria clássica do Comércio Internacional vem ensinando que o comércio pode conduzir a vantagens mútuas para todos os países que estejam em relação de intercâmbio. Porém, as conclusões de Samuelson foram muito mais além; e sugerem ser o intercâmbio uma força potencial que tende para uma equalização dos rendimentos, que pode atingir todos os diferentes países.

Esta brilhante formulação da teoria clássica e neoclássica surgiu no período após-guerra, isto é, no momento mesmo em que se tornava mais aguda a consciência da persistente e progressiva *desigualdade* internacional dos rendimentos. Por razão dessa coincidência de momento histórico, as conclusões de Samuelson — embora formuladas com as necessárias cautelas e recomendações sobre a natureza não realista e forçada das suposições em que se baseavam — agiram como um bumerangue de devastadoras consequências para a teoria tradicional, para suas pretensões de ajudar a explicar os problemas da realidade econômica mundial.

[2] Paul A. Samuelson, "International Trade and Equalization of Factor Prices", *Economic Journal,* 58, junho, 1948, pp. 163-84, e "International Factor-Price Equalization Once Again". *Economic Journal,* 59, junho, 1949, pp. 181-97.

As controvérsias teóricas suscitadas, mais ou menos ao mesmo tempo, pelas obras de Raúl Prebisch e Hans Singer, embora muito menos bem acabadas e imediatamente contestadas com bases estatísticas e analíticas, foram bastante mencionadas e alcançaram um certo grau de credibilidade; não só pela seriedade com que encaravam tais problemas, mas também por causa do franco então exposto e consequente vulnerabilidade da teoria clássica.

A economia ocidental porém conseguiu evitar a acusação de incompetência para tratar dos problemas do subdesenvolvimento, preferindo aprofundar-se em outro dos seus ramos particulares. A teoria do crescimento, ainda em estágio infantil, na versão de Harrod-Domar, preencheu por algum tempo esse vazio, propondo um paradigma então extremamente necessário para os que se propunham compreender e, se possível, remediar a situação de pobreza da Ásia, África e América Latina. Que o crescimento dependia fundamentalmente da injeção de *capital* em doses apropriadas, fosse doméstico ou estrangeiro, tornou-se artigo de fé, e mais convincente ainda sobretudo ao levar-se em conta a rápida recuperação e crescimento (então entendido desse modo) da Europa oriental e ocidental no período após-guerra. Toda uma geração de planejadores e funcionários de organismos de ajuda externa passou a crer na realidade e possibilidade de manipulação da propensão a poupar e da razão capital-produto; e nessa convicção permaneceu por um período surpreendentemente longo, pela simples e boa razão de que era essencial, para que mantivessem o seu *status* de expertos, persistir na representação da realidade em termos desses conceitos — como se fosse *the only game in town*.

Uma variante revolucionária ou radical dessa mesma teoria fez seu aparecimento não muito tempo após a elaboração do modelo de crescimento Harrod-Domar e sua primeira aplicação aos países subdesenvolvidos. Num artigo de grande repercussão publicado em 1952, Paul Baran argumentava que, sem revolução social, seria impossível o crescimento nesses países.[3] O capital estrangeiro privado era explorador, parasita; ou então as elites consumidoras locais eram incapazes, ou não desejavam fazer investimentos produtivos — nessas circunstâncias a ajuda estrangeira tinha o efeito exclusivo de reforçar a estrutura de poder

[3] Paul A. Baran, "On the Political Economy of Backwardness", *Manchester School of Economics and Social Studies.* 20, janeiro, 1952, pp. 66-84.

existente, face à qual o crescimento seria impotente. Essa representação da realidade não contrariava a lógica do paradigma ortodoxo que estabelecera ser o investimento de capital produtivo o primeiro motor do crescimento. Porém continuava mais longe, argumentando que as características sociopolíticas dos países pobres e suas relações com os centros da expansão capitalista-imperialista eram de molde a tomar o investimento de capital nesses países ao mesmo tempo inadequado e improdutivo.

Entre a tese que encara o desenvolvimento como o resultado inevitável, uma vez garantida a tal injeção de capital em quantidades adequadas, e a antítese que até o desenvolvimento como algo impossível de ser atingido, por causa das limitações do *status quo* político e social de uma determinada situação nacional, sobrava muito espaço para posições intermediárias. E na realidade, essas duas posições extremas passaram a não mais satisfazer as necessidades de explicação do que acontecia, ao acumularem-se dados sobre o que *realmente* ocorrera no processo de desenvolvimento econômico dos países periféricos.

As primeiras tentativas de tomar certas distâncias relativas às excessivas simplificações do paradigma do modelo de crescimento buscaram uma forma de tomar evidente que a quantidade de investimento dependia não só do total da renda acumulada no período precedente, mas também da forma de distribuição dessa renda — conceito tão familiar aos economistas como o de fluxo de renda agregado. Um fato a ser notado — embora tenha passado despercebido — é que as duas principais contribuições teóricas feitas nessa mesma linha, em 1955 e 1956, chegaram a conclusões opostas.[4] Walter Galenson e Harvey Leibenstein argumentavam num artigo que quanto mais capital-intensivo fosse o novo tipo de produção, maior seria a participação nos lucros, no fluxo de renda decorrente e, por isso, mais elevada a taxa de reinvestimento dos lucros no período subsequente. Outro artigo, de Robert Baldwin, sugeria que uma distribuição de renda igualitária agiria no sentido de um rápido crescimento pela razão de que os mercados domésticos atingiriam desse modo mais facilmente o tamanho necessário para a instalação e operação rentável de

[4] Walter Galenson e Harvey Leibenstein. "Investment Criteria, Productivity and Economic Development", *Quarterly Journal of Economics,* 69, agosto, 1955, pp. 343-70; Robert E. Baldwin, "Patterns of Development in Newly Settled Regions", *Manchester School of Economics and Social Studies,* maio, 1956, pp. 161-79.

indústrias de bens de consumo. Percebe-se claramente que os autores dos dois artigos tinham em mente circunstâncias diferentes.

Galenson e Leibenstein pensavam em termos de um processo de industrialização já em vigoroso andamento, enquanto Baldwin avaliava a habilidade comparativa para atrair indústrias básicas de bens de consumo por parte dos países que se encontravam em estágio bastante anterior. Encaradas dessa ótica, as duas teorias deixam de ser contraditórias; é possível, e mesmo provável, que os padrões de distribuição de renda que funcionam de modo favorável ao crescimento rápido sejam diferentes nos diferentes estágios de desenvolvimento. A história econômica dos Estados Unidos durante o século XIX — com exclusão do Sul — apresenta uma semelhança considerável com o padrão de Baldwin num primeiro momento e, em fase posterior, ao de Galenson-Leibenstein, passando de uma forma de distribuição de renda comparativamente igualitária para outra de elevada concentração, porém realizando-se o desenvolvimento industrial no mesmo ritmo, a despeito dessa passagem.

Os artigos que acabamos de mencionar foram úteis pois apontaram as falhas do paradigma corrente e sua excessiva agregação; entretanto, continuaram a enfatizar o aspecto *renda* da economia. Fizeram depender o ritmo do desenvolvimento econômico da maneira pela qual a renda era dividida entre os diferentes grupos, e não da renda total. Um rompimento mais radical com o paradigma veio a ocorrer quando se principiou a sugerir que outra influência determinante no crescimento poderia partir do lado da *produção*. Alguns sociólogos, entre os quais Bert Hoselitz e outros, adotaram tal ponto de vista ao refletirem sobre as condições necessárias para o aparecimento do empresariado. Na condição de economista, eu mesmo preferi simplesmente *supor* uma insuficiência da motivação empresarial e antes buscar sistematicamente constelações de forças produtivas tais que levassem os *decision-makers* privados ou públicos a agir de algum modo através de aplicação de pressões especiais — pressões de maior força compulsória do que aquelas que, se espera, faziam agir o *decision-maker* racional típico da teoria econômica.[5]

[5] Para uma exploração de pressões similares "extra" na área de mudanças tecnológicas veja Nathan Rosenberg, "The Direction of Technological Change; Inducement Mechanism and Focusing Devices", *Economical Development and Cultural Change,* 18, outubro, 1969, pp. 1-24.

Que o desenvolvimento é acelerado através de investimentos em projetos e indústrias com acentuadas repercussões em cadeia (ou efeitos de repercussão) retrospectivas e prospectivas é uma outra sugestão na mesma linha.[6] Argumentei que a tomada de decisões empresariais, tanto no setor público quanto no privado, não é unicamente determinada pela atração dos rendimentos e da demanda, porém responde a especiais fatores de pressão, tais como os efeitos em cadeia originados do lado do produto.

"Repercussões retrospectivas e prospectivas" (ou "efeitos em cadeia retrospectivos e prospectivos", ou "efeitos a jusante e a montante") tomou-se parte da linguagem da economia do desenvolvimento. Foi uma expressão cuja adoção e uso foram bem-sucedidos. Encarados do ponto de vista da sociologia do conhecimento, suspeito que esse resultado deve muito ao fato de ter eu apresentado o conceito de efeitos em cadeia em íntima ligação com a análise insumo-produto (*input-output analysis*); isto é, associando-o ao já existente conjunto dos conhecimentos econômicos técnicos. Como tal, o conceito de efeitos em cadeia parecia mais operacional, menos complicado do que, por exemplo, o conceito de indústria propulsora de Perroux ou o de setor de liderança de Rostow. Naturalmente, a análise insumo-produto é de fato sincrônica por natureza, enquanto os efeitos em cadeia requerem tempo para manifestarem-se. Essa diferença básica tem atrapalhado várias engenhosas tentativas de chegar a uma medida compreensiva, em corte longitudinal (*cross-section*), dos efeitos em cadeia e, por essa via, chegar a "testar a hipótese dos efeitos em cadeia".[7] As mais esclarecedoras utilizações do conceito se encontram, talvez, em certos

[6] Veja meu *Strategy of Economic Development* (New Haven, Yale University Press, 1958), Cap. 6. O primeiro esboço rudimentar encontra-se num jornal escrito em 1954 e publicado novamente como Capítulo 1 no *A Bias for Hope: Essays on Development and Latin America,* New Haven. Yale University Press, 1971, pp. 59-61.

[7] Werner Baer e Isaac Kertenesky, "Import Substitution and Industrialization in Brazil", *American Economic Review,* 54, maio, 1964, pp. 411-25; Pan A. Yotopolous e Jeffrey B. Nugent, "A Balanced Growth Version of the Linkage Hypotesis", *Quarterly Journal of Economics,* 87, maio, 1973, pp. 157-72; Prem S. Laumus, "Key Sectors in Some Underdeveloped Countries", *Kyklos,* 28, 1975, pp. 62-69; a solução mais bem-sucedida do problema da mensuração está em Leroy P. Jones, "The Measurement of Hirshmanian Linkages", *Quarterly Journal of Economics* (no prelo).

estudos historicamente orientados, os quais dedicaram cuidadosa atenção à sequência do desenvolvimento em vários países diferentes.[8]

Gostaria de propor nesta altura algumas extensões e generalizações do conceito de "efeitos em cadeia", seguindo diferentes linhas. Primeiramente vou considerar certos processos, os quais, por suas similaridades com a variedade retroativa-prospectiva, também podem ser considerados como efeitos em cadeia, e, na verdade já têm sido assim identificados. Em seguida, sugerirei um conceito de efeitos em cadeia mais inclusivo para ser usado na consideração de algumas sequências de desenvolvimento selecionadas. Finalmente, no curso de algumas observações metodológicas, discutirei, entre outros assuntos, a relação entre a abordagem "efeitos em cadeia" no sentido mais generalizado com a tese do "produto primário de exportação (*staple*)" e "desenvolvimento do subdesenvolvimento", assim como sua afinidade com o que chamarei de micromarxismo.

Cabe aqui um rápido comentário pessoal sobre como este ensaio veio a ser escrito. Durante alguns anos venho acumulando notas, referências e ideias sobre' os tópicos em discussão, assim como orientando seminários sobre os mesmos assuntos. No decorrer desse período senti que para tratá-los de modo adequado necessitava de um enorme trabalho de pesquisa mais avançada, que poderia ser eventualmente incorporado em livro. Tal pesquisa e tal livro, entretanto, foram sendo adiados de ano para ano, dados novos interesses que demandavam maior parcela do meu tempo ou porque o projeto parecia excessivamente trabalhoso quando o considerava nas justas proporções. Foi quando recebi o convite para contribuir com um artigo para o presente volume. Tendo tal pretexto decidi-me por escrever o artigo e não um livro que sistematizasse os assuntos que vinham me ocupando. Por essa razão, as páginas subsequentes deverão ser lidas como um esquema e primeiro esboço do que o livro poderia ter sido, ou poderá ainda vir a ser.

[8] Albert Fishlow, *American Railroads and the Translormation of the Antebellum Economy*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. 1965; Judith Tendler, *Electric Power in Brazil: Entrepreneurship in the Public Sector*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1968; Michael Roemer, *Fishing for Growth: Exportled Development in Peru, 1950-1967*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press,. 1970; Scott R. Pearson, *Petroleum and the Nigerian Economy*, Stanford, California: Standard University Press, 1970.

Efeitos em cadeia: algumas variedades além das mencionadas e algumas interações

Defini efeitos em: cadeia de uma dada linha de produto como forças geradoras de investimento que são postas em ação, através das relações de insumo-produção, quando as facilidades produtivas que suprem os insumos necessários à mencionada linha de produto ou que utilizam sua produção são inadequadas ou inexistentes. Os efeitos em cadeia retrospectivos levam a novos investimentos no setor de fornecimento dos insumos (*input-supplying*), e os efeitos de cadeia prospectivos levarão a investimentos no setor da utilização da produção (*output-using*).

Consumo e efeitos em cadeia de natureza fiscal

O conceito de efeito em cadeia foi vulgarizado tendo como referência, principalmente, a indústria e a industrialização, pois nesse campo era possível conceber efeitos em cadeia de variedade e profundidade de consideráveis tanto no sentido retroativo quanto prospectivo. Entretanto, o conceito tem tido também aplicações proveitosas quando se trata de produção primária, quando fica logo evidente a sua íntima conexão com a tese do "produto primário de exportação". A tese do produto primário de exportação (*staple thesis*), na forma original de Harold Innis e aprofundada pelos economistas e historiadores econômicos canadenses, tem tentado demonstrar como a experiência do crescimento econômico de um país "novo" é moldada de forma concreta pelos produtos primários específicos, os quais exportam sucessivamente para os mercados internacionais. É uma tentativa para descobrir em seus pormenores como *uma coisa leva à outra* por meio das exigências e influências do produto primário de exportação, de facilidades de transporte a modelos de acordos, e à criação de novas atividades econômicas. O conceito original de efeito em cadeia apanha, naturalmente, um só aspecto desse processo total; aquele aspecto que está mais diretamente ligado à procura e elaboração desse mesmo produto primário de exportação. Entretanto, alguns aspectos adicionais importantes podem ser contidos pelo conceito se este for apropriadamente ampliado através da inclusão do aspecto renda no quadro geral. Por um lado, os novos rendimentos decorrentes do processo da produção dos produtos primários e sua exportação poderão ser despendidos inicialmente em importações; porém, essas importações, tendo atingido um volume suficiente, poderão eventualmente ser substituídas por indústrias domésticas. O mecanismo, em

alguma medida indireto, através do qual certas indústrias substitutivas de importações são criadas, por esse modo, como reflexo das implicações do produto primário de exportação, tem sido chamado apropriadamente de efeito em cadeia do consumo (*consumption linkage*);[9] em contraste, os efeitos em cadeia retroativos e prospectivos mais diretos podem ser subsumidos sob o nome de efeitos em cadeia da *produção*. Uma característica digna de nota dos efeitos em cadeia do consumo deve-se ao fato de poderem ser diretamente negativos e não apenas fracos ou não existentes. Em nossa época é amplamente reconhecido que, durante a primeira fase da expansão das exportações nos países periféricos, não foi a criação de novas indústrias para satisfazer a crescente demanda do consumo o único efeito importante; também ocorreu a destruição das atividades manuais e artesanais já estabelecidas, quando a mão de obra foi deslocada dessa área para o setor de produção do produto primário de exportação e também pela razão de que as novas importações de bens de consumo competiam vantajosamente com elas.[10] É nesse ponto, entre outros, que a abordagem em termos dos efeitos em cadeia e a tese do produto primário de exportação atingem um ponto de contato com a tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento, a qual será discutida resumidamente mais adiante.

Uma outra maneira importante pela qual uma coisa pode levar à outra é através da habilidade do Estado em regular o fluxo de rendimento decorrente do produto primário de exportação, orientando-o para as diversas facções e grupos, particularmente proprietários de minas e latifúndios. Se o Estado taxa esses rendimentos e canaliza os proventos para investimentos produtivos, é possível falar de *efeitos em cadeia fiscais* do produto primário de exportação a serem contrastados com os ainda mais

---

[9] De autoria de Melville H.Watkins em seu conhecido jornal "A Staple Theory of Economic Growth", *Canadian Journal of Economics and Political Science,* 29, maio, 1963, pp. 141-58. No Capítulo 7 de *Strategy* descrevi o mesmo fenômeno — o "açambarcar" pela industrialização de sucessivas categorias de seus importados em expansão, durante o crescimento conduzido pela exportação mas não o tinha caracterizado como um efeito de repercussão.

[10] Staffan B. Linder, "Trade and Trade Policy for Development", Nova York; Praeger, 1967, pp. 143-49 e 111-12; Stephen H.Hymer e Stephen A. Resnick, "A Model of an Agrarian Economy with Non-Agricultural Activities", 59, *American Economic Review,* setembro, 1969, pp. 493-506; Stephen A. Resnick, "The Decline of Rural Industry under Export Expansion; A Comparison among Burma, Philippines, and Thailand, 1870-1938", *Journal of Economic History,* 30, março, 1970, pp. 51-73.

diretos efeitos, em cadeia no sentido geral, físicos descritos na obra *The Strategy of Economic Development*.[11]

Uma avaliação comparativa da existência, forçando o grau de segurança desses vários efeitos em cadeia relativos a diferentes produtos primários de exportação em situações socioeconômicas diversas é uma maneira de compreender o processo de crescimento nos países periféricos, durante o período no qual as exportações dirigem o processo. A vantagem considerável dessa abordagem é indicar de início a possibilidade de experiências caracteristicamente diferentes associadas a diferentes constelações de efeitos em cadeia.

Condições que favorecem os efeitos em cadeia de natureza fiscal

A mais favorável constelação seria naturalmente aquela na qual um produto primário de exportação fosse simultaneamente dotado de fortes efeitos em cadeia em toda a linha, i.é., com a produção, consumo e repercussões fiscais. Desafortunadamente uma situação de tal modo ideal não tem muitas probabilidades de ocorrer: basta uma reflexão superficial para dar ideia de que um tipo de efeito em cadeia ocorre frequentemente às expensas de outro. Consideremos em primeiro lugar os efeitos fiscais. Tiveram forte impacto nas atividades petrolíferas e de mineração que possuíam todas as características do "enclave". O enclave é definido pela ausência de envolvimento com o restante da economia, i.é., pela ausência de *outros* tipos de elos em cadeia. E é precisamente por causa dessa ausência de elos que o enclave toma-se um alvo óbvio e comparativamente fácil para as autoridades fiscais — o enclave é um corpo estranho, frequentemente de propriedade de estrangeiros, com o fim exclusivo de tirar proveito, e poucos dentre eles tomarão a defesa de seus interesses uma vez que o Estado tenha

[11] Pearson, *Petroleum*, pp. 46-50 e *passim*. Quando os insumos do produto primário de exportação aumentam, principalmente graças às unidades familiares que economizaram uma parte substancial destes insumos, um sistema bancário nacional centralizado conseguiria reorientar a direção do fluxo de insumos, o qual poderia ser parecido com efeitos de repercussão obtidos na esfera fiscal. De acordo com um relato de Juan Linz, na Espanha esse "efeito de repercussão bancária" teve alguma importância e serviu para canalizar fundos provenientes dos exportadores de frutas cítricas e minerais para o setor industrial. Outra nota: a oposição entre efeitos físicos e repercussão fiscais não é absoluta, porque é perfeitamente concebível que um governo possa usar as rendas provenientes de determinada atividade econômica para estabelecer uma indústria que esteja a ela vinculada através dos encadeamentos usuais, prospectiva e retrospectivamente.

adquirido a disposição e autoridade para reapropriar-se de parte do fluxo de rendimentos, originário do enclave, para seus próprios objetivos.

Consideremos inversamente uma atividade produtiva com muitos elos diretos com o resto da economia, por seus efeitos em cadeia retrospectivos e prospectivos, ou mais simplesmente porque se localiza na região central de um país e é realizada por produtores que possuem íntimos laços com uma vasta rede de comerciantes e habitantes da localidade: com tantas relações de amizade a sua atividade não será submetida a severas taxações. O que nos vem à mente como exemplo é a situação dos países plantadores de café, como o Brasil e a Colômbia. Em ambos os países o café tem sido crucial na criação dos padrões de ocupação das terras (*settlement patterns*), redes de transporte e repercussões do consumo, porém, somente bastante tarde na sua carreira de produto primário de exportação é que rendeu alguma contribuição fiscal e, mesmo assim, como resultado não intencionado de medidas econômicas dirigidas originalmente com finalidades bastante diferentes e, mesmo algumas vezes, opostas. Tanto na África como na América Latina algumas medidas que haviam sido adotadas com o propósito de *auxiliar* os plantadores de café, cacau e outros produtos primários de exportação, na tentativa de protegê-los dos baixos preços do mercado mundial, vieram a tomar-se mais tarde instrumentos que possibilitavam *taxar* os mesmos plantadores e parte dos proventos dessa taxação foi aplicada em financiar as aventuras desenvolvimentistas.[12]

Se é correto que os efeitos em cadeia fiscais estão associados com frequência à ausência de efeitos em cadeia físicos e de consumo, e. vice-versa, surge a questão de determinar qual conjunto de peculiaridades dos efeitos em cadeia pode ser considerado mais favorável. A resposta é complexa pois depende da velocidade e força com que os vários efeitos em cadeia têm probabilidade de surgir. Somente alguns dos fatores relevantes para uma comparação de tal natureza poderão ser aqui discutidos.

O efeito de repercussão fiscal depende da prontidão e da habilidade dos governos nacionais em taxar ou reivindicar uma participação nos proventos originados das operações de mineração e outras similares de tipo enclave. Esta propensão a impor taxações (e assumir o controle) tem aumentado espetacularmente por causa da descolonização e de outros

[12] Veja-se logo em seguida.

acontecimentos de natureza política, que estabeleceram o Estado, na Ásia, África e América Latina, como um agente com algum grau de autonomia. Como resultado, os prospectos desenvolvimentistas dos países possuidores de recursos não renováveis são agora muito diferentes do que costumavam ser nas condições de colonialismo e na fase inicial da expansão capitalista.

Como já foi insinuado, existe maior probabilidade de ocorrerem efeitos fiscais se os enclaves forem propriedade de estrangeiros. Assim é pela mesma razão que um enclave é taxado mais facilmente que outra atividade do tipo das que impliquem numa densa renda de efeitos: a decisão de taxar uma companhia estrangeira é mais fácil do que tributar diretamente os "nacionais", os quais, ademais de serem proprietários dos recursos, provavelmente controlam ou "têm em suas mãos" o governo. Como ilustração: as minas de nitrato e de cobre chilenas, de propriedade estrangeira, concediam ao Estado chileno proventos substanciais durante as primeiras décadas do século; no mesmo período, as grandes plantações de cacau do Equador, de propriedade local, criaram uma situação de conveniência que beneficiava antes de mais nada um punhado de famílias de Guayaquil, as quais controlavam o governo equatoriano a partir de Paris, onde se instalaram para consumir rápida e agradavelmente as suas fortunas.[13]

A parte chilena desta história nos faz lembrar que a habilidade de taxar o enclave é dificilmente uma condição suficiente para atingir um intenso crescimento econômico. Para que os efeitos fiscais sejam um mecanismo de desenvolvimento eficaz, a habilidade de taxar deve ser combinada com a habilidade de investir produtivamente. E aqui se encontra precisamente o ponto fraco dos efeitos fiscais comparado aos mais diretos efeitos na produção e no consumo. No caso do último, as linhas de produção existentes ou de importações a serem substituídas já indicam as medidas a serem tomadas. Não se pode esperar indicação de tal tipo, quando uma parte de fluxo de renda proveniente do enclave é deslocada com o propósito de alimentar outras áreas da economia. Por falta de tal direção pode ocorrer a possibilidade de investimentos mal aplicados ou de grande desperdício de

[13] A história deste episódio ainda está para ser escrita. As minhas fontes são conversas com o professor Frank Fetter e com alguns descendentes de produtores de cacau em Guayaquil — seus pais e avós tiveram que voltar ao Equador depois de terem sido arruinados pela praga *witehes broom* que destruiu as plantações de cacau, bem como pela depressão dos anos trinta.

recursos — por exemplo, os fundos assim acumulados podem simplesmente levar a uma ampliação do aparato burocrático. A experiência chilena com o nitrato e o cobre até os anos 30 já foi analisada nesses termos;[14] um reexame do que ocorreu no Peru nos meados do século XIX quando foi abortado o *boom* do *guano*, sugere como causa do fracasso a errada decisão de investimentos em ferrovias.[15] Independentemente da rapidez com que os governos adotaram a prática de taxar o fluxo de renda originado pelo produto primário de exportação, o resultado positivo dos efeitos de taxação continua a ser ameaçado por dificuldades semelhantes. Repetindo, isso acontece não porque os fundos que acabam nas mãos do governo sejam sistematicamente "desperdiçados", porém, porque os empreendimentos assumidos pelos governos através dos efeitos fiscais são intrinsecamente mais difíceis do que os assumidos, frequentemente por capital privado, em conjunto com efeitos *físicos* e de *consumo*.

Enquanto a habilidade de tributar e a de investir produtivamente forem ambas requeridas para que os efeitos fiscais se constituam em um mecanismo eficaz, é fácil aconselhar no sentido de que ambas essas habilidades devem ser adquiridas pelo estado *pari passu*. Uma vez chamada a atenção tanto para a probabilidade de ocorrência e usos de crescimento desequilibrado, preferiria evitar tal tipo de conselho e, em lugar disso, examinar os problemas e vantagens comparativas das trajetórias do crescimento desequilibrado. Como de hábito, é possível distinguir entre uma sequência ordenada ou permissiva ou então desordenada e compulsiva.[16]

[14] Aníbal Pinto, *Tres Ensayos sobre Chile* y *America Latina,* Buenos Aires: Solar, 1971, pp. 71 e ss.; que a mineração do nitrato tenha efeitos de repercussão não fiscais foi demonstrado e frisado num jornal por Carmen Cariola e Osvaldo Sunkel, "La Expansion Salitrera y sus repercussiones sobre la economia agraria en el periodo 1880-1930", outubro, 1974, escrito para o Projeto de História Econômica do Comitê Conjunto dos Estudos Latino-Americanos (Social Science Research Council and American Council of Learned Societies).
[15] Veja Shane J. Hunt, "Growth and Guano in Nineteenth Century Peru", trabalho para discussão n. 34, Research Program in Economic Development, Princeton University, fevereiro, 1973. Este jornal foi escrito em parte refutando uma posição anterior, mencionada no capítulo "Peru in the Guano Age", de Jonathan V. Levin, *The Export Economies,* Cambridge, Massachuseus.: Harvard University Press, 1960, de que os lucros provenientes do *guano* eram dissipados em grande escala pelas importações de artigos de luxo e de remessas de lucro.
[16] *Strategy*, pp. 78-83. 86-96 e *passim*.

Pode-se dizer que a trajetória desequilibrada é mais ordenada quando a habilidade de tributação se desenvolve anteriormente à habilidade para investir: os proventos fiscais são recolhidos antes que as autoridades tenham preparado um judicioso programa de projetos de investimento, adequados aos recursos disponíveis. Em casos extremos dessa falta de equilíbrio, a maior parte dos proventos fica acumulada na forma de reserva de divisas, como acontece frequentemente nos pequenos países que são grandes produtores de petróleo. Porém, em situações menos opulentas, como o Chile no começo do século, a desproporção entre a renda crescente e a habilidade de investi-la produtivamente na economia do país tem probabilidade de refletir-se numa ampliação da burocracia, serviços sociais mais numerosos e frequentemente pouco realistas, gastos em armamentos e outros investimentos inúteis; no caso do balanço de pagamentos, por um aumento da importação de bens de consumo. A dificuldade com tal situação de falta de equilíbrio é não ser autocorrigível: a burocracia, os serviços sociais, mesmo os investimentos públicos improdutivos podem continuar a se expandir por longo tempo, enquanto quase nenhuma pressão é exercida sobre o governo no sentido de que este desenvolva, ao contrário, suas capacidades empresariais. Enquanto se tratar de expansão da burocracia e dos serviços sociais, existe ao menos a possibilidade de que o aumento das importações de bens de consumo que essa mesma expansão pode provocar venha eventualmente a resultar em alguns efeitos em cadeia na área do consumo. Dessa maneira, o dispêndio dos proventos da taxação com tais propósitos "improdutivos" pode ser um mal menor do que os gastos com projetos de investimento supostamente produtivos que terminem em fracassos.

No modelo oposto, a motivação do governo no sentido de desenvolver algum outro setor da economia que não o do produto primário de exportação, escapa à sua habilidade em recolher tributos dos interesses exportadores. O resultado óbvio dessa situação é inflação induzida pelo déficit ou expansão do crédito. Embora carregado de implicações ameaçadoras de natureza social e política, este tipo de situação de desequilíbrio contém ao menos algum estímulo no sentido de atingir um equilíbrio num nível mais elevado; a própria inflação pode agir como poderoso argumento para gerar mais recursos fiscais e solicitar financiamento estrangeiro. Esta trajetória mais compulsivamente desbalanceada é característica de países nos quais o produto primário de exportação está nas mãos de "nacionais" bastante eficientes em resistir à

taxação. Uma ilustração prototípica dessa situação é a experiência brasileira dos anos cinquenta.

Como foi discutido até agora, as cadeias de repercussões fiscais são restritas à participação direta do Estado no fluxo de renda gerado pelo setor exportador. Um modo mais completo de extrair proventos, por parte do Estado, é pela cobrança de direitos alfandegários sobre as manufaturas importadas, associada a uma expansão das exportações de produtos primários. Essa forma de extração indireta tem sido a mais comumente usada pelo Estado para recolher proventos, e tem sido na verdade o principal esteio das finanças públicas no período inicial de crescimento, baseado nas exportações, sempre que o Estado se mostra fraco, face aos produtores do principal produto primário, para impor taxação direta. Em geral, os recursos levantados por meios indiretos têm subvencionado uma expansão das funções e serviços governamentais. Têm também servido frequentemente para prover investimentos de infraestrutura para a *ulterior* expansão dos produtos principais de exportação; desse modo, têm acentuado o caráter "colonial" das economias em questão, enquanto os investimentos provenientes das repercussões fiscais diretas têm sido empreendidos com o propósito contrário, isto é., de diversificar a economia tomando-a menos dependente do produto primário de exportação.[17]

Cadeias de repercussões prospectivas como obstáculos

Enquanto os elos fiscais são complicados e incertos, os elos mais diretos de produção e consumo tampouco são totalmente diretos ou uniformemente seguros. É verdade que ao tratar originalmente do assunto, tinha isolado a relação entre o tamanho do mercado e o tamanho econômico da instalação industrial como a variável-chave, que desencadearia o aparecimento de um empresariado público ou privado, necessário para aproveitar as oportunidades de investimentos de efeitos em cadeia, tanto retrospectivos quanto prospectivos, assim como investimentos no setor de substituição de importações. Entretanto, reflexões e observações feitas posteriormente deixaram claro que outras variáveis também estão agindo ao mesmo tempo e ajudam a explicar o diferente grau de rapidez com que esses vários investimentos são feitos.

[17] Ver Thomas B. Bimberg e Stephen A. Resnick, *Colonial Development: An Econometric Study,* New Haven e Londres: Yale University Press, 1975.

Uma variável desse último tipo é o grau de "estranheza" ou "caráter alienígena" das novas atividades econômicas relativamente àquelas já em andamento. Tomemos uma situação na qual os efeitos retrospectivos se originam primeiramente entre os proprietários-dirigentes da atividade já existente: nesse caso podemos esperar que os efeitos retrospectivos sejam bastante fracos se o insumo necessário provier de uma indústria cujo processo e técnica não seja totalmente familiar aos operadores. A dinâmica dos efeitos em cadeia pode assim ser emperrada pelas dificuldades de dar o salto tecnológico, cuja amplitude difere de indústria para indústria — na direção retrospectiva o salto é maior, por exemplo, no caso das indústrias têxteis do que nas metalúrgicas e químicas.[18]

Em se tratando de matérias-primas agrícolas e industriais, a amplitude do salto tecno1ógico é quase sempre grande no caso dos efeitos retrospectivos, dado que, nas modernas condições, as técnicas de cultivo do trigo, café ou cana-de-açúcar, têm entre si muito pouco de comum, exceto no que se refere a sementes e mudas, com a técnica de fabricação dos implementos ou fertilizantes sintéticos usados como insumo pelos cultivadores. O mesmo se aplica a muitos dos efeitos prospectivos, os quais, potencialmente, são muito significativos para o desenvolvimento econômico baseado num produto primário de exportação. A moagem, refinação e outras indústrias de processamento são comumente estranhas do ponto de vista tecnológico para o produto primário de exportação. Talvez seja essa a principal razão pela qual é difícil definir atividades industriais que possuam efeitos em cadeia retrospectivos e prospectivos tendo como núcleo um produto primário de exportação. Não somente, como já foi discutido, porque os efeitos em cadeia são em número pequeno no setor agrícola em comparação com o industrial, ademais, em sua maioria, se orientam em direção a indústrias de tecnologia estrangeira do ponto de vista

[18] Expliquei este assunto longamente em "The Political Economy of Import-Substitutes Industrialization in Latin America", (1968), reeditado no *Bias for Hope,* p. 114. No caso da agricultura, as peculiaridades da tecnologia muitas vezes estão combinadas com obstáculos dos efeitos de repercussão, retrospectivos e prospectivos, promovidos pelos próprios produtores; entre esses obstáculos estão a necessidade de grandes capitais, em virtude da necessidade da própria escala, e a falta de conhecimento do mercado.

do cultivador do produto primário de exportação.[19] Por tal razão, por um longo período, essas atividades têm sido realizadas fora do país onde, além disso, elas são altamente protegidas pelos conhecidos mecanismos tarifários, que garantem tarifas rígidas e elevadas.

As indústrias de processamento têm se instalado na proximidade das áreas em crescimento quando se requer delas o preparo do produto já colhido a ser destinado aos mercados mundiais. A existência de elos prospectivos desse tipo depende de características técnicas obrigatórias do produto, muito mais do que da escolha por parte do empresário. A cana-de-açúcar é um exemplo óbvio; no interesse de maximizar o rendimento em açúcar, a cana deve passar pela moagem o mais imediatamente possível depois do corte; e além disso representa um grande custo se precisar ser transportada, qualquer que seja a distância, dado o seu grande volume. A introdução, durante os anos sessenta, do transporte de bananas em embalagens de papelão reforçado serve para ilustrar como a extensão das imposições de ordem técnica, mais do que as razões do desenvolvimento econômico, determina os elos de repercussão prospectiva referentes ao produto primário de exportação. Anteriormente, a banana sempre fora transportada no cacho, desse modo tornando o fruto o produto primário de exportação possivelmente com o menor valor adicionado após colhido. O transporte em caixas resultou ser extremamente vantajoso, considerando-se a rapidez da carga e descarga; também representava uma economia de espaço a bordo e peso, pois somente o peso inútil do talo central atingia 15% do total. Além de tudo isso, o acondicionamento das bananas em caixas criava novos empregos nos países exportadores, e a necessidade de fornecimento dos caixotes representava um estímulo para suas indústrias de polpa e papel. Nada disso entretanto explica a decisão de adotar o uso de caixas. Essa decisão foi ditada exclusivamente pela necessidade técnica de encontrar uma maneira de não machucar os frutos durante o transporte, depois que o tipo Gros Michel mais resistente foi quase totalmente substituído pela variedade Cavendish mais delicada. Essa substituição por sua vez fora necessária em consequência da "doença do Panamá" contra a

[19] Existem exceções, realmente, em muitas áreas de plantio de café; os sacos onde os grãos são embarcados são feitos de fibras de agave, da família de plantas que são plantadas pelo fazendeiro de café ao longo das cafeiculturas.

qual a variedade Gros Michel mostrou-se sem resistência, a despeito dos inúmeros recursos utilizados para controlar a propagação da praga.[20]

A reação normal a esta história é lamentar a incapacidade do produto primário de exportação em explorar oportunidades de tal modo simples, óbvias e úteis na direção dos elos prospectivos, exceto em condições de intensa necessidade tecnológica, e procurar arranjos institucionais e incentivos econômicos que facilitassem a percepção e utilização de tais oportunidades. Existe entretanto também uma "moral" muito diferente: porque as operações de processamento e elos prospectivos em geral tendem a ser estranhos tecnologicamente ao produto primário de exportação, essas operações, quando chegam a existir pelas exigências compulsórias da tecnologia exportadora do produto primário de exportação, tendem a ser assumidas e controladas por grupos diferentes daquele formado pelos cultivadores do produto de exportação, que são, desse modo, relegados mais firmemente ao seu papel agrícola. O cultivador da cana-de-açúcar ou de arroz, que entrega sua colheita à refinaria ou ao moinho pertencentes e operados por "outros", está excluído de qualquer outra posterior atividade econômica no que se refere aos seus produtos. Desse ponto de vista, paradoxalmente começa a parecer que *quanto menos existirem efeitos prospectivos no caso dos produtos primários de exportação tanto melhor*. As condições para o desenvolvimento da iniciativa empresarial por parte do cultivador do produto primário de exportação podem ser mais favoráveis se este requerer somente algumas poucas operações simples, tais como secagem e ensacagem, para estarem prontos para se lançarem no mercado, e se não tiverem que depender de transporte por parte de outrem: por exemplo, quanto maior o valor do produto primário por unidade de peso, mais vantajoso é que o transporte para o mercado seja feito pelo próprio cultivador ou por um membro de sua família. A ausência de indústrias de elaborados efeitos em cadeia prospectivos, baseadas em tecnologia estrangeira e com probabilidade de serem dirigidas por empresários estrangeiros, torna possível para o cultivador do produto primário envolver-se nas operações *não industriais* mais accessíveis, tais como transporte, comércio e financiamento; pode ocorrer que ele ou um membro. de sua

[20] Veja R.E. Evenson, P. J. Houck Jr. e V. W. Ruttan, "Technological Change and Agricultural Trade: Three Examples — Sugarcane, Bananas and Rice", em R. Vernon, org. "The Technology Factor in International Trade", *National Bureau of Economic Research,* New York: Columbia University Press, 1970, pp. 442-51.

família especialize-se nessas funções e que a partir do estabelecimento de uma forte base nessas áreas, ele eventualmente contribuirá para o desenvolvimento industrial, explorando as oportunidades de efeitos de consumo que possam surgir na esteira do *boom* do produto primário de exportação. O quadro que acabamos de esboçar corresponde substancialmente à história da expansão comercial, urbana e, eventualmente, industrial, pela via da substituição de importações seguindo no impulso das exportações de café, nas regiões de São Paulo e Antioquia, respectivamente no Brasil e Colômbia. A ausência de desenvolvimento cumulativo, que marcou a carreira de tais produtos primários de exportação como a cana-de-açúcar, castanha e algodão, também cabe na descrição: nesses casos as indústrias estrangeiras com efeitos em cadeia prospectivos, de refinação, ou a necessidade de transporte especial — e por essa razão, estrangeiro — devido à distância e volume do produto primário, cortou o seu produtor de qualquer participação com as fases posteriores da carreira do produto.[21]

Foi mostrado previamente que os efeitos fiscais tinham melhor alcance de agir quando o produto primário constituísse um verdadeiro enclave, e, por definição, carecesse de efeitos em cadeia de qualquer outro tipo. Parece agora que, de modo similar, a ausência de um efeito em cadeia — efeitos prospectivos tecnologicamente complexos, e por tal razão estrangeiros — cria condições favoráveis para um outro tipo de efeito, de tipo mais difuso, se os cultivadores do produto primário de exportação desenvolvem a iniciativa empresarial necessária para o crescimento cumulativo do comércio e outras atividades econômicas ao redor do produto primário. Forçando os fatos somente um pouco, poder-se-ia dizer que tanto os efeitos fiscais quanto de consumo têm maior probabilidade de manifestar-se se alguns outros efeitos não estão presentes.

[21] Durante discussões anteriores, alguns observadores notaram que em muitas áreas subdesenvolvidas a especialização na produção de produtos primários de exportação levou ao desenvolvimento "de uma vez" não cumulativo. Essa possibilidade intermediária — a realidade em muitos países — perdeu seu interesse quando a discussão se centralizou na alternativa: empobrecimento e desenvolvimento cumulativo. Veja, particularmente, H. Mynt, *Economic Theory and the Underdeveloped Countries,* Londres: Oxford University Press, 1971, Capítulos 3 e 4 (originariamente publicados em 1954).

Efeitos em cadeia — uma definição mais ampla e uma nova subdivisão

Os vários efeitos em cadeia e sua interação já adquiriram nesta altura um novo caráter e importância: já se configuram em uma estrutura capaz de gerar trajetórias alternativas na direção do desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) para os exportadores de diferentes produtos primários. Em outras palavras, parece viável descrever algumas das principais características do desenvolvimento de um país, no período de crescimento em sua fase de exportação, em termos dos efeitos em cadeia derivados do seu produto primário. Por que acontece assim e como pode a estrutura ser desenvolvida com mais pormenores?

A razão pela qual os efeitos em cadeia explicam uma porção considerável da história do desenvolvimento já foi sugerida: a memória do desenvolvimento é essencialmente o registro de como uma coisa leva à outra e os efeitos em cadeia estão referidos de modo central a tal registro. O conceito de efeitos em cadeia determina um ponto de vista especial, isto é, o de certas características inerentes às atividades produtivas já em progresso a partir de um certo momento. Pergunta-se em que medida as atividades em andamento, por causa dessas características, impulsionam, ou mais modestamente, "convidam" alguns operadores a enveredarem por novas atividades. Sempre que tal acontece, estamos em presença de um efeito em cadeia que parte da atividade em andamento para a nova atividade. Todos os efeitos em cadeia previamente mencionados cabem dentro desta definição.

É possível sugerir uma nova subdivisão a partir dessa generalização. Por um lado, existem situações nas quais os mesmos operadores econômicos, já comprometidos com a atividade em andamento, são impelidos a, assumir a atividade adicional; temos nesse caso efeito em cadeia devido aos que estão dentro da situação ou "efeito em cadeia interior". Por outro lado, o impulso na direção de assumir novas atividades pode ser experimentado não tanto por aqueles envolvidos na atividade em andamento como por outras pessoas. Como exemplo, poder-se-ia pensar na atividade em andamento sendo levada adiante pelos operadores econômicos nativos enquanto a nova atividade seria assumida por estrangeiros ou pelo Estado. Esse seria o caso de efeito em cadeia através de elementos externos ou "efeito em cadeia exterior".

Excetuando-se os efeitos fiscais, os quais são do tipo "exterior" por definição, a nova subdivisão atravessa todas as categorias anteriores de efeito em cadeia. Efeitos em cadeia prospectivos e retrospectivos, em particular, podem ser tanto da variedade exterior como interior. (No último caso, estamos diante de um exemplo de integração vertical.) Usando a nova terminologia é possível uma formulação compacta de várias proposições sobre padrões de desenvolvimento e gerar novas hipóteses no processo. Como ilustração: (a) se a nova atividade é tecnologicamente estranha àquela em andamento, os efeitos em cadeia interior enfrentarão dificuldades especiais; (b) os países que começaram o seu processo de desenvolvimento no sec. XX tendem a mostrar uma preferência marcada pelos efeitos em cadeia de tipo interior de preferência ao exterior; a partir daí pode se conjecturar que (c) o processo de industrialização desses retardatários está sujeito a problemas especiais e, talvez, a descontinuidades, sempre que os passos subsequentes do processo de desenvolvimento requerem, ou se acredita que requeiram uma injeção maciça de tecnologia estrangeira.[22]

Uma utilização mais geral das novas categorias dos efeitos em cadeia vem a ser a possibilidade de constatar as vantagens desenvolvimentistas e as desvantagens que podem associar-se a cada uma delas. Efeitos em cadeia exterior têm a vantagem de mobilizar novos agentes e impedir uma concentração excessiva do poderio econômico, enquanto a vantagem dos efeitos em cadeia interior é de desenvolver as iniciativas empresariais dos empresários mais tradicionais e permitir-lhes romper com suas ocupações existentes. O balanço geral dessas vantagens e correspondentes desvantagens em cada caso particular tem probabilidade de revelar muita coisa sobre diferentes perfis de desenvolvimento e a respeito de oportunidades desperdiçadas ou aproveitadas. No que vem a seguir, serão revistas algumas ulteriores variedades de ambos os tipos de efeitos em cadeia, ou seja, interior e exterior.

[22] A primeira tese (a) foi colocada anteriormente neste ensaio, e a segunda tese (b) em meu *Political Economy of Import-Substituting Industrialization in Latin America,* tese que tem um papel importante na análise de Guillermo O'Donnel sobre os fundamentos econômicos do autoritarismo burocrático na América do Sul. Veja seu *Reflexiones sobre las Tendencias Generales de Cambio en el Estado Burocratico-Autoritario,* mimeo., CEDES, Buenos Aires, agosto, 1975.

Repercussão interior: convite à mobilidade espacial

Uma cadeia existe sempre que uma atividade em andamento dá origem a pressões econômicas ou de outra natureza, que levam ao surgimento de uma *nova* atividade. Como definir o caráter de *novidade*? Até agora, como nos casos de cadeias prospectivas e retrospectivas, o caráter de novidade tem sido compreendido como um novo tipo de atividade produtiva e, especificamente, uma atividade resultante em um novo produto. Usando o conceito mais amplo de efeitos em cadeia é possível também definir uma nova atividade, como aquela que passa a ser praticada num local diferente do anterior, embora resulte ainda no mesmo produto. Uma cadeia (do tipo interior) existe, é possível dizer, quando algumas características da atividade em andamento constrangem ou atraem alguns ou todos os seus operadores a mudarem-se para outro local, mesmo se estes não planejam, ao menos de início, dedicar-se a uma nova atividade.

Algumas observações feitas na Indonésia por Clifford Geertz vieram contribuir consideravelmente para a análise desse tipo de processo.[23] O plantador de arroz javanês, no meio dos alagados cuidadosamente terraplenados depois de muitas gerações, agarra-se ao seu pedaço de terra com a maior tenacidade. Geertz contrapõe a imobilidade do cultivador javanês à mobilidade dos cultivadores das "ilhas periféricas" cuja agricultura é tipicamente do tipo corte e queimada. Resultaram dessas diferenças dois padrões muito diferentes de exploração colonial: no caso de Java foi possível forçar o plantador de arroz a utilizar parte de sua terra para o cultivo da cana para ser vendida às refinarias de propriedade dos holandeses; nas ilhas periféricas os colonizadores não conseguiram aproveitar-se desse conveniente sistema de produção indireta; tiveram que formar e administrar suas próprias plantações de café, chá e borracha. O modo de produção agrícola preexistente teve assim importantes consequências quanto à forma de exploração colonial; em Java o colonizador penetrou praticamente nos limites privados de cada camponês, enquanto nas ilhas periféricas sua presença se faz sentir através da criação de enc1aves. Essas diferenças, por sua vez, determinaram diferenças na descolonização. Em Java a descolonização resultou no fato de maior parte da terra já utilizada no plantio da cana ter revertido ao *paddy*; as plantações

[23] *Agricultural Involution: The Process of Ecological Change in Indonesia*, Berkeley: University of California Press, 1963.

das ilhas periféricas, por outro lado, foram expropriadas, mas continuaram a produzir os mesmos itens e, como durante a colonização, principalmente para exportação.

Essas características apontadas por Geertz, embora sejam primeiramente úteis para a compreensão dos padrões específicos de colonização e descolonização, também têm sua importância na aferição das perspectivas do desenvolvimento. A tenacidade com que o plantador de arroz javanês se agarra à sua terra deve-se, em parte, às suas expectativas de que um empenho extra em reconstruir e manter os terraços, os fossos de irrigação e os *bunds*, além de esforços especiais com a eliminação das ervas daninhas e outros cuidados resultarão em um rendimento maior, suficiente para manter sua família, sempre em expansão. O arroz, com sua elaborada infraestrutura, tem sempre recebido através dos séculos, e ainda continua a receber e a necessitar, "cuidados amorosos e dedicação"; em compensação a plantação *responde* a tais cuidados quase que indefinidamente em termos de rendimento. Em termos econômicos é o mesmo que dizer que a produtividade marginal do trabalho presente no cultivo do arroz pela técnica da irrigação declina muito lentamente; e mesmo esse declínio é provavelmente percebido como muito menor do que de fato ocorre. Essas características têm contribuído para a imobilidade do plantador de arroz javanês e para a enorme concentração populacional no campo. Também ajudam a explicar a facilidade com que os estrangeiros (chineses) apropriaram-se das oportunidades de comércio e outros serviços existentes na ilha.

Um produto, de exportação ou não, com as características opostas seria aquele cujo rendimento por unidade de trabalho decairia rapidamente quanto mais trabalho fosse investido. No caso de tal produto, um aumento de população na zona rural não pode ser absorvido na área de ocupação já existente e, provavelmente, levará de imediato à migração para as cidades ou à abertura de novas terras. Um bom exemplo é oferecido pela cultura do café ou cacau, as quais, depois de plantadas as árvores, requerem, além da colheita, moderada e pouco variável quantidade de trabalho, como o podar e o arrancar o mato daninho (os fertilizantes são basicamente um insumo de capital).

Em alguns casos, ademais, o café tem provocado a rápida exaustão do solo; com isso, decresce a produtividade do trabalho — inesperadamente — sem qualquer aumento na quantidade de trabalho. É chocante, o contraste entre a exaustão do solo que atingiu as culturas cafeeiras do Vale

do Paraíba, nas proximidades do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, e a produtividade inalterável por todo um século das terras canavieiras da Zona da Mata no Nordeste. Tal diferença explica, em parte, por que os barões do açúcar do Nordeste jamais se envolveram em outras atividades econômicas, ao passo que os cafeicultores das proximidades do Rio de Janeiro, a despeito de suas expectativas e intenções de tornarem-se sedentários proprietários agrícolas, levando uma vida de lazer, viram-se forçados pela erosão do solo a avançar cada vez mais longe, plantar novos cafezais no estado de São Paulo e, no processo, terminaram por envolver-se nas atividades de transporte, comunicação e comércio.[24]

A lição implícita nestes exemplos não sugere que a erosão seja boa para o desenvolvimento — embora possa resultar nisso se existirem terras férteis ainda não cultivadas suficientemente próximas das terras erodidas. A lição a ser tirada é, antes, a de que o julgamento de valor, profundamente enraizado na cultura ocidental, que vê na agricultura sedentária um enorme passo à frente relativamente a modos de vida menos estáveis, deve ser questionado quando é aplicado fora do seu contexto original, isto é, a revolução neolítica. Ao menos, certamente não é verdade que quanto mais sedentário melhor. Tal é demonstrado pela comparação dos migrantes fazendeiros de café e Cacau da Colômbia, Brasil, Nigéria e Gana, onde o produto primário de exportação adequava-se perfeitamente ao modo existente de produção agrícola.[25] Esta última condição é característica da cana-de-açúcar em Java, como acabamos de mencionar, mas também do algodão no Egito, leguminosas na Nigéria setentrional, talvez também do café na Uganda, e assim por diante. Em tais situações o produto primário de exportação é cultivado por camponeses radicados, que lhe abrem novos espaços em terras previamente não cultivadas ou reservadas às culturas de alimentação. As técnicas de cultivo são bastante similares àquelas já em uso

[24] Pedro Calmon, *História do Brasil,* São Paulo, 1946, Vol. IV, pp. 384-86, citado em Warren Dean, "The Planter as Entrepreneur: The Case of São Paulo", *Hispanic American Historical Review,* 46, maio, 1966, p. 146.

[25] Para um enfoque de Gana e Nigéria, veja Polly Hill, *Migrant Cocoa Farmers of Southern Ghana,* Cambridge: Cambridge University Press, e Sara S. Berry. *Cocoa, Custom, and Socio-Economic Change in Rural Western Nigeria,* Londres: Oxford University Press, 1975, que nas pp. 75-78 mostra certas vantagens que os trabalhadores têm sobre os produtores locais.

nas culturas de alimentação.[26] O produto primário de exportação ajusta-se ao padrão de produção, ocupação e qualificações requeridas já existentes, com um mínimo de ruptura — e também com um mínimo de desenvolvimento cumulativo. Dependendo das circunstâncias sociais, demográficas e políticas, o resultado, para o cultivador, pode variar desde o padrão javanês de empobrecimento até o padrão de desenvolvimento "de uma vez". Qualquer que seja o resultado de fato, a iniciativa para um desenvolvimento cumulativo (se ocorrer) tem de originar-se alhures, isto é, em cadeia externa.

Repercussão exterior: provisão de bens públicos pelo estado

A primeira vista pode parecer que seria exigir muito de nossa maneira de abordar o assunto, que ela contribua com algo novo sobre este tópico. É bastante fácil de ver como as características específicas dos produtos primários de exportação podem contribuir para a propensão e habilidade dos seus cultivadores em comprometerem-se com ulteriores lances da sequência desenvolvimentista. Entretanto, como podem tais características relacionarem-se ao comportamento de outros atores sociais, como sejam as classes comerciais e industriais, investidores estrangeiros, ou o próprio Estado? Por agora relembraremos que um tipo de comportamento desenvolvimentista por parte do Estado, isto é, sua propensão a taxar o produto primário, já foi relacionado a certa característica dos produtos primários em geral, como seja a ausência de repercussões diretas no resto da economia. A taxação, naturalmente, não é tudo aquilo que se quer que o Estado desenvolvimentista faça. Como foi explicado anteriormente, um Estado que só faz taxar um produto primário de exportação pode estar muito longe de fazer uma efetiva contribuição para o desenvolvimento.

[26] Esse é o fator sublinhado por Robert Baldwin num artigo no qual ele examina, inicialmente para a África, a questão pela qual a exportação de produtos primários não provocou um crescimento cumulativo. A alternativa, ou melhor, o dilema descrito por ele é o seguinte: de um lado, entre os enclaves de mineração existe uma hierarquia de qualificações, mas que só pode ser usufruída por um pequeno grupo; de outro, as exportações de produtos primários não facilitam a formação de novas qualificações. Na minha opinião Baldwin dá uma importância exagerada à aquisição de qualificações específicas mas deixa de atentar para o aumento de competência geral, versatilidade e força de empreendimento que podem resultar da migração e da mobilidade geográfica. Com a mobilidade mais do que a aquisição de qualificações como fator crucial, o enfoque do desenvolvimento parece de certo modo mais promissor. Veja Robert E. Baldwin, "Export Technology and Development from a Subsistence Level", *Economic Journal,* 73, março, 1963, pp. 80-92.

Na verdade, é concebível que o tipo oposto de envolvimento seja uma forma melhor para que o Estado venha a adquirir a habilidade de promover o desenvolvimento. Em outras palavras, em lugar de taxar os cultivadores dos produtos primários, o Estado pode ser levado de algum modo a *assisti-los*. Se tal acontece, surge na cena do desenvolvimento um novo ator. Este exemplo pode, naturalmente, ser ainda um outro caso de desenvolvimento "de uma vez": é concebível que o estado venha a assumir uma função específica, a qual ele é o mais indicado a exercer e que isto seja o fim da história. Porém é também possível e, em certas circunstâncias, provável, que o Estado, como consequência de já ter intervindo de modo feliz em um setor determinado da economia, venha a adquirir a capacidade e o apetite necessários para avançar em outros setores ou para enfrentar a atividade econômica no seu todo.[27]

Quais são as condições, então, para que o Estado se veja impelido a exercer tais atividades de assistência? Mais provavelmente tal ocorrerá em conexão com serviços necessários ao setor agrário, que tem dificuldade em obtê-los individualmente ou mesmo na forma de cooperativas. Tais condições apontam para o domínio dos bens públicos que devam ser supridos pelo Estado, se existir alguma entidade capaz de fazê-lo.

Existem muitas variedades de serviços públicos ou semipúblicos que cabem nessa categoria: fornecimento de energia, transporte, irrigação, educação e saúde pública. Frequentemente designados como "infraestrutura", como se fossem precondições para as atividades mais diretamente produtivas, têm sido providenciados, mais frequentemente, em resposta a urgentes demandas do setor diretamente produtivo e às suas necessidades de consolidação, maiores lucros e ulterior expansão.[28]

No caso dos produtos primários, os mais importantes entre tais serviços públicos, ou de infraestrutura, são transporte, irrigação, controle de doenças e pestes. O último é particularmente típico do fenômeno de repercussão em cadeia aqui descrito: uma característica do produto primário, isto é, sua susceptibilidade às doenças e pragas, combinada com o

[27] Veja Judith Tendler, "Technology and Economic Development, The Case of Hydro versus Thermal Power", *Political Science Quarterly,* 80, junho, 1965, pp. 236-253.
[28] Uma demonstração que chama particularmente a atenção é a de que as estradas de ferro dos Estados Unidos foram construídas desta forma, e não "a pedido", encontrada em Albert Fishlow, *American Railroads.*

fato de que o sucesso na erradicação ou controle requer ações remediadoras e melhoramentos que se estendam por grandes áreas, significa que tal ação só pode ser empreendida por uma autoridade com poderes coercitivos, toda vez que estiverem envolvidos muitos produtores. Essa foi, precisamente, a situação que levou a extensão do papel do governo no Egito em fins do século XIX quando o algodão, seu principal produto primário, foi ameaçado por uma praga. Um estudo recente revela que tal expansão no papel do governo ocorreu mesmo sendo "muito contrária à inclinação de muitos administradores britânicos, particularmente Lord Cromer...".[29] Naturalmente, quando a ampliação do papel do Estado ocorre em situação colonial, e os colonizadores possuem uma imagem estabelecida de sua responsabilidade e seus limites, os efeitos cumulativos a serem esperados desse novo envolvimento do Estado na economia, se as circunstâncias fossem outras, seriam severamente prejudicados.

No caso da irrigação, a hipótese de que o Estado possa vir a tomar-se mais inclinado ao desenvolvimento e ao interesse público, como resultado da prática em prover certos serviços de utilidade pública aos produtores do setor primário, vai contra a bem conhecida tese de Wittfogel que considera as obras de irrigação organizadas pelo Estado como um determinante do "despotismo oriental" em suas várias formas.[30] Desse conflito de hipóteses é possível estimar que a tese de Wittfogel só é plausível em circunstâncias muito especiais, isto é, quando a irrigação é essencial para a cultura de alimentos básicos de modo que Estado e sociedade venham a constituir uma associação interdependente que resulta do fato de o Estado assumir a função vital de construir, administrar e manter as obras de irrigação. Por outro lado, nas inúmeras situações onde o Estado existe há muito tempo como entidade administrativo-burocrática e onde então assume uma atividade ligada à infraestrutura, como a irrigação, com o objetivo comparativamente modesto de ampliar a renda dos cultivadores do produto primário de exportação, essa atividade nova pode muito bem fazer com que uma burocracia, de outro modo parasita, adquira uma atitude desenvolvimentista. Embora essa atitude possa demonstrar alguns traços tecnocráticos, é improvável que

[29] E. R. J. Owen, *Cotton and the Egyptian Economy — 1820-1914,* Oxford University Press, 1969, p. 215.
[30] Karl Wittfogel. *Oriental Despotism,* New Haven: Yale University Press, 1957.

tenha quer a propensão quer o poder para desenvolver um estilo autocrático.[31]

Uma repercussão em cadeia particularmente interessante que se inicia no produto primário e seus característicos e vai até a ação por parte do Estado, destinada a garantir um serviço quando os produtores não têm capacidade para fazê-lo por conta própria — é a estabilização dos preços. Através da política de taxa de câmbio ou da instituição de juntas de comércio o Estado pode, dentro de limites, divorciar o preço internacional de um dado produto primário do seu preço doméstico; pode até mesmo manipular o preço internacional se o país é um produtor suficientemente importante, relativamente à oferta total do produto, a ponto de assegurar-se algum poder monopolístico nos mercados mundiais. No caso de produtos primários cultivados por muitos produtores, surgirá uma verdadeira necessidade e clamor por tal tipo de intervenção de parte do Estado, toda vez que o produto primário estiver sujeito a violentas baixas no preço. Tais condições são mais peculiares aos produtos tropicais tais como café e cacau. Devido ao intervalo de cinco anos entre o plantio e primeira colheita efetiva, a oferta tem muita probabilidade de estar em descompasso com a demanda, num padrão de "teia de aranha". Além disso, as árvores, uma vez plantadas, continuam a produzir mesmo sem o uso de fertilizantes, poda, limpeza, de sorte que a' resposta da oferta aos baixos preços é pequena, a curto prazo. Em último lugar, por ser usualmente grande o número dos produtores é pouco provável que estes se unam em qualquer ação organizada para remediar a situação, a não ser a de associar-se em grupo que pressionará insistentemente para obter ajuda do Estado.

Tais características e consequente vulnerabilidade particular dos preços do café e cacau às perturbações do mercado mundial têm sido há muito consideradas como ameaça potencial, tendo em vista os seus altos custos. Agora se consideram as vantagens compensadoras justamente por causa da ação estatal que, de maneira previsível, deflagram. A ajuda proposta pelo Estado através dos vários arranjos acima mencionados é, num sentido, o reverso exato do processo de extração de proventos fiscais, resultado da taxação sobre os produtos primários, que foi chamado de efeitos fiscais de repercussão em cadeia (*fiscal linkage*). (Na realidade, os

[31] Veja Albert O. Hirschman, *Development Project Observed,* Washington D. C.: Brookings Institutions, 1967, pp. 166-68.

produtos primários com mais probabilidade de provocar efeitos fiscais de repercussão — enclaves de minerais e petróleo — são os que têm menor probabilidade de obter assistência no sentido da estabilização de preços, dado que usualmente respondem às baixas nos preços através de imediatos cortes na produção.) Entretanto, irônica e dialeticamente, uma vez que o Estado tenha fornecido assistência para a estabilização de preços, ao mesmo tempo já estabeleceu o quadro institucional e talvez já tenha adquirido a atitude mental que o tornará capaz de extrair proventos fiscais dos produtos primários no futuro, quando os preços tiverem se estabilizado. E nesse momento o produto primário encontrar-se-á tão indefeso diante da taxação por parte do Estado, devido à baixa elasticidade-preço da oferta, como anteriormente o era face às quedas nos preços do mercado mundial.

A assistência no sentido da estabilização de preços é, portanto, uma variedade particularmente interessante de intervenção estatal, do ponto de vista de como uma coisa leva à outra: enquanto tais categorias de assistência como controle de pragas e irrigação podem conferir ao Estado um novo gosto pelas atividades desenvolvimentistas, a estabilização de preços não somente confere-lhe o gosto como também, para uso futuro, o mecanismo institucional para satisfazê-la.

Observações adicionais, principalmente de ordem metodológica

Sobre a natureza da abordagem "da repercussão em cadeia" em geral

Não há muito tempo atrás uma nova teoria do consumo tentou investigar o outro lado dos bens de consumo individuais, que até então tinham estado no centro da teoria tradicional. A nova teoria considerava cada mercadoria como um conjunto de qualidades (por exemplo, doçura, abundância de suco, facilidade em descascar e aparência, no caso de laranjas) e cada consumidor exigindo diferentes combinações de tais qualidades.[32] Obteve-se uma quantidade de resultados interessantes e novos através desse modo de encarar a questão. De maneira similar, os metalurgistas há muito desistiram de considerar os metais como materiais discretos, dados pela natureza. Passaram a identificar cada metal como um aglomerado de propriedades (tais como dureza, porosidade, conductividade

[32] Kelvin Lancaster, *Consumers Demand: A New Approach,* New York: Columbia University Press, 1971.

etc) e têm sistematicamente moldado ligas e substitutos com o propósito de obter combinações de tais propriedades que estejam em demanda para vários propósitos industriais.[33]

Focalizar as cadeias de repercussão com o fito de delinear os prospectos desenvolvimentistas dos diferentes países exportadores de produtos primários tem algo em comum com as maneiras de encarar a questão, acima descritas. E uma tentativa de olhar o outro lado de produtos tais como cana-de-açúcar, café, arroz, fumo e de identificar algumas características gerais desses produtos, que influenciam e condicionam o tipo de desenvolvimento experimentado pelos países que neles se especializam. Uma tal tentativa de encontrar critérios significativos de classificação não é nova. Alguns geógrafos econômicos e outros especialistas já agruparam os produtos primários em diversas categorias naturais ou botânicas com o propósito de mostrar que certas diferenças, no destino econômico ou sociopolítico de diversos países, podem assim tornar-se inteligíveis.

Esse tipo de esquema — produtos minerais, produtos agrícolas tropicais, produtos agrícolas de clima temperado — foi adotado por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto[34] num ensaio de importante repercussão sobre o desenvolvimento econômico e político da América Latina. A integração da análise econômica com a sociológica e política e a demonstração de que é possível estabelecerem-se diferenças características entre as experiências de desenvolvimento ou subdesenvolvimento dos diferentes grupos de países latino-americanos fizeram dela uma obra pioneira. Não obstante, ao buscar as propriedades gerais dos produtos primários que tenham probabilidade de conferir características distintivas ao processo de desenvolvimento, o método apropriado não é tomar emprestado tais propriedades a qualquer campo alheio, como o da botânica ou da climatologia, porém procurar as propriedades que surjam do *próprio processo de desenvolvimento* e, em seguida, conduzir a análise segundo

[33] Anthony Scott, "The Development of the Extractive Industries, *Canadian Journal of Economics and Political Science,* fevereiro, 1962, p. 81.

[34] *Dependencia y Desarrollo en America Latina,* México: Siglo XXI, 1969. Um desenvolvimento importante, posterior a esta tipologia, encontra-se em Osvaldo Sunkel e Pedro Paz, *El Subdesarrollo* y *la Teoria del Desarrollo,* México: Siglo XXI, 1970, pp. 317-343. Para um bom exame da literatura em questão, veja Norman Girvan, "The Development of Dependency Economics in the Caribbean and Latin America, Review and Comparison", *Social and Economics Studies,* 22, março, 1973, pp. 1-33.

essas propriedades. Ao avaliar os prospectos de desenvolvimento de um país, é, obviamente, mais revelador saber que seu produto primário de exportação é o centro de uma constelação de efeitos de repercussão em cadeia, do que a informação de que o produto primário é um produto agrícola tropical, por exemplo.

O sistema aqui descrito torna possível traduzir informação de ordem técnica em linguagem que se refere diretamente às possibilidades de desenvolvimento. Por exemplo, a existência de poços e a adição de uma autoestrada a uma ferrovia tende à substituição de um efeito de repercussão interno por um externo, se os fazendeiros instalam seus próprios poços e transportam seus produtos em seus próprios caminhões sem precisar depender de um sistema de irrigação ou de ferrovias de propriedade estatal.[35] É possível visualizar imediatamente uma variedade de consequências possíveis como subprodutos dessas substituições: podem dar reforço à capacidade empresarial privada, à concentração de renda, e complicar o processo de taxação fiscal. Até aí tudo bem; entretanto, ainda é possível enriquecer ainda mais esta linguagem e modificar substancialmente, nesse processo, as hipóteses até agora aventadas. Um bom exemplo de modificação, e que já tem ocorrido, foi mencionado anteriormente neste ensaio: no caso de produtos primários com efeitos de repercussão prospectivos que implicam em considerável processamento industrial, ficou demonstrado que estes últimos podem agir como obstáculos para o desenvolvimento e não como propulsores, pois tendem a ser tecnologicamente de origem estrangeira e, por isso, amarram os produtores do produto primário à sua tradicional atividade agrícola.

Segue-se uma advertência geral de grande importância: as várias características dos produtos primários e os decorrentes efeitos de repercussão, não obstante, estarem arranjados num sistema aparentemente compreensivo, foram resultado da observação da experiência concreta. Constituem por isso não mais do que uma organização útil do nosso conhecimento atual sobre os mecanismos do desenvolvimento. O modo pelo qual proliferaram exemplos de efeitos de repercussão em cadeia desde que o conceito foi proposto pela primeira vez, sugere que este processo de acumular conhecimentos está longe de ter esgotado suas possibilidades. Por

[35] Para esse e outros contrastes de desenvolvimento relatados entre estradas de rodagem e estradas de ferro na Nigéria, veja meu *Development Projects Observed,* pp. 139-148.

isso é da maior importância considerar os esquemas precedentes como esquemas em aberto e usá-los basicamente com propósitos heurísticos e permanecer receptivo a novas informações.

Relação com as teses do produto primário de exportação e do desenvolvimento do subdesenvolvimento

A forma de abordagem aqui descrita tem vários pontos de contato com outras tentativas de descrever a experiência do desenvolvimento dos países periféricos no período de crescimento baseado nas exportações.

A íntima relação da forma de abordagem baseada nos efeitos de repercussão com a tese do produto primário de exportação tornar-se-á evidente a partir de agora. A primeira é, essencialmente, uma tentativa de impor aos *insights*, de algum modo desorganizados, da última um quadro conceitual que torne possível uma exploração mais sistemática, com a reserva já apontada de que o sistema de referência aqui proposto não deve ser tomado como um esquema explanatório completo.

Permanece aberta a questão sobre como nossa forma de ver o problema relaciona-se com um outro esquema interpretativo, surgido nos últimos anos, o qual é melhor descrito como a tese do "desenvolvimento do subdesenvolvimento". À primeira vista, parece difícil conceber contraste maior do que aquele existente entre a tese das cadeias de repercussão e os escritos neomarxistas de André Gunder Frank, por exemplo, o qual é o responsável pela designação acima citada[36]: Desenvolvimento do subdesenvolvimento significa essencialmente que uma coisa *não levou* à outra nos países periféricos; que nestes países, na verdade; as coisas têm piorado progressivamente: o impacto do capitalismo e imperialismo na periferia tem se exercido no sentido de extrair o excedente e, no processo, empobrecer a nação, destruir a indústria local, exaurir o solo e o subsolo, emascular e corromper as elites locais. Na medida que não se pode negar a existência de uma certa medida de desenvolvimento capitalista, sob forma de industrialização, esta é atribuída exclusivamente à falta de contato com o

[36] "The Development of Underdevelopment", *Monthly Review,* 18, setembro, 1966, pp. 17-31, e *Capitalism and Underdevelopment in Latin America,* New York, Monthly ReviewPress, 1967; veja também Samir Amin, *L'Accumulation à L'Echelle Mondiale,* Paris: Anthropos, 1971.

centro imperialista por parte de certas regiões privilegiadas e durante certos períodos de exceção.[37]

Da perspectiva dos efeitos de repercussão em cadeia, algumas das asserções desse tipo (como as acima mencionadas) não são particularmente chocantes. Está implícito, no que foi dito, que o contato com o centro capitalista através da exportação de produtos primários pode, na verdade, ter como resultado, para os países periféricos, uma população empobrecida e a exaustão dos seus recursos naturais. E tal seria o caso enquanto o produto primário específico não está ativando repercussões fiscais em cadeia, enquanto determina somente efeitos em cadeia prospectivos que dependem de tecnologia, estrangeira e leva à importação de bens de consumo que competem com a indústria e artesanatos locais, provocando seu desaparecimento em lugar de efeitos de repercussão em cadeia na esfera do consumo. E mesmo nos casos em que ocorrem repercussões em cadeia de natureza fiscal, porém, o Estado mostra-se incapaz de investir produtivamente os proventos resultantes da taxação, a situação decorrente pode não ser melhor do que se as rendas geradas pelo produto primário fossem diretamente para os proprietários absenteístas. Muitas das proposições expressas neste ensaio apontam para a possibilidade de ocorrerem combinações de circunstâncias particularmente desafortunadas: enquanto a repercussão fiscal é baseada na ausência de repercussões prospectivas ou retrospectivas, é perfeitamente concebível que, durante um prolongado período, não surjam repercussões em cadeia de natureza física nem fiscal. Este ensaio, embora tenha origem, confessadamente, na tentativa de compreender como pode acontecer o desenvolvimento, é também capaz de explicar a ausência dele ou a ocorrência de períodos de "desenvolvimento do subdesenvolvimento", se entendermos adequadamente a maneira de encarar os fatos nele implícita. Não ignora a possibilidade de empobrecimento e é, nesse respeito, bastante diferente da teoria clássica do Comércio Internacional, a qual pode conceber no pior dos casos uma ausência de ganhos (um ganho zero) decorrente das relações comerciais, para qualquer país que participe do comércio mundial.

[37] Para críticas desses pontos de vista dentro da esquerda e/ou na periferia, veja Henrique Cardoso, "As Contradições do Desenvolvimento Associado", *Estudos CEBRAP,* n. 6, São Paulo, abril-junho, 1974, também publicado com o Capítulo I de seu *Autoritarismo e Democratização,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, e Bill Warren, "Imperialism and Capitalism Industrialization", in *NewLeft Review*, n. 81, setembro-outubro, pp. 3-45.

Ao mesmo tempo, é claro, o presente esquema teórico está totalmente desperto para as possibilidades de desenvolvimento, em particular àquelas que possam ser inteiramente indesejáveis por parte dos especuladores ou autoridades responsáveis pelo "desenvolvimento do subdesenvolvimento". A maior parte das cadeias de repercussão aqui examinadas — repercussões na esfera do consumo, extração de rendas provenientes do produto primário, ou fornecimento de assistência por parte do Estado no caso do controle de pragas ou de estabilização dos preços — são da mesma natureza de eventos originalmente não previstos por parte dos que iniciaram a produção do produto primário. O presente esquema toma possível compreender eventos potencialmente positivos tais como os já implícitos em uma fase exploradora precedente. Tem portanto pretensões de ser mais verdadeiramente dialético do que a tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento, a qual deixa de lado a conexão íntima entre as várias fases do que deve ser entendido como um processo dinâmico.[38] Um dos grandes méritos da tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento foi a crítica devastadora e definitiva feita ao conceito de "sociedade tradicional", um "construto" a-histórico endêmico na maior parte da literatura anterior sobre o desenvolvimento, a qual supostamente prevalecia onde quer que não tivesse ocorrido uma forma de desenvolvimento dinâmico.[39]

[38] Aqui não existe intenção de sugerir que a história do desenvolvimento sempre tem um final feliz, que, após um período de exploração econômica, uma reviravolta de desenvolvimento pode aparecer quase com certeza. De um lado, a sequência oposta, de um surto de desenvolvimento para um período de estagnação e exploração pode facilmente ser encontrada, da forma com que procurei mostrar ao discutir os aspectos positivos e negativos do investimento estrangeiro. Veja "How to Divest in Latin America and Why", in *Bias for Rope,* Capítulo 11. Esse estudo é para uma análise que pode ser responsável por mudanças de qualquer tipo.

[39] O argumento de que o atraso e a pobreza da periferia não é um "estado da natureza" mas que está fortemente relacionado com o desenvolvimento e enriquecimento do centro, é naturalmente muito mais antigo do que a tese de "Desenvolvimento do Subdesenvolvimento" de A. G. Frank, e de fato está implícito na teoria de Marx a respeito da acumulação primitiva. Mesmo sem roubo ou exploração, ou um contato econômico íntimo entre regiões mais ou menos desenvolvidas, os países podem seguir por caminhos cumulativamente divergentes de desenvolvimento e empobrecimento causados graças aos efeitos retrospectivos ou "polarização", como foi mostrado por Gunnar Myrdal em *Economic Theory and Under-Developed Regional,* Londres, Duckworth, 1957, e em *Strategy,* Cap. 10. Uma crítica precoce dos conceitos da "sociedade tradicional" e "modernização" encontra-se em Fernando Henrique Cardoso, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico,* São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1964, pp. 65-72.

Infelizmente algumas das críticas substituíram esse construto pela noção igualmente a-histórica da decadência uniforme, que supostamente foi ou está sendo experimentada por todos os países que se encontram na periferia do centro capitalista-imperialista, até que se libertem do jugo imperialista ou neoimperialista.

Das cadeias de repercussão ao micromarxismo

Tomadas minhas distâncias das teorias neomarxistas contemporâneas sobre os países periféricos, posso agora reivindicar um certo grau de parentesco intelectual entre meu esquema de abordagem e o sistema marxista. Antes deve ser dito algo sobre a natureza das propriedades ou características dos produtos primários identificados como aqueles que dão origem a cadeias de repercussões.

Algumas das cadeias como as de repercussões prospectivas e retrospectivas estão diretamente ligadas às condições técnicas de produção do produto primário. A mudança tecnológica afetará naturalmente o número e os tipos de tais cadeias; entretanto, estas são invariáveis quanto à mudança social e política. Se em lugar dessas focalizarmos nossa atenção nas repercussões fiscais, por exemplo, a importância do contexto político é imediatamente evidente. Para que estas ocorram o Estado deve ter desenvolvido a vontade e a habilidade para insistir em suas reivindicações sobre os recursos que estão sendo explorados em seu território, para fins de reinvestimento em outras áreas da economia. As cadeias de repercussões fiscais não são algo inerente ao petróleo como é o caso, por exemplo, de uma certa percentagem de enxofre; associam-se com esse produto em certas circunstâncias históricas. Não obstante, nosso argumento é o seguinte: as cadeias fiscais não ocorrem só porque o Estado se modernizou, tornou-se autônomo, orientado para o desenvolvimento, ou anti-imperialista; por uma série de razões ligadas ao seu modo de produção — ausência de cadeias físicas de repercussão além da probabilidade de ser de propriedade estrangeira em certos períodos históricos — a existência de petróleo predispõe o Estado a desenvolver a propensão para taxar, em grau maior do que se o produto primário fosse de natureza agrícola, cultivado por inúmeros fazendeiros locais em suas próprias terras nas regiões centrais do país. Dessa maneira, é possível, no fim de contas, identificar influências que vão do produto e sua tecnologia — isto é, das "forças produtivas" — a uma

forma específica de desenvolvimento econômico e a certos acontecimentos sociopolíticos, como nacionalismo e taxação, que definem essa forma.

Obviamente aqui existe algo que possui considerável afinidade com o Marxismo ‘e o Materialismo Histórico, porém, ao mesmo tempo, a diferença é igualmente marcante. O pensamento marxista tradicionalmente ocupou-se de um número pequeno de constelações de forças produtivas — tais como os modos de produção feudal ou capitalista — dominantes em grandes áreas geográficas e que persistem por longos períodos de tempo; as configurações políticas e sociais são vistas, então, como derivadas desses macromodos. A abordagem do tipo "repercussão em cadeia" (*linkage*) também absorve traços característicos dos processos de tecnologia e produção, tomados como pontos de partida para a compreensão de eventos sociais, porém o faz em escala muito menor, em pormenores mais específicos, e por um espaço de tempo mais limitado. Por tal razão, "micromarxismo" pode ser um bom modo de descrever esta tentativa de mostrar como a forma que assume o desenvolvimento econômico, incluindo seus componentes sociais e políticos, pode ser referida às atividades econômicas específicas de um país.

Marx e os marxistas mais sensíveis caminharam na direção da microabordagem quando tiveram que lidar com eventos específicos e experiências peculiares a certos países. Marx em particular oscilou entre a grande generalização, com a qual caracteriza toda uma época, e a análise judiciosa de eventos que faziam ressaltar com riqueza de pormenores as diferenças entre países e subperíodos. Um exemplo relevante para os nossos propósitos no momento está contido no Prefácio d'*O Capital*, no qual aparece a frase tão frequentemente citada:

> o país industrialmente mais avançado não faz mais do que apresentar àqueles que o seguem nos degraus da trajetória industrial a imagem de seu próprio futuro.

Nesse ponto Marx parece sugerir que o desenvolvimento industrial capitalista está fadado a apresentar traços e estágios uniformes em todos os países, não importa quão tardiamente estes entrem na escalada industrial. Porém, basta continuar a leitura para verificar que Marx tinha um sentido muito agudo das diferenças críticas, apesar de pequenas. Logo no parágrafo seguinte (o qual, aparentemente, nunca merece a atenção daqueles que costumam citar a frase acima transcrita), Marx prevê um caminho muito

diferente para a Alemanha e Europa Continental relativamente àquele seguido pela Inglaterra, dada a ausência de leis que regulem o trabalho nas fábricas e, em geral, devido a uma variedade de resíduos de natureza social e política remanescentes do feudalismo, os quais não existiam na Inglaterra. Desse modo, Marx apresenta elementos para uma análise comparativa que limita consideravelmente, e mesmo contradiz, a generalização inicial.

É notável — e caracteristicamente não marxista — que Marx tenha feito a diferenciação entre a Inglaterra e a Alemanha a partir de certos elementos próprios das instituições jurídicas alemãs e de sua herança histórica. Ao projetar diferenças semelhantes no porvir histórico, está recorrendo a diferenças na "superestrutura" ao mesmo tempo que, aparentemente, percebe a infraestrutura — desenvolvimento industrial em moldes capitalistas — como sendo idêntica tanto para a Inglaterra quanto para a Alemanha. A este respeito, subsequentes estudiosos do desenvolvimento capitalista comparativo vieram a ser mais marxistas do que o próprio Marx. Gerschernkron, por exemplo, ao explicar as diferenças entre os padrões de desenvolvimento da Inglaterra e de países europeus retardatários, tais como Alemanha e Rússia, não recorreu a resíduos das experiências históricas prévias dos últimos dois países; ao contrário, concentrou-se nas taxas diferentes de desenvolvimento da agricultura e da indústria durante o período da expansão industrial e nos diferentes papéis representados pela produção de bens de consumo e bens de capital.[40] De modo semelhante, ao considerar países de industrialização ainda mais recente, tentei mostrar que o rígido padrão da industrialização baseada na substituição de importações, a importância dos estrangeiros no processo e a prolongada ausência de qualquer produção industrial para exportação podiam explicar muita coisa sobre algumas das características mais salientes do desenvolvimento político nesses mesmos países, tal como a fraqueza da burguesia nacional.[41]

É característico desta forma de encarar os problemas, a qual chamamos de micromarxista, derivar diferenças importantes no desenvolvimento sociopolítico de outras diferenças, comparativamente pequenas e difíceis de perceber inicialmente, existentes na estrutura das

[40] Alexander Gershernkron, *Economic Backwardness in Historical Perspective,* Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1962.

[41] *The Political Economy of Import-Substituting Industrialization in Latin America.*

"forças produtivas", dentro do que tinha sido geralmente considerado uma fase histórica uniforme ou um modo de produção homogêneo. No mesmo sentido, muito mais ainda é possível fazer com referência ao período de industrialização.[42] Entretanto, o micromarxismo é particularmente apropriado quando se trata do desenvolvimento dos países da periferia durante o assim chamado período de crescimento comandado pelas exportações, o qual, para a maioria desses países, ocupa a segunda metade do século XIX e as primeiras duas ou três décadas do século XX, prolongando-se, porém, até hoje, em alguns casos. Aos países periféricos foi atribuído, pelo centro capitalista, o papel de fornecedores de matérias-primas agrícolas e minerais, e a maior parte deles especializou-se em uma única ou algumas poucas linhas de produtos individuais. Existindo substantivas diferenças entre as características e os efeitos em cadeia associados aos diferentes produtos primários de exportação, as forças produtivas que predominavam nesses países eram, provavelmente, mais heterogêneas durante o estágio de crescimento comandado pelo setor exportador do que em qualquer outro período histórico precedente ou subsequente. Não há muito por que se admirar do fato de ser a abordagem micromarxista particularmente adequada e reveladora quando se trata desse estágio particular.

Uma charada final

Existe uma literatura que tem muita coisa em comum com a abordagem em termos de repercussões em cadeia ou "micromarxista", como foi aqui apresentada. Mais ainda do que os escritos de Harold Innis, além dos de outros contribuidores para a *staple thesis*, estamos pensando num conjunto de escritos bastante esparso e frequentemente impressionista, que focaliza um ou, com mais frequência, dois produtos, geralmente de um mesmo país, de sorte a fazer derivar desses produtos e de suas propriedades muito das venturas, desventuras e história geral do país. O típico

[42] Veja, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso, *As Contradições do Desenvolvimento Associado*, Guillermo O'Donnel, *Reflexiones sobre las tendencias generales de cambio en el Estado Burocratico-Autoritario*, e James R. Kurth, *Patrimonial Authority, Delayed Development, and Mediterranean Politics*, artigo apresentado no Encontro Anual da Associação Americana de Ciências Políticas, Nova Orleans, Luisiana, e "Industrial Structure and Comparative Politics", artigo não publicado, maio. 1975.

representante desse gênero é o *Cuban Counterpoint* de Ortiz,[43] onde o contraste entre o "benfazejo" tabaco e o "pernicioso" açúcar é liricamente descrito de todos os ângulos concebíveis. Tais comparações, em pares, do desempenho contrastante de produtos primários de exportação provaram ser intelectualmente sedutoras; de modo similar, embora nem de longe tão barroco, já foram tentadas descrições que se aplicassem à cana-de-açúcar *X* café, no Brasil, tabaco *X* café, na Colômbia, cana-de-açúcar *X* arboriculturas, na Indonésia.[44]

Ficará óbvio que tomei emprestado muita coisa dessa literatura e de suas conclusões. Entretanto, tais análises apresentam uma característica bastante generalizada, a qual desperta a suspeita do intelectual: em quase todas essas comparações de pares é atribuído a um dos produtos primários de exportação o papel do "vilão", enquanto o outro é o "herói" (a exceção, encontramo-la no tratamento que dá Geertz à comparação da cana *X* arboriculturas, na Indonésia, onde a primeira é o "vilão", porém na qual não existe um verdadeiro "herói''). Em Cuba a cana é o vilão e o tabaco é o herói; na Colômbia o tabaco é o "bandido" enquanto o café é o "mocinho"; no Brasil, mais uma" vez, o vilão é a cana e o herói é o café (note-se que como resultado desses três pares de comparações, a ordem dos três produtos primários é, no fim de contas, transitiva!) Em todas essas comparações os produtos primários são vistos a partir de uma ampla variedade de ângulos e um dos dois produtos, consistentemente, leva vantagem sobre o outro. Observamos o mesmo tipo de convergência dos sinais positivos de um lado e sinais negativos de outro, quando observamos não mais produtos primários, porém, outras atividades econômicas do ponto de vista de sua contribuição indireta, sem limitar-se simplesmente ao montante da produção, para o desenvolvimento econômico. O estudo realizado por

[43] Fernando Ortiz Fernandez, *Contrapunto Cubano del Tabaco y del Azucar,* Havana: Jesus Montero, 1940, traduzido, com um prefácio de. B. Malinowsky; como *Cuban Counterpoint,* A. A. Knopf, 1947. O trabalho espanhol foi reeditado pelo Consejo Nacional de Cultura em 1963. Um trabalho que lhe é muito próximo é o de Ramiro Guerra y Sanches, *Sugar and Society in the Caribbean,* prefácio de Sidney W. Mintz, New Haven, Yale University Press, 1964. A primeira edição espanhola deste trabalho surgiu em 1927.

[44] Celso Furtado, *The Economic Growth of Brazil,* Berkeley: University of California Press, 1963, pp. 123-26; Luis Eduardo Nieto Asteta, *Economia y Cultura en la Historia de la Colombia,* Bogotá, 1942, e de maneira especial em seu *El Cafe en la Sociedad Colombiana,* Bogotá, 1958; William Paul Me. Greewey, *An Economic History of Colombia — 1845-1930,* Cambridge: University Press, 1971, Capítulo 9; e Clifford Geertz, *Agricultural Involution.*

Judith Tendler sobre termoelétrica *X* hidroelétrica e geração *X* distribuição de energia, no Brasil e na Argentina, concentrou um número impressionante de argumentos, que demonstram a inequívoca superioridade da energia de origem hidráulica sobre a de origem térmica e da geração sobre a distribuição de força; de modo similar, minhas próprias observações quanto a adequabilidade comparativa entre rodovia e ferrovia para a situação da Nigéria após a independência resultaram em apontar as autoestradas e o transporte por caminhões como sendo consistentemente superiores as ferrovias, em um grande número de aspectos diversos.[45]

É certamente possível que esta estranha convergência deva-se a alguma forma de percepção seletiva da realidade, causada, por sua vez, pelas próprias questões que queremos responder. Para dar um exemplo: o *boom* do café, no Brasil, no século XIX, é causa, sem dúvida alguma, do crescimento de São Paulo e, eventualmente, de sua posição de liderança como centro industrial; ao mesmo tempo, o cultivo da cana-de-açúcar no Nordeste do país, a partir do século XVI, pouco mais deixou do que a região de depressão econômica mais populosa da América Latina. Tal contraste nos impele a encontrar numerosas razões para "louvar" o café e "culpar" a cana-de-açúcar.

Entretanto, devemos considerar a possibilidade de que o fenômeno de convergência não seja somente algo forçado por nosso intelecto sobre uma realidade recalcitrante, pelo motivo já dado; não é legítimo descartar a hipótese de que o fenômeno possa existir verdadeiramente só porque podemos invocar boas razões psicológicas para querer *acreditar* em sua existência.

Que o fenômeno de convergência *possa* existir é óbvio. As propriedades que achamos relevantes para a análise dos efeitos do desenvolvimento — digamos, a ausência ou presença de efeitos de repercussão prospectiva, sofisticados e estrangeiros, do ponto de vista tecnológico, um preço alto ou baixo por unidade de peso, produtividade marginal do trabalho em decréscimo gradual ou brusco, uma resposta rápida ou lenta da oferta diante de alterações nos preços — todas essas poderiam ser combinadas num único produto primário de exportação, de modo a criar

[45] Judith Tendler, "Eletric Power in Brazil" e "Technology and Economic Development", o caso de "Hydro versus Thermal Power" e o meu *Development Project Observed,* pp. 139-48.

uma acumulação quer de sinais positivos ou negativos. Por exemplo, a natureza botânico-econômica de muitas arboriculturas tropicais é tal que estas levam vantagem em cada uma das dimensões acima mencionadas. De muitos pontos de vista o cultivo do café resultou, em vários países, num estímulo para o desenvolvimento; encorajou os cultivadores autônomos a migrar ou assumir funções empresariais outras que o cultivo do café; levou-os à formação de fortes grupos de pressão com influência sobre o Estado e consequente intervenção deste no sentido de estabilizar os preços; devido à lenta resposta da oferta às mudanças nos preços, foi eventualmente possível sacrificar o produtor de café, por longos períodos, em benefício da indústria; e assim por diante.

Não existe então nada intrinsecamente inconcebível em uma dada mercadoria agindo como uma conspiração multidimensional a favor ou contra o desenvolvimento, dentro de um certo quadro histórico e sociopolítico. Porém, em que medida é provável que tais conspirações tenham realmente existido? Para poder responder a esta questão é útil reportarmo-nos a um acontecimento e período histórico diferentes, isto é, o do surgimento da escravidão no Novo Mundo. Parece evidente que certas características do cultivo da cana-de-açúcar — o trabalho pesado, em sua maioria não qualificado, em climas tropicais, a disponibilidade de terra livre próxima às plantações; a necessidade de manter a força de trabalho reunida durante a estação baixa, combinada com a possibilidade de utilizá-la, incluindo mulheres e crianças, em tarefas menores[46] — conspiraram, juntamente com a "fome de açúcar" existente na Europa após o Renascimento, para criar uma afinidade especial entre cana-de-açúcar e escravidão. Obviamente não foi a cana-de-açúcar que criou a escravidão; entretanto, é bastante razoável sugerir que a escravidão não teria se espalhado tanto, como ocorreu depois do século XVI, se não fora o cultivo da cana-de-açúcar com todo o amontoado de características peculiares ao seu cultivo. Uma confirmação dessa hipótese é, de certo modo, fornecida

[46] H. J. Nieboer, *Slavery as an Industrial System,* The Hague: Martinus Highoff, 1900, pp. 420-22; Sidney Mintz, "Foreword", in Ramiro Guerra y Sanchez, *Sugar and Society in the Caribbean;* "Cambridge Economic History of Europe", Cambridge: University Press, 1967, Vol. IV, pp. 290-91 e 311-14; Evsey D. Domar, "The Causes of Slavery of Serfdom: A Hypotesis" , in *Journal of Economic History,* 30, março, 1930, pp. 18-32; Keith Aufhauser, "Slavery and Technological Change", in *Journal of Economic History, 34,* março, 1974, pp. 36-50 e passagens de Ortiz e de Toqueville aqui citadas.

pela ausência de escravidão na Nova Inglaterra; seguramente tal fato deveu-se, em grande parte, à falta de oportunidades para entrar no esquema escravista; isto é, aos solos pobres e ao clima áspero, próprios da região, que a tomavam pouco adequada a qualquer produto que necessitasse ser cultivado por mão de obra escrava, e destinando-a a ser utilizada pela agricultura de subsistência, em pequena escala e realizada pelos proprietários.

Generalizando a partir desse exemplo histórico, é possível conjecturar que o aparecimento de um novo modo de produção está mais intimamente ligado à existência, no tempo apropriado, de uma atividade econômica específica, que apresente uma afinidade mais forte com este modo de produção do que a que é constatada mais tarde, quando o modo de produção já se tomou ubíquo e dominante e, portanto, parece ser, e na realidade já se tomou, independente dessa atividade. Este tipo de relação, na qual uma atividade econômica é, parafraseando Marx, a parteira de um novo modo de produção, pode com alguma probabilidade ter sido o que prevaleceu também entre a indústria têxtil e a Revolução Industrial. Se nossa conjectura é correta, o aparecimento de um novo modo de produção seria evidência imediata de que uma atividade econômica com essa afinidade especial, múltipla e intelectualmente suspeita, por esse mesmo modo de produção, deve estar existindo no momento — de outra maneira o novo modo não teria conseguido surgir.

Tendo argumentado a favor da possível existência do fenômeno de convergência, é meu dever apresentar restrições de duas naturezas bastante diferentes. Em primeiro lugar, é fácil argumentar em demasia a favor da conexão entre as características de um produto primário específico e o ambiente sociopolítico. Por depender das condições técnicas exatas da produção, esta conexão está intimamente ligada a um tempo e espaço particular. Já foi notado que mudanças relativamente pequenas na técnica — por exemplo, a substituição do sistema de poços tubulares usados na irrigação por um sistema de controle central — podem alterar substancialmente papéis e relações sociais existentes. Um dos méritos da nossa maneira de olhar o problema, isto é, em termos generalizados de efeitos em cadeia ou de modo micromarxista é o de estimular o analista a estar sempre alerta para o aparecimento de qualquer "novidade" tecnológica que possa ter consideráveis repercussões econômicas e sociopolíticas. Em poucas palavras, a produção cafeeira hoje na Colômbia pode

ter um significado social e em termos de desenvolvimento inteiramente diferente do da produção cafeeira de amanhã em Uganda.

Por outro lado, não existe necessariamente uma correspondência biunívoca entre um produto primário e "seu" ambiente sociopolítico. Bastante estranhamente, um produto primário que tenha exercido um importante papel reforçador em relação a um determinado ambiente social e político pode vir a desempenhar esse mesmo papel outra vez, porém em um ambiente já muito modificado. Um notável exemplo de tal desempenho repetido em circunstâncias já drasticamente alteradas nos foi oferecido recentemente pelo cultivo da cana-de-açúcar em Cuba: algumas das mesmas características que uma vez tinham determinado a afinidade entre o cultivo da cana e a escravidão — a grande incidência de trabalho não qualificado, a natureza sazonal da demanda de trabalho fizeram da cana, no período a que nos referimos, a atividade econômica ideal para a demonstração periódica do espírito comunitário e da dignidade do trabalho físico, quando jovens de ambos os sexos deixam de lado suas ocupações urbanas durante a colheita para ajudar na tarefa de corte no campo. Do mesmo modo que antes aumentara a extensão da escravidão, a cana-de-açúcar agora estava acentuando o socialismo cubano, ao possibilitar a este país fazer experimentos e seguir caminhos nem sempre tão prontamente disponíveis aos outros países socialistas.

> O linho está exatamente como antes. Nem uma de suas fibras está mudada, entretanto uma nova alma social ocupou o seu corpo.

Esta frase d'*O Capital* parece muito a propósito, entretanto, o aspecto de algum modo enigmático desse problema é revelado, em contexto muito diferente, por Pascal:

> Do mesmo modo que todas as coisas falam de Deus àqueles que O conhecem e do mesmo modo que O revelam àqueles que O amam, assim essas mesmas coisas O escondem daqueles que não O conhecem.[47]

Em outras palavras, a mesma evidência factual pode servir e até mesmo encorajar opostas interpretações do mundo. De maneira análoga, o

[47] Karl Marx, *Das Kapital (Vienna Verlag lur Literatur und Politik, 1932),* Vol. 1, p. 785; Blaise Pasca), carta para a sua irmã, 1º de abril de 1648 em *Oeuvres Complètes,* Paris: NRF-Pleiade, 1969, p. 484.

mesmo produto primário, suas características e modo de produção, podem inesperadamente reforçar dois arranjos sociais e regimes políticos totalmente diferentes. Aí, o micromarxismo toma um rumo bastante não' marxista. Pois venho dizendo, usando a terminologia marxista, que um conjunto idêntico de forças produtivas poderia ainda manter uma relação de cumplicidade, de reforço mútuo, com mais de um conjunto de relações de produção.

No fim de contas esta conclusão é tanto melhor para mim, pois estou longe de desejar estabelecer um novo tipo de reducionismo ou determinismo. Meu objetivo tem sido mostrar não que um produto primário de exportação determinará o ambiente sociopolítico de modo singular e exaustivo, porém, que a cada momento este imprimirá certos padrões que lhe são peculiares a qualquer situação em que se encontre, e que é possível e vale o esforço estudar o processo pelo qual imprime tais padrões. Relacionado a este ponto, notamos que existem diferentes graus de afinidade ou compatibilidade entre atividades econômicas específicas, de um lado, e variedades de ambiente sociopolítico de outro. Em um dos extremos da escala, percebemos atividades que mantêm a já mencionada relação de cumplicidade e reforço mútuo com o ambiente que as cercam. Embora seja possível para a mesma atividade manter tal relação com mais de um ambiente sociopolítico, encontramos no outro extremo da escala atividades econômicas que apresentam um grau muito baixo de compatibilidade com certos quadros sociopolíticos — por exemplo, certos frutos e vegetais que requerem "cuidado amoroso", parecem ser pouco adequados para uma agricultura de tipo coletivista. Porém o argumento em defesa do fenômeno de convergência levou-me adiante do que pretendia. O estudo sistemático desses problemas exigiria um trabalho muito mais longo. O presente ensaio teve como objetivo principal explorar as linhas de compatibilidade dos produtos primários com o desenvolvimento econômico num dado período histórico, dentro dos padrões sociais e políticos característicos desse período — e não a sua compatibilidade com regimes sociopolíticos.

MODOS DE PRODUÇÃO E IMPERIALISMO: MODELOS ALTERNATIVOS[1]

Bernardo Sorj

Este trabalho tem por objetivo formular hipóteses sobre as estruturas das economias de exportação, que tentam se distanciar dos marcos conceituais dominantes na bibliografia latino-americana das duas últimas décadas.

A pergunta que formulamos na primeira parte é a seguinte: de que modo, na periferia, a partir das determinações que lhe são específicas, o capitalismo repõe suas premissas socioeconômicas, as quais incluem — como veremos — formas não capitalistas de produção, numa relação ao mesmo tempo complementar e contraditória? Ao invés da análise de articulação de modos de produção, na qual se identificam "modos de produção" que são depois articulados por relações funcionais, nosso ponto de partida será a dinâmica desencadeada pela produção capitalista na exportação e, a partir dela, a análise da forma pela qual as relações de produção não capitalistas se subordinam ao seu movimento.[2]

---

[1] Este artigo utiliza amplamente materiais de dois trabalhos nossos sobre o tema: A reprodução do capitalismo periférico exportador: estrutura e contradições, em coautoria com Leo Zamosc, publicado em *Cadernos do DCP,* n. 4, 1977; e do trabalho, apresentado no Seminário sobre Economias de Exportação na América Latina. Reflexões heréticas sobre o imperialismo e as economias de exportação a ser publicado pela revista *Dados.* Este artigo foi traduzido por Carlos Nelson Coutinho.

[2] A discussão sobre o caráter feudal ou capitalista das relações de produção na América Latina foi, em geral, bastante infrutífera. Grande parte do debate girou em tomo de critérios isolados para demonstrar o caráter feudal ou capitalista das relações de produção sem analisar a dinâmica do conjunto. Embora venhamos a tratar novamente desse assunto adiante, interessa-nos ressaltar por enquanto que — na medida em que se afirma a preponderância do capitalismo — dever-se-ia explicar a razão pela qual esse capitalismo não destrói as formas de produção não capitalistas.
Em sua crítica a Frank, E. Laclau (1971) afirma que, na América Latina os modos de produção não capitalistas estão subordinados às leis de produção do modo de produção capitalista. Laclau apenas apresenta esse enunciado, sem comprová-lo; mas, se o considerarmos como correto — e, fundamentalmente, essa é nossa opinião —, não se justifica que Laclau continue falando de modos de produção, a não ser que se mantenha uma definição formal de modo de produção como conjunto de variáveis empíricas e não como uma totalidade cuja reposição determina leis específicas de movimento para o conjunto da sociedade. O próprio Laclau reconhece que esses modos de produção na América Latina estão subordinados às leis de movimento do capitalismo, sendo assim relações de produção

Na segunda parte do trabalho, expõem-se algumas ideias que questionam a importância atribuída à transferência de excedentes da periferia para o centro como marco explicativo do subdesenvolvimento do Continente. Indicando que em certos períodos históricos o movimento de excedentes foi inclusive inverso, buscamos relativizar explicações baseadas na economia, com o objetivo de indicar a necessidade de aprofundar o estudo das características das classes dominantes e das estruturas de dominação.

Estrutura e dinâmica das economias de exportação

A análise e Marx do processo de reprodução capitalista considera a existência de duas seções básicas na produção (a de bens de consumo do trabalhador e a de meios de produção), e estuda a dinâmica entre ambas as seções, que gera a reprodução do capital social. A análise de Marx, contudo, baseia-se na suposição de que as relações de produção capitalistas predominam em ambas as seções e que o sistema produtivo é uma unidade autossuficiente. Nesse sentido, as formações periféricas diferem da análise de Marx, sobretudo no seguinte:

a) A divisão do trabalho se dá entre seções que contêm tipos diferentes de relações de produção.

b) Não há uma seção que produza meios de produção. O capitalismo periférico exportador possui apenas uma seção de produção de bens manufaturados para a exportação (Seção II e insumos para a Seção I das economias centrais) e um setor de bens de subsistência para os trabalhadores do setor exportador (Seção II).

c) A formação periférica depende do exterior tanto para a realização da maior parte de sua produção, quanto para a aquisição de mercadorias para a Seção I e parte da Seção II.

d) As contradições principais do processo de reprodução aparecem como contradições que ocorrem entre a economia nacional e a externa, já

subordinadas, cuja existência deve ser explicada pela forma própria de acumulação na periferia. Por outro lado, deve-se reconhecer a existência de relações de produção não capitalistas, como um tipo específico de apropriação do trabalho excedente e de desenvolvimento das forças produtivas, já que essas determinam uma forma específica de inserção econômica e política.

que não expressam diretamente as características de um circuito autocentrado de acumulação.

Enquanto a análise de Marx pressupunha que as relações de produção capitalistas predominavam e que se tratava de um sistema autorregulado, no caso do capitalismo periférico ocorre que as formações não contêm imanentemente o conjunto do circuito de sua produção/ comercialização/consumo; e as relações entre as diferentes seções são também relações entre diferentes relações de produção, e relações entre a economia periférica e a economia central, fundamentalmente em termos de "importações" e "exportações".

É fundamental indicar que a análise do processo de produção econômica não é suficiente para dar conta da manutenção e/ou mudança da sociedade. Toda forma de reprodução econômica pressupõe a existência de formas de dominação, que são inclusive precondição de funcionamento das relações de produção. Na parte final deste ensaio, voltaremos a esse tema.

Nossa análise da reprodução do capitalismo periférico exportador tomará como referência histórico-concreta o caso de El Salvador. Na medida em que toda experiência histórica tem aspectos particulares e universais, consideramos que é possível e necessário desenvolver nossas proposições a partir de um caso histórico concreto. Contudo, sentimo-nos livres para introduzir, quando considerarmos relevantes, exemplos tomados de outros contextos históricos.

O caso salvadorenho tem como atrativo o fato de ser uma economia relativamente simples, tanto em termos de variação regional e histórica quanto em termos de produção — fundamentalmente, o café —, e por estar a produção em mãos de proprietários nacionais. Contudo, devemos advertir contra a aplicação mecânica dos esquemas que desenvolveremos em seguida, já que as características históricas e as formas de enclave influenciarão cada formação de modo específico. Podemos assinalar aqui, pelo menos, alguns aspectos que influenciarão o tipo de dinâmica de reprodução, sem incluir os efeitos próprios dos processos políticos:

a) O contexto histórico herdado em termos de relações de produção. No caso latino-americano, temos pelo menos três situações típicas, ainda que nunca presentes de forma pura em contextos concretos: 1) formações com populações pré-colombianas integradas com a força de trabalho desde

a Colônia; é o caso da maioria dos países andinos, da América Central e do México. As formas organizadas de comunidade indígena encontradas pelos colonizadores irá conformar a fonte principal de mão de obra e de terras potenciais a serem apropriadas pelos latifúndios; 2) formações baseadas no trabalho escravo, por causa da falta de população nativa ou da inadequação dessa ao trabalho forçado; nessa categoria, podemos incluir o Brasil e o Caribe; 3) regiões que foram praticamente abandonadas durante a maior parte do período colonial, instalando-se nelas, a partir do século XIX, formas mais desenvolvidas de trabalho livre; nesse caso, podemos incluir o Uruguai e a Argentina. A partir desses contextos históricos, desenvolveram-se formas diferentes de integração entre os setores exportadores e o conjunto de relações sociais que os precederam.

b) o tipo de produção exportada afetará o caráter das relações de produção. Uma primeira distinção é a que pode ser feita entre enclaves de mineração e agropecuários. Dentro desse último tipo, pode se distinguir entre agricultura e pecuária; e, na agricultura, é preciso distinguir entre diferentes culturas. Cada tipo de produto exige: 1) um tipo de mão de obra diferente (por exemplo, permanente ou temporária); 2) exerce, por sua vez, um tipo de demanda diferente para seu capital variável: formas de produção com mão de obra temporária exigem uma produção de subsistência não limitada e inesgotável; 3) apresenta um potencial de expansão ecológica diverso (por exemplo, as minas têm um caráter tipicamente localizado, o que não tende a acontecer com a pecuária); 4) tipos diferentes de produtos exigem níveis diferentes de concentração de capital (esse será um fator central na determinação da propriedade — nacional ou estrangeira — do enclave). Se o produto exportado faz parte do consumo interno (especialmente quando se trata de produtos alimentícios), gera um novo tipo de relação entre produção para exportação e reprodução da força de trabalho interna.

c) o enclave pode tender a ser total ou parcial, ou seja estender-se a todo o território nacional ou a se limitar geograficamente a certas zonas.

Cada um desses aspectos terá efeitos específicos sobre o caráter das contradições que se desenvolverão a partir da expansão do setor exportador. A análise das possíveis combinações está fora dos limites desse trabalho, mas deverão ser levadas em conta na medida em que haja uma tentativa de aplicar os esquemas aqui desenvolvidos. Outros aspectos — sobre os quais

voltaremos na parte final —, como, por exemplo, a estrutura de propriedade e os processos políticos, afetarão igualmente cada caso histórico concreto. Contudo, acreditamos que — do ponto de vista da teorização dos fluxos centrais que caracterizam uma economia exportadora — a perspectiva que desenvolvemos em seguida é fundamentalmente válida para entender qualquer processo de reprodução material do capitalismo periférico exportador.

Não nos estenderemos sobre as características da história colonial de El Salvador. Embora as formas em que se desenvolveram a escravidão, a *encomienda* e, principalmente, a produção em larga escala de cacau apresentem grande interesse, tomaremos como ponto de partida as estruturas que se estabeleceram desde o século XVIII e que se mantiveram basicamente inalteradas até a expansão da economia exportadora. A característica central dessa economia era o binômio fazenda-comunidade. As características desse binômio já foram amplamente analisadas por Wolf (1959) em referência ao México e à América Central, pelo que nos limitaremos aqui a considerar as características específicas que assumiram em El Salvador.[3] Contudo, devemos recordar que as comunidades indígenas a que estamos nos referindo não são descendentes diretas das comunidades pré-colombianas, mas são produto da apropriação privada de terras e da necessidade de criar fontes mais ou menos permanentes de mão de obra. A fazenda emergente assegurava a mão de obra permanente de que carecia através de diferentes mecanismos de sujeição do trabalhador à terra; mas a mão de obra temporária só podia ser garantida através da concentração territorial ou da concentração espacial dos índios nas chamadas comunidades, que passaram a ser de fato reservas de mão de obra temporária para a fazenda.

O êxito da produção cafeeira na Costa Rica e na Colômbia e a adequação de certas áreas de El Salvador para a planta estimularam os primeiros cultivos, que foram empreendidos não só por fazendeiros que destinaram parte de suas terras à nova produção, mas também por certas comunidades indígenas e até por imigrantes europeus e certos elementos urbanos, que compraram terras em função da possibilidade de iniciarem um negócio lucrativo. Já na década de 70, e com a incessante demanda dos

[3] As referências ao contexto centro-americano e salvadorenho baseiam-se no trabalho de L. Zamosc, *El Salvador on the Eve of the World Economic Depression,* H. A. Thesis. University of Haifa. 1975.

mercados europeus e dos Estados Unidos, o cultivo do café encontrava-se muito difundido no país; e, durante a primeira parte deste século, a produção das plantações de café terminou por representar a quase totalidade das exportações. Todavia, para considerar a forma de que se revestiu o processo de expansão e suas consequências, é necessário considerar as características do cultivo cafeeiro e as condições concretas salvadorenhas, tanto do ponto de vista geográfico-climático como do ponto de vista das estruturas produtivas em cujo meio tal expansão teve lugar e às quais transformou radicalmente.

A planta do café tolera certos limites de variação climática e adequa-se especialmente a certos tipos de solo, requerendo de três a cinco anos para que a primeira colheita possa ser realizada. Para serem levados ao mercado, os grãos devem ser limpos e secos em locais de processamento especiais. No que se refere à força de trabalho, o cuidado das plantas demanda trabalho permanente ao longo do ano, enquanto o recolhimento e processamento dos grãos exige trabalho temporário nas épocas de colheita. Dadas as condições geográficas e climáticas de El Salvador, esses pré-requisitos da produção cafeeira tinham significações precisas:

a) As áreas apropriadas à produção do café são limitadas em extensão e se concentram nos vales e encostas da cadeia montanhosa que atravessa a zona central do país, de leste a oeste. O caráter limitado do solo adequado tem várias consequências:

b) Determina padrões técnicos específicos de cultivo. Nas épocas iniciais do café no Brasil, obtinham-se altos rendimentos usando o solo até seu esgotamento, depois do que se plantavam novos cafezais. Em El Salvador, isso era impossível devido às limitações territoriais; os altos rendimentos, assim, dependiam da substituição das plantas mais velhas e menos produtivas e da conservação da fertilidade do solo. Tudo isso implica maiores insumos em tecnologia, fertilizantes e, em particular, mão de obra. Em segundo lugar — e do ponto de vista das relações de produção nos cultivos em larga escala —, a quantidade limitada de terras adequadas torna impossível, do ângulo da rentabilidade dedicar porções de tais terras para que os trabalhadores assegurem sua própria subsistência: todo o terreno disponível tinha de ser plantado com café, o que implicava que a produção em vasta escala devia se fazer com base no trabalho assalariado. Uma terceira consequência da situação geográfica do café em El Salvador

liga-se ao fato de que precisamente as áreas adequadas ao cultivo estavam densamente povoadas pelas comunidades indígenas de subsistência, aspecto que consideraremos abaixo.

c) Levando-se em conta que somente depois de certo tempo pode se obter a primeira colheita, e considerando também os insumos necessários em fertilizantes, etc., vemos que o cultivo do café exigia um certo capital inicial. Isso teve influência no sentido de gerar uma desvantagem relativa dos pequenos produtores em face das plantagens. Essa desvantagem torna-se maior se considerarmos as grandes necessidades de mão de obra na época da colheita. Esses fatores, contudo, não foram decisivos na determinação de um padrão único de plantação de café. Os casos da Costa Rica e da Colômbia mostram que, apesar dessas limitações, a produção de café pode se desenvolver com base em pequenas parcelas. A diferença fundamental reside no fato de que, em tais países, a expansão cafeeira se deu através de um processo de colonização parcelar, enquanto no caso salvadorenho — como logo veremos — tratou-se basicamente de um processo de acumulação primitiva.

d) O processamento dos grãos de café, exigindo instalações e maquinarias especiais, implicava inversões de capital que estavam ao alcance de apenas uns poucos; com isso, iremos encontrar — inclusive entre as grandes explorações cafeeiras — diferenças no que se refere ao controle dos meios de produção estratégicos, que terminaram por determinar ou a concentração das plantagens em mãos de certas famílias principais, ou a dependência de outros plantadores em relação a elas. Voltaremos a esse tema mais adiante, quando tratarmos dos processos de comercialização da produção.

Essas considerações explicam a razão pela qual a expansão do café em El Salvador significou, ao mesmo tempo, a expansão de relações de produção capitalistas, através do surgimento e desenvolvimento de um setor de estabelecimentos agrícolas cafeeiros. Esse processo significou, num primeiro momento, a redefinição das fazendas e da classe de proprietários rurais nas áreas em que a terra da fazenda era adequada ao cultivo do café, e, posteriormente, à expansão do setor de plantagens a partir de um processo básico de acumulação primitiva. Vejamos agora que forma concreta assumiu esse processo, e que outros efeitos principais teve a expansão das plantagens capitalistas de café em El Salvador.

Já havíamos antecipado que era precisamente nas áreas montanhosas adequadas ao café onde as comunidades indígenas estavam principalmente estabelecidas. A extensão do cultivo colocava na ordem do dia dois imperativos para os proprietários fundiários capitalistas: o acesso à terra e o controle da mão de obra. A lei da abolição das comunas indígenas (*éjidos*) em 1882, que afirmava ser a propriedade comunal um obstáculo ao progresso e à modernização de El Salvador, preparou de um só golpe o terreno para a obtenção de ambos os objetivos. As propriedades comunais foram divididas e os proprietários individuais receberam o direito de alienar a terra, com o que restou aberto o caminho para a expropriação dos camponeses por meios legais e, onde houve resistência, por meios violentos. As plantagens que surgiram nessas áreas tiveram assim plena disponibilidade de mão de obra, a tal ponto que eram incapazes de assimilar de modo permanente a população expropriada na condição de assalariados. É aqui onde encontramos uma das peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo em El Salvador e em outros países latino-americanos: na medida em que o setor capitalista é o único capaz ele absorver mão de obra (já que não está acompanhado, como no caso da Europa Ocidental, por uma generalização das relações de produção capitalistas, com emergência de setores manufatureiros urbanos, etc.), e na medida em que o processo de acumulação primitiva gerado pela expansão do setor capitalista exportador libera mais mão de obra do que a necessária de modo permanente em tal setor, o que resulta é um fortalecimento das relações de produção não capitalistas em outros setores produtivos e, inclusive, a criação de novos setores caracterizados pela produção não capitalista. No caso de El Salvador, isso se expressa concretamente no fato de que os indígenas expropriados, que não puderam ser empregados de modo permanente nas plantagens, viram-se compelidos ou a ocupar terrenos marginais de forma precária e a depender do trabalho temporário para completar suas necessidades de subsistência, ou a descer até o Vale do Lempa, no norte, ou até a planície costeira, no sul, tentando obter acesso à terra. Essas áreas haviam sido centros de produção de anil e, com o desaparecimento do mercado para esse produto, as fazendas tinham entrado num período de regressão e decadência, que não foi afetado pelo boom do café, já que o clima ali não era adequado ao cultivo desse. Dada essa situação, os latifundiários estavam ansiosos por permitir o estabelecimento de colonos e parceiros em suas terras; e o que assistimos é um reflorescimento das

fazendas, uma espécie de segunda servidão "ao modo salvadorenho", gerada pelo desenvolvimento do setor capitalista.

A contribuição do desenvolvimento das plantagens para o fortalecimento das fazendas não se reduzia apenas ao fluxo de colonos; um fator central, aqui, é que a expansão do setor capitalista implicou a abertura de um importante mercado interno para produtos de subsistência. Na medida em — que uma grande parte da população (os trabalhadores permanentes e as massas de trabalhadores temporários em épocas de colheita) passou a depender exclusiva ou parcialmente dos salários das produções cafeeiras para a própria subsistência, essa população constituiu-se ao mesmo tempo em mercado para meios de subsistência produzidos em outros setores produtivos. Coube às fazendas revitalizadas e aos setores indígenas aculturados de pequenos produtores de mercadorias abastecer as necessidades desse mercado interno. No caso desses últimos, isso significou mudanças radicais em seus padrões de vida e de produção: com a crescente importância da produção para o mercado, essa deixou de ser meramente um excedente que se vendia, e tais setores passaram a se especializar na produção de gêneros específicos, o que implicava passar a depender, por seu turno, do mercado para outros produtos necessários (o exemplo típico desse caso é o desaparecimento da indústria doméstica e a dependência da compra de produtos manufaturados).

Finalmente, o setor urbano estava pouco desenvolvido. Segundo Rodgers (1929), havia um certo desenvolvimento das oficinas artesanais, enquanto as fábricas eram poucas e de pequena escala. A maior parte da manufatura concentrava-se no oeste, que tinha um maior percentual de população urbana e maior concentração de trabalhadores assalariados. Entre os bens produzidos internamente, encontram-se a cerveja, móveis, sabão, curtume, charutos e têxteis baratos. Em sua maioria, esses produtos eram de pior qualidade do que os importados e destinavam-se às classes populares. Esses dados apresentam certa concordância com os de outros países, e mostram que, desde seus inícios, desenvolveu-se nas economias latino-americanas um setor industrial que fornecia parte importante dos bens de reprodução da classe trabalhadora. Embora a existência de um certo desenvolvimento industrial seja importante para o estudo do processo de industrialização, a importância econômica mínima desse setor no período

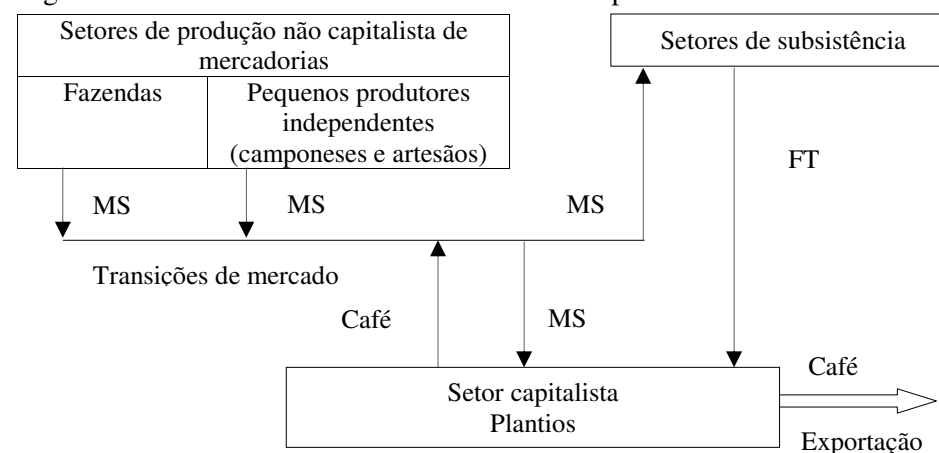
que estamos estudando permite que o consideremos como um setor secundário em termos dos fluxos de mercadorias e monetários.

O desenvolvimento de um setor exportador capitalista de plantagens implicou em El Salvador não somente um processo de acumulação primitiva com características especiais, mas trouxe como consequência o estabelecimento de uma estrutura produtiva com setores dessemelhantes do ponto de vista de suas relações de produção, porém altamente integrados segundo uma divisão do trabalho em nível nacional. O setor capitalista transformou os outros setores, redefinindo-os e, até mesmo, criando-os de acordo com suas necessidades próprias; ao mesmo tempo que depende deles para o abastecimento de meios de subsistência a custo baixíssimo (o que resultava numa maior taxa de exploração da força de trabalho, já que a reprodução dessa custava menos), esses dependem daquele para realizar suas mercadorias e, desse modo, se reproduzirem. Consideremos agora essa situação geral precisamente a partir do ponto de vista de como se reproduzem em seu conjunto os setores do sistema produtivo salvadorenho.

A combinação de relações de produção capitalistas e não capitalistas torna praticamente impossível mostrar as relações intersetoriais em termos quantitativos, razão por que nos limitaremos a assinalar a existência dos fluxos em termos de mercadorias, dinheiro e produto excedente, assim como o tipo de relação que mantêm entre si.

A reprodução do sistema produtivo: fluxos de mercadorias e seus agentes sociais

Ao nos referirmos aos diferentes setores produtivos em El Salvador, incluímos algumas indicações sobre o objetivo da produção em cada um deles e a mobilização de força de trabalho entre os setores. Esses fluxos de mercadorias, incluindo tanto produtos como força de trabalho, apresentam-se em conjunto na figura 1. Os fluxos menos importantes — como, por exemplo, as exportações marginais de anil e bálsamo produzidos pelas fazendas e por pequenos proprietários, bem como movimentos temporários de caráter secundário entre as fazendas e as plantagens — não são considerados, com o objetivo de simplificar a imagem.

Figura 1 — Fluxo de mercadorias entre os setores produtivos salvadorenhos

MS = Meios de Subsistência; FT = Força de Trabalho

Os fluxos intersetoriais que estamos descrevendo aqui podem ter lugar somente por meio de transações de mercado; trabalhadores temporários vendem sua força de trabalho aos plantadores capitalistas, meios de subsistência são vendidos e comprados, e o café para a exportação é vendido a compradores de ultramar. Se deixarmos de lado a compra e venda da força de trabalho e os casos em que os próprios produtores diretos vendiam seus produtos no mercado, todas essas transações representam o espaço no qual se insere o capital comercial (voltaremos sobre tal inserção mais adiante, considerando por enquanto apenas os fluxos intersetoriais em si mesmos).

A produção que as fazendas e os pequenos produtores levam ao mercado — carnes, açúcar, milho, feijão, manufaturas artesanais etc. — destina-se principalmente aos trabalhadores das plantagens e ao próprio setor de subsistência.[4] As plantagens produzem para a exportação e temos apenas um fluxo marginal de café para o mercado interno. Ao mesmo tempo, a plantagem depende da produção do setor não capitalista para seu abastecimento de meios de subsistência; as fazendas e os pequenos produtores dependem do setor capitalista para realizarem seus produtos.

[4] Fonte: Rodgers (1929, p. 15).

Embora a produção dos setores considerados satisfizesse as necessidades internas de alimentos básicos, não supria as ferramentas, maquinarias, matérias-primas e outros meios de produção manufaturados essenciais. Em outras palavras: se considerarmos os diferentes setores como integrados, configurando um sistema nacional, esse sistema não é autossuficiente; El Salvador tinha de importar os meios de produção e matérias-primas — maquinaria para os estabelecimentos de processamento de café e açúcar, ferramentas agrícolas e artesanais, meios de transporte, fertilizantes, materiais de construção etc. —, sem os quais a produção nas plantagens e nos outros setores teria sido impossível. Também certos meios de subsistência eram importados, como alimentos enlatados, frutas, produtos farmacêuticos, vestuário e outras manufaturas básicas. Finalmente, produtos de luxo como sedas, porcelanas, automóveis etc., também eram importados para o consumo das classes dominantes.

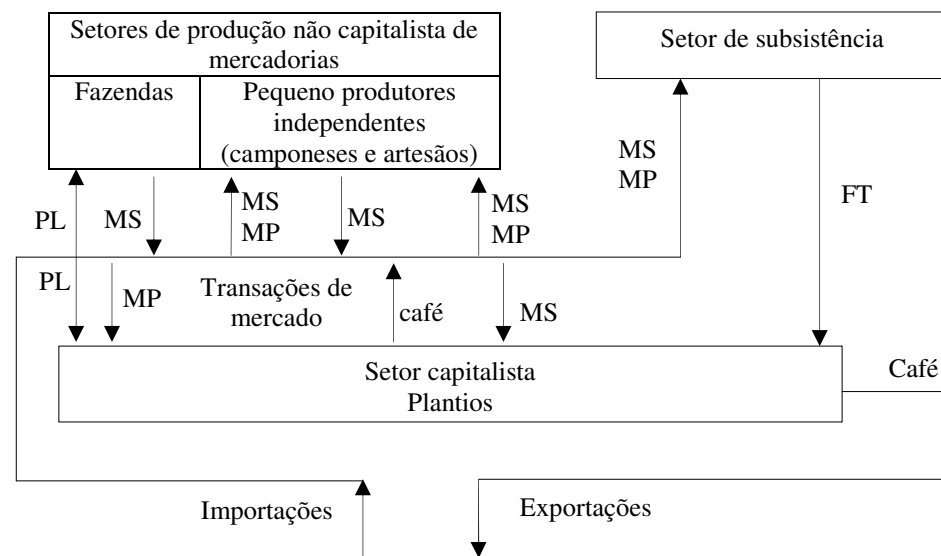
Os dados sobre a origem das importações e sua composição[5] demonstram a forte dependência não somente pelo lado dos meios de produção, mas também pelo de certos itens ligados à reprodução da força de trabalho, além dos itens de luxo. Entre as importações necessárias para a reprodução da força de trabalho — nem sempre distinguível dos itens de luxo —, podemos mencionar os alimentos, produtos farmacêuticos, têxteis. Entre os instrumentos de produção, não somente o item "máquinas" era importante, mas também outros insumos como fertilizantes, petróleo e instrumentos de transporte. Finalmente, entre os itens classificados como produtos de luxo, podemos mencionar porcelanas, automóveis e perfumes para o consumo das classes dominantes.

Então, se considerarmos também as importações, obteremos a seguinte versão, mais ampliada e completa, dos principais fluxos de produtos entre setores produtivos no sistema econômico nacional, ou entre esse e o mercado externo.

A figura 2 mostra que, depois de importados, os meios de subsistência são canalizados para os diferentes setores; os meios de produção e matérias-primas dirigem-se principalmente para o consumo produtivo das plantagens; e os bens de luxo serão consumidos por capitalistas e fazendeiros. Esse esquema resume, então, o processo

[5] Fonte: Liga das Nações (1929, vol. 3, p. 65).

completo de circulação de mercadorias através do sistema produtivo salvadorenho e seus "extremo abertos". Volta-se a demonstrar aqui que uma grande parte das mercadorias consumidas, dentro do país são produzidas no exterior, enquanto a maioria do que é produzido em El Salvador como mercadoria é consumida em mercados de ultramar.

Figura 2 — Fluxos de mercadorias entre os setores produtivos salvadorenhos e entre El Salvador e o exterior

MS = Meios de Subsistência; MP = Meios de Produção; FT = Força de Trabalho; PL = Produtos de luxo.

Do ponto de vista dos agentes comerciais, podemos distinguir, a partir dos focos centrais de transação comercial, dois setores fundamentais. O primeiro setor, que denominaremos de setor comercial A, corresponde ao setor comercial que se encontra nas "entradas" e "saídas" do sistema, através das importações e exportações. O setor comercial B atua no nível das trocas, dentro dos setores internos e comercializa as mercadorias importadas pelo setor comercial A.

Comecemos pelo lado exportador do setor A. Como vimos anteriormente, o café produzido pelos pequenos plantadores era geralmente comprado pelos donos de estabelecimentos agrícolas que possuíam também

meios de beneficiamento, estabelecimentos para processamento dos grãos de café. Dessa forma, a produção se concentra na mão dos grandes plantadores, que assumem a comercialização através da venda e do embarque do café para as firmas importadoras dos Estados Unidos e da Europa.[6] Sendo assim, os grandes plantadores não dependiam de um grupo intermediário de comerciantes, como ocorreu em outros países da América Latina (por exemplo, no caso do café no Brasil e na Costa Rica).[7]

Os comerciantes, como um grupo diferenciado, aparecem no setor A como importadores.[8] Formavam um grupo pequeno, que dirigia firmas importadoras estabelecidas na capital, com agências nas principais cidades de província. Seus comissários ligavam-nos com os pequenos comerciantes do setor B. Em sua maioria, quase sem exceção, esses grandes comerciantes e seus agentes eram estrangeiros: ingleses, alemães e holandeses; e, no caso dos têxteis, a maioria era formada por palestinos.[9] Com o desenvolvimento do Mercado Comum Centro-Americano, nos anos 50, os comerciantes passaram a investir no incipiente setor industrial, que começara a se desenvolver;[10] outros entraram no negócio do café-através de casamentos com membros do grupo latifundiário.[11] Contudo, no período que nos ocupa, esse processo estava apenas em seus inícios; e, também em nossos dias, esse grupo se conserva como um grupo relativamente diferenciado. O grupo de comerciantes importadores pode ser considerado tanto pelo papel-chave que possuía como agente direto da produção estrangeira, quanto pelo fato de centrar suas atividades exclusivamente no comércio.

Suas atividades comerciais geravam grandes lucros, que — centralizados em poucas mãos — permitiam-lhes obter uma grande

[6] Cf. Munro (1918, p. 167). Aubey (1969), em seu elenco dos interesses dos plantadores, mostra como esses monopolizam o setor exportador.
[7] O caso brasileiro foi analisado por Prado Jr. (1963) e Furtado (1967).
[8] Em todos os informes sobre a situação comercial e econômica, esse grupo é referido especificamente como os "comerciantes importadores". CL, por exemplo, o informe de Grant-Watson ao Ministério das Relações Exteriores inglês (que abreviaremos como FO — Foreign Office), 371 15074 AI344, p. 325, e Rodgers (1931, p. 18).
[9] CL Rodgers (1931, pp. 18-19), Munro (1918, pp. 114-115), Shepherd (1933, p. 34). Veja-se também a lista dos nomes dos comerciantes apresentada por Aubey (1969).
[10] Cf. Reynold (1967, p. 54).
[11] Cf. Aubey (1969, p. 271).

concentração de capital e os transformava num poderoso grupo de interesse.[12]

Já o setor comercial B circunscrevia-se basicamente ao tráfico e venda interna de mercadorias, importadas ou produzidas internamente. Esse setor, em El Salvador, estava em mãos de pequenos donos de lojas, vendedores ambulantes; era controlado em sua maior parte por palestinos, sírios e imigrantes chineses. Isso fazia com que a tensão gerada contra esses vendedores e negociantes assumisse geralmente a forma de conflitos étnicos.[13] Esses pequenos comerciantes formavam um grupo relativamente grande, já que somente o grupo palestino atingia cerca de duas mil pessoas.[14] A grande quantidade de pequenos comerciantes e intermediários no mundo rural é típica dos estágios menos desenvolvidos do surgimento do capitalismo.[15]

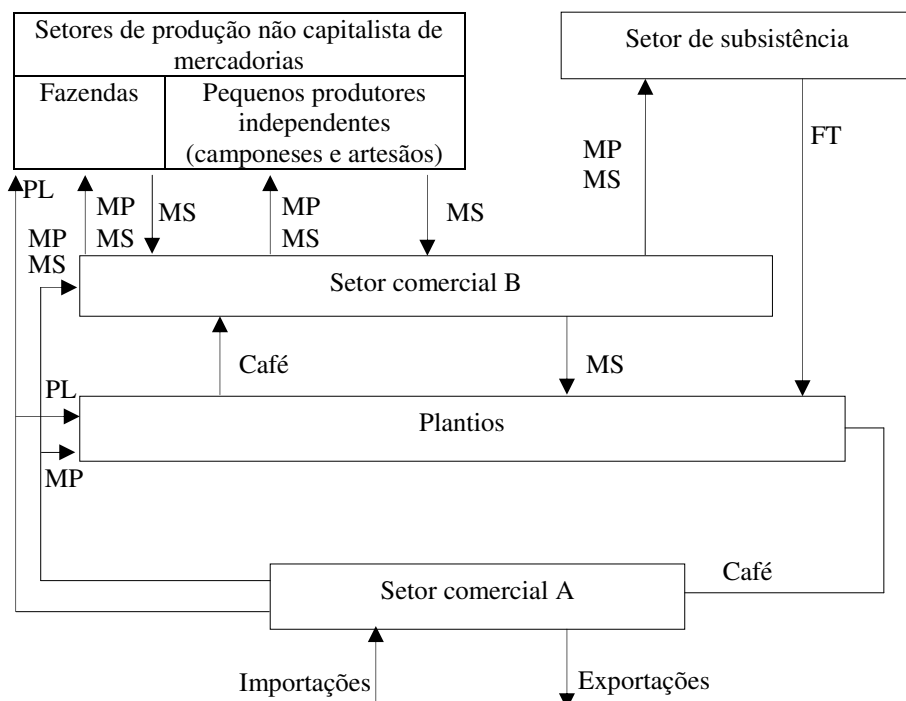
Se retornarmos à estrutura da produção de El Salvador, veremos que — embora conseguisse satisfazer a demanda interna de comestíveis básicos (milho, feijão, açúcar) — ela dependia completamente do exterior para satisfazer suas necessidades de maquinarias, insumos e produtos manufaturados.

Considerando o conjunto dos fluxos de mercadorias e os agentes sociais responsáveis por esses fluxos, temos a seguinte figura do sistema econômico salvadorenho:

A figura 3 mostra o conjunto dos fluxos de mercadorias e os agentes encarregados de sua comercialização. Podemos ver que o setor A vende diretamente às grandes plantagens tanto os artigos de luxo como os instrumentos de produção. A figura 3 nos mostra, de modo claro, como o sistema econômico salvadorenho era completamente extrovertido. A relação entre o setor comercial e o setor produtivo é de caráter mais complexo do que numa economia autocentrada, já que o setor comercial interno não representa um momento do processo produtivo, de realização da produção. Isso não quer dizer que não exista uma relação necessária entre a

[12] Cf. Munro (1918, p. 114), Rodgers (1931, pp. 18-19).
[13] A relação entre conflitos étnicos e o monopólio do pequeno comércio por chineses e palestinos aparece claramente no informe de Rodgers, em FO 371 15073 A2504.
[14] Cf. o informe em FO 371 15816 A408.
[15] Cf. a análise de Ward (1967).

produção e a comercialização. Mas essa relação se expressa fundamentalmente através da balança de pagamentos, que determina as possibilidades de importação (ver anexo). Ou seja: há uma complementaridade entre o setor produtivo e o de comercialização, mas não de tipo imediato, e com caráter diverso da relação segundo a qual o setor comercial realiza a produção do próprio sistema econômico. No caso do capitalismo periférico, o setor comercial tem uma relação diferente com o setor produtivo e o conflito de interesses é mais profundo (os lucros do setor importador são indiretamente parte da mais-valia gerada pelo setor produtivo, enquanto os lucros do setor exportador são diretamente parte da mais-valia do setor produtivo). A maior rotação do capital comercial não implica imediatamente um aumento da produção interna.

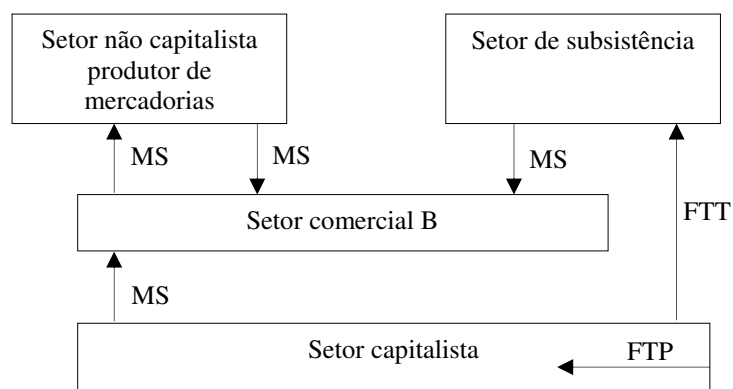
Figura 3 — Fluxos de mercadorias entre os setores produtivos salvadorenhos e entre El Salvador e o exterior

MS = Meios de Subsistência; MP = Meios de Produção; PL = Produtos de Luxo; FT = Força de Trabalho.

O capital industrial, para realizar o valor das mercadorias, deve assumir a forma monetária, de modo a poder comprar novamente força de trabalho e meios de produção. Por isso, o processo produtivo é uma corrente permanente, na qual os fluxos monetários são uma contraparte dos fluxos de mercadorias (incluindo a força de trabalho). Na análise do processo capitalista efetuada por Marx, o capital em sua forma monetária aparece como o ponto de partida do processo de reprodução, já que tanto na Seção I como na II o capitalista tem de adiantar dinheiro para desencadear o processo produtivo. Num sistema onde predominem as relações de produção capitalistas, o dinheiro é o ponto de partida de todos os setores de produção, ao passo que — no caso de uma economia como a salvadorenha — vemos que o dinheiro só é adiantado num setor produtivo, o das plantagens, no qual se dão relações de produção capitalistas. Contudo, também no caso da economia salvadorenha os fluxos monetários são a contraparte dos fluxos de mercadorias; mas, ao contrário de uma economia puramente capitalista, esses fluxos não são uma expressão direta da forma em que as mercadorias são produzidas. A monetarização da economia é, ao mesmo tempo, consequência do nível de divisão do trabalho — através do nível de circulação de mercadorias — e das relações de produção — por causa da importância do trabalho assalariado —, e um motor de transformação e de aprofundamento desses processos, já que é um veículo de expansão do valor de troca e dos processos por esse determinados.

Começaremos pelos fluxos monetários dentro do setor produtivo nacional, através da figura simplificada n.º 4. As flechas que indicavam anteriormente a direção dos fluxos de mercadorias passam agora a indicar a direção do fluxo monetário e o produto pelo qual está sendo trocado. A fazenda e os pequenos produtores (rurais e urbanos) foram colocados num só bloco, já que representam o setor de produtores não capitalistas. As plantagens representam o setor capitalista e as transações são mediatizadas pelo setor comercial B.

A figura 4 nos dá uma visão clara de como os fluxos monetários representam o movimento inverso dos fluxos de mercadorias (cf. figura 1). Enquanto naquele caso a maior quantidade das mercadorias convergia para o setor capitalista, aqui é o setor capitalista que representa o ponto de partida da circulação monetária. Os capitalistas das plantagens compram a

força de trabalho de seus trabalhadores permanentes e também a força de trabalho temporária de camponeses do setor de subsistência. Tanto trabalhadores temporários como permanentes utilizam dinheiro para adquirir meios de consumo produzidos nos setores produtivos não capitalistas. Por outro lado, uma pequena parcela do café é canalizada para o mercado interno; mas, como sua importância é negligenciável, preferimos simplificar e não considerar o fluxo monetário correspondente. (Também não consideraremos aqui o dinheiro que é acumulado e determina um processo de reprodução ampliada.)

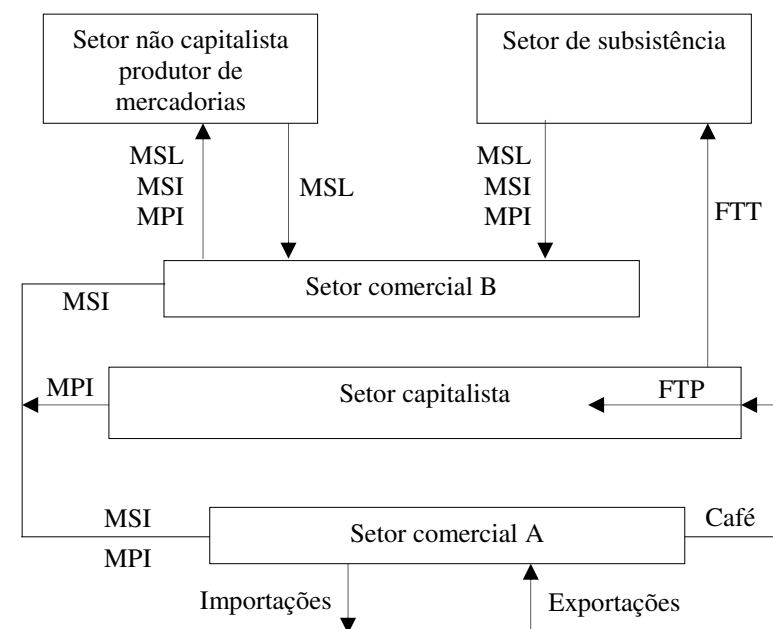
Figura 4 — Fluxos monetários internos

MS = Meios de Subsistência; FTP = Força de Trabalho Permanente; FTT = Força de Trabalho Temporária.

O conjunto de fluxos representados na figura 4 não compõe um circuito de circulação. Até agora, o que temos é a descrição das trocas numa situação dinâmica. Veremos que se trata somente de uma parte da massa monetária total em circulação, a que corresponde ao capital variável; e veremos também que o circuito do capital total vai além dos processos monetários internos.

Em outras palavras: estamos diante dos elos intermediários de uma cadeia de circulação monetária que vai além da economia nacional. Do mesmo modo, quando analisamos os fluxos de mercadorias, vimos que não se pode analisar a reprodução do sistema sem considerar as trocas com o exterior.

Passemos então a considerar o conjunto dos fluxos monetários. Esses estão representados na figura 5, na qual — para simplificar um pouco — não consideramos os fluxos monetários ligados ao consumo de objetos de luxo pelas classes dominantes.

A figura 5 mostra como os plantadores precisam igualmente pagar pelos produtos importados — maquinaria e insumos —, enquanto os trabalhadores compram também produtos importados. O setor não capitalista compra igualmente produtos importados. Por outro lado, a venda do café para o exterior é o fornecedor do dinheiro que chegará à plantagem ou que renovará o circuito de reprodução. Aqui, tal como no caso da análise do fluxo de mercadorias, deixamos de lado o lugar do Estado na economia, que será analisado separadamente.

Figura 5 — Fluxos monetários entre os setores produtivos salvadorenhos e entre El Salvador e o exterior

Outra vez, então, voltamos a ver de que modo se articulam a economia interna e externa. Por um lado, temos a especificidade que os fluxos monetários adquirem no interior de uma economia na qual se dão vários tipos

de relações de produção; por outro, vemos que é impossível determinar a dinâmica de reprodução nessas economias sem se referir ao papel das economias externas. Os fluxos monetários têm seu ponto de partida nas plantagens, as quais, por sua vez, dependem da realização externa da produção para manter a continuidade dos processos de compra e venda.

Do ângulo do seu setor capitalista, o ponto de partida é o adiantamento de dinheiro realizado pelas plantagens, tal como em qualquer economia capitalista. Contudo, do ângulo da economia nacional, as plantagens aparecem como sendo o único setor que tem seu ponto de partida no adiantamento de dinheiro.[16] Nessas condições, são os grupos ligados à produção para a exportação os únicos que podem deter o controle financeiro.[17] No caso de El Salvador, eram os próprios plantadores os donos dos três bancos que operavam no país.[18] O Banco Salvadorenho, o Banco Ocidental e o Banco Agrícola Comercial, que pertenciam aos grandes plantadores, estavam autorizados pelo governo a emitir moeda em condições especiais, ao mesmo tempo em que a moeda privada (conhecida como "*dinero de finca*") circulava em algumas áreas.[19] Esses três bancos fixavam a paridade do câmbio, atuavam como prestamistas menores do Estado e representavam a única fonte de crédito para o médio e o pequeno plantador e para os comerciantes.[20]

A dependência total em que o resto dos setores se encontrava em relação ao setor capitalista mostra claramente como o conjunto da produção de mercadorias dos outros setores girava em torno da produção exportadora.[21] Ao mesmo tempo, a não monetarização completa dos setores

[16] A produção das fazendas para a exportação e a de outros pequenos produtores (especialmente de anil, açúcar e bálsamo) era, como vimos, insignificante.
[17] Ou seja: qualquer fração de capital — comercial, financeiro ou produtivo — ligado à exportação.
[18] Existia um quarto banco, o Banco Anglo-sul-americano, que funcionava como banco governamental em todos os assuntos concernentes à dívida externa. Na primeira década desse século, esse papel estava nas mãos da firma David Bloom & Cia., de Nova Iorque (Martin. 1911, pp. 166-177).
[19] Cf. Luna (1964, pp. 58-59); Arias Gomez (p. 69); Munro (1918, pp. 300-301); Reynolds (1967, pp. 70-71); e Aubey (1969. pp. 278, 280-280).
[20] Ver Arias Gomez (1964, p. 69).
[21] Vejamos, por exemplo, o seguinte informe sobre o efeito da queda dos preços do café: "As firmas importadoras sentem bruscamente a queda dos preços do café. Os plantadores têm, consequentemente, menos fundos à disposição. Também a queda nas importações significa

que não produziam para exportação permitia a manutenção de força de trabalho barata, seja através da produção de meios de subsistência como atividade marginal, seja como oferta de mão de obra temporária, cuja reprodução durante o resto do ano era assegurada pelo setor não capitalista.[22]

Como veremos, o setor público dependia completamente da dinâmica do setor exportador. As relações monetárias entre a economia salvadorenha e o sistema capitalista — expressas na balança comercial — serão analisadas em sua forma mais específica na parte final deste estudo.

A necessidade de respaldar com metal precioso a emissão de moeda gerava, nos períodos de maior circulação (época da colheita do café), estrangulamentos no processo econômico; e, encarecendo a moeda, determinava que a burguesia cafeeira deixasse de realizar parte de seus lucros. A solução encontrada — que, por sua vez, é indicadora da autonomia da burguesia para buscar soluções que maximizassem seus lucros — foi a reforma de 1919, que permitiu aos bancos emitir papel-moeda com respaldo parcial, bem como assegurou a circulação interna de dólares, através da criação de uma taxa fixa paritária, de 2 *colons* por dólar.

Devemos assinalar que, tal como no setor comercial, a propriedade dos bancos pela burguesia nativa nem sempre é uma característica da América Latina. Contudo, as possibilidades reais de controle da moeda nacional — qualquer que seja o grupo que detenha a propriedade direta sobre o setor bancário — são pequenas. Isso se deve ao fato de que a moeda na qual se realizará o produto está completamente fora do controle nacional; e, de fato, o valor de compra da moeda nacional depende completamente da moeda com a qual entra em paridade, já que a maior parte dos produtos comercializados internamente são produzidos no exterior. A subordinação à moeda estrangeira (em especial à do país com o qual se realiza a maior

uma queda dos impostos alfandegários, que é a principal fonte das receitas governamentais. A escassez de fundos do Tesouro Nacional, por sua vez, não permite pagar os empregados do governo e, por isso, esses passam a viver do crédito ou de suas poupanças. O público viaja menos dentro do país e a queda de viajantes e de carga diminui as rendas das ferrovias, que passam a demitir parte dos seus empregados. Todas essas circunstâncias diminuem a rotação comercial e causa pessimismo e estagnação". (Informe anual sobre os países centro-americanos, por H. Grant-Watson, datado de 5 de fevereiro de 1931, FO 371 15074 A1344).
[22] Cf. Marini (1969, p. 7).

parte do comércio exterior) é maior ou menor, dependendo da capacidade reguladora do sistema bancário interno. Essa capacidade reguladora pode permitir aos bancos, através do controle de preços dos produtos importados e exportados (por exemplo, através da criação de um sistema diferencial de paridade para produtos importados e exportados), redistribuir o valor dos produtos importados e exportados entre os diferentes setores da sociedade.[23] Contudo, a dependência da moeda nacional em relação ao valor aquisitivo real da moeda estrangeira conserva-se em todos os casos, o que é uma forma diferente de dizer que o valor dos produtos consumidos internamente está determinado externamente.

Constatamos, portanto, a partir do estudo dos fluxos comerciais e monetários, uma economia integrada ao sistema capitalista sob uma forma bastante específica. Por um lado, apresentam-se duas modalidades de produção de mercadorias do ponto de vista do consumo, uma gerada pelo mercado interno, e outra, pelo externo. Existem igualmente dois grandes setores produtivos, um de produtos para a exportação, e outro para o autoconsumo e para o mercado interno. Por conseguinte, temos aparentemente um sistema dual. Contudo, quando mostramos o fluxo interno dos produtos e do dinheiro, vimos que essa economia está integrada de tal modo que se reproduz a aparente dualidade. Essa integração está dada pela dinâmica do setor capitalista exportador e irá gerar — como veremos posteriormente — um conjunto de contradições específicas.

Atividades econômicas do Estado

O Estado, do ponto de vista dos objetivos propostos neste trabalho, será analisado em suas atividades que possuem impacto econômico direto. Isso não implica que consideremos essas atividades como as fundamentais ou as únicas que possuem impacto no processo econômico. Pelo contrário: as atividades ideológicas ou repressivas do Estado são básicas para a reprodução das relações de produção. Existe igualmente uma série de atividades como, por exemplo, a legislativa — que afeta os processos econômicos. Nosso interesse aqui, contudo, limita-se a mostrar de que modo o Estado se transforma diretamente num agente econômico, através

[23] O caso do café no Brasil é representativo desse mecanismo de "socialização dos prejuízos". Cf. Prado Jr. (1963) e Furtado (1967).

da apropriação de parte da mais-valia gerada, bem como a forma pela qual ele a canaliza para diferentes atividades.

Para o tipo de análise que desejamos realizar, a fonte de dados fundamental é o orçamento estatal, através da forma em que é captado e utilizado o gasto público. Iremos nos basear fundamentalmente nos orçamentos dos anos 1927 e 1928, que incluem as fontes e as utilizações das receitas.[24]

Não entraremos na análise dos gastos relacionados com a reprodução da ordem social, de tipo ideológico-repressivo, como é o caso dos gastos representados pela justiça e pelo exército, já que isso nos obrigaria a analisar o sistema de dominação salvadorenho, aspecto que se situa além dos limites deste trabalho.

O caminho típico através do qual o Estado salvadorenho desenvolvia as obras públicas consistia em pedido de empréstimo ou na emissão de títulos negociados com o sistema bancário americano ou inglês. Esses títulos e empréstimos eram garantidos por um percentual dos impostos alfandegários e pagavam juros elevados. O dinheiro era entregue a um contratista estrangeiro, que assumia — por exemplo, no caso das ferrovias — a construção e colocação em funcionamento das obras; depois de um prazo fixado de antemão, a obra voltava à propriedade do Estado. A dívida interna e externa gerava gastos em serviços e juros que atingiam 25% do total das despesas governamentais.[25]

O governo salvadorenho encontrava-se permanentemente pagando dívidas anteriores, cuja impossibilidade de serem saldadas obrigava à busca de novos empréstimos, e assim sucessivamente.[26] Em finais de 1927, a dívida externa era da ordem de 43.046.836 colons.[27] A dívida interna era de 4.730.711 colons, utilizada igualmente para a construção de obras públicas.[28]

[24] Fonte: Rodgers (1929, p. 7).
[25] Sobre a construção de obras públicas, cf. White (1973, pp. 152-153), Dalton (1965, pp. 73-97), Martin (1911, caps. 5 e 6).
[26] Cf. Munro (1918, p. 290), Martin (1911, cap. V).
[27] Cf. Rogers (1929, p. 6).
[28] Cf. FO 371 15815 A5466.

De fato, a produção e exportação do café exigia um desenvolvimento adequado dos meios de comunicação, tanto em termos de transportes internos como de portos. Para os plantadores, tratava-se de um problema importante, já que essas obras exigiam grandes somas de dinheiro, que estavam fora de suas possibilidades.[29] O Estado passava então a assumir a responsabilidade por tais obras, através de sua negociação com o sistema bancário e com companhias construtoras estrangeiras.

As fontes de financiamento do Estado eram, fundamentalmente, os impostos alfandegários e o imposto sobre bebidas alcoólicas. O quadro 1 mostra o percentual correspondente às diferentes fontes da receita pública.

Quadro 1 — El Salvador: Receita pública e sua composição segundo as principais fontes de origem

	1910/1911	1913	1927	1928
Total de receita	10.319,782 100%	14.000,000 100%	20.514,491 100%	25.546,291 100%
Origem:				
Impostos sobre importação	66%	52%	53%	51%
Impostos sobre exportação	7%	10%	9%	10%
Impostos sobre bebidas alcoólicas	24%	21%	20%	18%

Esses dados nos mostram que a maior proporção da receita estatal provinha dos impostos sobre a importação e sobre as bebidas alcoólicas.[30] Como o imposto direto era inexistente, a contribuição direta dos plantadores pode ser considerada como a dos impostos sobre as exportações, que superaram 10% do total da receita pública. Ou seja: sendo os maiores beneficiados, os plantadores só assumiam diretamente uma ínfima proporção dos gastos públicos. O resto dos gastos era assumido pelo conjunto da

[29] Aubey (1929, p. 208).
[30] Cf. Munro (1918, p. 285). O grande consumo de álcool pelos trabalhadores aparece também no informe de Broudeur (FO 371 15815 A4007).

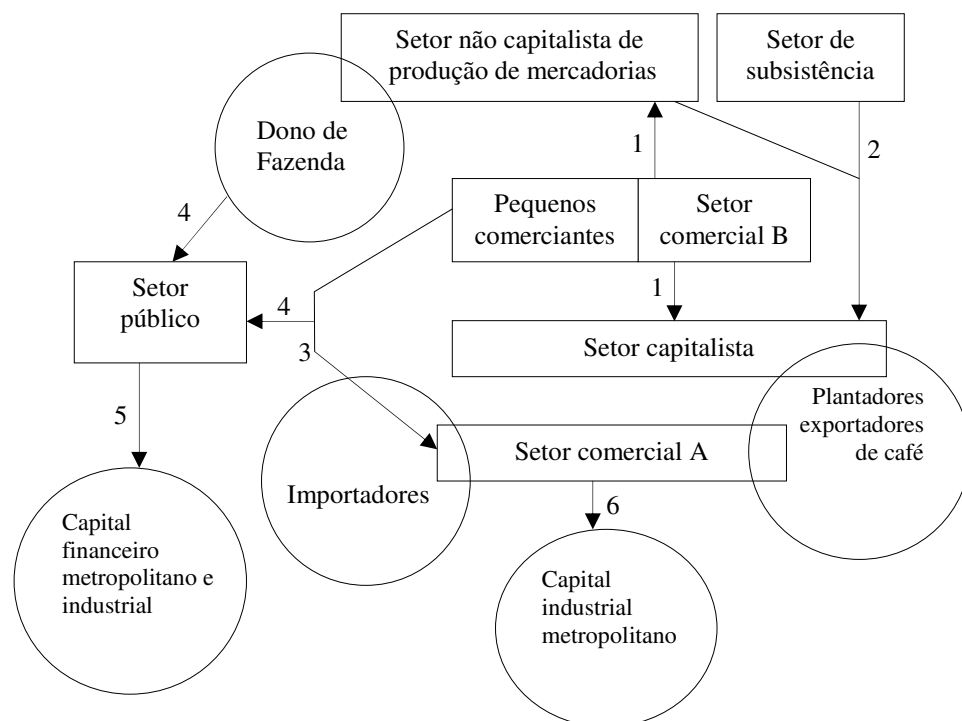
população — inclusive os plantadores —, sendo uma parte considerável proveniente diretamente dos trabalhadores, cujo consumo de aguardente era estimulado em El Salvador, tal como no restante da América Central.

Parte do orçamento público era despendido na manutenção do aparelho administrativo e em gastos com os políticos, os quais — como vimos anteriormente — pertenciam ao grupo dos plantadores. (O significado do gasto público como transferência de mais-valia para o exterior será analisado em seguida).[31] Se considerarmos o conjunto do gasto público e o integrarmos no fluxo monetário da economia salvadorenha, teremos uma ideia mais ou menos completa do funcionamento dessa economia.

Os fluxos assinalados com o número 1 representam o produto excedente canalizado do setor não capitalista para o capitalista. Nesse caso, não se trata somente do lucro comercial dos pequenos comerciantes, mas também do trabalho não pago aos produtores de alimentos e dos custos indiretos assumidos pela reprodução da mão de obra temporária, que permitem reduzir os salários pagos pelo setor capitalista.[32] São os comerciantes e as plantagens que recebem de forma imediata parte do produto excedente gerada no setor não capitalista.

Os fluxos assinalados com o número 2 são fluxos de força de trabalho que se transformaram em mais-valia na plantagem. Incluímos os mesmos para mostrar a interdependência entre o setor capitalista e o não capitalista no nível dos processos produtivos, embora em sentido estrito não se trate de fluxo de produto excedente.

[31] Uma análise do pagamento de juros ao capital estrangeiro pode ser encontrada em Oliveira (1975).
[32] Wolpe (1972) considera que se trata de uma transferência de mais-valia do setor não capitalista para o capitalista. Consideramos que é uma conceituação errada, já que — embora permita aumentar a taxa de mais-valia, pois diminui o capital variável — não se trata diretamente de uma transferência de mais-valia em sentido estrito.

Figura 6 — Centros de acumulação e transferência de mais-valia

Os fluxos de número 3 representam o lucro comercial dos grandes comerciantes. Esse lucro é parte da mais-valia gerada pelos setores produtivos.[33]

Os fluxos de número 4 representam a parte dos rendimentos das diferentes parcelas da população que são retidos pelo Estado. Já que o Estado não é basicamente produtivo de modo direto e sua receita provém das diferentes classes sociais, não se trata de apropriação de parte da mais-valia, mas sim de retenção de parte dos rendimentos das diferentes classes. Contudo, como vimos anteriormente, a forma em que o Estado utiliza esses recursos em obras favorece a expansão cafeeira e transforma o orçamento público em um meio de redistribuição que favorece o grupo dos plantadores.

[33] Cf. os capítulos sobre o capital mercantil em Marx (1973, vol. 3).

Os fluxos de número 5 representam a parte do orçamento público transferida para o exterior, o que é na realidade uma transferência de rendimentos nacionais, compostos fundamentalmente por parte dos salários e dos lucros das diversas frações da classe dominante. Essa transferência expressa tanto a compra de produtos quanto a expressão sem contrapartida do pagamento da dívida externa.

Finalmente, os fluxos de número 6 representam tanto a transferência para o exterior quanto as rendas diferenciais apropriadas pelos países periféricos. A análise desses fluxos pressupõe, contudo, um questionamento analítico anterior das relações entre os países periféricos e os países centrais, que será realizada na segunda parte.

Analisemos em detalhe, por fim, o processo de acumulação nas plantações — que era o gerador mais importante de mais-valia — do ponto de vista de sua estrutura interna. As primeiras informações que possuímos sobre a estrutura da propriedade provêm do Primeiro Censo Nacional do Café, de 1940. A imagem da tabela nos mostra claramente o alto nível de concentração da propriedade: 15% dos proprietários possuíam 80% das terras cafeeiras, enquanto 42% do resto dos agricultores possuíam 2,4% das terras.

Quadro 2 — Tamanho das propriedades rurais em relação ao número de proprietários e à extensão[34]

Dimensão das propriedades em *manzanas*[35]	Proprietários		Extensão das propriedades	
	Número	Percentual do total	Manzanas	Percentual do total
Total	11.545	100%	117.215	100%
Menos de 1	4.801	41,6%	2.841	2,4%
1–10	4.967	43,0%	19.294	16,4%
11–50	1.322	11,6%	32.156	27,4%
51–100	263	2,3%	19.194	16,4%
Mais de 100	192	1,6%	43.730	37,3%

Embora tenha ocorrido um processo constante de concentração de terras, podemos considerar a tabela 2 como um indicador da situação em final da década de 20, já que — se a depressão dos anos 30 produziu mudanças na estrutura da propriedade a moratória das dívidas então

[34] Fonte: Smith (1945, p. 370).
[35] 1 *manzana* equivale, aproximadamente, a 0,7 hectare.

decretada limitou a dimensão desse processo.[36] Contudo, não há dúvida de que as terras adequadas às plantagens estavam concentradas em poucas mãos, e uma das razões desse processo pode ser encontrada nos níveis relativamente altos de capital necessário para iniciar as plantagens.[37]

É no processamento de café nos locais de beneficiamento onde encontraremos os maiores níveis de concentração. Segundo Smith, "o controle do processo de beneficiamento e de comercialização é ainda mais concentrado; um único local de beneficiamento recolhia a maioria do café de um departamento inteiro e uma família possuía vários locais de beneficiamento".[38]

Através da tabela 2 podemos ver que a maior parte da produção para a exportação era realizada dentro do setor capitalista. Se consideramos que a produção com base no trabalho assalariado permanente encontra-se a partir de propriedades entre 1 e 10 manzanas, vemos que a produção capitalista ocupava 90% da produção de café, embora o restante dos pequenos produtores de mercadorias alcançasse 50% do total de propriedades. O ciclo típico do capital social foi analisado anteriormente. Vejamos agora o ciclo de um capital individual, representado pelo proprietário de um empreendimento agrícola, para observar como se verifica o processo de acumulação no nível do capitalista particular. O dono da plantagem começa por adiantar dinheiro para comprar os meios de produção, fertilizantes, etc., e força de trabalho. Depois da colheita e da venda do café, recebe o dinheiro adiantado acrescido da mais-valia gerada. A partir daí, volta a investir, geralmente uma quantidade maior do que a do ano anterior; e outra parte é gasta em consumo pessoal. Possivelmente comprará novas terras, que lhe permitirão expandir sua produção em termos extensivos. Temos assim um processo de reprodução ampliada, que acompanha o processo do capital social. Contudo, do ponto de vista do capital individual, apresentam-se determinadas barreiras a esse processo de reprodução ampliada, ligadas ao caráter agrícola e do produto específico cuja produção se tenta aumentar: o café.

[36] Os efeitos da depressão de 1929 estão fora do âmbito deste trabalho.
[37] Embora em outros casos se possa dar uma combinação diferente, baseada no trabalho de pequenos produtores que trabalham com adiantamentos do capital comercial.
[38] Smith (1945, p. 371).

Em primeiro lugar, como assinalamos anteriormente, a planta do café requer de três a cinco anos para dar os primeiros frutos, o que significa que deverá ser adiantado dinheiro por um período relativamente longo sem que se obtenham retornos imediatos. Em segundo lugar, mesmo a partir do momento em que começa a dar frutos, o café — tal como a maioria dos ramos agrícolas — tem um período de rotação relativamente prolongado: um ano. Não se trata apenas de adiantar dinheiro pelo período de um ano; além disso, antes que se receba o pagamento pelas vendas de produto do ano anterior, o plantador deve adiantar dinheiro para a nova colheita. Em terceiro lugar, está o problema da economia de escala, que torna lucrativo o uso de maquinarias, como os moinhos de café, somente quando a produção alcança determinados níveis mínimos.[39] O mesmo vale com relação à comercialização do produto diretamente pelo produtor.

Os diferentes tipos de plantadores têm assim diferentes possibilidades de aprofundar o processo de reprodução ampliada e de geração de lucros maiores. Mais que isso: o longo período de maturação do capital levava o pequeno produtor a pedir dinheiro emprestado, o que se transformava numa": transferência de renda para o setor dos grandes plantadores, que eram os donos dos bancos.[40]

Isso nos mostra que o ritmo de acumulação era desigual entre os diferentes grupos de produtores capitalistas de café, não só em função dos diferentes tamanhos da propriedade, mas também por causa da transformação dessas diferenças quantitativas em qualitativas, permitindo a utilização de processos e maquinarias mais avançadas nas grandes plantagens. Por sua vez, o ritmo lento de rotação do capital investido no

[39] A seguinte tabela, baseada em informações de diversas fontes, mostra claramente a expansão do cultivo do café.

Ano	Área Cafeeira (hectares)	Fonte
1921	57.000	Scott (1923, p. 36)
1924	81.000	Empire (1932, p. 8)
1931	93.000	Rodgers (1931, p. 13)
1933	95.000	Sheperd (1933, p. 26)

[40] Cf. FO 371 15074 A1344, onde se mostra o endividamento dos pequenos produtores com os bancos.

café determinava o endividamento do pequeno produtor.[41] Desse modo, a desigualdade entre os diferentes grupos de produtores de café era reproduzida de modo ampliado através dos crescentes níveis diferenciais de acumulação.

A reprodução ampliada do setor produtor de café, por seu turno, significava uma pressão crescente sobre o setor de subsistência e sobre os pequenos produtores que ocupavam terras adequadas à plantação de café. Implicava igualmente uma maior demanda de trabalho permanente e temporário para satisfazer as exigências da expansão das áreas cultivados. Por sua vez, esse processo gerava uma maior demanda de alimentos do setor não capitalista, o que levava a uma maior produção para o mercado por parte desses e, em geral, aumentava os fluxos monetários dentro da economia. A reprodução ampliada se expressava igualmente num aumento das importações e das atividades do Estado.

As explicações gerais desta figura foram dadas quando tratamos dos fluxos monetários. Incluímos o setor público a fim de termos uma visão completa da dinâmica da economia salvadorenha. Como vimos, o setor público retira a parte mais importante das receitas dos impostos sobre as importações e as bebidas alcoólicas, e canaliza parte dessas receitas para o interior (pagamento de salários, compra de materiais para as obras públicas, dívida interna) e outra parte para o exterior (em particular, dívida externa e contratação de obras com estrangeiros). Os gastos em obras públicas representavam uma transferência considerável de mais-valia, já que os empréstimos do governo pagavam altos juros, de modo que as obras públicas financiadas por esses empréstimos representavam uma dupla fonte de lucros para o capital estrangeiro. Esses empréstimos, chamados de inversões de portafólio, transformaram-se na América Latina numa fonte permanente de tensões com os governos imperialistas, já que os prestamistas organizados em associações pressionavam fortemente seus governos a intervirem de alguma forma quando o país devedor não conseguia pagar suas dívidas.

[41] Do ponto de vista do pequeno e médio plantador, os grandes plantadores apareciam também como capital mercantil, que comprava a produção a preços mais baixos.

Figura 7 — Fluxos monetários e suas contrapartidas em mercadorias, incluindo o setor público

MPI = Meios de Produção Importados; MSL = Meios de Subsistência Locais; MSI = Meios de Subsistência Internos; FTT = Força de Trabalho Temporária; FTP = Força de Trabalho Permanente.

Reprodução ampliada e acumulação

Se consideramos o processo em seu conjunto, vemos que existe um permanente aprofundamento da produção mercantil e do intercâmbio de mercadorias, e que esse processo estava determinado pela expansão do setor cafeeiro. O setor cafeeiro transformava-se assim no dinamizador da economia, ao mesmo tempo em que integrava os diferentes setores produtivos às suas necessidades, seja como principal fonte de demanda de força de trabalho e de produtos alimentícios, seja como principal comprador de terras em função da expansão das plantações.

Portanto, não nos encontramos diante de um sistema produtivo onde coexistam formas completamente diferentes de organização econômica, que entram eventualmente em relações de intercâmbio — como propõem as'

diferentes perspectivas dualistas —, mas sim de um sistema produtivo que produz, mantendo e/ou destruindo, formas de produção não capitalistas. As relações de produção não capitalistas estão estruturalmente subordinadas à dinâmica do setor exportador; e essa subordinação é reproduzida pelas características específicas que a acumulação de capital assume no capitalismo periférico exportador. Devemos lembrar outra vez, contudo, que falar de subordinação estrutural não implica reduzir as diferenças e o peso específico das relações de produção não capitalistas; dizemos apenas que, apesar de estarem fundadas em formas de produção e apropriação que lhes são próprias, elas não geram por si mesmas as tendências de movimento que dinamizam suas contradições, ou seja, que as leis de movimento devem ser buscadas fundamentalmente no setor exportador, em face do qual os diferentes setores produtivos — a partir de suas características específicas — reagem de modo particular.

O sistema econômico salvadorenho, por seu turno, era parte do sistema capitalista mundial, incrustado como apêndice das necessidades de matérias-primas e alimentos dos países imperialistas, em vez de ser um *partner* em igualdade de condições no terreno da concorrência. Contudo, se o capitalismo periférico se especializou completamente, não é esse o caso dos países centrais, que continuaram produzindo matérias-primas e alimentos. Em 1927, a Europa (incluindo a URSS) e a América do Norte produziam 65,6% do valor total mundial de alimentos e 68,7% do valor mundial de matérias-primas.

Embora a produção mundial de matérias-primas e de alimentos estivesse dividida entre o centro e a periferia, não é esse o caso da produção industrial. A Europa (incluindo a URSS), a América do Norte e o Japão, em 1928, representavam 92,54% do total da produção industrial do mundo. Essa estrutura produtiva reflete-se em fluxos comerciais internacionais, já que o comércio dos países centrais com os países periféricos consistia na venda de manufaturados e na compra de matérias-primas, sem praticamente nenhum comércio em sentido inverso. Esse tipo de comércio, por seu turno, determinava que os países periféricos praticamente não comerciassem entre si, já que o tipo de produto de que necessitavam encontrava-se apenas nos países centrais, ao mesmo tempo em que esses eram os grandes consumidores de matérias-primas e de alimentos. Ao contrário, o comércio

dos países centrais era um comércio orientado tanto para a periferia quanto para outros países centrais.

O tipo de integração da periferia no sistema capitalista gerou uma estrutura de comércio mundial na qual os países periféricos estão atomizados entre si, ligados ao mercado mundial através do comércio com os países centrais, enquanto no centro se criou uma densa rede — de trocas entre os diferentes países.

Ao contrário do capitalismo central, que se desenvolveu a partir de manufaturas nos centros urbanos, o capitalismo periférico tem seu desenvolvimento centrado no meio rural. Esse desenvolvimento do capitalismo periférico exportador, como vimos, reproduz formas não capitalistas de produção. Embora ocorra uma certa eliminação das relações não capitalistas, essas voltam a ressuscitar sob novas formas — tanto no campo como na cidade —, em função da incapacidade que tem o processo de acumulação de se expandir para outras áreas. (Salvo no caso em que ocorra um processo de industrialização, cujas características e consequências não serão discutidas aqui.) Seria arriscado, contudo, aceitar a posição de Amin (1973), que vê no capitalismo periférico uma formação de transição bloqueada, já que essa conceituação traz implícita uma certa perspectiva de estagnação, que não se adequada à realidade histórica do capitalismo periférico. O capitalismo periférico, ainda que com ritmo e características próprios, revoluciona permanentemente as relações de produção não capitalistas, seja indiretamente, através da penetração mercantil, seja diretamente, por meio da demanda de força de trabalho, de mercadorias e de novas terras.

Todavia, não se trata somente de mostrar que existia uma ampla margem de lucros que se mantinha dentro da economia, uma margem que era pelo menos parcialmente utilizada em inversões produtivas, já que a reprodução ampliada é demonstrada igualmente pela expansão das importações e exportações. Na medida em que tomemos o percentual dos itens importados como fixos, teremos que o incremento das importações significava um crescimento constante de meios de produção e de insumos, que aumentava a capacidade produtiva. Esse aumento da capacidade produtiva se expressa, por seu turno, no aumento das exportações. Portanto, não é que não exista nas economias exportadoras um processo de reprodução ampliada, mas sim que esse ocorre sem expandir a Seção I da

economia (que não existe) e, por conseguinte, sem gerar um processo de expansão integrada de meios de subsistência e de meios de produção.

Imperialismo, rendas diferenciais e transferências de excedentes

O modelo dominante, ou mesmo exclusivo, na análise das relações entre centro e periferia — presente tanto nas diversas teorias marxistas sobre o imperialismo como nas teorias da CEPAL — caracteriza a natureza de tais relações através da transferência de excedentes para os países centrais. Os argumentos divergem quanto aos mecanismos mediante os quais a periferia seria explorada.

Na verdade, a integração da periferia no mercado mundial na época imperialista teve como ponto de partida a existência de rendas diferenciais favoráveis à periferia. Na maioria dos casos, isso significa, pelo menos inicialmente, a transferência de excedentes do centro para a periferia.

Como se sabe, a industrialização europeia, em particular a inglesa aumentou a demanda de matérias-primas e de alimentos, gerando uma tendência ascendente dos preços agrícolas no Reino Unido. Esse processo provocou, por sua vez, a apropriação de uma parte crescente do excedente econômico pelos proprietários de terras. Tal tendência foi contrabalançada através da importação em massa de alimentos, inicialmente da Europa Central e Oriental e, posteriormente, do ultramar. Embora esse fato tenha dado lugar à neutralização dos grandes proprietários de terras na Grã-Bretanha,[42] produziu nos países periféricos o efeito contrário, ou seja, o fortalecimento da oligarquia agrária.

A revolução dos meios de transporte representada pelas ferrovias, juntamente com o aumento da frota de navios a vapor e das novas técnicas de conservação dos alimentos, permitiu que a produção do ultramar competisse com a produção europeia. Em certos casos, essa situação fez com que os países exportadores recebessem altas rendas diferenciais,[43] que

[42] Sem que isso tivesse significado o desaparecimento da agricultura britânica, como muitos autores dão a entender. Na realidade, a agricultura reestruturou-se setorial e socialmente (Cf. Goodman, D.; Sorj, B.; Wilkinson, J., 1982).

[43] O tema da renda da terra produziu um amplo debate no marxismo. Um maior refinamento de nossa hipótese exigiria penetrar nessa polêmica, o que não só escaparia aos objetivos do presente trabalho, como também nos obrigaria a nos definir diante de questões que consideramos secundárias para a correção de nossa hipótese. Basta reconhecer que a renda

representavam de fato excedentes transferidos do centro para as economias exportadoras.[44]

Os exemplos seguintes nos darão uma ideia da importância e da magnitude dessas transferências no passado[45]:

1) O Peru, entre 1840 e 1880, exportou entre 11 e 12 milhões de toneladas de guano, cuja venda gerou uma receita de 750 milhões de pesos. Desse total, o governo peruano se apropriou de aproximadamente 60%, enquanto os consignatários locais ficaram com cerca de 10% (Bonilla, H., 1974, p. 146). Essas rendas apropriadas pelo Estado peruano através de impostos diminuíram com a utilização das jazidas de salitre, das quais o Chile terminou por se apropriar.

2) Em finais do século passado, a borracha do Brasil foi cotada a preços suficientemente altos para permitir a manutenção da produção, mesmo depois de terem os preços caído a menos da metade, num período aproximado de dez anos (Parados e Capelato, 1975).

3) Em começos do século, no Equador, os produtores de cacau chegaram a obter um ganho de 15 sucres em cada 23 sucres exportados (Chiriboga, 1978). Esse superlucro dificilmente pode ser atribuído a índices de produtividade ou à exploração da força de trabalho.

dos países exportadores, mencionados abaixo como exemplos, é um *lucro extraordinário,* que tem sua origem na propriedade da terra. Contudo, podem-se consultar nossas notas em Sorj, B., 1980, pp. 138-142.

[44] Pelo que sabemos, somente Laclau (1975) menciona as rendas diferenciais em nível mundial, reconhecendo que se trata de mais-valia produzida por trabalhadores estrangeiros. Foi isso que permitiu à Argentina ter uma renda *per capita* que não apresentava relação com a estrutura produtiva, bem como uma taxa de lucro altíssima em relação ao investimento. Flishman adere a essa ideia, mas sem chegar a desenvolvê-la. (Depois de já escrito este trabalho, constatamos que um estudo do Instituto de Economia do Uruguai também reconhece esse fenômeno, ainda que sem tirar todas as consequências teóricas que derivam desse fato.).

[45] A fragilidade das estatísticas da época, juntamente com o fato de que geralmente o latifundiário não se diferenciava do empresário agrícola, dificulta o cálculo — ainda que aproximado — dessas rendas. Um caso em que essa separação se apresenta é o da produção de cereais no *pampa* argentino; vejam-se os cálculos realizados por Brignoli, 1977. Cremos que os casos apresentados dão uma ideia fenomênica da existência dessas rendas. Para a época atual, os países exportadores de petróleo seriam o melhor exemplo.

4) No Chile, os impostos sobre o salitre representavam 46% das receitas fiscais do Estado em final do século (Crispi, 1978).[46]

5) No caso de El Salvador, a renda diferencial apropriada pela burguesia cafeeira era alta, se tomarmos em consideração que os preços mundiais eram determinados pela produção brasileira, que tinha um nível de produtividade mais baixo do que o da produção salvadorenha.

6) *Last but not least*: em finais do século passado e começos deste, Argentina e Uruguai encontravam-se entre os primeiros países do mundo em renda per capita.[47]

Como já vimos, as rendas diferenciais passavam diretamente às mãos das classes dominantes locais, ou o Estado se apropriava das mesmas através do sistema tributário, através de impostos diretos, manipulações cambiais ou impostos sobre bens importados.

De fato, os fluxos entre o centro e a periferia são complexos e contraditórios, chegando em certos períodos a favorecer a periferia. Reconhecer essa realidade nos permitirá reexaminar posteriormente certos temas relativos à estrutura social e ao desenvolvimento econômico dessas regiões, mostrando como certos casos — particularmente o argentino e o uruguaio — não eram exceções à regra, mas sim indicadores de uma outra regra.

Reapropriação de excedentes e exploração da periferia

Nos primeiros momentos de incorporação ao mercado mundial, os produtos exportados desfrutavam de altos preços. Mas a situação favorável dos países periféricos passou a ser contrabalançada pela ação de mecanismos econômicos de reapropriação de excedentes, uma ação exercida pelos países centrais através de processos de mais longo alcance. A (re)apropriação de rendas e lucros realiza-se através de uma gama variada de dispositivos:

1) lucros de intermediação comercial e financeira;

[46] Não sucede o mesmo com o cobre, devido ao fato de que as companhias tinham maior capacidade de negociação do que no caso do salitre, já que aquele era produzido em outros lugares.

[47] Um cálculo dos excedentes obtidos pelo setor agropecuário uruguaio se encontra em Echegarray *et al*.; 1971.

2) repatriamento de *royalties* por empresas estrangeiras;

3) intercâmbio desigual (quando existia);[48]

4) manipulação de preços pelos monopólios internacionais;

5) pagamento de fretes e seguros.[49]

Esses mecanismos atuam de tal forma que chegam a neutralizar e, inclusive, a reverter em favor do centro das trocas com a periferia.

De qualquer modo, trata-se de uma tendência que não está assegurada *a priori*, e que se modifica em diversos momentos históricos e em relação a determinados produtos e países.

Além dos fatores mencionados anteriormente, atua contra os países periféricos outra série de fatores:

a) a integração de novas terras ou jazidas que permitiam a redução geral dos preços;

b) a superprodução e o consequente deterioramento dos preços;

c) o desgaste natural das terras e jazidas, que provocam a redução ou mesmo a eliminação da renda;

d) a industrialização da agricultura dos países centrais, que — através de aumentos de produtividade — passaram a recuperar a capacidade de competir com a produção da periferia;

[48] Não entraremos diretamente na discussão sobre a troca desigual, pois isso nos levaria além dos limites deste trabalho. Contudo, podemos assinalar que a análise que realizamos anteriormente pode demonstrar que certas posições de Emmanuel são basicamente corretas, embora não por causa das razões que ele indica. Em outras palavras: é possível demonstrar que o tipo de reprodução característico do capitalismo exportador pode gerar níveis salariais mais baixos, ainda que se dê uma composição orgânica do capital igual à do centro. Mas isso não se deve a razões históricas, como diz Emmanuel, e sim a razões estruturais que já vimos anteriormente (a realização da produção não depende do mercado interno e o conjunto da produção não capitalista oferece comestíveis baratos e mão de obra temporária cuja reprodução, durante a maior parte do ano, verifica-se fora das relações de produção capitalista; para tal mão de obra, o salário representa apenas uma forma de complemento de seus rendimentos).

[49] Não se poderia colocar entre os mecanismos de "recuperação" dos excedentes o consumo de artigos manufaturados dos países centrais, a não ser que os preços dos mesmos tenham sido supervalorizados.

e) o surgimento de produtos substitutivos e sintéticos, ocasionando — se não a eliminação — pelo menos a redução drástica das importações de muitos produtos pelos países industriais.

Essas tendências de longo prazo afetam a própria viabilidade do setor exportador, o qual vê reduzido — e, inclusive, em certos momentos, eliminado — qualquer excedente. Nessas circunstâncias, cabem uma ou várias das seguintes alternativas:

1) aumenta-se a produtividade pela introdução de melhorias tecnológicas (o que certamente ocorre, mas em geral de modo insuficiente para a maioria' dos produtos de exportação);

2) aumenta-se a intensidade da exploração dos trabalhadores, ou;

3) o setor decai, restringindo as exportações.

De qualquer modo, deve-se recordar que as receitas do setor exportador não apresentam uma curva em constante descenso e que cada produto experimenta periodicamente ciclos de auge e de decadência.[50]

É importante observar que a estagnação e, em parte, o retrocesso dos produtos exportados da América Latina antes da contração da demanda e da queda dos preços geradas pela crise de 1929 estão ligados, em vários casos, aos limites naturais que encontrava a produção em base extensiva (Brignoli, 1977). No momento em que a periferia começa a encontrar limites à expansão da produção nas fronteiras naturais, o centro aumentara sua capacidade de produção agrícola e/ou criara substitutos através da expansão de suas fronteiras científicas e tecnológicas.

Esses mecanismos, cuja enumeração não pretende ser exaustiva, não devem ser considerados como uma forma de reafirmar a validade da teoria do imperialismo criticada na primeira parte deste trabalho. A existência de contratendências, em vez de afirmar uma lei geral, busca assinalar — nesse caso — a impossibilidade de pressupor *a priori* o predomínio de determinado tipo de fluxo de excedentes entre o centro e a periferia.

A existência de contratendências não anula o fato de que, na América Latina, pelo menos para certos produtos, países e períodos, os fluxos

[50] Cf., por exemplo, Furtado (1976), onde se mostra como nos períodos de guerra os preços são favoráveis à periferia.

econômicos lhe foram favoráveis. Tampouco busca explicar a razão do fracasso (quando houve) da utilização produtiva dos excedentes que permaneciam no território nacional. Na verdade, as próprias contratendências devem ser explicadas a partir das realidades sociais, políticas, ideológicas — e não apenas econômicas — da periferia.

Exploração, desenvolvimento e imperialismo

É necessário realizar aqui uma primeira concretização de nossa hipótese em relação ao tema do imperialismo.

Existe, nos textos clássicos sobre o imperialismo, o reconhecimento da transferência de capitais do centro à periferia. Essa transferência, ainda que geralmente assuma a forma de empréstimos bancários e não de inversões produtivas,[51] dirigia-se para a periferia com o objetivo de gerar lucros, que eram eventualmente repatriados em sua totalidade. Nesse sentido, portanto, dificilmente se pode falar de apropriação de excedentes por parte dos países periféricos, embora a exportação de capitais não deixasse de ter importância no desenvolvimento econômico da periferia.

Os teóricos da dependência nacional, em particular Cardoso e Faletto (1969), reconhecem que dependência não significa inexistência de desenvolvimento; ao contrário, haveria uma forma específica de desenvolvimento dependente. Essa posição, em si mesma, não entra no mérito do debate sobre os fluxos econômicos entre centro e periferia, já que se pode argumentar — corretamente — que a exploração da periferia pelo centro não inibe a possibilidade de desenvolvimento dessa e, no máximo, pode reduzi-lo em suas potencialidades.

Nossa hipótese afirma que a relação entre desenvolvimento econômico e fluxo de excedentes não é unívoca. Em certas circunstâncias, pode permanecer no interior das fronteiras nacionais uma quantidade de excedentes particularmente elevada, sem que se gere desenvolvimento econômico, ou, mais precisamente, um processo de acumulação capitalista. A exportação de guano peruano é exemplar em termos de permanência de excedentes dentro das fronteiras nacionais, que foram em sua maior parte desperdiçados em consumo improdutivo ou inversões fracassadas (como foi o caso das ferrovias).

[51] Pelo menos no que se refere ao setor primário, grande parte do capital estrangeiro que chegou à América Latina era constituída de empréstimos a governos.

Tampouco se trata de defender a teoria das vantagens comparativas. Para essa, a troca entre as nações tende a fluxos que não favorecem univocamente nenhuma das partes e leva naturalmente ao desenvolvimento econômico. Como vimos, os fluxos tendem a ser profundamente desequilibrados, favorecendo ora o centro, ora a periferia; e, além do mais, não são causa suficiente do desenvolvimento econômico. Como veremos adiante, a teoria das vantagens comparativas deixa de considerar, de resto, a questão das estruturas e classes sociais que são favorecidas por certos tipos de troca.

A existência, durante períodos relativamente longos, de processos de apropriação de excedentes — que se observam em determinados países da periferia em relação a certos produtos — não invalida a teoria do imperialismo, mas situa-a dentro de uma perspectiva mais ampla, a partir da qual esse não se resume a um processo de constante exploração dos países dependentes.[52]

Conclusões

A caracterização do estado dependente

O conceito de neocolonialismo foi cunhado para caracterizar a situação dos Estados nacionais pós-coloniais, que seriam formalmente independentes, mas realmente dependentes; o formal se referiria à política, e o real, à economia. A noção da dependência nacional, introduzida por Cardoso e Faletto, tentou superar essa visão reducionista, na medida em que reconhece uma tensão entre o político e o econômico. Para tais autores, os países dependentes são politicamente soberanos e economicamente dependentes, gerando assim uma dupla contradição: por um lado, o sistema econômico coloca em xeque as condições de soberania, e, por outro, o sistema político impede que os interesses da metrópole se concretizem imediatamente, sem antes passar pelas mediações do sistema nacional de poder. Os demiurgos da história são, para esses autores, as classes sociais da formação social, embora os grupos estrangeiros consigam internalizar seus interesses na estrutura política nacional.

[52] A comparação entre Argentina e Austrália (ou Canadá) seria reveladora de vários pontos que estamos considerando.

Essa perspectiva favoreceu as análises que enfatizam a necessidade de estudar a história concreta, nacional ou regional, como marco explicativo do processo real, superando assim os esquemas generalizantes e os dualismos de fatores internos *versus* fatores externos.

Essa perspectiva, contudo, apresenta uma noção da economia nos países dependentes que nos parece insuficiente. Pensamos que a soberania política tem consequências econômicas que redefinem as relações com os países centrais e as condições do novo pacto entre o centro e a periferia. Na medida em que existe soberania sobre o território nacional, as rendas são apropriadas pelo Estado e pelos grupos dominantes locais. Na economia colonial, era o Estado metropolitano e/ou suas companhias comerciais que se apropriavam das rendas da colônia. Mesmo quando os grupos dominantes locais detinham a propriedade jurídica do solo, a metrópole tinha condições — graças ao controle da alfândega e do comércio — de expropriar desses grupos as rendas obtidas no mercado mundial.

Nessas condições, a dependência nacional não só implica a redefinição do esquema político de relacionamento entre o centro e a periferia, mas também do próprio esquema econômico.

A possibilidade de que parte importante dos excedentes gerados pelos produtos de exportação permanecesse no circuito interno criou uma fonte de sustentação fiscal do Estado e lhe ofereceu uma base de manobra maior. Em certos casos, essa base estava longe de ser irrisória ou débil; e, sem ser sua única condição, permitiu o desenvolvimento de amplas burocracias e de um Estado capaz de sustentar políticas "benfeitoras", como ocorreu, por exemplo, no Uruguai.

Se nosso argumento anterior é correto, os problemas do desenvolvimento econômico não podem ser reduzidos à questão da escassez dos excedentes que permanecem no interior do país; nem se pode conceber o desenvolvimento da estrutura de classes da periferia como se essa reproduzisse a dos países centrais.

Se a teoria do intercâmbio desigual mostra-se claramente insuficiente para explicar os fluxos entre o centro e a periferia, a teoria das vantagens comparativas internacionais não reconhece que os distintos fatores de produção estão relacionados com interesses sociais diferentes. Assim, a periferia pode até se beneficiar da exportação de bens primários, mas

consolidou uma classe social que não dependia de aumentos de produtividade para sua sobrevivência, como no caso dos proprietários de terra.

A apropriação de uma porção maior ou menor de excedentes pelos grupos nacionais não determinava, em si mesma, as potencialidades de desenvolvimento econômico. A Bolívia, que tinha grande parte de suas riquezas minerais em mãos de nacionais, reinvestia internamente menos do que, por exemplo, o Chile. Esse país — no qual as riquezas minerais estavam em mãos de estrangeiros numa proporção maior do que na Bolívia — possuía um Estado com maior capacidade de negociação com os interesses mineiros e era capaz de canalizar parte dos excedentes que obtinha no sentido do desenvolvimento interno. Na Bolívia, entretanto, as rendas do estanho foram utilizadas para construir riquezas familiares que, em boa parte, foram canalizadas para o exterior.

Para além da disponibilidade de excedentes, coloca-se previamente o problema da existência e difusão de relações mercantis e/ou de assalariamento, que tornavam viável o investimento dos excedentes sob forma produtiva, e/ou a presença de uma vontade política que fortalecesse o investimento no mercado interno. Juntamente com a existência de um mercado interno que viabilize o investimento dos excedentes, foi central o fato de que os Estados tivessem capacidade de ir além dos interesses imediatos dos grupos exportadores. Geralmente, um amplo grau de assalariamento e de mercantilização das relações sociais favorece uma maior mobilização e participação social. Dessa forma, criavam-se as condições para uma maior autonomia do Estado e para que o jogo político não se reduzisse a uma manipulação do poder pelas classes dominantes, permitindo que o Estado — em suas políticas — transcendesse os horizontes imediatos dos grupos exportadores. A diferença entre o desenvolvimento chileno e boliviano está provavelmente mais ligada a esses fatores do que à existência prévia de maiores excedentes em um desses países.

Dentro desse contexto, deve-se mencionar que, se o imperialismo foi responsável por obstaculizar o desenvolvimento industrial da América Latina, como tantas vezes se afirmou, não se deve deixar de reconhecer que, em certos casos, a industrialização de alguns países latino-americanos foi em parte financiada com rendas provenientes dos países centrais.

As classes sociais

As classes sociais dominantes na América Latina deram lugar a debates aparentemente esdrúxulos. Para alguns, tais classes estariam constituídas por senhores feudais, e, para outros, por empresários capitalistas. Essa polarização não reflete apenas eventuais preconceitos ideológicos, mas uma ambiguidade real. Os grandes proprietários ligados à exportação estavam vinculados ao sistema capitalista não somente através dos mecanismos gerais do mercado, mas também porque seus rendimentos eram parcialmente constituídos por excedentes gerados sob forma capitalista no centro. Mais ainda: o próprio destino dessa classe dependia dos processos gerais de acumulação industrial e de desenvolvimento tecnológico, que tornavam possível ou não a apropriação de rendas e, em geral, de excedentes. Além dessa determinação, os grupos exportadores se encontravam inseridos — no nível de suas empresas — em relações de produção dos mais diversos tipos, desde a escravidão até formas avançadas de produção capitalista.

Os grupos exportadores locais não podem ser caracterizados como simples instrumentos do imperialismo. Na verdade, as relações entre os grupos exportadores locais e os interesses metropolitanos estavam longe de coincidir. Por um lado, em termos de longo alcance, os países centrais orientavam-se numa direção contrária aos interesses dos grupos exportadores ou rentistas da periferia. Através de novos produtos, de substitutos ou de novas formas de produção, os países centrais iam minando os interesses do grupo que, naquele momento, era um aliado. Inclusive a curto prazo, os interesses dos grupos exportadores e dos países centrais chegavam a entrar em choque. Assim, por exemplo, no Brasil, a política de defesa do café gerou conflitos com o governo americano (Fausto, 1975); e, no Uruguai, diante do truste de compra da carne por frigoríficos estrangeiros, os grupos rurais se mobilizaram e — com o apoio do Estado battlista — criaram um frigorífico nacional (Finch, 1980).[53]

[53] Caio Prado Júnior, em 1966, fazia a seguinte afirmação: “O que é certo é que os latifundiários ignoram como classe ou categoria social o imperialismo. Como ruralistas, nada têm com ele, e, em regra, não lhe são nem favoráveis nem contrários. Simplesmente, o ignoram porque as atividades do capitalismo internacional não interferem diretamente com seus negócios. Há exceções a essa regra. Em primeiro lugar, os fazendeiros de café, cuja produção tem o grande papel que se sabe no mundo internacional dos negócios. Mas, na medida em que os cafeicultores brasileiros se relacionam com esse mundo, e lhe sofrem as contingências, são-lhe antes hostis que favoráveis. Seja contudo como for, o fato é que nada

Outro tema que deve ser reavaliado é o das relações entre os grupos exportadores e os industriais. As contradições entre esses grupos, quando existem, ocorrem em torno do controle das rendas derivadas do setor exportador, e não — como geralmente se afirmou — em torno da necessidade de modernizar as relações de produção no campo. Na medida em que a burguesia industrial consegue controlar esses excedentes através de meios indiretos (por exemplo, impostos, mecanismos cambiais), o questionamento do setor exportador é praticamente inexistente.[54]

Esse ponto nos leva, por sua vez, a registrar a particular imbricação entre o Estado e as classes sociais na América Latina, imbricação que, em muitos casos, determinava que fosse através do Estado — e do controle de recursos de poder político — que as classes surgiam e se consolidavam. Formada a partir de regalias do Estado, ou no sentido de explorar recursos naturais, ou através da concessão de terras, os grupos exportadores tinham uma relação particular com o poder político. De modo diverso, os grupos industriais tinham seu calcanhar de Aquiles na dependência em face do Estado. Não foram poucas as lutas entre o setor exportador e o setor industrial pelos favores do Estado que terminaram por ser confundidas, na América Latina, com revoluções burguesas.

Bibliografía

Amin, S., "El comercio internacional y los flujos internacionales de capitales", in Emmanuel, A. *et al.*, *Imperialismo y comercio internacional*, Madri, Siglo XXI, 1973.

Amin, S., *La acumulación a escala mundial*, Madri, Siglo XI, 1973.

Anderson, T. P., *Matanza: El Salvador Communist Revolt of 1932*, Lincoln, University of Nebraska Press, 1971.

há na situação específica do cafeicultor que o leve a simpatizar e apoiar politicamente o capitalismo internacional e o imperialismo" (p. 171). Com a experiência de várias décadas de desenvolvimento industrial na América Latina, dever-se-ia reavaliar as bases sociais e as .utilizações do nacionalismo latino-americano.

[54] Quando os produtos de exportação eram parte da cesta básica de consumo interno, o conflito se dava também em torno da defesa — pela indústria — de preços privilegiados para o mercado interno.

Arias Gomez, J., "Informe verbal", in *Seminario de História Contemporánea de Centro América: El processo politico centro-americano*, San Salvador, Editorial Universitaria, 1964.

Aubey, R. T., "Enterpreneurial Formation in El Salvador", *Explorations in Enterpreneurial History*, vol. 6, n. 3, 1969.

Baran, P., *A economia política do desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar, 4ª ed., 1977.

Bettelheim, C., "Los trabajadores de 10s países pobres y ricos tienen intereses solidarios", in Emmanuel, A. *et al*., *op. cit*.

Bonilla, H., *Burguesía y Guano en el Perú*, Lima, IEP, 1974.

Brenner, R., "The Origins of Capitalist Development: A Critique of New-Smithian Marxism", *New Left Review*, julho-agosto de 1977.

Brignoli, H. P., *El ciclo de las economías agrícolas de exportación en América Latina (1880-1930)*, mimeo, 1977.

Browning, D., *El Salvador: Landscape and Society*, Oxford, Clarendon Press, 1971.

Cardoso, F. H., "As condições sociais da industrialização de São Paulo", *Revista Brasiliense*, março-abril de 1960.

Cardoso, F. H. e Faletto, H., *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro, Zahar, 6ª ed., 1981.

Cardoso de Melo, J. M., *O capitalismo tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

Castañeda, J. e Hett, E., *El economismo dependentista*, México, Siglo XXI, 1978.

Chiriboga, M., *La agricultura del Ecuador en el Siglo XXI*, mimeo, 1978.

Crispi, J., *Estado y agricultura en Chile*, mimeo., 1978.

Cuenca, A., *El Salvador: Una democracia cafetalera*, México, Centro Editorial.

Dalton, R., *El Salvador*, Havana, Enciclopedia Popular, 1965.

Echegaray, A., Modar, J., Sarly, W. e Steneri, C., *Plusvalía agropecuaria del Uruguay*, Montevideo, Instituto de Economía FUC, 1971.

ECLA, *External Financing in Latin America*, United Nations, 1965.

ECLA/FAO, *Coffee in Latin America: (1) Colombia and El Salvador*, Nova York, United Nations, 1958.

ECLA/FAO, *Coffee in Latin America: (2) Brazil, State of São Paulo*, Nova York, United Nations, 1960.

Emmanuel, A., "El intercambio desigual", in Emmanuel, A. *et al*., *op. cit*.

Empire Marketing Board, *Plantation Crops*, Londres, Statistics and Intelligence Branch, 1932.

Fausto, B., "Expansão do café e política cafeeira", in B. Fausto (org.), *O Brasil Republicano*, vol. 1, São Paulo, DIFEL, 1975.

Finch, H., *História economica del Uruguay contemporáneo*, Montevidéu, Ed. de la Banda Oriental, 1980.

Flischman, G., *La renta del suelo y el desarrollo agrario argentino*,Buenos Aires, Siglo XXI, 1977.

Frank, A. G., "La dependencia ha muerto, viva la dependencia y la lucha de clases", *Desarrollo Económico*, vol. 13, n. 49, 1973.

Florescano, E. (ed.), *Haciendas, latifundios y plantaciones en América Latina*, México, Siglo XXI, 1975.

Fuentes, C., "The Argument of Latin America: Words for the North Americans", in Huberman, L., Sweezy, P. *et al*., *Wheter Latin America?*, Nova York, Monthly Review Press, 1968.

Furtado, C., *Formação econômica do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.

Furtado, C., *A economia latino-americana*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.

Goodman, D. S., Sorj, B. e Bilkinson, J., *From Farming to Biotechnology*, mans., 1982.

Hirshman, A. O., "Desenvolvimento por efeito em cadeia. Uma abordagem generalizada", *Estudos CEBRAP*, n. 18, 1976.

Imperial Economic Committee, *Coffee*, Reports of the Imperial Economic Committee, Londres, 1931.

Kautsky, K., *A questão agrária*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1968.

Kay, G., *Development and Under-Development: A Marxist Analysis*, Londres, 1974.

Kula, W., "Una economía agraria sin acumulación: Polonia en los Siglos XVI al XVII", in Sereni, E. *et al*., *Agricultura y desarrollo del capitalismo*, Madri, 1974.

Laclau, E., "Modos de producción, sistemas económicos y población excedente. Aproximación histórica a los casos argentino y chileno", in Zapiola, G., *El régimen oligárquico*, Buenos Aires, Amorrortu, 1975.

Laclau, E., "Feudalism and Capitalism in Latin America", *New Left Review*, n. 67, 1971 [ed. brasileira: Política e ideologia na teoria marxista, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, pp. 19-55] .

League of Nations, *Review of World Production*, 1925-1931. Genebra, 1932.

League of Nations, *World Production and Prices*, 1925-1932, Genebra, 1934.

Lenin, V. I., *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, in *Id*., *Obras escolhidas*, São Paulo, Alfa-Omega, 1979, vol. 1.

Luna, D. A., "Un heróico y trágico suceso de nuestra historia", in *Seminario de Historia Contemporáneo de Centro América: el proceso político centroamericano*, San Salvador, Editorial Universitaria, 1964.

Luxemburg, R., *A acumulação de capital*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

Marini, R. M., *Dialéctica de la dependencia*, México, Era, 1973.

Marini, R. M., *Subdesarrollo y revolución*, México, Siglo XXI, 1969.

Marroquin, A. D., "Cambios en la agricultura y sus repercusiones sociales", *Revista Salvadoreña de Ciencias Sociales*, n.1, 1965.

Martin, P. P., *Salvador of the Twentieth Century*, Londres, Edward Amold, 1911.

Marx, K., *O capital*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 6 vols., 1968-1973.

Marx, K., *O capital. Livro I, capítulo VI (inédito)*, São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

Munro, D. C., *The Five Republics of Central America*, Nova York, Oxford University Press, 1918.

Prado Jr., C., *História econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1963.

Prado Jr., C., A revolução brasileira, São Paulo, Brasiliense; 1966. Prado, M. L. e Capelato, M. H. R., "A borracha na economia brasileira da Primeira República", in Fausto, B. (org.), *op. cit*.

Oliveira, F., "A economia brasileira: crítica à razão dualista", *Estudos CEBRAP*, n. 2, outubro de 1972, pp. 3-82.

Oliveira, F., "A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil", in Fausto, B. (org.), *op. cit*.

Reynolds, D. R., *Rapid Development in Small Economies: the Example of El Salvador*, Nova York, Praeger, 1967.

Rodgers, D. J., *Reports on Economic Conditions in the Republic of El Salvador*, Londres, Department of Overseas Trade. 1929.

Rodriguez, M., *Central America*, Nova Jersey, Prentice Hall, 1965.

Samaniego, C. e Sorj, B., "Articulaciones de modos de producción y campesinados en América Latina", *CISEPA*, Lima, 1974.

Santi, P. *et al*., *Teoria marxista del imperialismo*, Córdoba, Pasadoy Presente, 1973.

Shepherd, F. M., *Report of Economic Conditions in the Republic of the El Salvador*, Londres, Department of Overseas Trade, 1933.

Smith, T. L., "Notes on Population and Rural Social Organization in El Salvador", *Rural Sociology*, n. 10, 1945.

Sorj, B., *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*, Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

Wallerstein, I., *The Modern World-System*, New London, Academic Press, 1974.

Ward, B. E., "Cash of Credit Corps?", in Potter, J. M., Dias M. N. e Foster, G. M. (eds.), *Peasant Society: a Reader*, Boston, Little Brown, 1967.

Warren, B. B., *Imperialism — Pioneer of Capitalism*, Londres, NLB, 1980.

White, A., *El Salvador*, Londres, Ernest Benn, 1973.

Wolf, E. R., "Types of Latin American Peasantry: A Preliminary Discussion", *American Anthropologist*, vol. 57, 1955.

Wolf, E. R., "The Spanish in Mexico and Central America", in Dalton, G. (ed.), *Economic Development and Social Change*, Nova Iorque, The Natural History Press, 1971.

Wolf, E. R. e Mintz, S.W., "Haciendas and Plantations in Middle America and the Antilles". *Social and Economic Studies*, vol. 6, n. 3, 1967.

Wolpe, H., "Capitalism and Cheap Labour-Power in South Africa: from Segregation to Apartheid", *Economy and Society*, vol. 1, 1972.

Zeitlin, I. M., *Capitalism and Imperialism*, Chicago. Markam Publishing Company, 1972.

Outras fontes:

Ministério das Relações Exteriores da Inglaterra: *Archives of the Public Records Office: Files of the Foreign Office (Political)*.

Espaço regional andino e política no século XIX

Antônio Mitre

Introdução

As considerações relativas à existência de uma região econômica de dimensão supranacional durante as primeiras décadas do século XIX inspiram-se, principalmente, nos trabalhos realizados por Carlos Sempat Assadourian para a época colonial.[1] Centrando sua atenção no interior da área, este autor mostra como se organiza o espaço peruano, gerado a partir das necessidades do setor mineiro e integrado pela "divisão geográfica do trabalho e a consequente circulação mercantil".[2] Constata que quase todos os elementos necessários para a produção mineira, tanto na fase extrativa como propriamente metalúrgica, eram captados no interior da região. Populações mais ou menos distantes especializavam-se na produção de determinados artigos destinados a satisfazer a considerável e diversificada demanda originada pela atividade mineira. O resultado foi a formação de um vasto sistema regional do qual participavam centros como Quito, Assunção, Tucumán, Buenos Aires e outros que convergiam com sua produção ao grande mercado de Potosí. Cálculos aproximados mostram que "o *quantum* anual da produção de prata que se troca no mercado mineiro por mercadorias regionais pode alcançar entre 50 a 60 por cento do valor do comércio internacional que é efetuado anualmente no espaço peruano".[3] Desde esta ótica e sem negar a condição colonial, a economia da região deixa de ser um mero efeito colateral dos ciclos econômicos europeus e adquire uma dinâmica própria de considerável importância e vitalidade. Este é, certamente, um dos aspectos mais sugestivos do quadro traçado por Sempat Assadourian.

Tal perspectiva projetada em suas linhas gerais ao período republicano derrama nova luz sobre os processos econômicos e políticos,

[1] Ver Assadourian, Bonilla, Mitre e Platt, *Minería y espacio económico en los Andes, siglos XVI-XX.* Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1980, pp. 87-99.
[2] Ver, por exemplo, Carlos Sempat Assadourian, "Integración y desintegración en el espacio colonial: un enfoque histórico". In: *Revista Latinoamericana de estudios urbanos-regionales,* EURE, Santiago do Chile, março de 1972.
[3] Sempat Assadourian et alii. *Minería* y *espacio económico..., op. cit.,* p. 24-25.

permitindo-nos questionar uma série de concepções bastante difundidas na historiografia latino-americana com respeito à evolução de alguns países que, como a Bolívia, não acusaram uma expansão de suas exportações até bem avançado o século XIX. Finalmente, a análise realizada desde esta ótica pode proporcionar-nos elementos suficientes para reconsiderar a natureza e o sentido das mudanças ocorridas na Bolívia entre 1870 e 1900, quer dizer, no período do auge da prata e consolidação da oligarquia exportadora.

Do exposto até aqui podem ser extraídas as seguintes proposições que servirão de orientação para este trabalho:

1) A pesquisa sobre a evolução política dos países latino-americanos no século XIX tem privilegiado os temas concernentes aos processos de unificação e consolidação do Estado nacional e a relação que tais processos guardam com a expansão do setor exportador. A produção teórica elaborada em torno a estes assuntos tem funcionado, retrospectivamente, como um verdadeiro paradigma para o estudo e a caracterização da chamada fase da anarquia (1810-1870 aproximadamente).

2) Em relação ao sul andino e particularmente ao Alto Peru, a análise circunscrita ao âmbito do Estado-nação deforma a compreensão dos fenômenos políticos e econômicos dos primeiros cinquenta anos de vida republicana. Não se trata de eliminar da análise a presença do Estado-nação mas, pelo contrário, de adotar uma postura favorável à percepção dos vínculos e contradições derivados da coexistência do mesmo com o espaço regional.[4]

3) O reconhecimento da região econômica supranacional vigente neste período pode abrir caminhos inéditos para a investigação e ajudar-nos a sair de uma série de impasses ideológicos nos quais desembocaram as interpretações realizadas desde o estreito marco da "história nacional". Um destes impasses refere-se à natureza do protecionismo alto-peruano que adquire pleno sentido somente quando este é vinculado à estrutura regional que o inspira e lhe confere viabilidade.

4) No período republicano a ação do Estado protecionista plasmada na política monetária dominante (monopólio sobre o minério de prata e a

[4] Outra questão é saber se as observações deste trabalho são ou não pertinentes a outras áreas da América Latina; o certo é que elas se aplicam à história recente de pelo menos, Bolívia, Peru e Argentina.

prata refinada, cunhagem de moeda fraca [*feble*], etc.), antes que o mercado de Potosí, sustentou a dinâmica econômica da região entre 1830 e 1870 e ao mesmo tempo criou condições para a acumulação de capital em determinados polos do sistema. Este fato deu lugar a que algumas zonas, que no período colonial se encontravam dependentes de Potosí, alcançassem um relativo grau de diversificação econômica, o que lhes permitiu que se assimilassem em melhores condições à nova realidade colocada pelo livre comércio.

5) Desde a perspectiva regional, a política do período torna-se menos extravagante. As ideias referentes à constituição precária do Estado e seu limitado alcance são relativizados e a ação do mesmo aparece projetada sobre um amplo espaço físico e social que contrasta claramente com o âmbito privatista do Estado oligárquico de fins do século.

Região, regionalismo e Estado-nação

Ao revisar o que se tem escrito sobre as primeiras décadas da história alto-peruana e de outros países da área, chama imediatamente a atenção a facilidade com que se costuma circunscrever os fenômenos políticos e econômicos ao âmbito demarcado pela existência, pouco mais que territorial, dos novos Estados. Não deixa de ser curioso que apesar de ser reconhecida a vigência, por mais de três séculos, de um espaço econômico regional gerado pelas necessidades da atividade mineira de Potosí, o mesmo desapareça subitamente da mira dos investigadores para ceder seu lugar a um ente — o Estado-nação — cuja estrutura é considerada ainda precária nesta época.

Decerto que os estudos regionais têm uma longa tradição e que o regionalismo tem sido considerado muitas vezes um componente fundamental na história dos países latino-americanos. Em um livro sugestivo, José Luis Roca afirma, por exemplo, que para penetrar nas motivações profundas da história boliviana é mister passar desde a concepção que privilegia a luta de classes a outra que dê preeminência ao estudo das lutas regionais. Desta forma o autor passa em revista os conflitos surgidos "entre os departamentos do norte e do sul os quais pontilham todo o século passado, e a rivalidade mais recente, mas igualmente profunda,

entre oriente e ocidente".[5] Sem chegar a considerar os aspectos polêmicos da proposta nem a pertinência de atribuir ao regionalismo um peso indiscriminado e decisivo em todos os períodos da história altoperuana, interessa-me, por ora, chamar a atenção sobre o fato de que, na obra de Roca, a "região" é definida sempre dentro dos limites cartográficos do Estado. Teoricamente o regionalismo é compreendido a partir de e em relação a seu conceito oposto: o Estado nacional unificado[6]. Por esta razão, as ideias expostas em *Fisonomía del regionalismo boliviano* não oferecem subsídios para o estudo do espaço regional vigente nas primeiras décadas republicanas, e o protecionismo daquela época é situado dentro de um velho e falso dilema: ou doutrina do nacionalismo revolucionário e progressista, ou ideologia do nacionalismo reacionário. Por outro lado, o historiador peruano Alberto Flores Galindo, em seu excelente estudo sobre Arequipa e o sul andino, reconhece explicitamente a existência de uma região cujos limites no século XIX não coincidem com a divisão política da época.[7] No entanto, apesar de tal reconhecimento o enfoque de Flores Galindo não transcende os parâmetros da história escrita desde o ponto de vista do Estado nacional. Não está presente na obra deste autor a preocupação de estudar a região enquanto tal, isto é, identificando os polos que a integram e a hierarquia dos mesmos, sua racionalidade econômica e, sobretudo, as forças políticas e sociais que articulam sua dinâmica. De fato, Flores Galindo abandona rapidamente a perspectiva regional e passa a concentrar-se na análise minuciosa de Arequipa — o resultado final é um excelente trabalho monográfico produzido dentro dos moldes convencionais da micro-história. Penso que uma vez mais a ótica do Estado-nação consegue prevalecer e impede que o autor situe o objeto de seu estudo no âmbito maior da região.

Na verdade, tanto em Flores Galindo como em Roca, a ideia de Estado nacional antecede logicamente à de região. Esta se define, em última

---

[5] Roca, José Luis. *Fisonomía del regionalismo boliviano.* La Paz: Los Amigos del Libro, 1979, p. 11.

[6] É discutível, por outro lado, a ideia de que a existência de fortes impulsos regionalistas no contexto dos Estados modernos esteja relacionada diretamente ao grau de desenvolvimento capitalista alcançado por uma determinada sociedade como sugere o autor. A história recente dos países como a Inglaterra ou Espanha mostra como o problema é muito mais complexo.

[7] Galindo, Alberto Flores. *Arequipa* y *el sur andino, siglos XVIII-XX.* Lima: Editorial Horizonte, s/d.

instância, não somente dentro das fronteiras jurídicas daquele, mas também pela racionalidade econômica e política que é atribuída ao Estado unificado como ponto ômega e conceito ordenador das diversas fases do processo histórico. Esta perspectiva acaba privilegiando a dinâmica do capitalismo emergente e não consegue revelar a estrutura do espaço regional nem os processos políticos que o configuram. Por outra parte, ela tampouco é capaz de detectar as articulações do sistema regional com as formas econômicas forjadas ao calor do livre comércio.

Sem dúvida que um dos problemas cruciais refere-se, precisamente, aos critérios para identificar a existência e as fronteiras da região. O historiador peruano, escrevendo sobre o sul andino no século XIX, manifesta que ela não se define "por um tipo específico de relações sociais de produção mas, pelo contrário, a partir de uma articulação comercial".[8] Assim acaba reduzindo a dimensão regional à percepção dos circuitos mercantis e dos fluxos monetários. Analisando o espaço regional andino durante a colônia, Carlos Sempat Assadourian sustenta, por sua vez, que a própria existência e orientação de tais correntes monetárias e comerciais estão determinadas, em grande parte, pela demanda de insumos do mercado de Potosí, que provoca a articulação de um espaço econômico integrado pela divisão do trabalho e a circulação mercantil. À margem da maior ou menor conotação "circulacionista" ou "produtivista" que cada uma destas concepções possa ter, observa-se, em ambos os casos, a ênfase posta nos processos econômicos como determinantes do espaço regional. Considero que no período republicano, e sem descartar a relativa importância do mercado de Potosí, a dimensão política passou a ter um peso decisivo na conformação da estrutura regional. Vejamos com algum detalhe este ponto.

Espaço econômico, política e dependência

A versão mais corrente sustenta que a depressão mineira, as transformações provenientes da nova ordem política republicana e a penetração do comércio inglês ocasionaram a desintegração do espaço econômico colonial articulado pela produção e circulação da prata de Potosí.[9] O Alto Peru teria ficado, então, mergulhado na mais profunda letargia, em comunicação precária com o exterior e desmembrado internamente. Convém que se mantenha uma dose de ceticismo até que a pesquisa ponha a descoberto os limites deste tipo de afirmações. A escassa informação disponível atualmente mostra que a prata-moeda de Potosí continuou insuflando vida a uma ampla região econômica da qual faziam parte populações do norte argentino, onde circulava em abundância moeda feble "pela forçosa necessidade que elas têm de comerciar com a Bolívia, único mercado seguro para a venda de seus produtos".[10] O historiador Marcos Giménez Zapiola declara que em 1846 a quantidade de moeda alto-peruana transferida para a Argentina foi aproximadamente de um quarto de milhão de pesos e nos anos subsequentes chegou a uma média de 800.000 pesos, dos quais a maior parte se dirige a Tucumán. A circulação de moeda alto-peruana naquela província era tão profusa que chegou a converter-se em moeda corrente, "situação que perdurou até a década de oitenta em plena organização nacional".[11] A intensidade do fluxo mercantil com os departamentos peruanos de Tacna, Moquega, Puno e Cuzco, que proviam de vinhos, tecidos de lã, óleo, açúcar e outros artigos os mercados da Bolívia, era também muito intensa. Em 1862 um informe consular britânico manifestava que "a duras penas se pode dizer que existe um sistema monetário peruano, pois a moeda que circula atualmente é a da Casa da Moeda da Bolívia".[12] É provável que em termos quantitativos o valor das mercadorias regionais troca das pela prata de Potosí fosse superior ao valor do comércio ultramarino. Nesse caso teria sido mantida a tendência apontada por Sempat Assadourian para o período colonial.

A política monetária que emana dos governos protecionistas do Alto Peru foi, sem dúvida, o verdadeiro eixo que sustentou o espaço econômico regional. Tal política condensa-se em dois princípios básicos:

---

[8] Flores, Galindo, *op. cit.,* p. 8.

[9] Na evolução da mineração alto-peruana do século XIX observam-se fases claramente definidas: uma de contração (1810-1873) e outra de auge ou expansão (1873-1900). Durante a primeira, a produção permaneceu relativamente estancada e os preços internos da prata foram menores que os do mercado livre devido ao monopólio que exercia o Estado sobre os minerais de prata e a prata refinada. Ver Antônio Mitre. *Los patriarcas de la plata.* Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1981.

[10] Benedicto Medinacelli. *Investigación de la crisis monetaria de Bolivia y de los medios de salvarla*. Sucre: Imprenta de Pedro España, 1875, p. 7.

[11] Marcos Giménez Zapiola. "El interior argentino y el desarrollo hacia afuera: el caso de Tucumán". In: *El régimen oligárquico, materiales para el estudio de la realidad argentina (hasta 1930),* Marcos Giménez Zapiola, (org.). Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1975, pp. 88-89.

[12] Cito por Flores Galindo, op. cit., p. 66.

monopólio fiscal sobre a prata refinada e minerais de prata e emissão de moeda "fraca" (Apêndice 1).[13]

Até hoje pouco se sabe sobre o impacto que estas medidas tiveram sobre a economia da região. A partir da informação disponível (que não é muita) sugiro que os efeitos fundamentais foram os seguintes: por uma parte a emissão de moeda *feble* e sua ampla difusão em toda a zona ocasionou o aumento do preço dos produtos importados de ultramar e atuou como uma verdadeira barreira protecionista de magnitude regional.[14] Os resultados nas diversas áreas da região não foram uniformes. Alguns pólos se articularam de maneira decisiva às novas forças econômicas ligadas à penetração mercantil inglesa, ao mesmo tempo que tiraram proveito por se acharem dentro da órbita do espaço integrado pela circulação da prata-moeda de Potosí. Assim, por exemplo, as economias de Arequipa e Tucumán, pese sua situação dependente em relação a Lima e Buenos Aires respectivamente, beneficiaram-se muito de seus vínculos com o antigo sistema regional. Conseguiam vender seus produtos no tradicional mercado alto-peruano e recebiam, em troca, moeda que lhes possibilitava condições de acumulação. Este processo redundou num grau maior de diversificação econômica. O estudo de Giménez Zapiola sobre Tucumán oferece evidências que apoiariam esta presunção: o dinheiro captado através do intercâmbio com o Alto Peru — diz este autor — permitiu que a oligarquia daquela província adquirisse bens de capital no exterior, dando, assim, o "salto qualitativo na acumulação de capital industrial".[15] Um fenômeno

[13] Até 1872, ano em que foi decretado o livre comércio da prata refinada e dos minerais de prata, os mineiros eram obrigados, por lei, a vender toda sua produção ao Estado, que lhes pagava a preços de monopólio, sempre inferiores aos vigentes no mercado livre. Dos 'Bancos de Rescate', a prata passava à Casa da Moeda onde, uma vez cunhada, saía para circulação. Por outro lado, durante a administração do general Andrés de Santa Cruz (1830-1839) começou a emissão de moeda 'fraca' de menor peso e teor que o oficial com o propósito de solucionar a aguda falta de circulante. Esta medida tornou-se posteriormente um componente estrutural do espaço econômico da região.

[14] O protecionismo desta fase tem sido bastante estudado em função da política alfandegária estabelecida pelos diferentes governos do Alto Peru para determinados artigos de importação. Não se deve esquecer, sem dúvida, que tais medidas implementavam-se através do controle dos pontos de entrada do comércio ultramarino e não afetavam seriamente a produção regional que continuava transitando de um país a outro por rotas tradicionais sobre as quais se exercia pouca fiscalização.

[15] Marcos Giménez Zapiola. "El interior argentino y el desarrollo hacia afuera el caso de Tucumán. In: *El régimen oligárquico, op. cit.,* pp. 88-89.

parecido se observa em algumas áreas do Peru onde a "moeda *feble* acumulada é a que fomentou e desenvolveu com uma rapidez inesperada aqueles departamentos limítrofes".[16]

Por outro lado, outros centros produtores de manufaturas, em geral situados a grande distância dos portos, perderam seus mercados tradicionais em favor dos artigos importados. Assim foram desalojados, por exemplo, os tecidos de Cochabamba do mercado de Buenos Aires. Em geral as localidades alto-peruanas continuaram importando de seu raio circunvizinho ao mesmo tempo que já não exportavam aos polos distantes do velho circuito regional. Tal situação foi debilitando a economia do Alto Peru, a qual tornou-se dependente, primeiro, dos antigos satélites e, muito mais tarde, da Europa. Paradoxalmente este processo realizou-se através dos próprios mecanismos que o núcleo do sistema regional pôs em movimento para preservar seu espaço tradicional: o monopólio e a *feble*. Enfim, se bem seja certo que se produziu um movimento centrífugo em detrimento da economia regional como um todo, também o é o fato de que alguns polos se beneficiaram individualmente, enquanto outros sofreram processos de pauperização acentuada.

Existem, pois, suficientes indícios para se pensar que o protecionismo alto-peruano (1830-1870) teve um marco de referência que transcendia o âmbito jurídico da nação, ao ponto que sua racionalidade só se torna patente ao situá-lo no contexto do espaço econômico regional. As interpretações sobre o protecionismo da época, por não superarem os limites da "história nacional", acabaram reduzindo-o ora a um programa das forças sociais interessadas no desenvolvimento autônomo do país, ora a uma assincronia ideológica característica das situações de dependência ou, finalmente, assimilando-o em suas motivações mais profundas à doutrina contrária: o livre-cambismo. Como já vimos, o protecionismo alto-peruano, se bem se manifeste formalmente como a política de um governo nacional, de fato orienta-se a impulsionar e resguardar a dinâmica do velho sistema regional.[17] E é, precisamente, nesta patente contradição onde devemos buscar a razão final de seu fracasso. Em suma, os fenômenos de articulação

[16] *Reflexiones*, *op. cit*., p. 7.

[17] As diversas tentativas de unificação do Peru e Bolívia deveriam ser estudadas também sobre o pano de fundo do espaço econômico regional e não somente, como tem sido feito até agora, em razão de possíveis motivações geopolíticas, histórico-culturais ou caudilhistas.

do sistema regional com a dinâmica econômica gerada pelo livre comércio não foram analisados até hoje, o que deu lugar a leituras deficientes ou parcialmente equivocadas dos acontecimentos políticos nacionais. A natureza das lutas entre as províncias internas e as do litoral que marcam as primeiras décadas da história argentina, por exemplo, não pode ser bem entendida se não se incluem no marco explicativo os vínculos existentes entre o norte argentino e o núcleo regional alto-peruano.[18] O panorama político, considerado desde este ângulo, mostra-se menos desconcertante e sujeito a uma ordem de coisas que não depende tanto do temperamento instável dos caciques locais nem da vontade implacável dos caudilhos de projeção nacional.

Conclusões

Quando o Estado-nação constitui-se no marco obrigatório da análise, a compreensão da chamada "fase da anarquia" sofre distorções derivadas de algumas ideias implícitas na teoria elaborada em torno da formação histórica do Estado nacional nos países da América Latina. Estamos referindo-nos, por um lado, ao alto grau de correlação que com frequência se estabelece entre a consolidação do modo de produção capitalista no período das oligarquias exportadoras e o processo de unificação política do Estado. Detrás desta colocação o capitalismo e seu corolário político — o Estado nacional — aparecem dotados de uma racionalidade superior.

O estudo retrospectivo do período protecionista (1830-1870) — no qual o Estado-nação tem uma existência por demais precária — realizado desde essa perspectiva acaba sendo caracterizado negativamente pela ausência dos elementos que se supõe configurarem a ideia de Estado nacional maduro: integração econômica, coesão social e unidade política. Incapaz de captar a racionalidade do espaço regional, tal compreensão descobre uma economia "nacional" desarticulada sobre a qual monta-se um quadro político marcado pela presença de núcleos de poder local mais ou menos fechados em luta pelo controle do governo, o qual, quando governa, não representa senão a vontade de uns poucos e exerce uma

[18] Vale a pena mencionar neste contexto que o ponto de vista proposto não obscurece o marco teórico no qual se situa o debate relativo à articulação de modos de produção senão que, pelo contrário, acrescenta a ele um campo fértil de aplicação prática.

autoridade que se esgota física e institucionalmente no âmbito onde o caudilho de plantão estabelece seus domínios.

O período oligárquico, ao contrário, caracteriza-se pela configuração de processos políticos e econômicos de tendência unificadora que, mesmo sendo de natureza muito relativa, contrastam com a paisagem atomizada da fase "anárquica". A maior integração da economia ao mercado internacional, o fluxo considerável de inversões e o desenvolvimento das ferrovias provocam a modernização do setor produtivo estratégico. A expansão das exportações desata, então, uma série de efeitos em cadeia, catalisando um processo de rápido crescimento econômico. As consequências políticas traduzem-se na consolidação de um Estado centralizante comparativamente maior. Esta situação evidencia-se pelo aparecimento de fenômenos tais como: a) supressão ou redução dos conflitos locais e instauração de uma ordem política relativamente estável; b) a capacidade que a oligarquia exportadora manifesta de subordinar o conjunto das atividades econômicas a seus interesses elaborando políticas de clara filiação classista.

As investigações realizadas sobre o período de auge da prata boliviana (1870-1900) revelam elementos que não se ajustam à situação descrita e sugerem o esboço de um quadro diferente.[19] Em primeiro lugar vale a pena relembrar que o tremendo aumento da quantidade de marcos de prata produzidos entre 1870 e 1895 deveu-se sobretudo à extraordinária riqueza dos minerais explorados e à construção de uma ferrovia do litoral que possibilitou a comercialização de grandes massas de mineral bruto. Se bem seja certo que a expansão das exportações descansou sobre uma relativa modernização do setor minerador, a mesma se limitou à fase extrativa e não afetou a indústria de refino, que decaiu sensivelmente neste período. Esta especialização da atividade mineira acabou rompendo a integração do complexo mina/estabelecimento de beneficiamento.

Por outro lado, o crescimento comercial desta fase restringe-se, em grande medida, ao intercâmbio realizado entre os distritos mineiros e os portos de exportação, compreendendo um espaço social muito mais

[19] O período do auge argentífero na Bolívia caracteriza-se pelos seguintes elementos: 1) fim do monopólio que o Estado tinha sobre as pastas e minerais de prata e que agora passam a ser comercializadas a preços de mercado; 2) investimentos de capital nacional e estrangeiro na mineração; 3) crescimento acelerado da produção e 4) queda do preço internacional da prata.

reduzido que o integrado pela circulação da prata-moeda no período protecionista. É interessante notar, neste contexto, que a emissão de moeda entre 1873 e 1900 diminuiu ou manteve-se estacionária e não acompanhou o grande aumento das exportações de prata precisamente numa época na qual a quantidade de papel-moeda lançada pelo Banco Nacional e outros bancos menores foi muito reduzida. Documentos desse período referem-se constantemente à falta de circulante. Sem dúvida, a escassez de moeda reflete, a nível mais profundo, a nova forma de articulação da economia mineira ao mercado internacional que fortalece o circuito mina/porto de exportação e, a médio prazo, provoca a desintegração do espaço regional (Apêndice 2).

No plano político o poder ficou realmente concentrado em mãos da oligarquia mineira, porém seu real exercício limitou-se a um âmbito muito reduzido. Se bem que as políticas governamentais do período resumam com bastante fidelidade o conteúdo de classe que as anima, estabelecendo uma coincidência perfeita entre os interesses da oligarquia mineira e os do Estado, por outro revelam um alcance de tal forma específico que a "coisa pública" parece ser, de fato, a prolongação dos negócios particulares de um pequeno grupo de nacionais e estrangeiros.

Em resumo, o conhecimento, ainda superficial, do período oligárquico deixa-nos a forte impressão de um Estado pouco unificado, distante cada vez mais do país rural e com uma presença administrativa, jurídica e militar restrita a um espaço social e geográfico consideravelmente menor do que aquele sobre o qual se projetou o Estado na fase protecionista.

Apêndice 1:

Cunhagem de "pesos fuertes y febles"

Ano	Pesos fuertes	Pesos febles
1830	1.583.082	206.218
1831	1.678.750	211.242
1832	1.555.049	306.909
1833	1.640.000	313.981
1834	1.642.400	309.400
1835	1.471.069	509.090
1836	1.664.129	303.186
1837	1.768.510	301.563
1838	1.565.496	492.005
1839	1.887.850	466.905
1840	2.086.172	514.335
1841	1.396.550	917.456
1842	1.255.705	1.166.531
1843	1.126.428	1.001.963
1844	921.204	1.094.341
1845	1.620.516	299.395
1846	1.043.842	863.744
1847	586.270	1.316.599
1848	504.210	1.055.089
1849	671.074	947.270
1850	771.671	1.284.224
1851	885.092	1.416.192
1852	499.851	1.990.061
1853	95.930	2.594.599
1854	49.384	2.396.600
1855	63.401	2.345.246
1856	26.944	2.634.077
1857	3.458	2.634.550
1858	23.547	2.378.743
1859	68.701	1.575.919

Fonte: Anônimo, *Reflecciones econômicas sobre la moneda feble* (Sucre: Tipografia de Pedro España, s/d), pp. 20-21.

Apêndice 2

Prata cunhada na Casa de La Moneda de Potosí

Ano	Pesos	Ano	Pesos
1865	1.771.639	1883	1.987.000
1866	2.043.076	1844	1.079.084
1867	2.569.165	1855	1.289.410
1868	2.738.447	1886	1.091.537
1869	1.903.516	1887	1.748.112
1870	1.239.604	1888	1.452.276
1871	1.718.221	1889	797.793
1872	2.308.666	1890	887.390
1873	1.346.395	1891	1.473.048
1874	–	1892	1.518.480
1875	797.000	1893	1.678.320
1876	970.879	1894	1.286.371
1877	1.304.476	1895	1.744.210
1878	1.471.500	1896	1.508.087
1879	2.041.131	1897	1.189.282
1880	2.107.500	1898	1.369.135
1881	1.897.000	1899	1.839.442
1882	1.987.000	1900	1.881.024

Fontes: Anônimo, *Reflecciones econômicas sobre la moneda* (Sucre: Tipografia de Pedro España, n.d.), pp. 20-21; *Tribunal Nacional de Cuentas, Informe* (Sucre: Imprenta Boliviana, 1888), pp. 26*; Sinópsis Estadística y Geográfica de la República de Bolívia* (La Paz: Taller Tipog´rafico de J.M. Gamarra, 1903), II, p. 33.

A ANTROPOLOGIA DA PRODUÇÃO DE *PLANTATION*[1 2]

Sidney Mint[3]

Em uma obra ainda não devidamente apreciada mesmo entre seus admiradores, a economista canadense Ida Greaves (1935), há quase meio século, estabeleceu um útil contraste entre a produção camponesa e a produção de *plantation*. Seus comentários iniciais trazem também uma sugestão importante para os estudiosos da sociologia da produção moderna de mercadorias agrícolas, principalmente nas regiões tropicais e subtropicais.

> "... (Se) a *plantation* é uma forma histórica de produção", escreve ela, "a produção camponesa pode muito bem ser considerada uma forma pré-histórica, e o produtor agrícola é de importância primária no processo de capitalização que vem transformando a economia primitiva" (1935: 13).

Para examinar o aspecto cultural da produção de *plantation* — ou seja, para buscar uma antropologia da *plantation* — a afirmação de Greaves é um bom ponto de partida. Várias formas de adaptação camponesa são quase concomitantes com o surgimento do Estado (Wolf 1966); mas a *plantation* é quase concomitante à emergência do capitalismo mercantil e, com ele, da economia mundial.[4] Sabe-se que desde o final do século IX existiam grandes propriedades equipadas, pelo menos parcialmente, com trabalho escravo, produzindo açúcar para exportação (Benveniste 1970, Galloway 1977, Watson 1974). Mas, por várias razões, o estabelecimento de *plantations* espanholas e portuguesas nas ilhas atlânticas no final do século XV (Greenfield 1979, Malowist 1969), a partir das quais surgiriam

---

[1] Preparado para o Seminário de Estudos Comparados da Política do Setor de Exportação na América Latina, CEBRAP, São Paulo, março de 1982.
[2] Este artigo foi traduzido por Denise Botman.
[3] Sidney Mintz pertence à John Hopkins University.
[4] Aqui não tento definir a *plantation.* Como se sabe, existe uma longa história dessas tentativas (Mintz 1951, Wolf e Mintz 1957, Courtenay 1965. Foster e Creyke 1968, Beckford 1972, Hagelberg 1974), sem muita concordância mútua. Ao invés de mergulhar novamente nessa controvérsia, apresentarei as características partilhadas pelos empreendimentos que aqui me preocupam, deixando a outros mais capacitados que eu a tarefa de decidir se tais empreendimentos são ou não são *plantations:* propriedades com mais de 100 hectares, usando trabalho assalariado para a produção de uma ou duas mercadorias agrícolas para exportação ultramarina. Deixo em aberto a questão crítica se os arrendamentos deveriam estar incluídos nessa caracterização.

as *plantations* do Novo Mundo, pode ser considerado à parte desses antecedentes mediterrânicos. Greenfield acentua o fato de que as *plantations* do Novo Mundo, tal como as que as precederam em lugares como Madeira e Canárias, foram criadas por cidadãos que faziam "parte de um Estado-nação em expansão". Mas esta formulação é incompleta; simplifica uma situação política imensamente complexa. Mudaram não só o financiamento, a organização e o patrocínio das *plantations*, como também a extensão, a profundidade e o caráter dos mercados consumidores que elas vieram a servir. À medida que os próprios produtos adquiriram importância econômica nas metrópoles, seus produtores e intermediários ganharam poder político, os dirigentes nacionais perceberam novas possibilidades de comércio e tributação, e a agricultura dos Estados europeus mudou, em vista das grandes quantidades de novos produtos de consumo que chegavam aos mercados europeus, vindos de outras regiões. Em vista disso, pretendo sugerir que uma antropologia adequada da *plantation* deve tratar também dos mercados para os produtos de *plantation* e dos usos a que se destinavam, e não apenas das próprias *plantations*, se quisermos ver como, ao longo do tempo, culturas e comunidades extremamente distantes vieram se modificando e se unindo numa crescente rede mundial.[5]

Neste artigo, as referências às *plantations* foram extraídas da história do açúcar; é inevitável. Mas *não é* inevitável a relação entre uma mercadoria agrícola específica, como o açúcar, e uma forma particular de organização agrícola; a lista das chamadas "culturas de *plantation*" não se manteve constante e inalterada ao longo dos séculos. Entretanto, para esclarecer melhor este ponto, convém notar rapidamente a associação entre as *plantations* e as zonas tropicais e subtropicais. Em sua famosa publicação, Edgar Thompson (1935: 12-14) afirmava que a *plantation* se estabeleceu nas regiões tropicais porque elas "constituem a fronteira mais importante e mais acessível da comunidade mundial". É irresistível a afirmação de que o sistema de *plantation* foi, portanto, um artefato da expansão e do desenvolvimento europeu dirigido para o exterior. Mas

[5] Alguns desses pontos são tratados numa publicação ainda no prelo (Mintz *MS*). Mas apenas para exemplificar meu argumento, poderia mencionar o papel do melaço (ou seja, rum), açúcar e chá na Revolução Americana; a eliminação do melaço (rum) do mercado francês em função dos interesses ligados ao conhaque, e seus efeitos nos preços do melaço no Caribe francês; a criação da indústria do açúcar de beterraba com o estímulo de Napoleão, frente ao bloqueio e à perda de São Domingos; e o papel do chá e do açúcar na vida inglesa.

Thompson acrescenta que as *plantations* também podem florescer em zonas temperadas, assim como o cultivo camponês pode florescer nos trópicos. Assim, o elo entre zona climática e agrossistema, ainda que real e historicamente fundamentado, é também flexível.

Deve-se acrescentar o caráter das mercadorias para cuja produção as *plantations* foram originariamente estabeleci das pelos europeus: tabaco, açúcar e similares. O quadro da produção mundial dessas mercadorias é hoje muito diferente do do século XVI. Como esclarece Grigg (1974:210 ss), nem todas as culturas de *plantation* são exclusivamente tropicais (por ex., chá, tabaco, algodão, amendoim), e nem todas as chamadas culturas de *plantation* são hoje cultivadas exclusivamente em *plantations*. Mas estas importantes ressalvas não alteram o fato de que as *plantations*, no sentido mais usual do termo, estavam associadas a culturas particulares, e se estabeleceram primeiramente em zonas tropicais e subtropicais. A cana-de-açúcar e o tabaco foram os primeiros. Foram também — como afirmei em outra ocasião — a fonte dos primeiros produtos de luxo a se transformarem em gêneros básicos ou, dito de outra forma, foram as primeiras promessas "proferidas" pelo capitalismo.

Dito isto, devo acrescentar que aquilo a que Grigg se refere como "culturas clássicas de *plantation*" são todas atualmente culturas arbóreas: borracha, coco, palmeira oleaginosa, sisal, cacau e café. Hoje, tais mercadorias agrícolas tropicais para exportação — a que se somam o açúcar e o chá, mesmo que não sejam "clássicos" — ocupam apenas cerca de 10% da terra arável utilizada no mundo e representam praticamente o dobro do valor anual de exportação de todos os cereais (Grigg 1974:211). Portanto, esses artigos não só se tornaram muito importantes na história econômica europeia, pelo menos do século XVI em diante, como também continuaram a sê-lo na vida econômica mundial até hoje, ainda que muito alterados ao longo dos séculos. Algumas alterações estão simbolizadas no próprio rol dos produtos, agora às vezes cultivados na base de *plantations*. Quem imaginaria encontrar nessa lista o gambir (*Uncaria gambir*), a noz-moscada (*Myristica fragans*), a paina (*Ceiba spp*) e a cinchona (*Cinchona ledgeriana*, *C. succirubra*) (Courtenay 1965:69)? Mas, se quisermos nos voltar para a ordem social da *plantation*, precisamos também anotar as características das próprias culturas como também dos locais onde são cultivadas. Exemplifico meu argumento com um único caso, cuja natureza

real devo reconhecer que desconheço completamente: a palmeira oleaginosa. Meu propósito com este exemplo não é, evidentemente, tratar da sociologia da produção da palmeira oleaginosa, da qual nada sei, mas simplesmente sugerir como as características botânicas específicas e as características da localização edáfico-climática podem ser consideradas pela sociologia.

Diz-nos Courtenay (1965:70 ss) que a palmeira oleaginosa é, sob muitos aspectos, uma cultura ideal para a *plantation*. Como planta autóctone da África Ocidental, a palmeira precisa de 1400 mm de chuva por ano, mas suporta o quádruplo; e aprecia uma média elevada de temperatura em torno dos 26.5° amadurece um cacho de frutos por vez e fornece dois tipos de óleo, o óleo da palma e o óleo do caroço. Ambos são usados para a produção de margarina, gorduras para a cozinha, produtos de padaria e confeitaria, sorvetes e sabonetes. Definida por um especialista como "facilmente o produtor mais eficiente de óleo vegetal, a julgar pelo rendimento de óleo fornecido por um acre de terra" (*West African lnstitute for Oil Palm Research*, citado em Jarrett 1957), a palmeira só se tornou importante com o aperfeiçoamento da hidrogenação, há menos de um século atrás. Sua importância consolidou-se crescentemente. Na verdade, como os óleos vegetais continuam em ascensão, é quase certo que o óleo de palma se tornará ainda mais importante. O óleo de palma é produzido ou a partir de plantas selvagens, por coleta individual ou familiar, ou em *plantations*. Selvagem, a palmeira só produz depois de 12-15 anos; os cachos são cortados da árvore em crescimento e a seguir processados. O óleo contém proporções variáveis de ácido graxo puro, chamado f.f.a.[6], sendo que apenas o óleo com baixa acidez pode ser usado em produtos comestíveis. As *plantations* são vantajosas porque um plantio extenso permite a frutificação em 3-4 anos, ao invés de 12-15 anos; os caroços podem ser rapidamente induzidos a fornecer óleo com uma porcentagem regularmente inferior de f.f.a.; um rápido amadurecimento do fruto (a cada 5-10 dias) garante o retorno do investimento no uso da terra; e a maquinaria para o processamento (da qual parcialmente depende a boa qualidade do óleo) é cara. No entanto, a coleta e o processamento das plantas selvagens por indivíduos e famílias continua a contribuir significativamente para a produção mundial total do óleo de palma.

[6] f.f.a..: *free fatty acid*.

Mesmo uma descrição tão esquemática como esta mostra claramente que o regime de *plantation* para a palmeira oleaginosa deve levar em conta as restrições implícitas na própria planta e no ambiente. As alterações na eficiência da extração do óleo, ou na recuperação de óleos utilizáveis na alimentação a partir de plantas selvagens de baixa qualidade, ou no intervalo de tempo entre a coleta e o processamento, podem depender de um futuro avanço tecnológico. Entretanto, até que a balança se incline decisivamente para a. produção ou de *plantation* ou de coleta, estas duas fontes radicalmente diferentes de obtenção do produto estarão competindo entre si. A coleta e o processamento em bases individuais seguramente afetam as condições de trabalho nas *plantations*, se o produto dos coletores for competitivo com o produto das *plantations*, mesmo que apenas em alguns setores do mercado. O que fazemos com a "escolha" — se é que há mesmo alguma escolha entre o trabalho de coleta na floresta e o trabalho assalariado numa *plantation*?

É possível traçar alguns paralelos superficiais entre este exemplo e a produção de café. Só que a maquinaria de processamento do café é relativamente barata se comparada à maquinaria para o processamento da palma; o café, para ser processado, pode ser transportado a consideráveis distâncias das próprias plantas; e, muito importante, a demanda de trabalho no café é ao mesmo tempo concentrada e irregular. Assim, o arrendamento parece adaptar-se a certas restrições inerentes à produção de café, ao passo que seria difícil imaginar um arrendamento no caso da palmeira oleaginosa.

No caso do açúcar, as características intrínsecas da planta e do seu ambiente são novamente diferentes, mas igualmente claras. Cultiva-se a cana-de-açúcar tanto em *plantations* como em acordos contratuais com pequenos proprietários rurais. Apesar desses acordos, duas características da cana-de-açúcar são praticamente inevitáveis: deve ser cortada madura e preparada logo após o corte. Na verdade, estas características nunca foram contornadas pela tecnologia. Não há dúvida de que desempenharam um papel importante na disciplina típica das *plantations*. Mesmo sob as condições tradicionais da escravidão no Caribe, por exemplo, parece inteiramente plausível que as *plantations* de açúcar fossem geralmente mais opressoras para o trabalhador do que as *haciendas* de café.

Com tais afirmações sugerimos implicitamente que buscamos não são as regularidades suscitadas pelo sistema de *plantation*, mas também os

elos entre culturas particulares e regimes particulares de produção. Esta asserção, que surge tardiamente no meu argumento, supõe que o sistema de *plantation* concilia em seu interior muitas variantes, e que entre as fontes dessas variações destaca-se a natureza do produto cultivado. No caso da cana-de-açúcar — o exemplo mais antigo e mais conhecido de uma cultura de *plantation* — a vinculação é conhecida por todos os estudiosos da *plantation*. A combinação da agricultura e do processamento sob uma única autoridade; a organização de toda a força de trabalho, rural e industrial, em um único sistema; o caráter intercambiável de grande parte do próprio trabalho; o fator tempo nos programas produtivos; a separação entre produção e consumo, e entre trabalhador e instrumentos de trabalho: por essas e outras é que a *plantation* de açúcar logo assumiu em sua história um feitio industrial (Mintz *MS*). É claro que as características apontadas não derivam apenas do caráter perecível da cana-de-açúcar. Mas esta perecibilidade desempenhou papel bastante relevante nas formas como evoluiu a *plantation* e na grande ênfase, típica de sua história, no controle e na disciplina.

Pretendo com isso sugerir que, para uma sociologia das culturas de *plantation*, é necessário levar em conta as próprias culturas e suas exigências de cultivo, como fundamentais na ordem social da *plantation*. Entre a formação das *plantations* de açúcar nas ilhas atlânticas da Espanha e de Portugal no final do século XV e o desenvolvimento das *plantations* no século XX, como a difusão da borracha no Sudeste da Ásia, do café na África Oriental ou do açúcar na Austrália, o próprio sistema de *plantation* tornou-se evidentemente muito mais variado e complexo. Não cabe aqui tratar dessa complexidade. Mas, voltando à afirmação inicial de Greaves sobre a diferença entre os tipos de produção camponês e de *plantation*, quero chamar a atenção para o consumo dos artigos de *plantation*, em vez de me restringir apenas à sociologia de sua produção.

Diz-nos Greaves que o produtor agrícola é essencial para a capitalização que transforma a economia primitiva. Entretanto, a transformação da *plantation* que aqui nos interessa pode ser observada em termos de duas vias de desenvolvimento completamente diferentes. De um lado, podemos pensar em um desenvolvimento da *plantation* onde as populações locais são assimiladas como trabalhadores assalariados em Estados recém-constituídos, como no caso, por exemplo, de grande parte do

trabalho nas plantações de borracha da Malaia (Jain 1970), nas plantações de chá de Assam (Courtenay 1965) ou nas plantações de palmeiras nos Camarões (Ardener, Ardener e Warnington 1960). Nestes exemplos, embora a economia de *plantation* tenha geralmente provocado deslocamentos na vida local, e embora tenha havido quase sempre alguma mão de obra migrante, foi possível em geral uma continuidade substancial com o passado pré-*plantation* da maioria da população trabalhadora. Mesmo que a hierarquia empresarial fosse invariavelmente estrangeira, os trabalhadores frequentemente não o eram.

Por outro lado, o padrão predominante do desenvolvimento da *plantation* foi completamente diferente: a propriedade da terra era gratuita ou muito barata, e a mão de obra era geralmente trazida do ultramar. Se se considerarem os porto-riquenhos levados para o Havaí para o cultivo e o corte de cana (Mintz 1955), os hindus que migraram para a Malásia para trabalhar na borracha (Gain 1970), os trabalhadores chineses "contratados" em Cuba (Helly 1979, Scott 1982), os melanésios transportados para a Austrália (Sholomowitz 1979) e, acima de tudo, os africanos escravizados e seus descendentes que guarneceram as *plantations* no Brasil, no Caribe e no sul dos EUA, temos que a maioria das *plantations* desde o século XV foi provida por povos de outros lugares. Por conseguinte, a *plantation*, esta criação europeia inventada para servir a fins europeus, foi, entre outras coisas, uma enorme alavanca demográfica (Mintz 1959:49; Courtenay 1965:2-3).

Nestas duas vias de desenvolvimento, a *plantation* foi o agente imediato de profunda transformação social e cultural. Apreciando as consequências culturais e sociais da *plantation*, pode-se ir de um lado ao outro da equação: da natureza das culturas e suas exigências de cultivo aos dispêndios de trabalho humano que sustentam as *plantations*.

Mesmo que possamos supor certas regularidades no sistema de *plantation*, regularidades que afetaram os trabalhadores da *plantation* de formas muito semelhantes, é ainda importante lembrar que as populações das *plantations* chegaram a elas como portadores de suas culturas, e tentaram perpetuá-las em sua vida cotidiana, mesmo tendo de atender às exigências do sistema de trabalho. Não cremos que a vida cotidiana dos cortadores de palmeira dos Camarões, a dos trabalhadores na cana-de-açúcar no Brasil e a dos seringueiros na Malásia sejam culturalmente

semelhantes, por mais que o regime de vida nas *plantations* lhes imponha condições sociológicas muito semelhantes.

Mas se a vida em *plantation* veio a se tomar uma fonte importante de transformações entre as populações rurais tropicais de vastas regiões do mundo, inserindo milhões de não ocidentais nos padrões de trabalho industrial, nas formas ocidentais de pensamento, vestuário, culinária e tudo o mais, o que dizer dos efeitos dos produtos de *plantation* sobre seus consumidores finais? Pois, para além de todos os efeitos da atividade de *plantation* sobre os que nela trabalham, existe o fato de que as *plantations* foram criadas pelo propósito empresarial ocidental de fornecer bens de consumo para as populações do Ocidente. Já ressaltei que os dois primeiros produtos foram o tabaco e o açúcar; a eles logo se sucederam o chocolate, o café e o chá, e logo a seguir um batalhão inteiro de outras mercadorias, tropicais e subtropicais.

O processo de incorporação desses produtos ao uso ocidental geralmente combinou vários processos simultâneos, como tentei mostrar em outro lugar (Mintz *MS*), a respeito do açúcar: rápidas quedas de preço acompanhadas de rápidos aumentos na quantidade; multiplicação de suas utilidades, perdendo o *status* de produto raro ou de luxo, e adquirindo o *status* de produto necessário ou preferido; alterações na importação, antes destinada à reexportação e agora voltada para o consumo direto; a sólida incorporação dos centros produtores a redes imperiais, de modo a estabilizar a produção e fazê-la aumentar; crescente interesse estatal numa taxação mais eficiente e abrangente dos importados, conquistando uma clientela de massas, e assim por diante. Naturalmente, estas mudanças apenas afloram, sem explicá-la, a questão da incorporação cultural: os importantes processos pelos quais as pessoas aprendem a desejar novos bens, a ponto de renunciar a outros artigos de consumo a fim de obtê-los, processos que os tomam, de estranhos que eram, em familiares e mesmo essenciais, assumindo significados afetivos vinculados à ordem da vida cotidiana. O lugar ocupado pelas bebidas quentes, principalmente o chá, pelo açúcar e pelo tabaco na vida da classe trabalhadora inglesa foi conquistado por esses produtos entre o final do século XVII e meados do século XVIII. Num intervalo de 75 anos ou menos, a população britânica tornou-se consumidora de um estimulante sem calorias do Extremo Oriente, de um alimento composto apenas de calorias do Novo Mundo, e de um

depressivo cancerígeno também do Novo Mundo, em meio a muitas outras novas substâncias semelhantes. Mas o que tornou esses produtos de consumo "habituais" — isto é, o que os fez aderir à cultura pré-existente da classe trabalhadora inglesa — deve-se à sua efetiva incorporação ao ritual cotidiano e aos motivos e pressões para esta incorporação. Não cabe aqui detalhar esses processos; mas talvez bastem essas observações para validar minha asserção de que uma antropologia das culturas de *plantation* deve se preocupar com a cultura do seu consumo, tanto quanto com a cultura da sua produção.

Minha afirmação final segue no mesmo sentido. De um lado, nós, estudiosos da produção de *plantation*, precisamos muito de uma hierarquia adequada de relativa sofisticação — "sofisticação" significando aqui na realidade tudo o que está envolvido na produção rápida, eficiente e lucrativa de qualquer mercadoria como café, baunilha ou chocolate. Por outro lado, precisamos entender, muito melhor do que hoje, os processos altamente complexos pelos quais tais produtos são incorporados aos sistemas rituais e à dieta dos consumidores dos Estados modernos. Parece-me que negligenciar um dos dois lados torna-nos muito menos capazes de apreender o significado global das mercadorias de *plantation* na vida moderna.

Bibliografia

Ardener, Edwin, S. Ardener and W. A. Warmington, eds., *Plantation and Village in the Cameroons*. Londres. 1960.

Beckford, George L., *Persistent Poverty*. Nova Iorque. 1972.

Benveniste, Meron. *The Crusades in the Holy Land*. Jerusalém. 1970.

Courtenay, P. P, *Plantation Agriculture*. Londres. 1965.

Foster, Phillips, and Peter Creyke, *The Structure of Plantation Agriculture in Jamaica*. College Park, Maryland. 1968.

Galloway, J. B., "The Mediterranean sugar industry", *The Geographical Review 67* (2): 177-192. 1977.

Greaves, Ida, *Modern Production among Backward Peoples*. 1935.

Greenfield, Sidney, "Plantations, sugar cane and slavery", *Historical Reflections 6* (1): 85-119. 1979.

Grigg, D. B., *The Agricultural Systems of the World*. Cambridge, Inglaterra. 1974.

Hagelberg, G. B., *The Caribbean Sugar Industries*. New Haven, 1974.

Helly, Denise, *ldéologie et ethnicité*. Montreal. 1979.

Jain, Ravindra, *South Indians on the Plantation Frontier in Malaya*. New Haven. 1970.

Jarrett, H. H., *The Oil Palm and its Changing Place in the Economy of Sierra Leone*. 1957.

Malowist, Marian, "Les débuts du système de plantations dans la période des grandes découvertes", *Africana Bulletin* 10: 9-30. 1969.

Mintzs, Sidney W., *The Contemporary Culture of a Puerto Rican Rural Proletarian Sugar-Cane Community*. Ph.D. dissertation, Columbia University. 1951.

______ "Puerto Rican migration: a threefold comparison", *Social and Economic Studies* 4 (4): 311-325. 1955.

______ *Sweetness and Power*. *MS*. n.d.

Soott, Rebecca J., *Slave Emancipation and the Transition to Free Labor in Cuba: 1868-1895*. Ph.D. dissertation, Princeton University. 1982.

Shlomowitz, Ralph, "The search for institutional equilibrium in Queensland's sugar industry, 1884-1913", *Australian Economic History Review XIX* (2): 91-127.

Thompson, Edgar T., *The Plantation*. Chicago. 1935.

Watson, Andrew M., "The Arab agricultural revolution and its diffusion, 700-1000", *Journal of Economic History* 34 (1-2): 8-35. 1974.

Wolf Eric R., *Peasants*. Englewood Cliffs, Nova Jersey. 1966.

Wolf, Eric R., Sidney W. Mintz, "Haciendas and plantation in Middle America and the Caribbean", *Social and Economic Studies* 6(3): 380-412.

ESTRUTURA DO SETOR EXPORTADOR E HISTÓRIA SERIAL[1]

Héctor Pérez Brignoli

1

Dependência e desenvolvimento na América Latina[2] revela-se o ensaio mais sério da sociologia latino-americana no que se refere a uma interpretação *integrada* do desenvolvimento capitalista nos séculos XIX e XX.

São nele propostos uma abordagem comparativa, referida aos maiores países da área, bem como um esquema teórico que vincula uma tipologia das "situações econômicas" básicas com os processos políticos e a dinâmica das classes sociais. Tudo isso permitiu reinterpretar uma vasta gama de dados históricos. A conformação e a mudança em diferente tipos de alianças de classe e, em certos momentos, acordos de interesses mais amplos — constituem certamente o núcleo central e também a maior originalidade do esquema teórico proposto.

Podem-se assinalar argumentos favoráveis e contrários à interpretação formulada nesse valioso ensaio. Como conjunto de hipóteses, seu valor heurístico foi frutífero e provocador: orientou novas investigações históricas e serviu também à discussão teórica. Por outro lado, o esquema geral não se adapta bem a muitos casos concretos, o que parece se dever a uma vinculação excessivamente simples entre duas "situações" da economia exportadora (formuladas numa etapa em que o conhecimento da estrutura das economias de exportação era ainda bastante vago e esquemático) e os processos políticos e sociais que delas derivavam de forma mais ou menos direta.

Uma obra como *História Contemporânea da América Latina*, de Tulio Halperin Donghi, publicada na mesma época[3] que o ensaio comentado, pode ser vista como uma alternativa válida para as debilidades

---

[1] Este artigo foi traduzido por Carlos Nelson Coutinho.
[2] Fernando Henrique Cardoso e E.Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica,* Rio de Janeiro, Zahar, 8ª edição, 1981.
[3] Tulio Halperin Donghi, *Historia Contemporánea de América Latina,* Madrí, Alianza Editorial, 1969, ed. Brasileira: *História da América Latina,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

que acabamos de indicar. Mas esse maior êxito relativo resulta de que a teoria é utilizada de modo completamente implícito. A consequência mais imediata desse procedimento é uma dificuldade quase insolúvel quando se pretendem examinar muitas das interpretações sugeridas pelo autor.

Propomo-nos neste trabalho a mostrar a utilidade da quantificação e as possibilidades de elaboração de séries estatísticas quando se empreendem estudos detalhados sobre a estrutura política e a dinâmica social na história das economias exportadoras da América Latina nos séculos XIX e XX. Acreditamos que, enquanto não existir um conhecimento suficientemente amplo e detalhado sobre a estrutura e o funcionamento de tais economias teremos de nos contentar com uma hipótese geral, que expresse o sentido e a profundidade das determinações entre "Estado, classe e produção". A caracterização da estrutura econômica, sem obedecer a tipologias e generalizações excessivamente rígidas, poderá se sustentar nos elementos fornecidos pelos trabalhos de economistas da CEPAL e seus epígonos (tanto no que poderíamos chamar de vertente "desenvolvimentista", quanto naquela perspectiva mais radical, herdeira também da análise do imperialismo de Lênin e outros autores).

Parece mais prudente, por enquanto, relegar a *plena vinculação explicativa* entre "Economia, política e sociedade" aos estudos de caso, que se ocupam de modo muito detalhado de um período mais ou menos longo da história nacional, ou de uma região bem delimitada dentro de um país. Essa restrição de objetivos obedece tanto à complexidade dos fenômenos a estudar e das fontes que é preciso explorar, quanto ao intrincado labirinto teórico que se torna indispensável percorrer para alcançar a mencionada vinculação explicativa. Fenômenos como a guerra, as solidariedades nacionais, os processos de fusão étnica e de aculturação, as articulações regionais com sua base geográfica — entre outros —, cumpriram um papel de importância crucial ao longo de toda a história latino-americana. Sua natureza de "conceitos intermediários",[4] no plano da teoria disponível para vincular modos de produção, classes e Estado, parece ser um dos obstáculos de mais difícil superação.

[4] Pierre Vilar, "Historia marxista, historia en construcción, in Ciro F. S. Cardoso e H. Pérez Brignoli (orgs.), *Perspectivas de la historiografía contemporánea,* México, Sepsentas, 1976, pp. 103-159, em particular 154-159.

Deve-se notar que, em tais "conceitos intermediários", está implícito um problema de causalidade histórica. Vejamos dois exemplos referidos ao caso da guerra.

Halperin Donghi[5] analisa o processo de Independência do Rio da Prata através das "vicissitudes de uma elite política criada. destruída e novamente criada pela guerra e pela Revolução", demonstrando como a guerra — um fenômeno conjuntural por excelência — originou transformações estruturais essenciais tanto no plano econômico quanto no político e no mental-coletivo. Georges Duby,[6] por seu turno, explica-nos — num livro extraordinário — como no Ocidente medieval a guerra possibilitou, sob certas condições, o desenvolvimento das forças produtivas e permitiu o nascimento de novas relações sociais: as da primeira época feudal.

Ora, como decidir nesses casos, ou em outros semelhantes, o estatuto explicativo que corresponde a um fenômeno como o da guerra? Max Weber percebeu essas situações[7] com muita acuidade e, como é bem conhecido, optou por uma solução "empirista": no ordenamento social, não se podia privilegiar nenhum fator explicativo em particular, já que somente o estudo de casos concretos poderia revelá-los. Pode-se dizer que, na realidade, essa opção weberiana não é uma verdadeira solução do problema, mas sim um deslocamento do mesmo. Talvez até a publicação por Braudel, em 1958, do célebre estudo sobre a "longa duração",[8] não tenha aparecido explicitamente nenhuma alternativa factível. Nesse caso, as durações diferenciais fornecem um princípio que permite *ordenar* — sem *hierarquizar* — os diferentes fatores que atuam, articuladamente, no tempo presente.

Para estabelecer adequadamente o papel das séries estatísticas numa "análise integrada do desenvolvimento" será necessário discutir previamente os limites e a importância da quantificação na ciência histórica; simultaneamente, dever-se-á delimitar também o alcance dos conceitos de "classe, Estado e nação".

[5] Tulio Halperin Donghi, *Revolución y guerra. Formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*, Buenos Aires, Siglo XXI, 1972.
[6] Georges Duby, *Guerriers et paysans,* Paris, Gallimard, 1973.
[7] Cf., por exemplo, Max Weber, *Economía* y *Sociedad,* México, FCE, 1964, vol. 11. pp. 682-694.
[8] Fernand Braudel, "La larga duración", in *La historia y las ciencias sociales*, Madri, Alianza Editorial, 1968, pp. 60-106.

2

O uso sistemático da quantificação constitui, desde a década de 30, um dos elementos fundamentais para uma mudança relativamente radical na prática do historiador. Não podemos nem sequer resumir a massa de debates e controvérsias que se originaram, desde a rejeição total até a confiança mais ou menos ilimitada, passando por diversas atitudes de utilização crítica e prudente. Indicou-se repetidas vezes que, em função da multiplicidade de fatores que intervêm na existência, conservação e acessibilidade dos documentos, há épocas e setores muito amplos do passado que escapam inteiramente à possibilidade da quantificação. Por outro lado, "há um limite para o que podemos fazer com números, assim como há outro para o que podemos fazer sem eles".[9] Limitar-nos-emos a comentar aspectos essenciais.

Os dados quantitativos podem ser utilizados simplesmente com a finalidade de ilustração ou de exemplificação. Em tal sentido, não há nenhuma diferença epistemológica com os velhos procedimentos que consistem em utilizar uns poucos exemplos como prova conclusiva, o que — no limite — reduziria a história a uma cadeia de anedotas. A quantificação sistemática — e, mais precisamente, o tratamento estatístico dos dados — constituem os únicos instrumentos, válidos cientificamente, de que dispomos até hoje para trabalhar a documentação em massa, e, além disso, para tomar factível a passagem da história de "uns poucos" para a história das "coletividades".[10]

A novidade mais significativa consiste numa nova maneira de conceber o passado. Para dizê-lo brevemente: como conjuntos de eventos ocorridos com uma probabilidade determinada, dentro de uma vasta gama de eventos possíveis.[11] Descobrir os vínculos e estabelecer as relações de causalidade entre esses conjuntos de eventos constitui -e sempre constituiu

[9] Nicholas Gorgescu-Roegan, *Analytical Economics*, Cambridge, Mass, 1966, p.275.

[10] Kenneth Watcher, Eugene Hammel e Peter Leslett, *Statistical Studies of Historical Social Structure,* New York, Academic Press, 1978, p. XXII.

[11] Labrousse afirmou: "O que caracteriza a lei nas ciências humanas é precisamente seu caráter de pluralidade. A lei não é uma necessidade: é uma probabilidade 'majoritária' e, por vezes, de grau bastante baixo. A lei permite não tanto prever quanto contribuir" (Ernest Labrousse *et al., Las estructuras y los hombres,* trad. de M. Sacristán, Barcelona, Ariel, 1969, p. 102).

— a tarefa básica da análise e da explicação históricas. Ainda está por se determinar quanto o uso da simulação experimental em computadores pode contribuir para esse novo modo de pensar estatisticamente o passado; mas trata-se de algo que merece a maior atenção.[12]

3

O aspecto mais visível ou evidente do Estado é constituído por um conjunto de instituições que podem, "no interior de um determinado território, reivindicar com êxito para si o monopólio da coerção física legítima".[13] O exercido do poder estatal sugere aspectos menos evidentes: por um lado, existe o governo, enquanto grupo de funcionários que dirigem as instituições do Estado;[14] e, por outro, a burocracia, como conjunto do pessoal administrativo e de organismos de segurança interna e externa (polícia e forças armadas). Sem nenhuma pretensão de abarcar um processo histórico de constituição particularmente complexo, pode ser útil assinalar que essa separação de funções entre governo e burocracia só se desenvolveu plenamente sob o Estado capitalista e adquiriu um destaque particular nas democracias representativas da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Paralelamente, e como resultado do próprio desenvolvimento do capitalismo, o Estado estendeu seu raio de ação até os mais diversos âmbitos da vida social, configurando-se o que hoje é chamado de Estado intervencionista ou benfeitor. Pode-se entender assim, em parte, a especial complexidade do poder estatal nas sociedades capitalistas, que se resume na seguinte fórmula: é possível ocupar o governo sem que isso signifique um controle efetivo do poder de Estado.

Uma hipótese particularmente frutífera para explicitar a verdadeira dinâmica do poder consiste em referi-la à estrutura de classes subjacente. Nesse caso, a principal tarefa da investigação consiste em vincular os aspectos observáveis de um comportamento social de grupo à estrutura socioeconômica que origina tal comportamento.[15] Isso equivale a afirmar,

[12] Watcher *et al.,* op. cit.; Varsavsky *et al., América Latina. Modelos Matemáticos,* Santiago, Editorial Universitaria, 1971.

[13] Max Weber, *Economia y Sociedad,* México, FCE, 1964, vol. 11, p. 1.056.

[14] Seguimos de perto a conceituação presente em Ralph Miliband, O *Estado na sociedade capitalista,* Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

[15] Em "Origen y desarrollo de la burguesía en Argentina, Chile y Uruguay. Algunos problemas metodológicos de investigación", comunicação apresentada no *V Simposio de*

com E. P. Thompson, que o termo "classe" refere-se a uma *categoria histórica*, ou seja, "derivada da observação do processo social ao longo do tempo".[16] A definição teórica, vinculada necessariamente às relações de produção, fornece apenas um *limite* ou *umbral*; de modo algum é possível deduzir de tal definição as formações de classe concretas, ou seja, em sua realidade histórica.[17] O conteúdo de classe do Estado não poderia ser estudado adequadamente sem a mediação de uma reflexão preliminar sobre o conjunto das organizações "privadas" que Gramsci chamou de "Sociedade Civil". Refiro-me aos sindicatos, às associações patronais, aos partidos políticos, à Igreja, às instituições educacionais (um âmbito partilhado e por vezes quase completamente absorvido pelo Estado), bem como outros agrupamentos análogos. Essas organizações permitem as articulações de diferentes tipos de interesses de classe e sua expressão em diversos níveis. Constitui um campo de ação, complementar ou oposto, segundo o caso, ao das instituições do Estado, para o conjunto de "classes em movimento".

Os graus e formas de consciência constituem elementos-chave para entender as já mencionadas articulações de interesses em relação com a dinâmica do poder estatal.

Sem essa mediação, o conflito e a luta de classes — apesar do fundamento econômico mais claro e transparente que possa ser percebido — resultariam ininteligíveis. A dominação ideológica adquire, assim, um evidente relevo; e, nesse contexto, o fenômeno nacional constitui uma de suas formas de expressão mais características.

Na América Latina, a noção obedece a processos históricos de duração diferente: o amplo crisol de culturas e etnias, precipitado pela conquista e pela colonização desde o século XVI, mas que prosseguiu através de sucessivas migrações; a cristalização de diversos projetos de sociedade que, obedecendo a interesses de classe bem definidos, fracassaram ou tiveram êxito no curso dos conflitos da Independência e das guerras civis do século XIX; uma expressão ideológica e institucional

Historia Económica de América Latina, Lima, abril de 1978, tentei indicar as estratégias de investigação pertinentes para o caso da burguesia.

[16] E. P. Thompson, *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*, Barcelona, Editorial Crítica (Grijalbo), 1979, p. 34.

[17] *Ibid.,* p. 35, nota 32.

herdada — ou, melhor, imitada — do liberalismo europeu e norte-americano e transmitida às novas gerações pelos nem sempre bem-sucedidos programas de educação popular.

O fenômeno nacional revela-se a forma mais complexa das solidariedades de grupo, e uma das mais mediatizadas, nos aspectos ideológicos da dominação social. Otto Bauer, com sua ideia da "comunidade de destino", indicou essa característica; e, ainda que sua fórmula possa não parecer inteiramente feliz, constitui um ponto de partida melhor do que as excessivamente claras e luminosas proposições de Stalin.[18]

4

Os dados estatísticos, bem como as fontes que lhes deram origem, podem se referir a seu ponto determinado no tempo ("cortes" ou "secções"), ou se estenderem de forma contínua ao longo dele.

Os censos e outras fontes suscetíveis de documentar de modo massivo a situação da estrutura social em determinado momento permitem trazer à luz as correlações de força entre as classes; em outras palavras, fornecem a "base material" dos diversos grupos sociais.

O principal problema enfrentado quando se tenta uma reconstrução da estrutura social desse tipo é o de como passar das categorias socioprofissionais, dos estamentos definidos legalmente ou dos agrupamentos étnicos diretamente observáveis para os agrupamentos de classe. Um manejo adequado das definições (e, portanto, da teoria), assim como um conhecimento adequado das fontes de tipo qualitativo, convertem-se em requisitos indispensáveis. É óbvio que, quando se dispõe de censos relativamente idôneos, a tarefa — ainda que complexa — é bastante facilitada.[19] A exploração das fontes fiscais, eleitorais e militares — que podem substituir ou complementar os censos — revelou-se lenta e

[18] Otto Bauer, *La cuestión de las nacionalidades y la social democracia,* aos cuidados de J. Aricó, México, Siglo XXI, 1979 (a edição original alemã é de 1907); J. Stalin, "O marxismo e o problema nacional", in Id., *O marxismo e o problema nacional e colonial,* São Paulo, Ciências Humanas, 1979, pp. 1-62 (o original é de 1913).

[19] Cf. as tentativas de Gino Germani, *Estructura social de la Argentina,* Buenos Aires, Raigal, 1955; e de Sergio Bagú, *Evolución histórica de la estratificación social en la Argentina,* Buenos Aires, Univ. de Buenos Aires, Departamento de Sociologia, 1961, mimeo.

sumamente custosa.[20] Uma linha de investigação complementar foi até hoje pouco utilizada. Refiro-me à história das cidades[21]: a comparação do número de habitantes das áreas urbanas e rurais, o desenvolvimento das funções político-administrativas, seu papel comercial em determinadas regiões, etc., são aspectos que têm a ver diretamente com a expansão da burocracia estatal e do setor de serviços. A formação dos chamados setores médios e as origens da burguesia industrial seriam incompreensíveis fora das cidades e do âmbito urbano.

A essa pincelada de grandes linhas, que nos revela o caráter da estrutura socioeconômica, devemos agregar uma observação detalhada do movimento, da dinâmica conjuntural.

O legado mais importante da obra de Labrousse[22] é a demonstração de que o movimento de lima série é tanto expressão de uma conjuntura temporal quanto resultado de um conjunto de relações estruturais subjacentes. Para levar a cabo esse tipo de análise, devemos dispor, primeiro, de séries que — se refiram às principais variáveis econômicas; segundo, de métodos estatísticos que nos permitam decompor as séries cronológicas para identificar os diferentes tipos de flutuações "ocultas" na série observada. Finalmente, é necessário um modelo de correlação entre as séries e, eventualmente, com outros fenômenos observados (por exemplo, greves; protestos sociais, medidas de política econômica, flutuações climáticas, etc.). Vamos considerar brevemente esses aspectos com referência ao setor exportador na América Latina dos séculos XIX e XX.

[20] A orientação básica para esse tipo de trabalho provém de Ernest Labrousse, "Nuevas perspectivas hacia una historia de la burguesia occidental en los Siglos XVIII y XIX (1700-1850)", in Ciro F. S. Cardoso e Héctor Pérez Brignoli (orgs.), *Tendencias actuales de la historia social e demográfica,* México, Sep-Setentas, 1976, pp. 95-128. (Trata-se da comunicação apresentada. por Labrousse no Congresso Internacional de Ciências Históricas, Roma, 1955.) Para uma aplicação à América Latina, cf. Maria Yedda Unhares, "As listas eleitorais do Rio de Janeiro no século XIX. Projeto de classificação sócio-profissional", *Caravelle,* n. 22, Toulouse, 1974, pp. 41-67 .

[21] Em José Luis Romero, *Latinoamérica: las ciudades y las ideas,* México, Sigla XXI, 1976, há observações qualitativas de grande interesse.

[22] E.Labrousse, *Esquisse de mouvement des prix et des revenus en France au XVIII^e^ siecle,* Paris, 1933; *La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution*, Paris, 1944.

Dispomos de séries relativamente abundantes sobre o comércio exterior — volumes, valores e preços (cf. o Anexo 1) —, com a vantagem de que podem se cotejar (e eventualmente se completar) os dados nacionais com os provenientes das estatísticas das principais potências que compram e vendem na América Latina.[23] No que se refere aos preços, é necessário — para o caso das exportações — cotejar as séries nacionais com as cotações comerciais nas principais bolsas e mercados de exportação ou de consumo. Em vários casos, constatou-se que os preços registrados nas estatísticas nacionais obedecem a certa legislação com objetivos fiscais e, por conseguinte, refletem apenas muito indiretamente a cotação internacional.[24]

Os documentos (publicados ou inéditos) de algumas empresas bancárias, financeiras e de transporte ferroviário permitem reconstruir séries de muito interesse para estudar a dinâmica do setor externo e seu impacto nas atividades econômicas internas: taxas de juro, movimentos dos depósitos, cifra global do balanço bancário, montante e distribuição dos créditos, taxas de câmbio, movimento de carga ferroviárias, etc. As finanças públicas — outro aspecto relativamente bem documentado — serão comentadas um pouco adiante.

A imprensa escrita — uma fonte importante para os preços de muitos produtos de consumo interno e de exportação — torna-se insubstituível no caso de dados sobre greves e outros indicadores de conflito social. As fontes judiciais — também relativamente bem conservadas — permitem construir séries acerca da frequência e dos tipos de criminalidade, possibilitando ainda um interessante contraponto entre conjuntura econômica, mal-estar social e formas de controle e dominação do Estado.

A análise das séries estatísticas — uma tarefa nada simples — pode ser brevemente especificada. Trata-se de decompor o movimento total da série para assim inferir o processo (ou os processos) que o originam.

[23] No caso de países pequenos, como os centro-americanos, a discriminação por país aparece, na estatística comercial britânica, francesa e norte-americana, entre meados e final do século XIX.

[24] Trata-se do caso argentino: cf. Cortés Conde *et al., Evolución del comercio exterior argentino. Exportaciones* (1864-1963), Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 1965 (mimeo). E também nas estatísticas da exportação de banana nos países centro-americanos, nos quais o valor foi computado durante muito tempo com base num preço fixo por cacho, sobre o qual as companhias pagavam um imposto de exportação. Outro problema que merece preocupação, embora eu não saiba como tratá-lo é o do contrabando.

Obviamente, deve-se dispor de métodos estatísticos adequados, que permitam efetuar e *interpretar* essa decomposição da série total.[25] E é aqui onde as coisas começam a se complicar. Os procedimentos aplicados tradicionalmente construção de um gráfico, ajuste da curva bruta original (com médias móveis ou recorrendo a uma função analítica), leitura dos resultados segundo a melhor apreciação do investigador — resultam quase inúteis quando as séries em questão apresentam irregularidades mais ou menos fortes.[26] Uma alternativa, nesses casos, é oferecida pela análise espectral,[27] um método relativamente novo e que, ao que eu saiba, ainda não foi aplicado na história da América Latina.

De qualquer modo, dispor de uma técnica mais adequada de decomposição é apenas o princípio da solução. A explicação dos diferentes tipos de flutuação exige, no caso do setor exportador, o recurso a uma complexa combinação de fatores externos e internos. Um objetivo principal nessa tarefa deveria ser o de definir do melhor modo possível o resíduo final das séries, denominado de componente aleatório.

A análise da dinâmica conjuntural exige dispor de um modelo de correlação entre as séries. A comparação gráfica e o cálculo de medidas de associação entre variáveis oferece uma primeira alternativa, certamente a mais simples e "ajustada" aos próprios dados. Mas, além do inelutável fator de ingenuidade implícito, deve-se assinalar um perigo no possível ocultamento da mudança estrutural, que jamais aparecerá numa análise baseada unicamente no comportamento das próprias séries. Um segundo caminho alternativo consiste em derivar a multiplicidade de movimentos conjunturais a partir de um modelo estrutural *explícito*. A opção pode

[25] Cf. C. Chatfield, *The Analysis of Time Series: Theory and Practice,* Londres, Chapman, 1975; Granger e Hatanoka, *Spectral' Analysis of Economic Time Series,* Princeton, Princeton University Press, 1964.
[26] Com base nas estatísticas do comércio exterior, Acioly Borges encontra — para o Brasil entre 1821 e 1947 — um total de 12 ciclos de "Juglar", com uma" duração' variável de 4 a 20 anos (cf. Eulália Logo, *América Latina Contemporânea;* Rio de Janeiro, Zahar, 1970, p. 13). É óbvio que parece um pouco estranho falar de ciclos quando o extremo de variação é tão amplo. Por outro lado, as séries de comércio exterior da Argentina mostram tantas irregularidades que somente médias móveis de período variável permitem um ajustamento aceitável: cf. Héctor Pérez Brignoli, *Agriculture capitaliste et commerce de grains en Argentine (1880-1955),* tese de terceiro ciclo, Université de Paris I, 1975, vol. I, pp. 224-226.
[27] Cf. Chatfield. *op. cit.;* Granger e Hatanaka; *op. cit.*

chegar a ser muito mais esquemática do que no primeiro caso, mas permitirá refletir as mudanças de natureza.

Um modelo desse tipo, pelo menos no que se refere às economias de exportação da América Latina,[28] não pode ser — por enquanto — completamente formalizado. Além das dificuldades na formulação, deve-se notar que não disporíamos de dados suficientes para verificá-lo.

A opção adotada por Kula, em sua *Teoria econômica do sistema feudal*,[29] poderia trazer lições válidas nesse sentido. Ou seja: o uso de um modelo não formalizado, mas com relações entre variáveis bem explicitadas, e capaz de permitir a formalização e verificação estatística setorial, seguindo a disponibilidade de dados, bem como o eventual recurso à experimentação numérica e à simulação.[30]

5

Dissemos já que um modelo do setor exportador deve incluir não apenas aspectos da dinâmica conjuntural do sistema, mas também os elementos de mudança estrutural, interna e externa.

Esse último aspecto refere-se ao conhecido tema das relações centro/periferia; e tem a vantagem de que pode ser incluído sob a forma de mudanças nos valores das constantes ou nas condições iniciais de funcionamento do modelo.[31] A dinâmica estrutural interna, em troca, apresenta um desafio de mais difícil solução.

[28] Cf. Héctor Pérez Brignoli, "The Economic Cycle in Latin American Agricultural Export Economies (1880-1930): A Hypothesis for Investigation", *Latin American Research Review,* vol. 15, n. 2, 1980, pp. 3-33.
[29] Witold Kula, *Théorie économique du système féodal*, Paris, Mouton, 1970.
[30] Cf. Oscar Varsavsky *et. al., América Latina: Modelos Matemáticos,* cit., no que se refere aos modelos de experimentação numérica e de simulação. Birnberg e Resnick desenvolveram um modelo econométrico sobre o setor exportador na Jamaica, Índia, Ceilão, Nigéria, Egito, Tailândia, Chile, Cuba, Filipinas e Taiwan, aplicáveis ao período que vai do final do século XIX até as vésperas da Segunda Guerra Mundial. Cf. nota 34, *infra.*
[31] No caso de modelos econométricos, essas condições mutáveis podem ser tratadas mediante as chamadas variáveis *dummy.*

Não conheço nada mais sugestivo a respeito do que a proposta de Hirschman[32] quanto às cadeias (*linkages*) relativas a produtos básicos exportáveis (*staple products*). Os efeitos de cadeia podem ser observados, em princípio, através da análise de insumo-produto;[33] mas isso supõe, obviamente, dispor de dados estatísticos relativamente sofisticados, pelo menos com relação à disponibilidade atual de informação econômica sobre os países da América Latina. Uma contabilidade nacional retrospectiva não está descartada como possibilidade;[34] mas a elaboração de tabelas de insumo-produto é muito difícil antes de 1950, e certamente impossível, em todos os países, antes de 1930.

Afortunadamente, um estudo detalhado da composição das importações e do gasto público (cf. o item seguinte) pode oferecer uma alternativa válida. As alterações na composição das importações refletem, de forma bastante direta, os efeitos de diversificação econômica interna, os quais devem ser considerados juntamente com a configuração econômica espacial (redes de transporte, crescimento urbano, etc.) e com a articulação dos setores comercial, bancário e financeiro.

Uma descrição temporal detalhada dos efeitos de cadeia constitui um passo essencial para explicitar as relações entre a dinâmica conjuntural e as mudanças na estrutura econômica interna.

6

As séries sobre receitas e gastos do Estado permitem, sob certas hipóteses, um conhecimento detalhado de aspectos-chave nas relações entre economia e política nas sociedades exportadoras. É óbvio que a organização e modernização do Estado exigiram gastos crescentes. Alguns exemplos, referidos aos casos da Argentina, Brasil, México, Venezuela, Guatemala, Cuba, Chile e Costa Rica, ilustram os ritmos

[32] Albert O. Hirschman, “Enfoque generalizado del desarrollo por medio de enlaces, con referencia especial a los productos básicos”, *El Trismestre Económico,* n. 173, janeiro-março de 1973, pp. 199-236.
[33] Cf. *The Quarterly Journal of Economics,* vol. 90, maio de 1976, vários artigos sobre as cadeias *(linkages)* hirschmanianas.
[34] Cf. Alberto Fracchia *et al., Producto bruto en el período 1896-1914*, apresentado nas Jornadas de História e Economia Argentina nos Séculos XVIII e XIX, Buenos Aires e Rosário, 1964, mimeo.

diferenciais em que se produziu esse processo (ver Anexo 2). O incremento no gasto do Estado resultaria incompreensível sem um estudo da composição das receitas. A composição do gasto é outro elemento de grande importância, particularmente no que se refere à proporção entre gasto produtivo e gasto improdutivo. Dado o papel dominante do Estado na construção de obras de infraestrutura e o caráter indispensável dessas na expansão da economia exportadora, não é de surpreender que o gasto governamental tenha sido considerado como o indicador mais preciso no nível de investimento interno.[35]

Os dados sobre gastos e receitas do Estado constituem as únicas séries de fácil acesso que nos permitem vincular a evolução da economia exportadora com a do sistema político.

O estudo da estrutura da administração, do recrutamento e da origem social dos funcionários, das condições materiais para a efetividade da burocracia, exigiriam também a análise estatística. As fontes para esse tipo de estudos são tão acessíveis quanto as mencionadas no item anterior: são abundantes desde a consolidação dos Estados nacionais, e grande parte da informação já está resumida nos orçamentos governamentais e nos relatórios das Secretarias da Fazenda.

O governo e a evolução do sistema político podem ser seguidos através de alguns indicadores (cf. Anexo 3), como a frequência das eleições presidenciais e o percentual de períodos governamentais “de exceção”. A construção de séries relativas a golpes de Estado, levantes, greves e às mais diversas formas de conflito, embora difícil e trabalhosa, permitirá uma análise mais profunda da conjuntura social e política.[36]

[35] Cf. Thomas Birnberg e Stephen Renisck, *Colonial Development: An Economic Study,* New Haven e Londres, Yale University Press, 1975. Tentei utilizar essas ideias, aplicando-as ao caso da Costa Rica entre 1850 e 1950, em “Algumas notas preliminares, Universidad de Costa Rica, 1981, proposta de investigação mimeografada.
[36] Cf., como exemplos, Charles Tilly e Edward Shorter, “Les vagues de grèves en France, 1890-1968”, *Annales E. S. C.,* julho-agosto de 1973, pp. 857-887; dos mesmos autores, “The Shape of Strikes in France, 1830-1960”. *Comparative Studies in Society and History,* janeiro de 1971.

7

Demos alguns exemplos do uso de séries e dados estatísticos em relação com a reconstituição histórica das relações de classe e coma evolução das estruturas políticas e sociais. Reafirmando uma ideia já expressa no princípio deste trabalho, devo indicar que a análise profunda das complexas articulações entre conjuntura econômica, classes sociais e política só se revela factível quando é feita em referência a um país ou região num período histórico determinado. Podemos assinalar, também para esse caso, várias possibilidades: um estudo "macroscópico"; a investigação de uma classe ou grupo social determinado (o que seria algo assim como uma análise de tipo intermediário), em referência à sua participação nas diferentes organizações da sociedade civil e a suas relações com o Estado e a política; o exame de um empresário ou de uma firma particular, ou de um personagem ou grupo familiar, em sua ação política, o que exigiria uma grande destreza na combinação do nível individual com o nível coletivo.

Qualquer que seja a estratégia de investigação escolhida, é óbvio que — para interpretar as relações entre as variáveis observadas (sejam qualitativas ou quantitativas) — é necessário dispor de modelos de comportamento dos agentes ou atores particularmente complexos.[37]

As condutas que expressam reações diante da conjuntura econômica, por exemplo, obedecem sempre a uma ampla combinação de elementos políticos, econômicos e de mentalidade coletiva. Para estudá-los, requerem-se modelos complexos de comportamento *individual* e *grupal*, que consigam integrar, de resto, o inevitável componente de fatores desconhecidos ou inesperados que são habitualmente chamados de "acaso".

A utilização de um modelo demasiadamente simples (como o do *homo oeconomicus*, por exemplo), ou a suposição de um comportamento inteiramente racional, pode ser tão perigosa como a dissolução dos comportamentos coletivos, ou de organizações, no mero agregado das ações individuais.

[37] Cf. a interessante contribuição de Albert O. Hirschmann, *Saída, Voz e Lealdade,* São Paulo. Perspectiva, 1972.

8

A comparação entre países, tanto num momento determinado como nas trajetórias evolutivas, obedece às preocupações mais legítimas. Seria ilusório crer que convém postergá-la para um futuro no qual disporíamos de estudos de caso com a profundidade e o rigor desejados. A originalidade só se revela perceptível em relação ao conjunto. Mas também devemos ser precavidos: para que seja frutífera, a comparação deve estar respaldada em considerações metodológicas particularmente claras.

É possível construir índices agregados sobre, por exemplo, o grau de desenvolvimento capitalista, a estabilidade política ou a complexidade do aparelho estatal. A informação estatística pode ser elaborada segundo hipóteses definidas previamente, ou então através do recurso ao resultado das correlações observadas. Esse último procedimento, que pode ter um grande valor heurístico, encontrou — graças à análise fatorial — um vasto campo de aplicação.[38]

A comparação deve solucionar previamente o que poderíamos chamar de problema das escalas.[39] Há certo limite na comparação de países com territórios e populações diferentes. Utilizar dados *per capita* ou por unidade de superfície não deixa de ser uma solução prática; contudo, em muitíssimos casos, pode resultar excessivamente tosca, pelo que se impõe a construção de índices com denominadores mais significativos.

A apresentação cartográfica dos dados quantitativos[40] é um recurso muito pouco explorado, e que pode ser muito útil numa aproximação inicial às comparações entre países. É muito, ainda, o que podemos aprender confrontando as jurisdições político-administrativas com a geografia econômica e social considerada numa perspectiva histórica.

[38] Cf. R. J. Rummel, *Applied Factor Analysis,* Evanston, Worthwestern University Press, 1970.

[39] O tema foi objeto de discussão em economia: cf. E. A. G. Robinson, *Consecuencias económicas del tamaño de las naciones,* Barcelona, Labor, 1971.

[40] Cf. Jacques Bertin, *Sémiologie graphique,* Paris, Gauthiers-Villars, 1974.

Segunda parte
Economia e política no setor exportador

RELAÇÕES DE CLASSE E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA EM CUBA[1]

Rebecca J. Scott

Cuba do século XIX distinguia-se sob muitos aspectos das economias de exportação latino-americanas.[2] As plantações de açúcar da ilha, baseadas em trabalho escravo, produziam em 1868 cerca de 40% da cana-de-açúcar mundial, numa época em que a escravidão já desaparecera na maioria das outras sociedades do Novo Mundo.[3] A eliminação legal da escravidão chegou a Cuba em várias etapas, com a abolição final adiada até 1886. Além disso, Cuba não perdeu seu estatuto colonial até 1898, numa revolução marcada pelo radicalismo social de sua ideologia e pelo impacto decisivo da intervenção estrangeira direta sobre o resultado político: a ocupação militar pelos Estados Unidos.

Este artigo examinará vários aspectos das relações sociais rurais em Cuba, nos últimos 30 anos do século XIX, e suas conexões com a natureza da mobilização política popular. Minha tese será a de que as relações de classe nas plantações de açúcar em Cuba moldaram o caráter das duas principais lutas políticas do período, a Guerra dos Dez Anos (1868-1878) e a Guerra de Independência (1895-1898), e que essas lutas, por sua vez, afetaram decisivamente as relações de classe. Não tentarei explicar completamente por que essas revoltas ocorreram na forma e na época em que ocorreram, mas preferirei examinar a relação entre transformações na organização da produção de *plantation* e a natureza do apoio popular à resistência contra o domínio espanhol.

[1] Este artigo foi traduzido por Denise Botman.

[2] Quero agradecer a Peter Railton e Sidney Mintz pelos seus úteis comentários sobre um esboço anterior deste ensaio. Ele faz parte de um projeto mais amplo, cuja pesquisa tem sido apoiada pela Comissão Fulbright Espanhola, pelo Conselho de Pesquisa de Ciências Sociais e pela Society of Fellows da Universidade de Michigan.

[3] Manuel Moreno Fraginals, *El Ingenio. Complejo económico social cubano del azúcar,* 3 vols. (Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1978), 3:36. O Brasil é, evidentemente, o outro caso também característico, embora sua economia açucareira tenha seguido um padrão muito diferente.

O predomínio da escravidão nas grandes propriedades cubanas minou a luta anticolonial nas décadas de 1860 e 1870, enfraquecendo a unidade dos insurgentes e reduzindo sua capacidade de mobilizar o apoio nas principais regiões produtoras de açúcar. Contudo, a Guerra dos Dez Anos prejudicou irremediavelmente as relações sociais em que se apoiava a escravidão nas províncias orientais, e acelerou a abolição em toda a ilha. Durante o processo de emancipação escrava na década de 1880, a produção de açúcar se reorganizou cada vez mais em torno de usinas centrais supridas em cana por produtores semi-independentes (colonos). Muitos antigos escravos permaneceram nas propriedades como trabalhadores assalariados, ou passaram a trabalhar nas novas colônias. Agora, porém, eram membros de uma força de trabalho de caráter completamente diferente da de 1860 e 1870. Por sua vez a reorganização do trabalho após a emancipação contribuiu para a forma e para o êxito da segunda grande luta pela independência, na década de 1890. A eliminação da escravidão e a crescente mobilidade da força de trabalho levaram ao que poderia se chamar uma nova "porosidade" dos limites fundiários. Essa porosidade, em conexão com as relações de autoridade modificadas entre proprietários e trabalhadores, facilitou muitíssimo a mobilização popular. Ao mesmo tempo, os antigos escravos enfrentavam oportunidades econômicas limitadas e discriminação permanente, os trabalhadores assalariados enfrentavam o desemprego sazonal, e os colonos sofriam com a flutuação dos preços do açúcar, aumentando a probabilidade de inquietação social.

Em 1868, quando começou a primeira guerra de independência, Cuba ainda era uma sociedade de *plantation* relativamente próspera, com uma população escrava de cerca de 360.000 indivíduos.[4] Embora as queixas dos pequenos produtores da região oriental, que iniciaram a luta, refletissem parcialmente os problemas surgidos das dificuldades na manutenção de uma produção escravista no interior de um mercado mundial em transformação, eles advogavam apenas uma oposição moderada à escravidão. Esse engajamento ideológico comprometido não constituía inicialmente uma

[4] O censo escravo de 1867 registrou 363.288 indivíduos. Archivo Histórico Nacional, Madri, Sección de Ultramar (daqui por diante, AHN, Ultramar), Legajo 4884, Tomo 8, Expediente 160. Para discussões sobre a economia cubana do século XIX, ver Moreno, *El Ingenio,* e Franklin Knight, *Slave Society in Cuba during the Nineteenth Century* (Madison: University of Wisconsin Press, 1970).

ruptura radical com as relações sociais passadas.[5] Naquelas circunstâncias, porém, mesmo um abolicionismo prudente criava problemas inumeráveis para os insurgentes. A política rebelde de incorporar antigos escravos a suas forças de luta permitiu que os adversários espanhóis os responsabilizassem por uma guerra racial contra os brancos da ilha, embora o tom moderado de seu abolicionismo dividisse os plantadores rebeldes dos pequenos proprietários e antigos escravos, que sustentavam uma posição mais radical.[6]

O predomínio de relações de produção escravistas nas principais propriedades açucareiras das regiões central e ocidental da ilha também teve consequências diretas para a eclosão da Guerra dos Dez Anos. A maioria dos plantadores sentia a necessidade de uma força estatal capaz de subscrever e preservar as relações sociais escravistas, e o governo colonial espanhol serviria a esse propósito. Respaldados pelo poder militar espanhol, estavam aptos para fortificar suas plantações contra a subversão e o ataque, e para manter a disciplina na plantação escravista. O Estado, por sua vez, contaria com o típico traço repressivo e isolacionista da escravidão para dar segurança às grandes propriedades e seus habitantes, e para impedir a intrusão de insurgentes que poderiam organizar os escravos. O resultado era um ambiente hostil à insurreição em grandes áreas da ilha.

O papel da escravidão em minar a luta insurgente foi, portanto, ideológico e militar. O processo paralelo dos insurgentes, a minarem a escravidão, também teve dimensões ideológicas, políticas e sociais. A falta de êxito no campo de batalha não significou um fracasso dos rebeldes na transformação das instituições por eles combatidas.

Quando os rebeldes declararam seu apoio à abolição, mudaram o clima ideológico em que agiam os escravos e senhores de escravos. O apelo insurgente ao fim da escravidão e à extensão dos direitos aos ex-escravos, ainda que na prática a emancipação por trás das colunas insurgentes fosse muito incompleta, suscitou expectativas tanto entre os escravos como entre pessoas de cor livres. Primeiramente, os rebeldes transformaram nominalmente os escravos em libertos e exigiram-lhes que se unissem à luta

[5] A melhor análise da ideologia dos líderes da Guerra dos Dez Anos é a de Raúl Cepero Bonilla, em *Azúcar y Abolición* (Havana: Editorial Cenit, 1948).
[6] Para interpretações gerais da Guerra dos Dez Anos, ver Ramiro Guerra y Sánches, *La Guerra de los Diez Años,* 2 vols. (Havana: Cultural, 1950-52) e Hugh Thomas, *Cuba: The Pursuit of Freedom* (New York: Harper and Row, 1971), cap. 20 e 21.

e, ao mesmo tempo, continuassem a trabalhar para seus senhores. Mas mesmo esse pequeno passo encorajou uma posição mais categórica por parte dos escravos exteriores à rebelião e dos libertos vinculados a ela. Alguns libertos decidiram considerar os prefeitos revolucionários como seus defensores potenciais, e quando maltratados fugiam de seus senhores, em busca de justiça. O prefeito poderia se mostrar insensível, mas o fato de trazer os senhores perante uma corte, para serem interrogados sobre seu comportamento para com os libertos, já era um desvio em relação à ordem vigente. Além disso, os libertos recrutados para a luta logo vieram a representar a liberdade e maior grau de autonomia, um desafio vivo à instituição da escravidão. Muitas vezes, as mulheres libertas tentavam se reunir a seus companheiros, além disso perturbando a produção nas propriedades controladas pelos insurgentes. Essas alterações rapidamente remodelaram as antigas relações sociais escravistas nas áreas insurgentes. Logo aumentou a pressão de elementos mais radicais no exército rebelde, e a política insurgente evoluiu para a plena emancipação dos escravos.[7]

Fora das áreas sob controle dos revoltosos, o abolicionismo rebelde não podia atingir diretamente os escravos, mas certamente notícias sobre os insurgentes influenciaram muitos escravos incapacitados de qualquer ação. Contudo, a insurreição obrigou o governo espanhol a responder. Um parlamentar de Madri advertiu sobre o perigo que uma intransigência sobre a questão escrava acarretaria para a Espanha, observando que a "liberdade" era "uma palavra pronunciada pelos insurgentes cubanos, e será uma desgraça para nós se não a repetirmos".[8] O decreto da lei Moret em 1870, pela Espanha, que libertava os escravos nascidos a partir de 1868 e os com mais de 60 anos, e prometia a abolição como compensação após a guerra, era na verdade um passo limitado. Pela sua própria existência, porém, contribuiu para aumentar o sentido de ilegitimidade da escravidão. Embora intencionalmente ineficaz como mecanismo para gerar a emancipação, ela

[7] Essa discussão se baseia em documentos primários, incluindo correspondência e papéis dos prefeitos insurgentes, existentes na Colección Femández Duro da Biblioteca de la Real Academia de Historia, Madri. Para uma interpretação detalhada desses materiais, ver Rebecca J. Scott, "Slave Emancipation and the Transition to Free Labor in Cuba, 1868-1895" (tese de doutorado, Universidade de Princeton, 1982), cap. 2.
[8] Discurso do Sr. Gallego Díaz na sessão de 9 de junho de 1870. Spain. Cortes, 1869-71. *Diario de Sesiones de las Cortes Constituyentes* (Madri: Imprenta de J. A. García, 1870-71) Vol. XIII, p. 8.765.

abrandou a resistência dos plantadores contra uma abolição final e estimulou as iniciativas legais individuais de alguns escravos que tiveram acesso às Juntas Protetoras de Libertos, estabelecidas pela lei. Com o término efetivo do comércio escravo em Cuba, ela deixou claro a todos que os dias da escravidão estavam contados.[9]

O golpe direto mais importante contra a escravidão veio justamente quando a insurreição era derrotada em 1878-79. O tratado de paz de 1878 concedia liberdade aos escravos insurgentes armados. Este passo — essencial para a pacificação — levou a mais mudanças na ordem social da região. Os escravos nos distritos orientais adjacentes responderam imediatamente ao tratado, recusando-se a trabalhar, a menos que fossem também libertados, provocando uma crise entre os plantadores e no interior de uma administração espanhola ansiosa em pacificar a ilha e retomar a plena produção. Os plantadores orientais responderam com a garantia de salários para seus escravos e com a promessa de liberdade após 3-4 anos. O governo espanhol se viu obrigado a dar o próximo passo na "abolição gradual": a transformação dos escravos cubanos em *patrocinados* ou aprendizes.[10]

Os elos entre relações sociais rurais e luta política nas décadas de 1860 e 1870 são, pois, claros mas relativamente complexos: devido à existência prolongada da escravidão de *plantation*, foi difícil para os insurgentes estender a guerra por toda a ilha, manter a unidade interétnica nas forças de luta, e penetrar com seu abolicionismo nas plantações de açúcar. Contudo, mesmo sem a vitória militar, sua luta afetou as vidas de senhores e escravos, aumentando a frequência das iniciativas escravas, individuais e coletivas, e forçando os proprietários de escravos e o Estado a buscar soluções controladas para o problema da emancipação. Assim, a guerra acelerou a transformação das relações de classe nas propriedades açucareiras em trabalho juridicamente livre. É importante ressaltar que essa transformação ocorreu muito mais rapidamente que o processo de "substituição" gradual dos escravos, à medida que iam morrendo, planejada

[9] Ver Scott, "Slave Emancipation", cap. 3.
[10] A evidência disponível acerca da paralisação de 1879 em Santiago de Cuba é incompleta. Ver a declaração de José Bueno y Blanco em *Documentos de la Comisión...,* AHN, Ultramar, Legajo 4.883, Tomo 5.

pelos plantadores, e ganhou um impulso maior do que o que teria derivado apenas de considerações econômicas.[11]

Em 1880, as Cortes espanholas votaram pelo estabelecimento do patronato em Cuba, instituição intermediária sob a qual os ex-escravos eram obrigados a trabalhar em tempo integral para seus antigos senhores, e permaneciam sujeitos a castigo corporal, embora ganhassem em contrapartida alguns direitos legais limitados. Os legisladores pretendiam que esse expediente mantivesse o processo de transformação econômica e social sob o controle dos plantadores do Estado. Mas os patrocinados, que se esperava que permanecessem no trabalho e na servidão até serem libertados em grupos separados entre 1885 e 1888. rapidamente abandonaram esse estatuto. Quase 114 000 deles conseguiram sua liberdade entre 1881 e 1886 através do autorresgate, da contestação legal, do "acordo mútuo" com seus senhores, e outros mecanismos. A par da crise financeira de 1884, suas iniciativas logo puseram um fim ao patronato, em 1886.[12]

Embora frequentemente os plantadores aderissem à coerção extraeconômica fornecida pelo "aprendizado", muitos também rapidamente se puseram a reorganizar a produção. Para alguns, isso significava transformar seus *ingenios* em *centrales*, usinas centrais que poderiam moer a cana vinda de uma larga área e de numerosos fornecedores. Para outros, significava renunciar ao papel industrial de fabricante de açúcar, para aceitar um papel mais limitado, como produtores de cana.

Essa rápida reorganização foi em parte possível porque a emancipação escrava em Cuba coincidiu com uma série de desenvolvimentos significativos na produção e no consumo mundiais de açúcar. Os preços em baixa do açúcar foram acompanhados de um aumento no mercado para o açúcar cubano nos Estados Unidos, no momento em que grandes refinadores norte-americanos promoviam a expansão e a

[11] A palavra 'substituição' é usada por Gallenga para descrever o modo de abolição imaginado pelos plantadores no início dos anos 70. Ver A. Gallenga, *The Pearl of the Antilles* (Londres: Chapman and Hall. 1873), p. 105.
[12] As cifras sobre os numerosos escravos oficialmente libertados pertencem aos registros das Juntas de Patronato, conselhos estabelecidos para administrar a instituição de aprendizagem. Para uma discussão dessas estatísticas, das iniciativas e respostas dos aprendizes e mestres, ver Rebecca J. Scott, "Gradual Abolition and the Dynamics of Slave Emancipation in Cuba, 1868-1886", a sair na *Hispanic American Historical Review,* agosto de 1983.

transformação dos padrões de consumo do açúcar. Isso significou grandes oportunidades para os produtores cubanos que podiam manter baixos custos, e a crise para aqueles que não suportavam os gastos.[13] Os avanços tecnológicos no processamento encareceram os investimentos em equipamento, que seriam justificáveis apenas se a produção pudesse crescer muito. Isso, por sua vez, aumentou as necessidades de capital das grandes propriedades, ligando-as, em alguns casos, às casas de corretagem norte-americanas.[14] Por fim, o custo cada vez menor dos trilhos estimulou enormemente a construção de vias férreas privadas, e em 1881 as estradas de ferro públicas também começaram a transportar cana. Em conjunto, essas mudanças tornaram possível e econômico o fornecimento de cana para usinas centrais a partir de grandes distâncias.[15]

A chave para o novo sistema de usinas centrais foi o crescimento da instituição da colônia ou da fazenda de cana. Os colonos distribuíam-se por várias categorias: (1) antigos escravos a quem foram cedidos ou arrendados pequenos lotes de terra, a fim de evitar que abandonassem as grandes propriedades; (2) pequenos proprietários que passaram a se dedicar ao cultivo de cana quando a expansão das estradas de ferro melhorou o acesso às usinas; (3) arrendatários e empresários que alugavam a terra e faziam contratos de fornecimento para uma usina determinada; (4) antigos plantadores que não podiam, mesmo por prudência, fazer novos investimentos numa maquinaria moderna de processamento, e que portanto transferiram a tarefa de moagem para outra usina. O termo "colono", assim, não implica um estatuto de classe específico nem uma relação particular com os meios de produção. Os colonos incluíam desde pessoas que realmente trabalhavam por um certo preço em terra pertencente a grandes

[13] Ver Leland Jenks, *Our Cuban Colony: A Study in Sugar* (Nova Iorque: Vanguard Press, 1928), p. 26-33, e Moreno, *El Ingenio* 2: 186-209.

[14] A fazenda Mapos, por exemplo, por muito tempo controlada por uma família hispano-cubana, passou aos Irmãos Bartram, uma firma norte-americana, devido a enormes empréstimos para novos equipamentos, na década de 1890. Ver U. S. National Archives, Record Group 76, Entry 352, Spain Claims, 1901 (daqui em diante USNA, RG 76, Entry 352), petição n. 121.

[15] Sobre o custo dos trilhos, ver Thomas, *Cuba,* p. 273. Sobre tentativas anteriores para resolver o problema do transporte da cana por via férrea, ver Patria Cok Márquez, "La introducción de los ferrocarriles portátiles en la industria azucarera. 1870-1880" *Santiago* 41 (Março de 1981): 137-147.

propriedades, até investidores em grande escala que possuíam a terra e empregavam grande número de trabalhadores.[16]

O sistema amplamente difundido da lavoura de cana dirigiu trabalhadores brancos nativos, novos imigrantes e antigos pequenos proprietários para a produção de açúcar, alterando a velha associação entre cultivo de cana-de-açúcar e escravos africanos. Além disso, quando se desenvolveu o colonato, tornou-se claro que, de modo geral, os antigos escravos não se tomariam colonos, mas ao invés disso se dirigiriam para a força de trabalho assalariado. As razões disso são complexas, e se relacionam com sua falta de capital e com a evidente preferência dos plantadores pelos arrendatários brancos.

Por volta do fim do século, os antigos escravos e seus descendentes tinham um acesso muito restrito à terra, seja para o cultivo da cana ou para outras culturas. Em toda a ilha, o número total de propriedades rurais pertencentes ou alugadas a afro-cubanos era de 14339, isto é, cerca de 14% do número total de trabalhadores rurais afro-cubanos. A maioria dessas propriedades se localizava em Santiago de Cuba, uma província de minúsculos lotes de terra, com produção limitada de açúcar e uma histórica pré-emancipação de pequenos proprietários afro-cubanos. No censo de 1899, na ilha inteira registram-se apenas 520 fazendas de açúcar pertencentes a proprietários "de cor", e outras 2645 ocupadas por arrendatários de cor. Somadas, compreendiam menos que 4,5% da terra de plantação dedicada ao cultivo e/ou processamento de cana-de-açúcar.[17]

Frente a essas opções limitadas, os ex-escravos frequentemente tentaram reduzir, mesmo quando não podiam se permitir romper, seus laços com as grandes propriedades açucareiras. Com efeito, em alguns casos, famílias de antigos escravos viviam no campo e na cidade, as mulheres

[16] A explicação clássica no desenvolvimento do colonato está em Ramiro Guerra y Sánchez, *Azúcar* y *población en las Antillas* (Havana: Cultural, 1944). Na minha interpretação, recorri maciçamente à documentação primária disponível na pasta de autos e de súmulas da Spanish Treaty Claims Comission, USNA, RG 76, Entradas 352 e 353. Esses registros incluem cópias de contratos entre as fazendas e seus colonos, e depoimentos de colonos, trabalhadores e grandes proprietários.

[17] Ver U. S. War Department, *Report on the Census of Cuba, 1899* (Washington: Government Printing Office, 1900), p. 405, 556-560. As cifras sobre as fazendas de cana estão na categoria "plantações de açúcar" na p. 560, que inclui nitidamente tanto as propriedades produtoras de açúcar como as fazendas produtoras de cana.

empregadas na cidade e os homens trabalhando numa fazenda durante a semana. Essa estratégia familiar — em parte, também uma resposta ao caráter intermitente do emprego nas plantações — aumentou os laços entre afro-cubanos rurais e urbanos, e contribuiu para a difusão de informação. Surgiram jornais afro-cubanos por toda a ilha, com sociedades educacionais, recreativas e de auxílio mútuo, muitas vezes dirigidas a elas mesmas ou incorporando tanto pessoas de cor já livres anteriormente como ex-escravos.[18] Essas sociedades proporcionaram experiência em ação cooperativa, e em muitos casos se tomaram focos de atividade política. Realmente, o governador da província de Santiago de Cuba, que patrocinava tais organizações num esforço de ganhar o apoio afro-cubano, frustrado declarou acreditar que eles estavam "conspirando dia e noite".[19] Embora esses grupos mostrassem algumas tensões e divisões internas, refletindo diferenças de cor e de estatuto jurídico anterior, eles também proporcionaram um importante treinamento político e contato com novas ideias, e alguns de seus líderes, perto do fim desse período, voltaram-se para posições abertamente antiespanholas.[20]

Não é de surpreender que os ex-escravos e outros afro-cubanos fossem os potenciais recrutas para uma insurreição, nos anos 90. Embora seja difícil inferir suas motivações e razões de queixa reais a partir das limitadas evidências disponíveis, os afro-cubanos parecem ter experimentado uma sensação crescente de expectativas frustradas. Os escravos em Cuba muitas vezes foram os agentes de sua emancipação pessoal, e tinham razões para crer que o resultado seria uma mudança significativa em suas vidas. Mas embora agora tivessem maior mobilidade física e maior acesso aos centros urbanos, tinham poucas oportunidades de adquirir terras ou melhorar seus salários. Encontravam seu caminho bloqueado pelas novas formas de produção em *plantation*, pelo influxo de

[18] Ver Pedro Deschamps Chapeaux. *El negro en el periodismo cubano en el siglo XIX* (Havana: Ediciones R.. 1963). Sobre o emprego masculino e feminino, ver War Dept., *Census.*
[19] Camilo Polavieja. *Relación documentada de mi politica en Cuba* (Madri, Imprenta de Emilio Minuesa. 1898). p. 43.
[20] Um exemplo claro de um líder afro-cubano que se colocou na oposição é Juan Gualberto Gómez, antigo editor de *La Fraternidad* e mais tarde companheiro de José Martí. Ver Thomas, *Cuba,* pp. 303. 306 e os números de *La Fraternidad* de 1889, existentes na Biblioteca Nacional José Martí, Havana.

imigrantes e pela permanência de barreiras étnicas e raciais. Em alguns casos, podiam ser conquistados para a participação numa luta anticolonial, pelo empenho de organizadores políticos que atribuíam muitos desses problemas ao domínio espanhol prolongado e às distinções hierárquicas estabelecidas por tal dominação.[21]

Muitas das razões de queixa dos ex-escravos eram também partilhadas pelos trabalhadores assalariados brancos. Dezenas de milhares de brancos, tanto cubanos como estrangeiros, aparecem no registro censitário como agricultores sem terra, trabalhando nas principais províncias açucareiras, Matanzas e Santa Clara. Os livros de contas registram o seu aparecimento na força de trabalho das grandes propriedades nas décadas de 1880 e 1890, rompendo os padrões de segregação étnica no trabalho rural.[22] Ao mesmo tempo, o trabalho nas fazendas de cana estava se tornando cada vez mais sazonal, deixando muitos empregados sem nenhum emprego remunerado na entressafra. Embora mais brancos do que negros pudessem alugar ou possuir propriedades familiares, a expansão dos latifúndios de açúcar estava destinada a restringir o acesso dos trabalhadores à terra fértil. Além disso, é claro que os salários tinham permanecido aquém dos aumentos no custo de vida, desmentindo a "insuficiência de mão de obra" lamentada pelos empregadores.[23]

Ainda que os colonos, na maioria dos aspectos, fossem mais privilegiados que os trabalhadores de *plantation*, eles também se defrontavam com uma série de problemas. Os contratos entre colonos e grandes propriedades usualmente eram montados de modo a repassar ao colono alguns dos riscos associados aos preços incertos do açúcar, e ainda prendiam-no a um fornecedor e comprador específico. Para cada 100 arrobas de cana cortada e transportada para a usina, os colonos eram geralmente remunerados com uma quantia determinada, seja ao preço de um determinado número de arrobas de açúcar processado (variando de cerca de 3,5 a 5,5 arrobas, quando na realidade o rendimento provável da

[21] Para uma clara exposição da percepção das questões por um antigo escravo, ver Miguel Barnet, *Biografía de un cimarrón* (Havana, Instituto de Etnología y Folklore, 1966), pp. 162-163.
[22] War Dept., Census, pp. 403-405, 555-556. Para os livros de contas, ver Archivo Nacional de Cuba, Miscelánea de Libros, 11245, Libro Mayor del Ingenio Nueva Teresa, e Archivo Provincial de Sancti Spíritus, Fondo Valle-Iznaga, Legajo 24, Ingenios.
[23] Sobre sazonalidade e salários, ver Scott, "Slave Emancipation", cap. 9 e 10.

cana era de 8,5 a 11,5 arrobas), seja a um montante de dinheiro vivo fixado pelo preço do açúcar em Havana. Os contratos particulares variavam muito, dependendo do proprietário, do plantador de cana e dos acordos de crédito.[24] Mas cada vez mais os colonos ficavam presos a uma usina específica, e essa dependência permitia abusos em todas as fases do processo — desde o adiantamento de gêneros em troca do compromisso de cana para o futuro, até a pesagem da cana produzida para o saldo das contas.

Um colono da província de Santa Clara, Juan Bautista Jiménez escreveu em 1891 um panfleto inflamado, intitulado *Los Esclavos Blancos*, onde ele denunciava que os colonos na maioria das grandes propriedades da província recebiam apenas 4 arrobas de açúcar por 100 arrobas de cana; que seus pagamentos sofriam descontos; que as usinas não recebiam a cana na época combinada, e que as *centrales* falsificavam os pesos. Jiménez invocava uma associação de colonos que representasse seus interesses, e exortava os colonos a não plantarem, a menos que recebessem um tratamento melhor. Ele os incitava a recusar assinar contratos por menos de 4,75 arrobas. Contudo, quando o ensaio foi publicado em 1893, ele fez um desmentido na introdução, observando que agora os preços eram melhores, e moderando sua crítica às usinas centrais.[25]

Embora Jiménez possa ter recuado no confronto, outros colonos assumiram providências semelhantes às inicialmente propostas por ele. Nos anos 90, José Badio, um antigo colono da Central Teresa, em Santiago de Cuba, foi interrogado durante um depoimento no tribunal, acerca das queixas sobre a fazenda. Ele explicou que havia discordado do proprietário sobre os preços, e que por volta de 1895 o proprietário tinha comprado sua parte, "para evitar desentendimentos". Quando novamente interrogado, foi-lhe indagado: "O desacordo sobre os preços que você menciona surgiu de uma União dos Colonos em todas as propriedades, não foi?".

E esta União reivindicou um aumento nos preços que fora anteriormente combinado, não foi?" "Sim", ele respondeu, "é isso".[26]

[24] Esta descrição de contratos e rendimentos baseia-se no testemunho dado em vários casos antes da Spanish Treaty Claims Commission. Ver USNA, RG 76, Entrada 352, Petições números 97, 120, 121, 196, 240, 293 e 387.

[25] Juan Bautista Jiménez, *Los esclavos blancos, por un colono de las Villas* (Havana: Imprenta de A. Alvarez y Comp. 1893).

[26] Depoimento de José Badio. USNA. RG 76, Entrada 353. Petição n. 97 (pt. 2).

Seria errôneo afirmar que todos os colonos partilhavam as queixas de Jiménez e Badio. Os colonos formavam um grupo heterogêneo, alguns claramente identificados com outros empregadores, outros na fronteira entre o estatuto de trabalhador e o de fazendeiro. Mas os prolongados conflitos sobre os preços e contratos tensionaram as relações entre as grandes propriedades e seus arrendatários e fornecedores, tornando menos provável a adesão dos colonos à ordem estabelecida, caso sofressem investidas de determinadas direções.

As décadas de 1880 e 1890 foram um período de transformação social e econômica notavelmente rápida. Mudanças na tecnologia e na natureza do mercado intensificaram o desenvolvimento das usinas centralizadas; a emancipação escrava alterou as relações de autoridade e abriu caminho para uma força de trabalho mais mesclada etnicamente; o desenvolvimento do colonato criou um grupo social intermediário, altamente sensível às flutuações no preço do açúcar, mas muitas vezes mais ligado socialmente aos fazendeiros e trabalhadores comuns do que aos grandes produtores e vendedores de açúcar.

Em fevereiro de 1895, novamente eclodiu uma insurreição, provocada entre outras coisas por uma queda no preço do açúcar e uma simultânea depressão na indústria açucareira cubana. Desde o começo, o conflito foi menos ambíguo que o de 1868-1878. O grande ideólogo da nova luta, José Martí, rejeitava explicitamente a anexação aos Estados Unidos, criticava a elite da ilha e repudiava as divisões raciais. O Manifesto de Montecristi, assinado por Martí e Máximo Gómez no início da luta, conclamava a unidade entre os ex- e os não escravos, e notava o progresso feito em direção oposta ao "ódio com o qual a escravidão podia dividi-los". Embora o documento também refletisse alguma apreensão quanto à potencial "precipitação censurável" de uma pequena minoria de "libertos descontentes", seu tom predominante era o do igualitarismo.[27] Além disso, o carismático Antonio Maceo, um líder da guerra anterior, trouxe à liderança da nova luta um longo registro de recusa intransigente da escravidão e do racismo.

[27] Hortensia Pichardo, ed., *Documentos para la historia de Cuba,* 2 vols. (Havana: Editorial de Ciências Sociales, 1977 e 1976), 1 :483-491.

Essa posição ideológica direta fazia sentido, dada a base sobre a qual se organizaria a luta. Os que se opunham à insurreição descreviam os rebeldes com um desprezo que revela as diferenças de classe percebidas. Um plantador lembrava:

> ...dos insurgentes — eu pessoalmente sabia muito pouco. Tratava-se de homens completamente exteriores ao meu círculo de relações, muitos sendo negros, e grande parte deles sendo cubanos brancos ignorantes.[28]

O líder das forças espanholas na ilha estava aflito com o amplo apoio à insurreição, e escreveu em junho de 1895: "Passando pelos *bohíos* (choupanas) no campo não se veem homens, e as mulheres, ao serem interrogadas sobre seus maridos e filhos, respondem com franqueza terrível: 'nas montanhas, com Fulano'".[29] "Nas montanhas", evidentemente, significa com os rebeldes.

Veem-se as consequências práticas desse clima favorável à insurreição nos depoimentos dos participantes e das testemunhas do conflito. O distrito em torno da Central Teresa pode fornecer um exemplo. Enrique Céspedes Romagosa, antigo colono e oleiro, juntou-se à insurreição na época do primeiro apelo às armas em 1895. Fez abertas visitas à Central Teresa e conseguiu se apoderar de armas e animais. Não era apenas a intimidação que facilitava o acesso dos insurgentes aos bens; era também a sua familiaridade com os residentes. "Praticamente todos eles eram conhecidos", declarou o proprietário com alguma pena, "alguns eram antigos trabalhadores, e todos moravam no distrito". Além disso, "lá cada um era parente do outro". Quando os insurgentes vinham recolher armas, os cubanos lhes davam seus facões de mato, e os que possuíam rifles de vez em quando se reuniam a eles com suas armas. Os insurgentes eram até contratados como cortadores de cana na própria Central Teresa.[30]

L. F. Hughes, administrador da Soledad, grande propriedade da província de Santa Clara, comentava que "... os Insurgentes estavam

---

[28] Depoimento de Edwin F. Atkins, p. 7, USNA, RG 76, Entrada 352. Petição n. 387 (pt. 1).
[29] Citado em Thomas, *Cuba*. p. 320.
[30] Depoimentos de Ismael Matiliano, Enrique Céspedes Romagosa e Alejandro Quesada, USNA, RG 76, Entrada 352, Petição n. 97 (pt. 2).

acostumados a entrar e sair livremente do *batey*,[31] quando não havia nenhuma tropa espanhola presente". Em Soledad, isso acabou quando um destacamento espanhol foi designado para a fazenda. No entanto, os soldados espanhóis não podiam controlar inteiramente os contatos dos trabalhadores com os insurgentes, pois, no curso normal dos acontecimentos, os trabalhadores e colonos entravam e saíam livremente das propriedades.[32]

Não se trata de idealizar o caráter popular da sublevação. Havia também cubanos comuns que se uniam às forças espanholas antiguerrilha, ou trabalhavam como guias para as forças regulares espanholas, e muitos que se submetiam simplesmente aterrorizados pelas táticas insurgentes de retaliação. Mas a porosidade dos limites das propriedades açucareiras, o quanto podiam ser abordadas na busca de bens, armas e recrutamento, e o quanto podiam oferecer numa série de formas de apoio secreto, representavam uma mudança crucial desde a Guerra dos Dez Anos. Alguns grandes proprietários traçavam explicitamente os contrastes, lamentando-se que tinham podido funcionar ininterruptamente durante a Guerra dos Dez Anos, mas que agora não podiam se defender dos incêndios nos canaviais, das extorsões financeiras e da "desmoralização" de sua força de trabalho.[33]

As relações de classe nas *centrales* não tinham a rigidez e o isolamento dos engenhos escravos das décadas de 1860 e 1870. A mudança para uma forma particular de trabalho assalariado altamente flexível, combinada com a descentralização inerente ao sistema de colônias, tornara o complexo campo-usina permeável e vulnerável. Como explicou o proprietário Edwin Atkins, quando solicitado a avaliar o número de seus empregados que haviam desertado para se unir à insurreição: "É impossível para mim afirmar qualquer número; os trabalhadores estavam indo e vindo constantemente, e eu não tinha

---

[31] *Batey:* designa o lugar ocupado pelas fábricas, armazéns e maquinarias nos engenhos e fazendas das Antilhas.
[32] Depoimento de L. F. Hughes, pp. 29, 48, USNA, RG 76, Entrada 352, Petição n. 387 (pt. 1).
[33] Ver depoimento de Máximo Cisneros, p. 2, USNA, RG 76, Entrada 352, Petição n. 240 (pt. 1), para evidências sobre a Central Tuinucú. Os proprietários da fazenda Mapos também comparavam sua situação durante a Guerra dos Dez Anos com a da Guerra de Independência. Ver depoimento de José M. del Valle Iznaga, p. 43, USNA, RG 76, Entrada 352, Petição n. 121 (pt. 1).

meios de saber se eles saíam para se unir à insurreição ou para ir trabalhar em alguma outra propriedade". Uma consequência disso foi, naturalmente, um fluxo constante de informações. O administrador de Atkins escreveu que pouco escapava "à espionagem dos insurgentes em 'Soledad'".[34]

O governo podia ter tentado, durante e logo após a emancipação nos anos 1880, instituir controles rígidos que impediriam parcialmente essa mobilidade. Alguns plantadores e oficiais de Estado reivindicavam a introdução de medidas severas, dirigidas principalmente aos antigos escravos, para limitar a "vadiagem" e regular o trabalho.[35] Mas os controles supervisionados pelo Estado, de Madri ou de Havana, não chegariam a esse ponto. Em primeiro lugar, pareciam politicamente perigosas, capazes de desagradar uma parcela fundamental da população numa época em que a principal preocupação da Espanha era manter o governo colonial. Em segundo lugar, com a imigração branca extensiva e a incorporação de antigos pequenos proprietários ao plantio da cana, não era necessária a compulsão direta sobre os ex-escravos para se manter a produção nas grandes propriedades. Afinal, os antigos escravos nas principais zonas açucareiras tinham poucas opções além da migração, e a maioria permanecia nas plantações e nas colônias.

Na ausência dessa coerção direta, havia uma maior mobilidade física para os trabalhadores das plantações, e menos razões para divisões rígidas entre trabalhadores brancos e negros. A força de trabalho rural era agora inteiramente interétnica, com os antigos escravos das plantações trabalhando ao lado de imigrantes espanhóis, trabalhadores chineses e cubanos brancos nativos. Obviamente, tal proximidade não garantia a ausência de racismo, mas era um eco longínquo da força de trabalho rigidamente estratificada da escravidão, ou da divisão separatista entre trabalhadores rurais negros e trabalhadores industriais brancos, inicialmente prevista por alguns *hacendados* cubanos.[36]

[34] Depoimento de Edwin F. Atkins, p. 162, e carta de J. N. S. Williams a Edwin F. Atkins, 24 de fevereiro de 1896, em USNA, RG 76, Entrada 352. Petição n. 387 (pt. 1).

[35] Ver a discussão em *Medios de estirpar la vagancia.* AHN, Ultramar. Legajo 4952. Expediente 245.

[36] Ver Francisco Feliciano Ibáñez, *Observaciones sobre la utilidad del establecimiento en esta isla de grandes ingenios centrales*. (Havana, 1880). Ele afirmava que os brancos

Só depois que a insurreição estava bem encaminhada é que o governo instituiu controles de trabalho. No entanto, agora faziam parte de um esforço brutal pela pacificação rural através da "reconcentração", uma estratégia tão disruptiva para o trabalho normal quanto terrível para a população pobre. Alguns movimentos populacionais forçados levaram os proprietários afetados a um conflito com o governo espanhol, na medida em que suas propriedades estavam esvaziadas de trabalhadores e abertas ao ataque insurgente. A ordem de transferência dos que residiam nas propriedades para campos de concentração, e a saída para o trabalho apenas autorizada com passes oficiais diários obstruíram o funcionamento normal do cultivo, da colheita e da moagem.[37]

Durante a Guerra dos Dez Anos, a estrutura repressiva da escravidão nas plantações, já estabelecida, reforçou a estratégia militar espanhola, ao facilitar o isolamento e a fortificação das propriedades. A produção continuara. Agora, em contrapartida, pelo menos um aspecto da estratégia militar para resguardar o território e bloquear o acesso dos insurgentes ao restante da população — a reconcentração — estava em oposição direta à continuidade da atividade econômica, mesmo para os plantadores inteiramente favoráveis à causa espanhola. O resultado foi um enfraquecimento tanto da estratégia como da economia: a simpatia pelos insurgentes aumentou e a produção afundou.

Conclusão

Em Cuba do final do século XIX, a organização da produção influenciou e foi influenciada pelas formas de atividade política e ação coletiva populares. A escravidão de *plantation* modelou a primeira luta anticolonial, e foi crucialmente minada por esse conflito. A emancipação e o trabalho livre foram essenciais para o êxito da segunda luta principal. Mas aqui está em questão mais que uma simples oposição entre trabalho juridicamente obrigatório posterior dos agro cubanos. Além disso, o *momento* da emancipação escrava cubana — as iniciativas envolvidas, as expectativas surgidas, os conflitos acarretados — condicionou o

prefeririam o trabalho "industrial" do *batey*, e que o trabalho rural devia ser deixado às pessoas de cor.

[37] Para descrições dos efeitos da política espanhola da "reconcentração" sobre as grandes propriedades, ver USNA. RG 76, Entrada 352, Petições n. 121 e 240.

comportamento posterior dos afro-cubanos. Além disso, o *momento* da emancipação escrava, ocorrendo num momento particular do desenvolvimento da indústria açucareira mundial, foi também de importância fundamental, pois permitiu que os grandes plantadores de Cuba substituíssem a antiga ordem por um conjunto completamente novo de relações com a terra e o trabalho. E a *forma* particular da reorganização do trabalho após a emancipação criou quadros muito particulares de relações de classe no campo. O acesso restrito à terra para a maioria e o acesso seletivo para alguns como fazendeiros de cana semi-independentes, a difusão do trabalho assalariado cada vez mais móvel e sazonal no centro e no oeste, e a cultura comercial e de subsistência em minifúndios no leste, conjuntamente modelaram a natureza e o resultado da Guerra de Independência.

Num sentido, Cuba permanece um caso bem-sucedido pós-emancipação, pois o rendimento total da principal cultura de exportação cresceu no final dos anos 1880 e início dos anos 1890. A organização específica da produção que permitiu esse crescimento se mostraria, no entanto, o terreno ideal para o desenvolvimento de uma luta anticolonial que foi também uma tentativa de revolução social — a Guerra de Independência de 1895-98.

Não é este o lugar para examinar o resultado do conflito, e o efeito da ocupação norte-americana sobre a organização e desenvolvimento posterior da produção açucareira e da sociedade cubana na primeira metade do século XX. Mas também aí se pode esperar encontrar elos entre a evolução das relações sociais no campo e o apoio à mobilização popular — embora então tal mobilização ocorresse em presença de um poder neocolonial muitíssimo maior.

INTERESSES AGRO-EXPORTADORES E CONSTRUÇÃO DO ESTADO: BRASIL DE 1890 A 1930[1]

Elisa Pereira Reis[2]

Esse trabalho tem por objetivo discutir em que sentido a interação entre economia e política na Primeira República afetou o processo de formação do Estado brasileiro.[3] Mais especificamente, argumenta que os interesses agroexportadores dominantes no período imprimiram ao processo de *state-building* uma direção autoritária que lança as bases do projeto de "modernização pelo alto" consolidado no período Vargas.

Na primeira parte do texto focalizamos o crescimento do Estado do período analisado, chamando atenção para a especificidade analítica do poder público em expansão, a despeito de suas fronteiras fluidas com o poder privado a nível empírico. Ilustrando o referido crescimento do Estado, introduzimos nesse tópico algumas evidências referentes à ampliação do aparato de Estado, ao incremento da capacidade de extração de recursos da autoridade pública, e à centralização do poder.

A tarefa seguinte é comentar brevemente por que a dinâmica do poder público, discutida anteriormente, implica características autoritárias. O argumento central nesse ponto é o de que os interesses agroexportadores dominantes no período, ao politizarem a economia conferem ao Estado uma posição estratégica que, em função de seu *timing* político, lança as bases de um duplo fenômeno: a marcada autonomia do Estado frente a interesses sociais. É a precariedade de um modelo político representacional para esses últimos.

Finalmente, extrapolamos da discussão anterior algumas considerações teórico-interpretativas, sugerindo brevemente a conveniência de estudos histórico-comparados envolvendo economias agroexportadoras. Parece-nos que tais estudos poderiam vir a ser úteis tanto para a compreensão de outras experiências históricas de *state-building* marcadas

[1] Trabalho apresentado ao Seminário Internacional sobre Sociedade e Política em Economias de Exportação, CEBRAP, São Paulo, março, 1982.
[2] Elisa Pereira Reis é do IUPERJ.
[3] Agradeço as valiosas críticas e sugestões de César Guimarães.

pelo autoritarismo, como para colocar à prova e eventualmente reafirmar as proposições teóricas esboçadas nesse trabalho.

A Expansão do Estado na República Velha

A literatura política revela uma clara tendência a tratar o processo de formação de Estados como um fenômeno discreto, limitado no tempo. Essa orientação parece óbvia no caso do Brasil onde as análises referentes ao tema estão, via de regra, restritas ao período imperial. É bastante justificável a atração exercida por essa fase histórica entre os estudiosos da matéria, pois afinal é nela que emerge e se afirma jurídica e legalmente o estado brasileiro. Contudo, a menos que professemos a crença fundamentalista de que todo processo histórico é redutível a um núcleo genético identificado de forma mais ou menos arbitrária, torna-se necessário ampliar a ótica de investigação para captar a dinâmica característica da construção de Estados. De nossa parte, reconhecemos a necessidade de tratar *state-building* como um processo contínuo, inacabado e em interação cambiante com outras dimensões que constituem com ele partes integrantes das configurações sociais[4] e a partir dessa perspectiva que nos propomos discutir o processo de construção do Estado brasileiro em um período particular que, se bem herdeiro do passado, tem uma dinâmica própria e que, por sua vez, inscreve seu legado no futuro relativizado pela mesma lógica.

Uma vez que tomamos o Estado como parte integrante de uma configuração social, é importante também explicitar, previamente as relações típicas que caracterizam sua interação com outras dimensões constitutivas da sociedade. Nesse sentido, três padrões de interação nos parecem cruciais: um primeiro deles diz respeito à relação Estado-interesses sociais na qual ganha relevância a função de dominação de classe exercida por aquele. Outro padrão de interação é aquele que confere ao Estado o caráter de mantenedor da ordem social. Finalmente, faz-se mister atentar também para o tipo de interação que coloca o Estado como competidor de interesses sociais particulares e, portanto, como um ator político *de soi même*. Parece-nos que a análise pode ser consideravelmente enriquecida se atentarmos para o fato de que o ator político em questão compete algumas

[4] Para uma crítica de abordagens correntes e defesa do enfoque dinâmico-configuracional, veja-se Elias (1972) e (1975).

vezes com as classes dominantes pela extração do excedente e, eventualmente, pelo apoio político das classes subalternas.[5]

Os três padrões de interação apontados acima coexistem e o privilegiamento de um ou outro deles pode ser justificado em função do tipo de questões propostas pelo analista. Entretanto, nenhum desses padrões de interação pode ser negado, sob pena de se desfigurar a análise configuracional.

Essas premissas teóricas, resumidamente: o caráter contínuo de processos de formação de Estados e a natureza polivalente de suas interações com a sociedade, constituem elementos indispensáveis à discussão que se segue. Tais premissas conferem, por exemplo, um sentido teórico peculiar à evolução do aparato de Estado no Brasil sob a República Velha. Assim, diferimos da tendência usual a reduzir qualquer expansão física do Estado no período a um mero parasitismo burocrático, ou, melhor ainda, ao empreguismo patrocinado pelos interesses sociais dominantes. Sustentamos que, apesar dessa tônica oligárquica predominante, eventuais ampliações do aparato burocrático-militar constituem também expansão da esfera de atividades do poder público; E se esse poder se encontra confundido e subordinado aos interesses oligárquicos socialmente dominantes, nem por isso ele deixa de ser distinto do poder privado, razão mesma pela qual sua utilização constitui para esses últimos um recurso valorizado.

Assim, a distinção aparentemente apenas formal entre poder público e poder privado, qualquer que seja o grau de convergência entre esses, tem implicações substantivas cruciais. Isso se toma claro quando consideramos os dois problemas básicos confrontados pelos cafeicultores durante a República Velha: a questão da oferta de mão de obra, e aquela referente às crises de superprodução. Em ambos os casos, os cafeicultores se valeram preferencialmente do concurso da autoridade pública e não de mecanismos de mercado para fazer frente a seus problemas.[6]

[5] Esse ponto é defendido teoricamente e utilizado com sucesso na análise histórica em Skocpol (1979).

[6] Mesmo o sucesso da Sociedade Promotora da Imigração, associação criada por cafeicultores em 1886, não contradiz essa afirmação já que ela operava exclusivamente com recursos públicos. Note-se também que a decisão de extinguir a associação em 1895 coincide com a plena aceitação por parte do poder público da responsabilidade direta pelos programas de imigração.

Para satisfazer a demanda crescente de mão de obra da cafeicultura no contexto pós-abolição a atuação do Estado foi decisiva. Enquanto a importação de mão de obra estrangeira permaneceu restrita à iniciativa privada, foi impossível a institucionalização de um mercado de trabalho. Aqueles que investiam individualmente na importação de trabalho enfrentavam o risco de ter o investimento realizado apropriado pelos competidores por mão de obra. E mesmo um eventual cartel de importadores não teria como evitar o problema de terem seu esforço privado revertendo em benefício de *free riders*. Nesse sentido, a iniciativa privada não via alternativa senão instituir mecanismos de semisservidão visando cercear a mobilidade do trabalho.[7] No entanto, quando o Estado assumiu a responsabilidade de assegurar uma oferta abundante de mão de obra imigrante, tais restrições à mobilidade deixaram de ser imperativas e o mercado de trabalho pôde se consolidar.

Da mesma forma, era difícil para uma associação privada de produtores de café autolimitar sua produção, já que nenhum cartel teria meios para impedir que não membros se beneficiassem de seu esforço. Apenas a autoridade pública tinha o poder para proibir novas plantações (como fez o governo de São Paulo em 1902), bem como para coordenar a oferta de forma a controlar preços.[8]

Outra clara indicação de que a esfera pública não pode ser reduzida inteiramente a reflexo do poder privado, é o fato de que existem razões objetivas de Estado que não necessariamente coincidem com aquelas dos interesses sociais dominantes. Assim, por exemplo, a necessidade recorrente de "sanear as finanças públicas" levou o Estado algumas vezes, durante o período que aqui nos interessa, a se contrapor aos interesses agrários dominantes.

Ainda um outro argumento em favor da distintividade do poder público é a própria dinâmica dos arranjos políticos coronelistas da

[7] Sobre a vigência de mecanismos extramercado para cercear a mobilidade do trabalho, veja-se Viotti da Costa (1966), pp. 65-123. Para uma discussão do papel do Estado na institucionalização do mercado de trabalho, veja-se Pereira Reis (1977).

[8] Observe-se que a distinção entre as esferas pública e privada a nível estadual tem sido frequentemente negligenciada. Tal distinção parece-nos crucial, pois apesar da forte monopolização do poder, não se pode negar que também aí recursos públicos estão envolvidos.

República Velha. A tese de Nunes Leal, já definitivamente incorporada ao acervo acadêmico brasileiro, viu nesses arranjos a expressão aparentemente contraditória da crescente expansão do poder público.[9] Como indicou esse autor, o coronelismo reflete a necessidade 'imperativa para os potentados locais de se valerem da patronagem do Estado para preservarem seu poder local.

Sumariando, o que nos interessa ressaltar aqui é que o Estado não perde sua identidade sob a dominação oligárquica, ao contrário do que frequentemente se pode inferir das análises correntes. E a própria superposição entre o público e o privado, tão pervasiva no período, tem consequências decisivas a longo prazo para o processo de *state-building* como trataremos de salientar mais à frente.

Uma vez explicitados nossos argumentos substantivos, passemos, a seguir, a algumas evidências empíricas do processo de construção do Estado na República Velha. Nesse ponto, nosso propósito é tão-somente ilustrar a ampliação da esfera pública, a centralização de poder e o crescimento do aparato de Estado. Apenas na seção seguinte trataremos de discutir por que esse processo assumiu características autoritárias e de que forma os interesses agroexportadores afetaram essa evolução.

Uma das tarefas decisivas na construção de Estados diz respeito à expansão da capacidade de extração de recursos por parte da autoridade pública.[10] Apesar do desempenho do Estado brasileiro no período aqui analisado estar longe de ser espetacular, parece-nos contudo que algumas conquistas nesse terreno da arrecadação de recursos merecem a atenção que lhes tem sido amplamente negada. Assim, têm sido também negligenciados os instrumentos legais, ideológicos e administrativos desenvolvidos para legitimar e operacionalizar a captação de impostos, taxas e outras fontes de receita pública. E, no entanto, existem indicações sugestivas, embora esparsas, de que a capacidade extrativa do poder público durante a República Velha se ampliou em termos de volume e complexidade administrativa.

Assim, por exemplo, Graham demonstrou que apesar da transferência de diversas atribuições fiscais para os estados e municípios com o advento

[9] Nunes Leal (1975).

[10] Tilly (1975).

da República, o orçamento do governo federal no período 1889-1899 se manteve inalterado, em termos reais, relativamente aos últimos anos do Império.[11] Ora, se a administração federal não perdeu em termos absolutos apesar da descentralização fiscal, então podemos antecipar que houve uma expansão significativa no total dos recursos públicos.

Os dados orçamentários sugerem ainda que a capacidade de extração de recursos do Estado cresceu no período graças a criação de novas taxas e outras fontes de renda. Assim, enquanto ao final do Império o total de itens listados no orçamento federal sob a rubrica "receitas do Estado" incluía uma média de 50, ao final da República Velha o número desses itens tinha triplicado.[12] Mais ainda, alterações na participação relativa das diferentes taxas no total da receita sugerem que o poder federal logrou estabelecer novas fontes de extração de recursos, apesar da estrutura fiscal descentralizada do modelo federativo adotado. Embora os impostos sobre importações tenham constituído uma fonte crucial da receita federal durante toda a República Velha, outras taxas foram criadas ou ampliadas e adquiriram importância crescente no tempo para o orçamento da União. O esforço de consolidar fontes alternativas de extração de recursos foi sobretudo marcante à época da Primeira Guerra na tentativa de contrabalançar os efeitos da redução no volume das importações. Nesse sentido foi particularmente notável a elevação do imposto sobre o consumo e as reformas administrativas efetivadas para assegurar uma arrecadação mais eficiente do mesmo.[13] E interessante observar aqui que depois do término da guerra, quando as importações se recuperaram, a participação do imposto sobre consumo na receita federal não reverteu a seus níveis anteriores. Na década de vinte esse imposto constitui aproximadamente um terço do total da receita, uma contribuição bastante ampliada se lembrarmos que antes da guerra sua participação no orçamento era, em média, da ordem de 15%.[14]

O esforço público foi menos bem-sucedido no que se refere à taxação direta. De qualquer forma, a tributação sobre rendas aumentou sua

[11] Graham (1977).
[12] *Balanços da Receita e Despesa do Império e da República*, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1884-1931.
[13] Villela e Suzigan (1975). pp. 122-123.
[14] Jacob (1979), pp. 23-24.

participação na receita, evoluindo de 1,5% na década de 10 para 2,8% nos anos 20, apesar da resistência oposta pela sociedade.[15]

No que se refere a despesa pública, como se vê na Tabela 1, não houve grandes alterações no padrão de alocação de recursos do governo federal ao longo da República Velha entre os diversos ministérios. E relevante observar, porém, que os dois ministérios responsáveis pela maior parte dos gastos públicos — "Fazenda" e "Transportes e Obras Públicas" — invertem sua posição relativa nos três últimos períodos descritos na Tabela 1. Isto é, o Ministério da Fazenda perde sua posição de liderança para o de Transportes e Obras Públicas, sugerindo que o poder central assumia uma postura mais dinâmica.

A alocação de recursos ao Ministério da Fazenda destinava-se prioritariamente a responder às obrigações da dívida pública e sua magnitude relativa é coerente com as crises financeiras crônicas do período. No caso de "Transportes e Obras Públicas", a maior parte dos recursos se destinava ao setor de ferrovias, objetivo esse que lograva o consenso entre o poder público e os interesses agrários dominantes. Para esses últimos, a expansão do sistema ferroviário significava menores custos de produção.[16] Para o Estado, a ampliação do sistema de transportes constituía uma tarefa fundamental para assegurar sua penetração e regulamentação da vida social.

As despesas governamentais com o Exército e a Marinha ocuparam, durante todo o período, o terceiro lugar no orçamento da União, absorvendo sempre mais de 20% do total dos recursos disponíveis. Observa-se assim que apesar da importância conferida às milícias estaduais pelo sistema federalista vigente, o poder central não descuidou de seu aparato militar. Na verdade, as evidências sugerem mesmo que houve um crescimento significativo das forças armadas federais durante o período. Assim, o crescimento do exército nacional entre 1890 e 1930-foi de 220%, consideravelmente superior ao crescimento da população global no mesmo período que foi da ordem de 162%.[17]

[15] *Ibid.*, p. 26.
[16] Pereira Reis (1977).
[17] Carvalho (1977), p. 201.

Tabela 1 — Participação percentual dos ministérios na despesa governamental, 1894-1914 e 1923-1928*
(Média por períodos trianuais)

	1894-96	1897-99	1900-02	1903-05	1906-08	1909-11	1912-14	1923-25	1926-28
Fazenda	32,07	52,83	46,27	46,60	38,06	33,37	31,57	25,80	26,57
Marinha	8,37	7,63	8,00	8,10	10,65	9,66	8,5	8,33	8,98
Guerra	23,70	13,53	14,42	14,33	13,62	14,00	12,7	19,02	17,33
Relações Exteriores	1,30	0,47	0,58	0,73	1,01	0,80	0,83	0,63	0,67
Justiça e Interior	6,23	5,50	7,61	8,98	10,99	9,66	8,03	9,63	9,62
Indústria, Transporte e Obras Públicas**	28,60	20,04	23,12	21,26	25,69	—	—	—	—
Transporte e Obras	—	—	—	—	—	29,27	34,13	32,87	33,05
Agricultura, Indústria e Comércio***	—	—	—	—	—	3,24	4,24	3,72	3,78
	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Ministério da Fazenda, *Balanços da Receita e da Despensa do Império e da República*, Rio: Imprensa Nacional, 1836-1931.
* A fonte não inclui os dados para o período 1915-1922.
** A partir de 1908 esse Ministério não inclui "indústria".
*** Ministério criado em 1909.

O crescimento do aparato militar foi sobretudo marcante na década de 20 dando mostras de que o governo federal se empenhava em neutralizar a força das tropas sob comandos regionais. Como se deduz da Tabela 2, as tropas federais cresceram em 70% entre 1917 e 1928, crescimento esse muito superior ao das forças estaduais. A Tabela 3 ilustra o fato de que antes do término da República Velha o exército nacional já tinha superado em números o total das tropas estaduais, estabelecendo a tendência centralizadora que se acentua dramaticamente após a Revolução de Trinta. Além dessa expansão do volume das forças armadas, o governo federal se empenhou também na modernização do equipamento militar e na promoção de programas de treinamento que redundaram em maior profissionalização do aparato militar conforme ressaltado na literatura sobre o tema.[18]

Tabela 2 — Tamanho das principais milícias estaduais e da tropa federal em 1917 e 1928

	1917	1928	Crescimento percentual
São Paulo	8.618	7.622	11,56
Minas Gerais	2.976	4.111	38,13
Rio Grande do Sul	2.528	3.212	43,31
Bahia	2.200	3.153	43,31
Tropas Federais	24.070	40.926	70,02

Fonte: Levine (1970), p. 157.

Tabela 3 — Evolução das tropas estaduais e federais em milhares de homens, 1909-1937

	1909	1917	1921	1927	1932	1937
Tropas Federais	19	22	29	38	58	75
Tropas Estaduais	18	28	29	28	33	38

Fonte: Levine (1970), p. 157.

Quanto à evolução do aparato burocrático, embora os dados disponíveis não nos permitam uma avaliação precisa, há indicações de que houve uma expansão significativa no período.[19] Como tem sido amplamente

[18] Keith (1976); Carvalho (1977); McCann (1977).
[19] A comparatividade dos dados censuais é extremamente precária dada a mudança de critérios classificatórios e imprecisão das definições. Tendo em vista essas ressalvas, observe-se que o número de funcionários públicos (federais e estaduais) passa de 10.710 em

salientado, a expansão do emprego público se explica aí muito mais em termos do clientelismo empreguista generalizado que em função de uma crescente eficiência administrativa do Estado. De qualquer forma, para o empregador público esse mesmo fato não deixa de constituir um recurso estratégico de poder: sob a forma da patronagem, o Estado se convertia em um empregador importante da população urbana em expansão. É razoável supor também que pelo menos uma pequena parcela do crescimento da burocracia pública se traduzia em incrementos de eficiência administrativa. Nesse sentido, Vieira da Cunha sustentou que desde a Primeira Guerra o governo federal se empenhou de forma deliberada na ampliação da máquina burocrática, no fortalecimento do sistema de segurança e na ajuda administrativo-financeira aos estados mais afligidos por problemas econômicos e sociais.[20]

Finalmente, além das dimensões orçamentária, militar e burocrática, pode-se observar o processo de *state-building* do período através da crescente centralização do poder. Nesse sentido, tem sido mesmo salientado que a própria política dos governadores (aparentemente uma instituição do federalismo descentralizado) aponta para o fortalecimento do poder de barganha do poder central.[21]

A postura clientelista dos estados-membros era basicamente uma consequência da insolvência crônica desses. Apesar da descentralização fiscal, praticamente a totalidade das administrações estaduais recorria incessantemente aos fundos da União. Aparentemente, apenas São Paulo escapava à tutela financeira do poder central, conforme sugerem as evidências de que mesmo o estado de Minas Gerais, que o secundava em importância, dependia financeiramente do governo federal.[22]

Outra evidência sugestiva da tendência à concentração de poder diz respeito às frequentes intervenções armadas da União nos estados. Assim, sete dos doze presidentes em exercício durante a República Velha ordenaram intervenções.[23]

1872, quando foi realizado o primeiro censo demográfico nacional, para 45.700 em 1900, atingindo 97.712 à época do censo de 1920.
[20] Vieira da Cunha (1963), p. 36.
[21] Veja-se, por exemplo, Levine (1978), esp. p. 130.
[22] Wirth (1977), p. 164 e 204.
[23] Keith (1976), pp. 65-66.

Finalmente, as modificações introduzidas pela reforma constitucional de 1926 atestam igualmente iniciativas centralizadoras de poder por parte do Estado. É curioso observar que desde os primeiros anos deste século existiam demandas por uma revisão centralizadora da constituição, sobretudo por parte de representantes do poder jurídico, naturalmente mais voltados para a dimensão legal do processo de *state-building*.[24] Tais demandas enfrentaram sempre a oposição vociferante das oligarquias empenhadas na preservação da independência regional. Essa oposição, bem sucedida por vários anos, sucumbiu finalmente quando sob a presidência de Bernardes foi aprovada a reforma constitucional. O histórico da reforma em questão deixa poucas dúvidas de que a iniciativa partiu do executivo federal. Ele sugere também que a denúncia oposicionista quanto à “conduta autoritária” do presidente em exercício era em alguma medida pertinente: aparentemente, Bernardes limitou a discussão da reforma ao círculo restrito dos que o apoiavam. Além disso, ele aproveitou o estado de sítio vigente para conseguir uma rápida aprovação do projeto de reforma no Congresso.[25]

As alterações introduzi das na Constituição de 1891 afetaram sobretudo a autonomia dos estados da federação. O direito de intervenção do poder federal nas unidades-membros foi ampliado graças à revisão do artigo 6 da Constituição que regulava a matéria.

Essa expansão e concentração de poder que viemos de salientar, obviamente, por si próprias não nos autorizam a ver no processo de *state-building* que tem lugar durante a República Velha um sentido autoritário. É desnecessário enfatizar aqui que avanços em termos de extração progressiva de recursos, ampliação do aparato militar, centralização do poder, etc., são aspectos típicos da construção de qualquer Estado moderno. Nesse sentido, as evidências acima apresentadas permitem-nos até o momento apenas concluir que a República Velha não constitui um hiato no processo de *state-building* como nos sugerem de forma implícita ou explícita algumas análises do modelo federalista então vigente.[26] Porque, na experiência brasileira, crescimento estatal e autoritarismo se associaram, tem de ser

[24] Veja-se, por exemplo, Cavalcanti (1900).
[25] Almeida Magalhães (1973), pp. 174-179. Para um exame da argumentação oposicionista sobre a Reforma veja-se: Congresso Nacional, *Documentos Parlamentares: Revisão Constitucional,* Vol. I, esp. pp. 98-105, 201-209, 466481,493-503; Vol. V, pp. 35-75.
[26] Veja-se, por exemplo, Oliveira Torres (1961).

buscado no tipo de interações que se estabelecem entre as esferas pública e privada, e na sequência temporal relativa dos processos de *state-building* e incorporação política de diferentes setores sociais.

A Politização da Economia no Sistema Oligárquico-Rural

A Constituição Republicana de 1891 consagrou o principio do liberalismo econômico da mesma forma que o do liberalismo político. A inviabilidade desse último, que se tornou notória, não chega a surpreender dado o contexto oligárquico propício à fraude eleitoral, ao recurso sistemático da violência privada, à ausência de oposições institucionalizadas etc. No que se refere ao liberalismo econômico, a evolução histórica é aparentemente mais intrigante, já que as próprias oligarquias rurais pareciam ver nele um valor extremamente importante. Elas próprias, em defesa do sistema republicano-federativo chamaram a atenção para a necessidade de libertar a iniciativa individual do controle burocrático centralista do regime imperial. Para os cafeicultores de São Paulo sobretudo, a descentralização republicana respondia ao anseio de ampliar o espaço das atividades privadas que as potencialidades de uma economia em expansão tornavam extremamente atraente. E, no entanto, uma vez consolidada a República e com ela a incontestável dominação das oligarquias rurais, a defesa do *laissez-faire* cedeu lugar a uma pressão crescente dos cafeicultores pela intervenção do poder público na esfera econômica. Se a opção por soluções de autoridade já se faz clara no caso da formação do mercado de trabalho, conforme mencionávamos anteriormente, isso se toma ainda mais patente no caso da evolução da política cafeeira.

A incontestável hegemonia dos cafeicultores permitiu-lhes vencer a resistência inicial do Estado em atuar como agente cartelizador da produção, o que, por sua vez, reforçou ainda mais o poder dos cafeicultores. E uma vez que as oligarquias rurais consolidaram seu monopólio do poder político, o liberalismo econômico perdeu sua razão de ser. Consequentemente, os princípios do *laissez-faire* foram abandonados em favor da intervenção estatal permanente.

Dada a inexistência de interesses competitivos organizados, o Estado estava logicamente predisposto a aceitar as demandas do setor cafeicultor. Assim, a distinção entre a esfera pública e a privada se tomou nebulosa,

particularmente a nível regional.[27] É importante lembrar, porém, que a confluência dessas duas esferas não foi um processo automático, e que eventualmente emergiram divergências entre elas. Na verdade, foi a necessidade de vencer a resistência do poder público a intervir que levou os cafeicultores a elaborarem uma ideologia justificadora do protecionismo estatal,[28] A racionalização destinada a identificar seus interesses com os interesses gerais da nação lançava mão, sobretudo, da incontestável superioridade da economia cafeeira sobre outras atividades produtivas nacionais. Além disso, como seu produto se destinava à exportação, os cafeicultores lançaram mão de argumentos nacionalistas, convocando à luta contra o capital estrangeiro que se apropriava da riqueza nacional.[29]

Dessa interação entre economia e política emergiu um padrão que afetou decisivamente o processo de *state-building* conferindo-lhe uma direção autoritária. Levando o poder público a intervir, primeiro de forma esporádica e depois permanentemente, os cafeicultores conferiram ao Estado uma posição estratégica. Em termos históricos, a pressão dos produtores pelo intervencionismo se deu precocemente, no sentido de que ela se efetiva num contexto onde outros setores da sociedade ainda permanecem marginais à esfera política. Essa precocidade relativa do Estado permite-lhe mais tarde tutelar a incorporação de novos interesses à arena política. Esse padrão de incorporação difere profundamente do desenvolvimento das democracias liberais-burguesas onde intervencionismos, mercado livre traduzia a disputa de interesses sociais competitivos, ingrediente vital na consolidação da democracia-liberal.[30]

Concebida como iniciativa excepcional e de emergência, a primeira experiência de intervenção no mercado cafeeiro, iniciada em 1906, abriu caminho à segunda. Assim, o segundo programa de valorização cafeeira entrava em ação em 1917, antes mesmo de terminada a liquidação dos

[27] Isso explicaria, talvez, por que muitos interpretam a descentralização político-administrativa do período como um indicador de *statelessness.*

[28] Para uma análise detalhada do discurso justificador da intervenção estatal no mercado, veja-se Reis (1979), capo 5, que examina a discussão do tema no Congresso Nacional e também no interior da Sociedade Rural Brasileira.

[29] É evidente que esse argumento constitui uma racionalização ideológica, já que na prática a exportação cafeeira estava ligada ao capital estrangeiro.

[30] Para uma discussão da dimensão política da disputa liberalismo vs. intervencionismo no caso inglês, veja-se Brebner (1948).

estoques da primeira operação. Por volta de 1920, as atividades da segunda intervenção estavam concluídas com sucesso, reforçando a crença na superioridade dos recursos de autoridades embora a ação do Estado fosse ainda definida como instrumento temporário para restabelecer o equilíbrio do mercado.

Entretanto, o terceiro programa de emergência entrava em vigor pouco depois e com ele a construção de armazéns para estocagem de café, indicação clara de que a intervenção se tomava permanente. O envolvimento do governo no mercado cafeeiro se institucionalizara. Os cafeicultores tinham vencido definitivamente a batalha pelo intervencionismo.

Apesar da relutância inicial do governo em intervir, tratava-se também de uma vitória do setor público que estabelecia para si um lugar estratégico na economia. Em 1922 o Congresso Nacional aprovava legislação criando um instituto para a defesa permanente do café, provido de fundos próprios. Obstáculos de natureza política e econômica tomaram praticamente inexpressiva a atuação do primeiro "Instituto de Defesa Permanente do Café". De qualquer forma, o fato decisivo era a legitimação do envolvimento contínuo da autoridade pública na economia cafeeira. Quando mais tarde, em 1924, o governo de São Paulo assumiu a direção do Instituto, esse logo se tomou ativo. O Instituto do Café do Estado de São Paulo foi reorganizado em 1926 para uma proteção mais eficiente, e suas funções financeiras transferidas para o novo Banco do Estado de São Paulo estabelecido com fundos obtidos através de um empréstimo externo de 10 milhões de libras esterlinas. O governo do estado e o Instituto eram os principais acionistas do banco cuja função central era fornecer crédito aos fazendeiros em contrapartida de café depositado nos armazéns oficiais ou de hipotecas sobre a propriedade rural. Entre a antiga figura do "comissário" individual e o banco do estado, os fazendeiros tinham percorrido um longo caminho. Mas também o governo do estado se fortalecia com a reforma de 26, acentuando seu controle administrativo sobre a economia cafeeira. A direção do Instituto do Café era agora exercida pelo Secretário da Fazenda do estado enquanto os representantes dos cafeicultores tiveram suas funções reduzidas ao *status* de "consultores".

Concluindo essa discussão, é importante enfatizar que embora os cafeicultores tenham conseguido reforçar sua dominação através da ação que cobraram ao poder público, eles propiciaram a este último as bases

ideológicas e institucionais que serviram de alicerce ao regime autoritário-modernizante que se instalaria nos anos 30. A República Velha sucumbiria ante o impacto conjunto das crises política e econômica internas, mais a grande depressão mundial. Sob o novo regime estabelecido em 1930 o Estado emergiu fortalecido e sua intervenção, tanto na economia cafeeira quanto em outros setores da sociedade, ganharia importância crescente. Os cafeicultores tinham contribuído para criar um lugar privilegiado para o Estado na sociedade brasileira. Politicamente eles tinham esvaziado o liberalismo através das práticas oligárquicas que inibiram a competição de interesses, e viciaram a balança do poder em favor do executivo. Economicamente, sua politização da economia provocou a fusão entre a autoridade e o mercado propícia à "modernização pelo alto". Depois do colapso da República Velha, o Estado passaria a regular a entrada de novos *power contenders* de forma a reservar para si uma função de tutela sobre a sociedade.

Mercado, Autoridade e Ordem Política

Nessa seção final gostaríamos de enfatizar, uma vez mais, que nem a expansão do Estado, discutida na primeira parte desse trabalho, nem a intervenção do poder público na economia que viemos de comentar, explicariam de *per se* o caráter autoritário do processo de *state-building* que tem lugar na República Velha.

Ressalte-se ainda mais que, conforme sugerem outras experiências históricas, nem o somatório desses dois fenômenos poderia ser responsabilizado pela definição autoritária da ordem política em constituição. Nossa afirmação de que existem continuidades básicas no processo de *state-building* antes e depois de 30, conforme salientado anteriormente, recorre em ampla medida à noção de "oportunidade histórica" dos processos de expansão e fortalecimento do Estado. Levando-se em conta que os processos de formação das classes e de construção do Estado são interativos, ressaltamos que um aspecto crucial na experiência brasileira é o fato de que o Estado se converte em um ator político privilegiado antes que outros interesses estejam aptos a competir com as elites agrárias. Isso explicaria em alguma medida por que, quando do enfraquecimento momentâneo do setor agroexportador, o Estado se viu em condições de promover o setor industrial à condição de sócio patrocinado da

coalização de poder; explicaria também, em parte, sua iniciativa de vincular os trabalhadores urbanos à arena política de uma forma subordinada.

O exercício teórico-interpretativo que empreendemos neste trabalho não se pretende exaustivo. Ao contrário, estamos convencidos de que a exploração de nosso tema a partir de perspectivas de análise complementares seria extremamente vantajosa. Assim, se nossa discussão privilegiou por um lado o processo de expansão do poder público e, por outro, as opções de política econômica dos cafeicultores, a abordagem que privilegia, alternativamente, os condicionantes econômico-estruturais do processo de *state-building* já se revelou bastante fértil, prescindindo aqui de qualquer justificativa. Ressalte-se, a propósito, que a própria discussão empreendida nas páginas anteriores não nega os condicionantes estruturais dentro dos quais se exerceram opções políticas particulares. A identificação dos referidos parâmetros é um dos óbvios benefícios da perspectiva econômico-estrutural, permitindo evitar o *bias* voluntarista que com certa frequência ameaça as abordagens predominantemente políticas.

Outra vantagem da ótica de investigação histórico-estrutural é permitir uma visão do processo de *state-building* no marco do sistema econômico mundial. Nessa perspectiva, a questão do timing da construção do Estado (que aqui exploramos tão-somente no âmbito nacional) ganha maior abrangência e complexidade. Esse é, por exemplo, o caso da obra já clássica de Gerschernkron que viu no papel estratégico do Estado na economia um imperativo ditado pelo atraso relativo a outras sociedades-nacionais.[31] A perspectiva teórica da dependência leva ainda mais à frente a proposta de historicização do processo de *state-building* ao privilegiar a própria interpenetração sistema internacional-sociedades nacionais na análise de sociedades subdesenvolvidas.

Mas se o voluntarismo é a distorção típica da análise política, o mecanicismo parece constituir o equivalente na análise que confere prioridade aos determinantes econômicos. Ambos os riscos parecem, aliás, ter uma fonte comum qual seja a tendência a conceber "política" e "economia" como entidades substantivas e discretas. Nesse sentido, sugerimos que há ainda uma outra ótica de análise que poderia concorrer para minimizar as chances de ambos os tipos *bias* a que nos referimos. Essa

[31] Gerschernkron (1966).

seria a análise das representações ideológicas de uma sociedade sobre a articulação mercado-autoridade. A discussão que se segue explora de forma meramente sugestiva possíveis contribuições desse tipo de análise no caso específico do processo brasileiro de *state-building* sob a República Velha.

A contribuição teórica de L. Dumont que tem se dedicado à tarefa de analisar a transformação ideológica típica do mundo moderno parece-nos bastante fecunda nesse contexto.[32] A ideologia enquanto ideias e valores — ou representações — comuns a uma sociedade, constitui para ele um foco privilegiado para elucidar a articulação historicamente variável entre religião, moral, política e economia. Na verdade, a própria constituição de cada uma dessas categorias, salienta, é um fenômeno socialmente elaborado ao longo da história. Na sua perspectiva, a revolução ideológica moderna envolve basicamente a substituição de uma imagem "holista" e hierarquizada da sociedade por uma "individualista" e igualitária. O surgimento da "política" e da "economia" como categorias próprias é visto como resultado ou concomitante dessa substituição, já que no universo holista ambas se encontram imersas na religião e na moral.

Com a ascensão da ideologia individualista, salienta Dumont, a economia enquanto categoria filosófica assume o lugar central em nosso universo. Ela é a dimensão primordial em uma representação do universo que privilegia a relação dos homens com as coisas sobre a relação dos homens com os homens, e a riqueza móvel sobre a riqueza imobiliária. Em função dessas transformações, a economia que anteriormente não se distinguia da política, ganha precedência ontológica sobre esta.

A importância da política no universo individualista revela-se, sobretudo, na relação entre valores de um lado, e autoridade e poder, de outro, porque é através dessa relação que indivíduos atomizados formam um todo social. Isso explicaria, na perspectiva do autor, por que o Estado-nação é a forma característica do Estado moderno. Nas suas palavras, "... a nação é a forma normal da sociedade global no universo individualista".[33] Ela é, neste sentido, um paradoxo, pois envolve em princípio duas coisas que se excluem: uma coleção de indivíduos, e um indivíduo coletivo. A

[32] Dumont (1970) e (1977). Toda a discussão subsequente sobre o autor é baseada nas duas obras aqui citadas.
[33] Dumont (1970) p. 33.

constituição do Estado nacional não pode deixar de enfrentar esse paradoxo, e as soluções variáveis encontradas para o problema explicam, em ampla medida, variações entre as sociedades modernas. É assim, por exemplo, que o autor explica como difere a ideia de "nacionalidade" na França e na Alemanha. Cada uma dessas nações ordena e coordena de forma peculiar as individualidades e o indivíduo coletivo. No caso francês, salienta ele, não há nenhum intermediário ontológico entre o homem individual e a humanidade em geral. A nação é simplesmente a manifestação empírica da humanidade. No caso da Alemanha, salienta, há uma fusão peculiar entre "holismo" e "individualismo" que permite ver no homem, ao mesmo tempo, um indivíduo e um ser social; o universal existe apenas em suas formas particularizadas e vivas. Nessa perspectiva, a nação une a qualidade de ser ao mesmo tempo um indivíduo e a corporificação real da espécie.

Embora Dumont não explore as implicações dessa diversidade de soluções ao paradoxo da "nação" na conformação da ordem política nacional, esse nos parece um desdobramento fértil de sua análise. Nesse sentido, sugerimos que a politização da economia no Brasil da República Velha pode ser examinada enquanto elaboração ideológica que, ao articular o par mercado-autoridade, não apenas racionaliza os interesses agroexportadores, mas afeta também a definição do Estado nacional.

Coerentemente com a visão moderno-individualista, os cafeicultores expressam na sua defesa do intervencionismo o primado ontológico da economia sobre a política. Essa última é vista não como algo dado na natureza, mas como a área onde os homens exercem suas vontades inclusive para enfrentar o "dado" da economia. Por sua vez, a acentuada especialização agroexportadora da economia brasileira do período favorece uma identificação dos interesses exportadores como os interesses da nação. Ilustrativa disso é a afirmação frequente de que "o Brasil é o café". Nesse contexto, as relações de mercado são definidas primariamente como relações da nação com o exterior. É assim que nas discussões do Congresso Nacional a intervenção é muitas vezes definida como obrigação moral do Estado.

O fato de que a autoridade do poder público apareça como superior ao esforço coletivo voluntário dos indivíduos no mercado, parece mais compatível com uma solução do paradoxo da nação, acima aludido, que privilegia o indivíduo coletivo sobre as individualidades que o compõem. Essa solução é também favorecida pelo fato de que à plena prioridade da

economia "para fora" não corresponde, em grau pelo menos, idêntico desenvolvimento interno. A sociedade brasileira do período apresenta forte componente "holista" que se manifesta de forma clara nas relações de trabalho.[34]

A predominância do indivíduo coletivo pareceria sugerir, à primeira vista, que a resolução da nacionalidade no Brasil teria sido similar à solução alemã anteriormente mencionada. Ressalte-se porém, que há no caso brasileiro uma diferença crucial que se refere à ausência de pressão militar externa. Aqui, a definição da nacionalidade no período analisado é basicamente influenciada pela especialização agroexportadora da economia. É no nível do mercado internacional que a nação se representa por excelência como um indivíduo coletivo.

Se o mercado mundial informa a identidade nacional brasileira, no âmbito doméstico, ao contrário, o papel do mercado é minimizado. Em nome do primado da nação, da harmonia social, as divergências de interesses econômicos devem ser subordinadas à tutela da autoridade pública. Essa ideologia transparece com nitidez quase caricatural na formulação de um membro expressivo da oligarquia paulista:

> O Estado semelha o pai de família, os cidadãos representam os filhos e genros, diante das riquezas nacionais. Tem aquele como missão, por meio de leis justas, moderar os apetites exagerados dos pobres contra os ricos, e conter paralelamente os maus instintos de excessiva absorção da riqueza comum por parte de alguns cidadãos contra quase todos os outros.[35]

No que se refere especificamente ao processo de *state-building* da República Velha, a fusão ideológica que os interesses cafeeiros promovem entre o público e o privado, termina paradoxalmente por conferir ao Estado uma crescente irresponsabilidade frente a interesses sociais específicos. Nem mesmo as divergências reconhecidas entre as elites agrárias estaduais exercitaram o Estado na mediação de interesses concorrentes porque a fórmula federalista tinha imposto um padrão de demandas regionalmente segmentadas que favorecia um estilo hierárquico e patronal do exercício do poder.

[34] Pereira Reis (1979), cap.2.
[35] Braga (1948), p. 159. A publicação original é de 1921.

O fato de que o Estado crescia e centralizava poder sem ter que mediar entre interesses divergentes, explicaria em alguma medida o *bias* antirrepresentacional da ordem política brasileira, a tendência corporativista apontada por diversos analistas, a negação das classes que colocariam em xeque o primado do indivíduo coletivo no âmbito do Estado-nação.

Não é demais insistir que nossa breve exploração da perspectiva de análise sugerida por Dumont tem por objetivo apenas sugerir as potencialidades desse enfoque. Estudos comparados que permitam identificar contrastes e paralelos entre a experiência brasileira aqui referida e outras sociedades agroexportadoras parecem-nos extremamente atraentes. Comparações desse tipo permitiriam checar a consistência das interpretações teóricas, sugerir novas linhas de pesquisa, e, eventualmente, iluminar outras experiências de *state-building*. Ousando ainda mais, sugerimos que se a pesquisa histórico-comparada atestar a fertilidade desse enfoque, poderemos pensar também em novas comparações que informem teoricamente o processo contemporâneo de evolução dos Estados-nações quando fenômenos tais como a transnacionalização do capital e a revivescência da tônica primário-exportadora no terceiro mundo terão certamente afetado as representações ideológicas da nação e do Estado.

Concluindo, gostaríamos de reiterar que o esforço de identificar as raízes históricas do processo autoritário de modernização que tem lugar depois de 30 anos não nos leva a nenhuma conclusão fatalista. Não se trata aqui de um empenho em reduzir à interação Estado-elites agroexportadoras na República Velha toda nossa história subsequente. Deve ficar claro que identificar as bases de um processo autoritário de *state-building* não significa erigir novas "essências antidemocráticas" para caracterizar a história do Brasil. Como salientamos anteriormente, *state-building* é um processo contínuo no qual intervêm forças histórico-dinâmicas e os atores sociais que as confrontam. Tais intervenções permanecem focos relevantes de investigação científica, ao mesmo tempo que colocam desafios renovados à prática política.

Bibliografia

Almeida Magalhães, Bruno de (1973). *Arthur Bernardes, Estadista da República*, Rio: José Olympio.

Braga, Cincinato (1948). *Problemas Brasileiros, Magnos Problemas Econômicos de São Paulo*, Rio: José Olympio, 3ª ed.

Brebner, J. B. (1948). "Laissez-faire and State Intervention in 19th 216 Century Britain", *Journal of Economic History*, Vol. VIII (Supplement, 1948), pp. 59-73.

Carvalho, José Murilo de (1977). "As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador", in Boris Fausto (ed.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, Vol. 2, São Paulo: DIFEL, pp. 181-234.

Cavalcanti, Amaro (1900). *Regimen Federativo e a República no Brasil*, Rio: Imprensa Nacional.

Dumont, Louis (1970). "Religion, Politics, and Society in the Individualistic Universe", in *Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, pp. 31-41.

Dumont, Louis (1917). *Homo Aequalis, Genese et Epanouissement de l'Idéologie Economique*, Paris: Gallimard.

Elias, Norbert (1972). "Processes of State Formation and Nation Building", in *Transactions of the Seventh World Congress of Sociology*, Vol. III, pp. 274-284, Gênova: International Sociological Association.

Elias, Norbert (1975). *La Dynamique de l'Occident*, Paris: Colmann-Lévy.

Gerschenkron, Alexander (1966). *Economic Backwardness in Historical Perspective*, Cambridge, Mass.: Belknap Press.

Graham, Richard (1977). "Government Expenditures and Political Change in Brazil, 1880-1899 — Who Got What", *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol. 19, N. 3, RP. 339-367.

Jacob, César R. (1979). "Estado e Sociedade na República Velha: Uma Análise dos Dados Orçamentários", Rio: IUPERJ, mimeo.

Keith, Henry H. (1976). "Armed Federal Interventions in the States During the Old Republic", in Keith e Hayes (eds.). *Perspectives on Armed Politics in Brazi*l, Tempe: Arizona State University, pp. 51-73.

Levine, Robert M. (1970). *The Vargas Regime: The Critical Years, 1934-38*, New York: Columbia Univ. Press.

Levine, Robert M. (1978). *Pernambuco in the Brazilian Federation, 1889-1937*, Stanford University Press.

MacCann, Frank D. (1977). “The Nation in Arms: Obligatory Military Service During the Old Republic”, in D. Alden e W. Dean (eds.). *Essays Concerning the Socioeconomic History of Brazil and Portuguese India*, Gainesville: The Univ. of Florida Press.

Nunes Leal, Vitor (1975). *Coronelismo, Enxada e Voto*; São Paulo: Alfa-Omega.

Oliveira Torres, João Camilo (1961). *A Formação do Federalismo no Brasil*, São Paulo: Cia. Ed. Nacional.

Pereira Reis, Elisa (1977). “Conservative Modernization in Brazilian Agriculture: The Post-Abolition Plantation”, trabalho apresentado na reunião anual da Latin American Studies Association, Houston, 2-5 de novembro ..

Pereira Reis, Elisa (1979). “The Agrarian Roots of Authoritarian Modernization in Brazil, 1880-1930”, Cambridge, Mass.: MIT. PhD dissertation.

Skocpol, Theda (1979). *States and Social Revolution: A Comparative Analysis of France, Russia and China*, Cambridge Univ. Press.

Tilly, Charles (1975). “Reflections on the History of European State-Making”, in Tilly (ed.) *The Formation of National States in Western Europe*, Princeton Univ. Press, pp. 3-83.

Vieira da Cunha, Mario W. (1963). *O Sistema Administrativo Brasileiro, 1930-1950*, Rio: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/INEP-MEC.

Villela, Anibal e Suzigan, Wilson (1975). *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira*, Rio: IPEA/INPES, 2.ª ed.

Viotti da Costa, Emília (1966). *Da Senzala à Colônia*, São Paulo: Difel.

Wirth, Jobn D. (1917). *Minas Gerais in the Brazilian Federation, 1889-1937*, Stanford Univ. Press.

PADRÕES DE AÇÃO COLETIVA DOS PLANTADORES PAULISTAS DE CAFÉ: 1932-1933[1]

Maurício A. Font

Introdução e contextualização

> Dorme nenê
> Que a cuca vem pegar
> Papai está na roça
> Mamãe no cafezal
> (Cantiga paulista de ninar)

Tem-se tradicionalmente atribuído aos grandes fazendeiros de café de São Paulo um papel decisivo no surgimento e na dinâmica da sociedade brasileira moderna. A eles caberia o mérito de efetivar relações capitalistas modernas — um processo que encontraria antecedentes na Abolição da escravidão em 1888, na adoção do sistema de trabalho livre do colonato e na queda do Império em 1889. O sistema republicano federativo subsequente é considerado sob um domínio tão grande das elites cafeeiras que foi denominado “República do Café”. O café realmente era o rei da República Velha brasileira (1889-1930), sendo frequentemente responsável por mais de 70% das exportações e constituindo o *locus* da acumulação de muitas fortunas brasileiras.

O termo “hegemonia” tem sido usado na literatura para caracterizar o domínio dos fazendeiros paulistas sobre a sociedade brasileira (e.g., Fausto 1977). As raízes da hegemonia do fazendeiro estavam no predomínio econômico da forma de produção por ele controlada, a fazenda do planalto central e ocidental do estado de São Paulo. Ao contrário do sistema de *plantation* baseado na escravidão que surgiu em ondas anteriores da expansão cafeeira no Brasil e outras regiões de São Paulo, o sistema dessa região (ou zona de Santos) veio a se apoiar quase que inteiramente no trabalho livre — principalmente de imigrantes europeus — mesmo antes da Abolição de 1888. O trabalho livre, exercido na forma de colonato, apareceu aos olhos de muitos observadores como o elemento-chave para uma instituição capitalista moderna. Ao lado do intermediário comercial de

[1] Este artigo foi traduzido por Denise Botman.

grande escala, conhecido como comissário, acredita-se que o fazendeiro exercia sólido controle sobre o setor de exportação de café e sobre todas as atividades econômicas relacionadas com o produto, até a crise de 1929-1930.

É difícil conciliar tal afirmação com as queixas dos fazendeiros, a partir de 1918-20, sobre uma suboferta crônica de trabalho, perda de controle sobre a economia cafeeira e sobre o processo de elaboração de políticas para o setor (Font 1983). O contra-argumento aqui considerado é se a existência — no interior da própria economia de exportação — de uma ameaça generalizada ao predomínio e à hegemonia da fazenda não caracterizou essa fase do desenvolvimento do capitalismo em São Paulo (para uma análise mais completa, ver Font 1983).

Mudanças na produção: desafios à fazenda

Os principais argumentos sobre a força da fazenda de café têm se baseado na sua extensão e no crescimento por ela engendrado. É difícil não partilhar deste ponto de vista. Em 15 anos, entre 1880 e 1895, a economia cafeeira sextuplicou, levando a região de Santos — até então inexplorada e desabitada — ao primeiro lugar na produção mundial. Ao final dessa explosão, as safras na zona de Santos representavam metade da produção mundial. Além de ser o maior setor exportador de café até então, a região de Santos transformou-se num dos maiores setores exportadores de sua época.

Embora, realmente, não possam pairar dúvidas sobre a importância da fazenda na primeira fase de expansão, existem bases suficientes para argumentar que as fases seguintes presenciaram o surgimento de outras formas de produção, principalmente de pequenos e médios proprietários. A melhor indicação do surgimento de formas alternativas de produção é forneci da pelos dados sobre a nacionalidade dos proprietários, registrados nos censos e levantamentos disponíveis, especialmente os de 1905, 1920, 1923 e 1932. Esses dados foram avaliados num estudo que sustentava que o surgimento de um sistema de pequenas propriedades em São Paulo estava ligado à mobilidade ascendente de colonos imigrantes (Holloway 1974). Os resultados globais dessas fontes estão resumidos na Tabela 1.

Os primeiros mostram que em 1905 os estrangeiros estavam significativamente representados entre os proprietários da região de Santos, correspondendo a 22% do número total de fazendas. Em 1920, a

porcentagem salta para aproximadamente 40%, enquanto porcentagens um pouco maiores aparecem no levantamento do imposto sobre o café de 1923 (43%) e no censo agrícola de 1932 (48%).

A linha de análise de Holloway cristaliza um debate com autores como Caio Prado Júnior (1933), Hall (1969), Dean (1977) e Souza Martins (1979), que negaram ou minimizaram qualquer alteração significativa à mudança da condição de colono para a condição de fazendeiro independente entre os imigrantes. Antes disso, vários analistas sociais paulistas, como Milliet (1941) e Camargo (1952), tinham observado o surgimento de pequenos proprietários na produção cafeeira (embora seu desacordo implícito com Caio Prado Jr. fosse abafado na literatura). Um estudo recente, sustentando uma composição contrária (Souza Martins 1979), afirma que os fazendeiros podiam monopolizar o controle das terras, principalmente as melhores, inibindo, assim, a pequena produção independente dos colonos imigrantes.

A maioria dos dados citados para negar o surgimento de um sistema de pequenos proprietários saídos das fileiras de colonos refere-se ao período anterior a 1920, centrando-se, em particular, no censo de 1905. Souza Martins (1977), por exemplo, argumenta que apenas 8392 propriedades rurais registradas no estado (das quais 6 840 situavam-se na região de Santos) pertenciam a estrangeiros.

Tabela 1 — Fazendas brasileiras e estrangeiras em São Paulo —
Resumo de seis levantamentos e censos, de 1905 a 1934

Origem	Zona de Santos[1]			Estado de São Paulo[2]		
	1905[3]	1920[4]	1923[5]	1932[6]	1932[7]	1934[8]
Todas as fazendas						
Brasileira	24.478 (78%)	30.589 (61%)	—	—	—	191.762
Estrangeira	6.840 (22%)	19.546 (39%)	—	—	—	82.978
Total	31.318 (100%)	50.135 (100%)	—	—	—	274.740
Fazendas de café						
Brasileira	—	—	17.112 (57%)	40.693 (52%)	47.013 (54%)	43.040 (52%)
Estrangeira	—	—	12.979 (43%)	38.308 (48%)	39.438 (46%)	39.265 (48%)
Total	—	—	30.091 (100%)	79.001 (100%)	86.451 (100%)	82.305 (100%)

[1] Incluindo apenas municípios do Oeste (veja tentativa de regionalização de Camargo, Milliet e Holloway).
[2] Incluindo municípios do Oeste assim como de outras regiões.
[3] Fonte: São Paulo, Secretaria de Agricultura, 1904-05.
[4] Fonte: Brasil, 1920.
[5] Fonte: São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1924.
[6] Fonte: São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1934.
[7] Fonte: São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1934.
[8] Fonte: São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1936.
As outras fontes foram extraídas de Camargo e Holloway, entre outros.

Agora, se multiplicarmos essa cifra por 4,6, tamanho médio estimado das famílias dos colonos, a cifra resultante de 40 000 imigrantes supostamente em busca de uma vida independente naquela época não é insignificante. Mas há toda probabilidade de as cifras do censo de 1905 terem subestimado o número de pequenos proprietários. Como nota o próprio Dean (1977: 178), muitos sitiantes e donos de minifúndios não registraram suas propriedades ou posses durante esse período. Em Rio Claro, município por ele estudado, o número de sitiantes que não registraram suas propriedades era duas vezes o número daqueles que o fizeram. Aparentemente, a maioria não registrou suas propriedades até os anos 30. A estimativa de Dean sobre o número real de pequenas propriedades em Rio Claro subiu drasticamente quando ele considerava esse grupo. Baseando-se nos números revisados, ele concluiu que até 15% da força de trabalho rural poderia ter possuído terras (Dean 1976: 492). Se esse número é extrapolado para os 300.000 e tantos trabalhadores da zona de Santos daquela época (Holloway 1974: 249), a cifra resultante de 45.000 é mais impressionante. Considerando uma média de dois trabalhadores por família, tem-se uma estimativa de 22.500 unidades. É, provavelmente, uma estimativa elevada. No oposto da cifra oficial do censo, ela transforma-se numa escala que pode conter a verdade.

A plataforma eleitoral de Washington Luís durante sua campanha para a presidência do estado de São Paulo em 1920 confirma a importância, na época, do sistema paulista de pequenas propriedades. Seu tema principal era que estava ocorrendo uma transformação "silenciosa" no sistema de posse da terra, através da subdivisão dos latifúndios e dos novos padrões de povoamento nas áreas virgens do Oeste (ver *O Estado de S. Paulo*, 26-1-20: 4).

A cifra do censo de 1920 permite uma exposição do crescimento relativo comparativamente às cifras oficiais de 1905. As 19 546 fazendas de proprietários imigrantes representavam então 39% do número total. Esse resultado, provavelmente, também é uma subestimação como o de 1905. Pode-se dizer o mesmo sobre o levantamento para o imposto do café, reconhecidamente parcial, de 1923 — que, em todo caso, indica que 41% das fazendas de café e 30% dos pés de café estão nas mãos de estrangeiros. Também se poderia observar que, em todos os censos e levantamentos após 1920, os imigrantes de segunda geração aparecem como brasileiros. Visto

que a explosão na imigração ocorreu entre 1885 e meados dos anos 1890, os nascidos antes de 1900 eram adultos em 1920, e seria de se esperar que muitos tivessem se tornado pequenos cafeicultores.

A nacionalidade dos plantadores contra os quais trabalhadores rurais apresentaram queixas no conselho de relações trabalhistas (conhecido como Patronato Agrícola) ao longo dos anos 20 — período para o qual existem dados para comparação — também fornece uma indicação do grau de participação dos estrangeiros na produção cafeeira, depois que Washington Luís assumiu a presidência. Como mostra a Tabela 2, em 1924-25, aos brasileiros nativos eram destinados menos de 50% das queixas; imigrantes e estrangeiros respondiam por aproximadamente 50% delas durante a maior parte da década.

Tabela 2 — Nacionalidade dos fazendeiros contra os quais se registraram queixas no Patronato Agrícola (em porcentagens)

Nacionalidade	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	1930
Brasileira	76	55	44	43	51	56	50	52	53
Italiana	20	22	18	30	25	19	21	20	24
Outras	4	23	38	27	24	25	29	28	23
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Os registros dos impostos sobre o café para o município de Araraquara, analisados por Edgar Carone e colegas (ver Azzoni *et al.* 1975), também documentam o crescimento da cafeicultura em pequenas propriedades. Eles registraram um aumento acentuado no número de pequenas propriedades (de 350 em 1920 para mais de 600 no final da década), enquanto o número de outros tipos de produtores mantinha-se estável. Houve um aumento gradual do número de pés de café de pequenos proprietários proporcionalmente a um decréscimo da quantidade de pés nos latifúndios e nas grandes fazendas. Além disso, ocorreu um decréscimo acentuado no tamanho médio dos latifúndios, enquanto que o tamanho das pequenas propriedades sofreu um pequeno aumento de 7500 em 1920 para cerca de 7900 no final da década (ver também Font 1983: Apêndice).

Um levantamento incompleto realizado em 1930 pelo Instituto de Café do Estado de São Paulo mostra que 74% das 39.897 fazendas de café registradas tinham menos de 20.000 pés — um tamanho tão bom quanto qualquer outro para uma definição operacional de pequena propriedade. Visto que uma parcela considerável dos plantios não registrados (em torno

de 10%) estava nas áreas "muito novas" — onde se concentravam pequenas propriedades — a cifra de 29 429 fazendas com menos de 20 000 pés apresenta, com quase toda certeza, um desvio adicional a favor de uma estimativa mais baixa (ver Boletim do Instituto de Café. Abril 1931: 1). O levantamento cafeeiro de 1935-36 pela Secretaria da Agricultura mostrou um total de 88 230 fazendas de café no estado, das quais 73935 — ou 84% — tinham menos de 20000 pés (DNC 1938: 240). É provável que tal mudança abrupta foi, em grande medida, provocada pelo listamento de propriedades antes não registradas, tais como as discutidas por Dean, assim como pela bancarrota de grandes propriedades após a crise de 1930.

Fatores do surgimento da cafeicultura em pequenas propriedades

A maioria esmagadora dos imigrantes chegados a São Paulo entre 1884 e 1930 vieram como colonos para as fazendas de café. Um indicador do nível da preponderância dos imigrantes entre os trabalhadores de café é o fato de que os brasileiros nativos responderam por apenas 18% das denúncias registradas no Patronato Agrícola entre 1920 e 1928 (Font 1983) — embora uma proporção ignorada dos registrados como brasileiros fosse descendente de imigrantes. Baseado na forte associação entre imigração e colonato, o argumento de Holloway é que a mobilidade do colono deve ter sido a principal via para a cafeicultura independente em pequena escala.

Como indica a Tabela 1, o crescimento dos pequenos proprietários foi realmente um fenômeno decididamente relacionado com os imigrantes. Mesmo ignorando os desvios causados pelo não registro de sitiantes e pela existência de imigrantes naturalizados ou de segunda geração, os estrangeiros respondiam, em 1932, por impressionantes 48% das unidades. As condições de trabalho na fazenda de café — principalmente até a primeira década do século XX — não permitiam uma mobilidade ascendente maciça. Os fazendeiros consideravam os colonos como meros substitutos dos escravos; no início o tratamento dispensado aos colonos não era muito diferente daquele dado aos escravos. O salário, enquanto tal, era baixo. Um desequilíbrio importante no mercado de trabalho que fosse favorável aos trabalhadores não ocorreu até a Primeira Guerra Mundial (Font 1983). Como, então, os colonos economizaram o suficiente para conseguir a mobilidade material acima referida?

Reconhecidamente, o objetivo do plantio independente foi o que trouxe a maioria dos imigrantes para São Paulo (Hall 1969). O próprio termo "colono" sugeria um indivíduo que veio colonizar ou povoar as regiões desocupadas que constituíam boa parte de São Paulo daquela época. Sem dúvida, a ambiguidade do termo era usada pelas elites paulistas para encorajar essa impressão e, com ela, a imigração. As características estruturais do regulamento, como se verá adiante, reforçou, entre os colonos, a ilusão de que estavam ou estariam em vias de se tornarem produtores independentes (Souza Martins 1979: 92-93).

O objetivo da produção independente era uma quimera para a maioria dos imigrantes; no máximo 7-8% de proprietários rurais potenciais entre os imigrantes de 1ª geração conseguiram tornar-se produtores independentes (Holloway 1974: 434). Mas, de fato, a cifra era suficientemente alta para fornecer exemplos visíveis para a competição. Visto que a maioria dos que tentaram não teve êxito, o fator crucial deve ser buscado no leque de oportunidades que se abre com as mudanças no sistema colonato derivadas do desenvolvimento da economia paulista.

A evolução do colonato: da agricultura de subsistência para a produção de mercadorias

Engendrado no contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, esperava-se que o colonato fosse também capaz de gerar uma estável força de trabalho residente. Embora trabalhador livre, o colono não era um proletário completo. O contrato-padrão do colono provia um pacote salarial e outros incentivos. Três formas principais de remuneração eram especificadas: salário em dinheiro para o trato das plantações de café, para a colheita dos frutos e para o trabalho diário não especializado (diária). Além disso, o contrato fornecia moradia gratuita e usufruto da terra para culturas de subsistência. Todos os salários se estabeleciam numa base por unidade — uma quantia fixa de dinheiro por mil pés tratados, por unidade de volume colhido de café ou por dia trabalhado.

Vários autores observaram recentemente a combinação peculiar de relações de produção capitalistas e não capitalistas no colonato, através das quais os fazendeiros extraíam lucros sob a forma de mais-valia e sob uma modalidade de renda fundiária. José de Souza Martins (1977) identificou esta situação. Posteriormente, Sallum (1979) demonstrou que essa

combinação resultava no que se podia considerar como pagamento de renda não capitalista aos fazendeiros. Apoiando-se numa exegese da análise da renda em Marx (*Capital*, III), esse autor afirma que a diferença entre o que o colono recebia e o valor de seu trabalho era a renda paga. Assim, os colonos e os fazendeiros se vinculavam em dupla relação: capitalista (salário) e pré-capitalista (renda). Os fazendeiros eram ao mesmo tempo proprietários rurais e produtores capitalistas. Os colonos, por sua vez, eram assalariados e arrendatários em regime de subsistência. Para os fazendeiros, a renda correspondia ao que eles deveriam ter pago em salários reais adicionais para manter a força de trabalho. Isto é, a "renda" pode ser vista como salário de mercado para todo o trabalho já prestado subtraindo salário monetário já pago.

A hipótese aqui desenvolvida é a de que essa combinação permitiu a alguns colonos tornarem-se produtores independentes de mercadorias, provendo assim as bases que tornaram possível a mudança para a produção cafeeira independente. Além de garantir sua subsistência, o direito de usufruto permitiu a produção de excedentes alimentícios que, naquele contexto de expansão da economia paulista, se tornaria, cada vez mais, uma das fontes básicas de receita monetária.

A lógica planejada do sistema era colocar nas mãos do colono a responsabilidade pela sua subsistência, isto é, pela reprodução da sua força de trabalho. Assim, as pressões econômicas sobre os fazendeiros seriam com isso minimizadas, principalmente quando as baixas no preço do café reduziam seus retornos. A reação usual, quase que obrigatória por ser a mais disponível, era aumentar os privilégios do uso da terra e reduzir os salários — ou seja, aumentar o componente "renda" de seus "rendimentos".

Talvez mais importante que as baixas bruscas nos preços para a extensão dos direitos de plantio dos colonos — fosse a concorrência pelo trabalho entre os fazendeiros. Essa concorrência tornou-se uma fonte fundamental de atrito entre os fazendeiros. A imensa maioria das queixas registradas por fazendeiros contra outros fazendeiros, no Patronato Agrícola durante a década de 1920, concernia ao "aliciamento" de colonos (55%) e ao não pagamento de antigas dívidas dos colonos por eles contratados (42%). (Ver Font 1983: Apêndice; ver também Bassanezi 1973:110-111).

Ao invés de aumentar o salário, uma estratégia preferida pelos fazendeiros foi atrair os colonos oferecendo-lhes maiores privilégios na

terra. Os fazendeiros na fronteira móvel estavam em considerável vantagem. Tinham muita terra virgem, de modo a poderem oferecer os contratos mais atraentes aos colonos: aqueles para "formar" novas roças (contrato de formação). Durante os 4-6 anos necessários para uma muda começar a produzir, o espaço de cerca de 3,5 m entre as fileiras de café podia ser usado para plantar milho e feijão — que, com o arroz, eram os principais alimentos da dieta do colono. O plantio intercalado nas plantações significava que, com o mesmo dispêndio de trabalho, o colono podia limpar e cuidar dos pés de café a seu cargo, bem como de suas próprias culturas de feijão, milho e até arroz. (Por sua vez, a terra disponível no Oeste significava que — ao invés de adotar inovações tecnológicas para intensificar a produção — os fazendeiros poderiam optar pelo cultivo extensivo na fronteira mesmo nos anos de baixos preços do café, entre 1897 e 1910.)

O que importa é que os colonos podiam se tornar agricultores por conta própria — ganhando experiência em culturas subtropicais e até mesmo em café. Pelo menos alguns deles — mas principalmente os formadores, que tinham o controle da terra e das safras de café durante 4-7 anos — podem ser considerados como pequenos produtores de mercadorias (ver também Fausto 1977: 199). Trabalhavam de forma semiautônoma, comprando meios básicos de produção, como enxadas, peneiras e todos os artigos domésticos. A família, e não o colono por si só, era a unidade central de produção. Os recursos familiares se combinavam para a realização dos objetivos econômicos. Instituíra-se uma divisão de trabalho que explorava a força de trabalho de todos os membros da família com mais de 10 anos. Em vez de ficar em casa, a esposa geralmente passava grande parte de seu tempo trabalhando no cafezal ou cuidando das plantações familiares em sua roça. A composição familiar pode ter sido um dos fatores mais importantes para elevar uma minoria das famílias de colono acima da proletarização comum. Tudo indica que, a menos que a unidade familiar contasse com várias mãos capazes de cuidar de uma grande roça e um maior número de pés de café, a proletarização era inevitável.

Do colonato ao plantio independente: o cultivo de alimentos e a generalização da produção de mercadorias

Se a economia de subsistência intrínseca ao colonato tinha um potencial para se tornar uma forma generalizada de pequena produção mercantil (Oliveira 1977: 397-398), esse potencial dependia, no limite, das variáveis que afetavam a demanda pelos excedentes de feijão, arroz e milho produzidos na roça familiar — isto é, do "valor do uso" da terra pelo qual se pagava a "renda" para o fazendeiro proprietário.

A demanda pelas culturas alimentares produzidas pelos colonos em lotes "arrendados" — e no valor de sua produção de subsistência — cresceu rapidamente. *Stricto sensu*, esse processo ocorreu fora do âmbito da produção cafeeira. Estimulada pela maior demanda das vilas e cidades em rápido crescimento e das outras regiões brasileiras, a produção dos três gêneros básicos da agricultura de subsistência — arroz, milho e feijão — cresceu tão rapidamente que, na época da Primeira Guerra Mundial, São Paulo tinha se tomado autossuficiente e grande exportador desses três gêneros. O crescimento foi realmente formidável. Ainda na década de 1900, São Paulo importava enormes quantidades de gêneros alimentícios — respondendo em 1901-1905 por 26,4% das importações brasileiras de arroz, 9,5% de feijão e 9% de milho (Cano 1977: Tabela 5, p. 59).

Tabela 3 — Produção anual média das culturas alimentares básicas em São Paulo (em 1.000 t)

Período	Arroz	Feijão	Milho
1901-1903	28,8	41,6	422,6
1904-1906	60,2	83,1	478,2
1907-1909	–	–	–
1910-1912	107,1	97,5	619,6
1913-1915	72,3	112,8	595,8
1916-1918	152,1	177,1	733,4
1919-1921	275,0	212,5	1.009,3
1922-1924	173,3	78,9	788,0
1925-1927	267,3	194,7	981,8
1928-1930	345,9	217,7	950,6
1931-1933	537,1	229,8	1.419,2

Fonte: Adaptado de Cano (1977:62).

Os produtores de "subsistência" — colonos e pequenos proprietários independentes a quem a grande fazenda havia relegado essas tarefas — estavam não só alimentando a força de trabalho cafeeira e os vários milhões de pessoas nas cidades e vilas que brotavam no interior do Estado brasileiro com o crescimento mais acelerado, mas também produziam um excedente substancial para exportação. Comparadas com as cifras para 1901-1906, as médias quinquenais para 1925-30 mostram um aumento de 3,31 vezes na produção de feijão, 6,89 no arroz e 2,15 no milho (extraído de Cano 1977: 64). Pelo final da década de 1920, São Paulo ocupava o primeiro lugar entre os estados brasileiros na produção dos três gêneros — 1 650.000 t de milho, 420.413t de arroz e 196.800t de feijão (*Revista do Instituto de Café*, set.-nov. 1932: 91).

Naturalmente, isso não era mais agricultura de subsistência. O agricultor-rendeiro identificado por Sallum e Souza Martins — "pré-capitalista" ou não em sua relação estrutural encetada ou projetada com o modo de produção representado pela fazenda — estava agora produzindo culturas comerciais para um mercado de massa. O que ocorreu foi que, assim como o fazendeiro tinha contado com a renda para manter baixos os pagamentos em dinheiro, o colono veio a contar com a roça sob seu controle operacional para a maior parte de seu orçamento (ver também Cano 1977: 60-62). Holloway (1974: 101-104) discute quatro análises diferentes de orçamentos de colonos na virada da década a partir da qual se pode determinar que a receita do colono obtida pela venda dos produtos cultivados na roça já correspondia a 22%, 36%, 37% e 40% do total dos rendimentos em dinheiro (ver, para estimativas menos otimistas, Dean 1976: 490). Visto que a moradia, os direitos de pastagem e a subsistência da família do colono não foram incluídos nessa análise, o valor real dos direitos de uso da terra deve ter sido substancialmente maior, talvez mais do que a metade do rendimento real total do colono (Holloway 1974: 97).

As famílias de colonos que estavam preparadas podiam aspirar ao plantio independente. O custo típico de um lote familiar de 15-20 alqueires (cerca de 40ha) era de 6.000 réis, numa área desenvolvida como Rio Claro (Dean 1976: 491), e mais barata na fronteira. Os colonos que, no estudo de Dean, tornaram-se pequenos proprietários trabalharam nas fazendas durante 12 anos aproximadamente, até conseguir as economias necessárias. Para os japoneses, o último grupo imigrante importante no período aqui estudado,

Tsukamoto (1973) registra 10 anos como o tempo despendido pela maioria dos que se tornaram pequenos proprietários, e 6 anos para as famílias muito bem-sucedidas. Essas diferenças provavelmente refletem o fato de que Rio Claro era na época uma área madura de povoamento, ao passo que na fronteira para onde foram atraídos os japoneses havia terras férteis mais baratas. Esses números se referem aos que conseguiram. Provavelmente a maioria dos imigrantes tentou em vão durante muitos anos para, finalmente, se juntar aos contingentes crescentes dos despossuídos crônicos. Seja como for, em 1934, até 1/4 de todos os potenciais proprietários de terra estrangeiros podem realmente ter chegado a possuir propriedade rural (Holloway 1974: 435). Naquela época, a maioria dos que possuíam terras em São Paulo compunha-se de imigrantes (Holloway 1974: 436).

Mercados fundiários, política de colonização e produção cafeeira em pequenas propriedades

As economias do colono não poderiam levar ao investimento na produção direta de café em escala maciça, a menos que esses produtores em potencial tivessem acesso seguro a terras adequadas. Isso requeria a interferência efetiva do mercado no âmbito da distribuição de terra. Para tanto, o controle do uso da terra tradicionalmente exercido pelo fazendeiro precisaria ser neutralizado.

O sistema de posse da terra que se desenvolveu historicamente em São Paulo se baseava na ocupação de fato, reconhecida juridicamente como princípio de posse, mais do que em transações que envolviam títulos claramente validados (Sallum, Foweraker 1974). O controle ou a propriedade da terra eram localmente decididos pelos fazendeiros. Isso inibiu a formação de cartórios de títulos em todo o estado. Era realmente o auge do coronel rural do café. Com sua habilidade em controlar os cartórios locais e aparatos jurídicos correspondentes, o coronel-fazendeiro podia efetivamente determinar os usos a que se destinava a terra em sua Jurisdição. Na medida em que o fazendeiro podia manter o mercado e impedir que outras elites tivessem acesso ao uso de terras públicas e terras reivindicadas pelo princípio de posse, podia eliminar qualquer pretensão dos colonos aspirantes e ex-colonos a plantar café em maior escala. Qualquer outro mecanismo de distribuição da terra só poderia surgir a partir de uma força contrária equivalente.

A distribuição da terra na fronteira aberta era uma questão fundamental. Até 1907, mais da metade das terras no estado continuava desocupada e desabitada. De acordo com o censo de 1905, 5.014.000 dos 10.216.500 alqueires do estado eram reivindicados como propriedade privada. As áreas do "Velho Oeste" — o centro das regiões da Central, Mogiana e Paulista — respondiam pela maioria da terra utilizada e reivindicada. Eram terras desenvolvidas com a explosão das décadas de 1880 e 1890. A maioria das propriedades era aí baseada em títulos legalizados, advindos de subdivisões das sesmarias ou concessões maciças de terras doadas pela Coroa antes de 1822. O restante do estado — o "novo" Oeste, aquilo que mais tarde seria chamado de Araraquarense, Noroeste, Alta Paulista e Alta Sorocabana — era largamente composto de terras devolutas ou terras públicas, cuja distribuição em princípio pertencia ao estado.

Os fazendeiros foram capazes de ignorar ou resistir a várias tentativas realizadas pelos governos provinciais ou federais desde 1850 para tomar o controle efetivo das terras devolutas e assegurar a prioridade na sua utilização (Souza Martins 1977, Dean 1976, Sallum 1979). Havia agora uma ameaça real, quando políticos importantes, como Cincinato Braga (1924: 111), invocaram um ato de doação de terras a colonos semelhante ao americano. Esse sentimento no interior do dirigente Partido Republicano Paulista também estava presente na plataforma de Washington Luís de 1920, que estimava que o governo do estado daí em diante procederia à subdivisão de terras públicas e latifúndios, para beneficiar pequenos estabelecimentos rurais.

A capacidade dos fazendeiros de resistir à penetração do Estado e do mercado vinha diminuindo desde 1910, com a nova expansão nas fronteiras. Como mostra a Tabela 4, a marcha dramática da fronteira do café para o oeste, nos 15 anos entre 1909 e 1922, representou uma explosão nas chamadas "novas" regiões onde a fertilidade do solo virgem e as novas formas de posse da terra permitiram reduções significativas nos custos de produção (Simonsen 1940: 73). No começo dos anos 30, mais que 60% do café veio a ser produzido nas áreas recentemente abertas da Araraquarense, Noroeste, Alta Mogiana, Alta Sorocabana e o que mais tarde seria a Alta Paulista. Eram áreas onde floresciam os pequenos e médios proprietários imigrantes.

Ainda que menos capaz de agir dessa forma nos municípios cafeeiros estabelecidos, a burocracia de Estado podia exercer, e exerceu, controle considerável sobre o uso da terra na fronteira em expansão. O Estado beneficiou os pequenos e médios proprietários através de sua habilidade em controlar diretamente as estruturas administrativas nos novos municípios e usá-las em favor dos interesses emergentes ligados ao desenvolvimento rural e a uma economia mais diversificada.

Mais importante é que o Estado desempenhou um papel de apoio na organização, autorização e regulamentação dos projetos de povoamento e colonização em grande escala, atendendo as massas crescentes de pretendentes à propriedade de novas terras. Formou-se um mercado fundiário no novo oeste, em boa parte por meio desses esquemas empresariais organizados, apoiados pelo Estado. Atacados como "especuladores de terra" pela imprensa dos fazendeiros, eles reivindicavam enormes extensões de terras, subdividiam-nas em lotes com títulos "de compensação" e vendiam-nos a compradores, principalmente a pequenos proprietários (ver também Schuring Vieira 1973 e Santos Abreu 1972).

Um protótipo desse modelo de colonização foi o da Companhia Marcondes de Colonização na comarca de Presidente Prudente (ver Santos Abreu 1972, Font 1983). Ocupando o ângulo sudoeste do estado, essa sub-região era, em grande medida, uma floresta desabitada até 1920, quando a expansão da Estrada de Ferro Sorocabana, da cidade de Assis a leste, colocou-a em contato direto com Santos. Então, a Companhia Marcondes pôs-se a agregar enormes extensões de terra para a subdivisão em pequenos lotes. Os territórios em questão foram apropriados por posse, grilagem ou compra — mais de 50.000 alqueires (ou 121.000ha).

Tabela 4 — Mudanças econômicas e populacionais nas regiões do Estado de São Paulo, 1900-1940

Estado de S. Paulo	Porcentagem da população do Estado			Porcentagem de fazendas ou fazendas de café				Porcentagem de fazendas de proprietários estrangeiros			
	1900	1920	1940	1905	1920	1923	1932	1905	1920	1923	1932
Oeste velho											
Central	18,2	16,4	11,8	24,5	12,97	17,7	10,21	19,3	38	30,5	35,3
Mogiana	20,4	17,7	11,7	25,8	20,2	23	13	14,9	28	33,1	32,5
Baixa Paulista	12,1	11,5	8,1	14,57	15,13	17,47	12,46	33,3	45	52	49,6
Subtotal	50,8	45,3	31,6	64,9	48,13	58,48	36	20,7	36	37,9	39,1
Oeste novo											
Araraquarense	6,5	12,7	13,2	17,9	26,7	25,4	27	29,6	47	58,2	52,3
Noroeste	0,3	3,0	11,9	1	6,5	1,8	22	19,6	66	33,8	56
Alta Sorocabana	5,2	7,4	10,1	16	18,5	14,4	14,5	18	26	38,7	53,4
Subtotal	12	23,1	35,2	35	51,6	41,5	63,6	2,4	41,7	49,6	53,8
S. Paulo total	62,8	68,4	66,8	100	100	100	100				

Fonte: Estimativa dos dados em Holloway (1974), Camargo (1952), Love (1980).

Centenas de possíveis fazendeiros cobriram a área. A companhia organizou exércitos particulares de capangas para reforçar a ocupação da terra contra outros reivindicantes e forneceu os serviços básicos de infraestrutura: administração, compensação de títulos, construção urbana e viária, etc. Por volta de 1929, havia pelo menos 679 cafeicultores pagando impostos em Presidente Prudente, dos quais apenas 15 possuíam mais de 50.000 pés de café (*São Paulo*, 1929: 151). A Companhia Marcondes tinha ligações com o governo. O próprio coronel Marcondes era membro ativo do dirigente Partido Republicano Paulista, tornando-se posteriormente prefeito de Presidente Prudente. A escala da operação era tão grande a ponto de se dizer que o próprio Marcondes teria ido à Itália para discutir com Mussolini um programa de imigração e colonização italiana. De acordo com Santos Abreu, havia pelo menos dez outras grandes corporações de desenvolvimento fundiário operando na mesma época na região Alta Sorocabana — companhias com nomes tais como Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso, Empresa José Giorgi, Companhia Brasileira de Viação e Comércio, Colonização Martins, Companhia de Terras Norte do Paraná e similares.

Esse tipo de esquema de colonização induzida ou apoiada pelo Estado também foi utilizado com companhias estrangeiras de colonização. A Corporação de Terras, Madeira e Colonização de São Paulo, de propriedade inglesa, subdividiu em pequenos lotes pelo menos 50.000 alqueires no Noroeste. Em 1927, a companhia vendera 18.253 alqueires na forma de 2.300 sítios ou pequenas propriedades a preços denunciados como três ou quatro vezes superiores ao preço pago pela compra (ver Muller Camps 1927) (na verdade, os ganhos da venda foram consideravelmente menores devido à inflação). A imigração japonesa, principalmente, que começou em 1908 e se intensificou em 1917 e 1922-23, foi largamente canalizada por companhias de colonização semioficiais. A mais sofisticada era a Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha ou KKKK (Companhia Ultramarina de Desenvolvimento) (Schurig Vieira 1973: 35-37). A KKKK e outras companhias que a precederam compravam terras do estado ou de fomentadores autorizados, estabelecendo nelas milhares de imigrantes, como agricultores independentes ou semi-independentes, em grupos de lotes privados ou "colônias".

O Estado também beneficiou a agricultura em pequenas propriedades adotando políticas de transporte que levavam ao desenvolvimento das novas

áreas. Devido ao traçado afunilado da rede ferroviária, linhas estrategicamente situadas, como a Paulista e a Mogiana, estavam aptas não só a se responsabilizar pela maior parte da produção, mas também podiam proteger suas áreas no sistema de transporte, cujo destino final era Santos. Assumindo em 1918 a Estrada de Ferro Norte, em estagnação, o estado abriu a rica área que veio a se chamar Araraquarense, modernizando a companhia e obrigando as estradas de ferro Paulista e São Paulo a transportar o café e outros produtos da área. O estado obteve resultados semelhantes com a intervenção, modernização e extensão da linha Sorocabana na década de 1920 — favorecendo novas áreas no oeste, inclusive Presidente Prudente. Mas outra política que favoreceu o acesso comercial às áreas anteriormente mais distantes foi o programa maciço de construção de estradas, implementado pela administração de Washington Luís, iniciada em 1920.

Os próprios fazendeiros contribuíram para a expansão de pequenas propriedades, subdividindo e vendendo as terras menos apreciadas. Uma motivação fundamental foi a decisão, paralela aos esforços governamentais com os núcleos coloniais (Font 1983) de prover povoados próximos a fazendas, para supri-las com efetivos durante a época da colheita. O fazendeiro Carlos Leôncio de Magalhães, por exemplo, fez acordos para núcleos privados nas suas propriedades Cambuhy, à beira da linha Araraquarense. A par da necessidade de mão de obra, os fazendeiros nas regiões onde o solo vinha se tornando relativamente esgotado tentaram promover estabelecimentos permanentes em suas fazendas, assim lucrando também em terras de pequeno valor para eles. Essa mescla de motivações parece ter existido também nas decisões do clã Silva Prado de vender lotes em suas imensas propriedades.

Os valores da terra começaram a subir sob a pressão conjunta da expansão agrícola. *Pari passu*, o mercado se afirmava como o principal mecanismo para a transferência de terras. Quando cresceu um mercado fundiário, os fazendeiros individuais e outros empresários também entraram no campo lucrativo da propriedade real. Entre eles, destacava-se a figura do grileiro, um especialista em passar por cima das reivindicações, através de uma combinação da força direta dos capangas e jagunços com o acesso preferencial aos magistrados e cartórios de títulos fundiários locais.

No geral, a avalanche no campo pelos novos esquemas de colonização representou um desafio direto aos chefes fazendeiros locais estabelecidos. Seu controle tradicional sobre o uso da terra estava agora frontalmente ameaçado com o surgimento de novos padrões de posse da terra. Os desafios aos senhores locais chegaram a provocar uma série de confrontos, que opôs de forma característica os fazendeiros ou seus agentes contra os fomentadores fundiários e compradores de terra associados e aliados políticos.

Mudanças no sistema comercial

Mesmo que o fazendeiro há muito tempo estabelecido estivesse perdendo terreno para as novas forças na adjudicação de terra e trabalho entre usos alternativos, ele ainda podia confiar que seu controle dos canais comerciais no estado, através do comissário, era uma barreira intransponível que garantia seu domínio sobre a produção cafeeira. Essa vantagem comercial era duplamente assegurada pela sua presumível capacidade de produzir a preços mais baixos, dada a escala "industrial" da fazenda e sua maquinaria de processamento.

Ele parece ter se enganado em todas as avaliações. Ao lado do sistema estabelecido do comissário, surgiu uma rede comercial alternativa, ligando os pequenos proprietários às casas exportadoras de Santos. Os pontos nodais dessa rede eram os intermediários operando nas cidades do interior. Um arranjo característico para o operador era montar uma pequena instalação para o processamento (beneficiamento) de café, onde ele também podia se oferecer para comprar o café do pequeno produtor (ver e.g. Dean , 1977:56, 156-157). O operador servia também como comprador e intermediário para uma sub-região inteira. Ele podia comprar o grão verde não processado, "beneficiar" e padronizar os grãos e vender aos comerciantes de nível superior ligados às casas de Santos. A área de Presidente Prudente oferece um exemplo representativo. Lá, a mediação comercial do café se fazia através do "maquinista", ou proprietário-operador de máquinas de beneficiamento de café, e através de compradores que representavam firmas da cidade de São Paulo e de Santos (Santos Abreu 1972: 159-160). A produção era vendida através desses armazéns locais, ligados ao comércio geral de atacado e varejo.

A formação de uma rede comercial alternativa era auxiliada pela decisão de alguns compradores de Santos em comprar café no interior, de preferência a comprá-lo dos comissários com base em Santos. Estes últimos lamentavam amargamente essa mudança, mas não podiam evitar que os compradores enviassem agentes para o interior, a fim de comprar diretamente dos agricultores ou dos intermediários comerciais de pequena escala.

Neste ponto, os comissários tinham realmente obtido o domínio na sua aliança com os fazendeiros, quando estes se endividaram com eles, depois que a explosão de crescimento da década de 1880 encontrou um colapso nos preços do café no final da década de 1890 — e então uma crise madura de superprodução após a virada do século (finalmente responsável pelo programa histórico de valorização de 1906). Depois de ter crescido com empréstimos adiantados pelo comissário, os fazendeiros se achavam profundamente endividados. No entanto, quando a crise se intensificou na virada do século, os intermediários de Santos se viram incapazes de desempenhar adequadamente as funções creditícias e bancárias que haviam assumido anteriormente.

O capital estrangeiro — principalmente inglês — penetrou profundamente no sistema comercial. Em 1903, a Inglaterra estabeleceu a Companhia de Armazéns Gerais (Fausto 1977: 212), seguida pela Companhia Registradora de Santos em 1905 e pela Companhia Paulista de Armazéns Gerais em 1909 (ver também Love 1977 e Holloway 1974: 45). O "exportador" estrangeiro estava deslocando o comissário das funções de financiamento e armazenagem, centrais no setor de exportação. Com os armazéns gerais, emitiam-se os chamados "recibos" sobre o depósito de café, que por sua vez podiam ser "descontados" em forma mais líquida. Por volta de 1910, as firmas estrangeiras de exportação e os armazéns gerais afastaram a maioria das casas de comissários também dos negócios de exportação em si.

O controle nacional dos principais aspectos comerciais da economia cafeeira tornou-se ainda mais precário com a penetração estrangeira nas áreas bancária e financeira. Love (1977: 62-63) estima que, em 1920, 2/3 dos negócios bancários estavam em mãos estrangeiras. Esse controle foi realmente reforçado quando o esquema de valorização de 1908 permitiu aos financiadores estrangeiros um controle direto sobre enormes estoques de café brasileiro e tornou-os depositários de rendimentos de juros garantidos

dos empréstimos aí adiantados (ver Holloway 1975 e 1974: 45; Cano 1977). De acordo com Oliveira (1977), essa "intermediação financeiro-comercial" tornou-se tão central no setor exportador que veio a ser um princípio dominante de extração do excedente.

O desafio mais insidioso à tradicional aliança mais ampla entre fazendeiro e comissário veio dos canais comerciais "internos" alternativos, ligado ao surgimento de um sistema cafeeiro de pequenas propriedades.

A nova rede de comércio cafeeiro não foi construída a partir do nada, mas fundava-se no que já resultara do comércio de gêneros alimentares, também produzidos por pequenos proprietários e colonos — milho, feijão, arroz, e mais tarde algodão cru. No censo de 1920, o primeiro a fazer um esforço para registrar o número de postos de beneficiamento no interior, quase todos esses estabelecimentos que apresentavam o café como primeira atividade também registravam o beneficiamento de, pelo menos, um dos outros gêneros, principalmente arroz e feijão. O principal local de mercado para transações em grande escala envolvendo esses artigos haviam sido as redes comerciais que finalmente deram origem à Bolsa de Mercadorias (1918) e à Bolsa de Cereais (1923) da cidade de São Paulo. Era através dessas redes comerciais, envolvendo comerciantes paulistanos, que boa parte do café de pequenos produtores não comprado no interior era vendida a compradores e exportadores nacionais. Em 1921, os comerciantes da cidade solicitaram, com êxito, uma cota para transportar café para Santos. Em 1923, quando estava se implantando outro sistema de cotas para limitar as entradas em Santos, a ACS denunciou e protestou vigorosamente contra o fato de que mais de 400 agentes tinham se registrado em São Paulo, requerendo parte da cota. Embora, na época, esta fosse uma questão muito delicada, esses comerciantes paulistanos exerceram pressão administrativa, durante toda a década, para a organização de uma Bolsa de Café oficial na cidade de São Paulo, paralela à de Santos.

Os comerciantes de café "legítimos", pertencentes à Associação Comercial de Santos (ACS), se indignaram com esse desenvolvimento. Frequentemente culpavam a Bolsa de Mercadorias de São Paulo — e a Caixa de Liquidação anexa — pelo "desequilíbrio financeiro e econômico das classes produtivas".

Quadro 1 — Contrastes na estrutura social emergente na zona cafeeira de São Paulo no início da década de 1920

Aspecto	Velho Oeste	Novo Oeste
Organização da produção	Grande fazenda e sítios não cafeicultores	Sítios e fazendas menores. Produção diversificada, incluindo café
Comercialização do café	Comissário ou agente	"Maquinista" (operador do beneficiamento do grão) ligado ao atacado e varejo
Entreposto	Santos	São Paulo
Relações campo-vila	Complementares à fazenda	Mais independentes. Florescentes devido à dependência do peq. proprietário em relação à vila, como local de mercado e centro de atividades
Expansão da economia cafeeira	Lenta	Muito rápida
Política	Fazendeiro governa a vila e arredores	Predomina a vila
Controle	Local	Controle político-administrativo estatal mais decisivo
Grupo dominante	Clãs dos fazendeiros	Comerciantes, políticos, burocratas, pequenos artesãos ou produtores industriais

Os intermediários comerciais e os compradores que tratavam com os pequenos proprietários tinham uma vantagem. Os pequenos proprietários produziam a custos inferiores, *ceteris paribus*, embora não tivessem facilidades de crédito ou controle do processo comercial; assim, vendiam a preços mais baixos. Os pequenos agricultores podiam vender mais barato, não só porque suas terras costumavam se situar nas áreas férteis do Oeste. Também cuidavam melhor dos pés, talvez o fator mais importante a afetar o produto, além da qualidade da terra.

A diferenciação social representada pelos pequenos proprietários se difundiu por toda a textura da sociedade paulista. Mas os pequenos proprietários floresciam principalmente nas áreas dinâmicas de colonização recente. O quadro 1 esboça como a estrutura social nessas novas áreas — em termos de classe, urbanização, organização política e outros aspectos — era substancialmente diferente e estranha em comparação com as áreas das grandes fazendas estabelecidas.

Conclusão: segmentação. O Estado e o controle do setor exportador

A discussão acima tentou mostrar como as interações entre o colonato e as mudanças em larga escala na economia e na política do Estado permitiram a alguns imigrantes, que entraram no estado como substitutos dos escravos, tornarem-se pequenos proprietários e cafeicultores independentes. Uma estrutura de oportunidades fluida permitiu aos imigrantes buscar as melhores oportunidades dentro ou fora do sistema da fazenda. Não querendo ou não podendo contar com remunerações vivas para todos ou para a maioria de seus custos de trabalho, o fazendeiro veio a usar a terra — adquirida por pouco ou nada, a partir das vastas reservas de terras públicas inexploradas — nos pacotes de incentivo oferecidos aos colonos. Mas dessa forma, estes vieram a funcionar tanto como produtores de gêneros alimentícios quanto como proletários. A dramática expansão na demanda de culturas alimentares possibilitou às famílias com suficiente força de trabalho atingir economias consideráveis, ao destinar o usufruto dos lotes à produção de culturas comercializáveis.

A economia mais ampla nascida do setor de exportação do café desenvolveu uma dinâmica por si própria, que sustentou o surgimento de acordos alternativos de utilização e posse da terra, principalmente no contexto da fronteira em expansão. Lá, os pequenos proprietários, prosperando na produção de diversos gêneros agrícolas, tornaram-se um elemento predominante na organização social. Esses processos minaram o íntimo monopólio da terra e do trabalho tradicionalmente reivindicado pelos fazendeiros. A diferenciação social inerente a esses processos incluía o surgimento de elites alternativas com interesses econômicos e políticos nos mercados fundiários e desenvolvimento regional. De fato, sem coalizões com esses detentores do poder, é duvidoso que os imigrantes chegassem a

exercer a propriedade efetiva da terra, ou que a economia alternativa tivesse crescido tão rapidamente.

A expansão da economia cafeeira paulista no planalto ocidental do estado, após a década de 1880, produziu então um padrão de segmentação que torna problemática e conflituosa a questão do controle do setor de exportação — e, com isso, o predomínio e a hegemonia do fazendeiro. No começo dos anos 20, uma coalizão alternativa — formada de uma massa crescente de pequenos e médios proprietários, fomenta dores agrícolas, novos intermediários comerciais e políticos profissionais — estava desafiando com sucesso a aliança estabelecida entre grandes fazendeiros e comissários. A pedra angular da nova coalização era o grupo de classes médias e altas urbanas envolvidas no comércio do café e dos produtos agrícolas (ver também Dean 1977: 166, 182).

O lucro comercial, mais que o derivado da produção, estava se tornando rapidamente a fonte principal de renda da elite e da acumulação de capital. Grandes lucros, possibilitados pelos baixos preços de venda dos pequenos produtores, facilitaram um deslocamento da produção para o comércio como *locus* predominante da extração de excedente. Mas os fazendeiros e seus aliados comissários não eram capazes de controlar os mecanismos comerciais de apropriação do excedente; a intermediação entre produtor nacional e comprador estrangeiro estava sendo cada vez mais desempenhada por intermediários e financistas nacionais e estrangeiros alternativos, lutando pela parte do leão nos lucros. Uma alta taxa de apropriação do excedente estava sendo realizada por meio do financiamento externo dos programas de valorização do café (Oliveira 1977).

Como resultado da segmentação, todas as principais áreas funcionais no setor de exportação — produção, comércio, financiamento e mesmo transporte — estavam se diferenciando internamente em subgrupos concorrentes (Font 1983). O consenso de interesses dentro de qualquer grupo funcional ficava tolhido; ao contrário, coalizões econômicas funcionais opostas surgiram como os principais atores concorrentes pelas parcelas dominantes do setor exportador. O conflito entre os segmentos também assumiu a forma de antagonismos setoriais ou regionais (Simonsen 1940: 76). As áreas no novo Oeste estavam ganhando em peso relativo das áreas mais antigas — em termos de café e de culturas alimentares e,

posteriormente, de algodão. O deslocamento do centro econômico do estado gerou fortes tensões econômicas e políticas entre as regiões.

Como se mostra em Font (1983), esses antagonismos e processos de diferenciação se projetaram no próprio processo político. Desse ponto de vista, um dos resultados mais interessantes desse estudo diz respeito ao papel desempenhado pelo aparato político do estado. As políticas adotadas em relação às importantes questões do uso e colonização da terra, imigração, transporte e administração pública — ainda que muitas vezes contraditórias ou obscuras — expressavam e reforçavam a formação de uma economia alternativa baseada no café, ao lado da grande fazenda. Embora proclamassem dedicação às necessidades da grande fazenda, os programas estatais vieram abranger princípios mais amplos de colonização e desenvolvimento.

O governo do estado emergia como o único ator capaz de decidir o destino relativo desses segmentos — assim modelando a via subsequente de desenvolvimento que seguiria a sociedade paulista. Facilitando o desenvolvimento de áreas mais novas, onde prevalecia o pequeno proprietário, o Estado aparece como unificador de novos grupos econômicos a desafiar o predomínio e a hegemonia da grande fazenda.

Isso não significa que o Estado estava se tornando "dominante" em relação à sociedade civil, gerando por decreto sua transformação em grande escala. Longe disso. A dinâmica-chave era dada pela segmentação na organização social do 5etor de exportação. Menos que uma integração pura sob um sistema estável de fazenda, esse padrão global de desenvolvimento levou a tensões crescentes entre vários elementos de uma economia política paulista cada vez mais complexa. Parece ser o caso em que o Estado se viu cada vez mais apto a tratar ativamente em favor da sociedade paulista emergente. A política estava rapidamente se tornando a área central para a adjudicação entre modelos concorrentes de organização e mudança social.

A grande fazenda estava longe de ser afastada. Pelo contrário. Como se afirma em Font (1983), a chave para a compreensão da década de 1920 em São Paulo é exatamente a tentativa das elites exportadoras tradicionais de restaurar o controle sobre a economia de exportação e seu pleno predomínio e hegemonia.

A um nível mais geral, esses materiais emprestam um peso considerável à ideia de que a expansão de um setor exportador pode gerar processos complexos de diferenciação (de interesses, de organização e de ação social), suficientemente poderosos para minar as pretensões de predomínio e hegemonia das elites de grandes proprietários.

A BURGUESIA COLOMBIANA DO CAFÉ E A CRISE DE 1930[1]

Daniel Pécaut

No curso dos anos 1920-1930, a cultura do café passou na Colômbia por uma fase de expansão excepcional. A superfície que lhe era consagrada praticamente duplicou. A colonização antioquenha continuou a se estender por toda a parte ocidental da Colômbia, que se tomou de longe a zona de produção mais importante. Em 1932, estima-se que a produção dos dois departamentos de Anti6quia e de Caldas representa, por si só, 47% da produção nacional. Em troca, a zona oriental — onde o café se desenvolvera no final do século XIX — perde terreno: Santander (Norte e Sul) contribui com apenas 12% da produção nacional; Cundinamarca e Boyaca, com 12,4%.

Esse deslocamento para o oeste foi acompanhado por uma diminuição do tamanho médio das propriedades: sem ser "democrática" ou "igualitária" — não deixou de gerar grandes *haciendas*, consagradas principalmente à criação de gado —, a colonização antioquenha, contudo, permite a constituição de um amplo setor de pequenas e médias propriedades. O censo de 1932 que deve ser utilizado com prudência, já que se refere ao tamanho global da propriedade, incluída a superfície não consagrada ao café indica que as fazendas de mais de 35 hectares forneciam 37,9% da produção em Cundinamarca e 27% em Tolima, enquanto proporcionavam apenas 17,3% da produção em Anti6quia e 10,7% em Caldas. No conjunto, portanto, a concentração é menor do que a existente nos outros países produtores. As propriedades com menos de 3 hectares (que utilizam apenas o trabalho familiar) formam 86% das plantações e contribuem com 49% da produção. As de 3 a 12 hectares formam 11,3% das plantações e contribuem com 29.7% da produção. Qualquer que seja a imprecisão desses dados[2] é indubitável que a pequena e a média propriedade ocupam um lugar bastante considerável. De resto, todos os cálculos mostram que ela tende (salvo no caso do minifúndio com menos de 1 hectare) a ter uma produtividade igualou superior à grande propriedade.

[1] Este artigo foi traduzido por Carlos Nelson Coutinho.
[2] Dados extraídos de S. Kalmanovitz, *Desarrollo de la agricultura en Colombia,* Bogotá, Editorial La Carreta, 1978.

Em 1925, o café representa perto de 80% do valor das exportações. Isso indica a gravidade da dupla crise que ocorre em 1929-1930: a depressão mundial, por um lado, e a superprodução brasileira de café, por outro com a baixa das cotações que isso implica. Apesar das circunstâncias, os produtores colombianos conseguiram certamente aumentar as quantidades exportadas nos anos seguintes e, desse modo, compensar a queda das cotações.[3] Em 1936, com 47% de aumento em volume, as exportações de café alcançaram novamente o seu valor de 1928.

Essa continuidade da política de expansão, contudo, constitui uma aposta. A opinião pública indaga insistentemente sobre a justeza do prosseguimento de um "desenvolvimento para fora". Não é esse o único perigo com que se defronta a burguesia colombiana do café. Os conflitos agrários, longe de diminuírem, ganham incessantemente uma maior amplitude e ameaçam a produção de certas regiões. A comercialização, em grande parte, escapa agora do seu controle, para passar às mãos de firmas estrangeiras.

Ora, a burguesia do café parece singularmente desarmada para enfrentar tais perigos. Mantém-se desorganizada. E em ordem dispersa que ela se prepara para enfrentar os perigos. Desse modo, todas as condições parecem reunidas para que ela se veja obrigada a delegar ao Estado a gestão dos negócios referentes ao café e, além disso, a renunciar ao seu apego a uma ideologia de desenvolvimento liberal. E tanto mais que a chegada ao poder do Partido Liberal, em 1930, depois de mais de quarenta anos de reinado conservador, ainda que não represente uma ameaça direta aos seus interesses — o peso dos cafeicultores não é menor no seio desse Partido do que no do Partido Conservador —, significa a formação simbólica de uma nova política, que leva mais em conta a presença das massas urbanas.

[3] Tomando-se por base 100 em 1920-29, o valor do café caiu para 67 em 1931; 49, em 1932; 46, em 1933. Depois de uma breve ascensão para 60, em 1934, estagnou entre 45 e 51 de 1935 a 1939, antes de cair bruscamente para 37 em 1940.

Os conflitos agrários[4]

Já ameaçadora no curso dos anos precedentes, a situação social toma-se explosiva em Cundinamarca e no leste de Tolima, que estiveram na origem do rápido desenvolvimento do café no final do século XIX, através da constituição de vastas — por vezes imensas — haciendas. Ela é tensa em certos setores de Caldas e em outros departamentos. Condições de trabalho, salários, posse da terra: inúmeros desafios que continuam, em ampla medida, a se converter uns nos outros. Os arrendatários exigem, mais do que antes, não ser submetidos ao arbítrio dos proprietários; e querem ter o direito de plantar cafezais em suas parcelas ou de praticar outras culturas permanentes. Deparam-se, nesse ponto, com uma dupla recusa dos proprietários, que temem não mais dispor da mão de obra necessária no momento da colheita e, mais ainda, de não poderem retomar a posse da terra ou evitar os litígios sobre o pagamento das melhorias. Os meeiros querem reduzir as obrigações a que estão submetidos: restrição da liberdade de movimentos, multas, numerosas jornadas de trabalho na parcela do proprietário.[5] Os diaristas reivindicam reajustamentos de salários e denunciam as trapaças de que são vítimas na época das colheitas.[6] Os colonos se recusam a renunciar às terras que valorizaram. Uns e outros se insurgem contra a apropriação ilegal de vastas áreas pelos *haciendados*. O protesto se torna mais vigoroso à medida

[4] Numerosos trabalhos foram consagrados às estruturas sociais da economia cafeeira do início do século XX e aos conflitos agrários dos anos 20. Entre os mais importantes, citamos: M. Arango, *Café e indústria 1850-1930,* Bogotá, Carlos Valencia Editores, 1977, e *El café en Colombia 1930-1958,* Bogotá, Carlos Valencia Editores, 1982; A. Bejarano, "Origines del problema agrário", in M. Arrubla (sob a direção de), *La agricultura colombiana en el siglo XX,* Bogotá, Instituto Colombiano de Cultura, 1976, pp. 17-82; D. Fajardo, "Luchas sociales y transformaciones en tres regiones cafetaleras del Tolima, 1936-1970", Medellin, Universidad de Antioquia, 1978, mimeo.; G. Gaitan, *Colombia: La lucha por la tierra en la decada del treinta,* Bogotá, Tercer Mundo, 1976; P. Gilhodes, "Agrarian struggles in Colombia", in R. Staveohagen (ed.), *Agrarian problems and peassant movements in Latin America,* Nova Iorque, Anchor Books, 1970; F. Leal, J. A. Bejarano, J. Vallejo, etc., *El agro en el desarrollo historico colombiano,* Bogotá, Punta de Lanza, 1977; M. Palácios, *Coffee in Colombia 1850-1970,* Cambridge, Cambridge University Press, 1980; G. Sánchez. *Las ligas campesinas en Colombia,* Bogotá, Tiempo Presente, 1977.

[5] Como será revelado pelo caso da *hacienda* El Chocho, que será apresentado ao Parlamento por Gaitan, e no qual o proprietário exercia poder de polícia sobre os trabalhadores.

[6] Em *Estudios marxistas,* n.º 1, abril-junho de 1969, pp. 97-99, pode ser encontrado um relato, por um camponês de Chaparral, de uma greve em Tolima para protestar contra a trapaça no momento da pesagem das sacas de café.

que são reveladas, no curso de debates parlamentares ou de processos, a carência e a imprecisão de numerosos títulos de propriedade, que foram utilizados para justificar o aumento de múltiplas propriedades. Em Sumapaz, ou em certas zonas de Tolima, os exemplos de grilagem são particularmente numerosos. A partir de então, a questão da redistribuição das terras se coloca em numerosos conflitos.

Greves irrompem com frequência, sobretudo na época das colheitas. Em Viota, os arrendatários não pagam mais os aluguéis. Os colonos se mobilizam. Utilizando capangas ou a política departamental, os proprietários respondem com violência. Multiplicam-se sindicatos e ligas camponesas. Uma lei sobre os sindicatos, aprovada em 1931, favorece a constituição dos mesmos, dando-lhes um caráter oficial. O Partido Liberal busca, desse modo, mantê-los sob seu controle. Mas, em Cundinamarca e em Tolima, onde têm melhor implantação, os sindicatos sofrem a influência de correntes políticas mais radicais, frequentemente por intermédio de antigos operários da construção civil, que a crise obriga a voltar às zonas do café.

Na região de Viota, assim como na de Chaparral ou de Líbano, a presença de orientações socialistas-revolucionárias, contudo, não é um fato novo. O Partido Comunista, fundado em 1930, recolhe essa herança. Segundo as possibilidades locais, ele recomenda táticas diversas, que chegam até a ocupação das terras e à prática da autodefesa armada.[7]

Em outros municípios, entre os quais o de Fusagasuga, o movimento criado por Gaitan em 1933, o UNIR,[8] é dominante. Organizando os camponeses em "legiões" e "equipes", Gaitan promove importantes manifestações camponesas e apoia as reivindicações de terra formulados pelos colonos e pelos arrendatários. No Parlamento, ele toma públicos os abusos e as violências dos grandes proprietários. Na mesma zona, o Movimiento Agrario de Supapaz — dirigido por Erasmo Valencia — esforça-se por lançar as bases de um partido camponês radical.

Entre esses diversos grupos, particularmente entre os comunistas e o UNIR, reina uma implacável rivalidade. Todavia, eles contribuem para

[7] "Resolução sobre o Trabalho do Partido no Campo", 1934, citado por G. Sánchez, *Las ligas campesinas en Colombia,* cit., pp. 88-89.
[8] Unión Nacional de Izquierda Revolucionaria, cuja dissolução em 1935 será proclamada por Gaitan, no momento em que adere ao Partido Liberal.

minar os poderes dos "gamonais" e para abalar a grande propriedade do café. Contudo, não dispõem do monopólio da organização dos camponeses. O peso do Partido Liberal é considerável, como se pode constatar pelo número de ligas camponesas que a ele aderem.

Diante dessa politização, a ação direta dos grandes proprietários toma-se insuficiente. A confusão em que se encontram transparece nos desesperados apelos que fazem ao governo a fim de que a ordem seja restabelecida. Criam-se associações de defesa, tal como o "Sindicato Nacional dos Proprietários", que brande a seguinte palavra de ordem: "Proprietários de todo o país, unam-se".[9]

Mas os grandes proprietários de Cundinamarca e do estado de Tolima estão longe de poder contar com a solidariedade plena e integral da burguesia do café. Decerto, todos os grandes produtores estão igualmente inquietos com as greves que explodem na época das colheitas. Mas não estão tão unidos quando se trata dos conflitos que abalam alguns grandes latifúndios. Uma fração deles — que se expressa através da voz de alguns dirigentes mais esclarecidos da Federação ou de seus próximos — considera que é preciso saber conciliar. Não se deve esquecer: as fazendas de Cundinamarca não são mais o epicentro da produção do café. Não somente sua contribuição à produção global diminui à medida que progride a colonização antioquenha, mas sua produtividade vai ficando para trás.

Alguns dos responsáveis econômicos de maior prestígio são os primeiros a compreender que as relações sociais predominantes em Cundinamarca não podem mais ser mantidas: eles mesmos questionam "as graves deficiências nos regulamentos da maior parte das fazendas de Cundinamarca",[10] "os métodos ignominiosos de trabalho",[11] exaltando a função estabilizadora da "pequena propriedade" em Caldas.[12] Reconhecem que o sistema fundiário da grande fazenda, baseado no trabalho de meeiros sem nenhum direito, só consegue ser mantido pela força das armas.

[9] Palavra de ordem divulgada sob forma de publicidade paga nos grandes jornais.
[10] C. Lleras Restrepo, nota à Federação, com data de 10 de janeiro de 1934.
[11] F. L. Chaux (Ministro da Agricultura depois de 1930). cit. por D. Mesa. *op. cit.* pp. 64 e ss.
[12] É o caso de Mariano Ospina Pérez, que em 1930 irá se tornar dirigente da Federação dos Cafeicultores e membro do Ministério das Indústrias.

A partir de 1931-1932, com efeito, o governo E. Olaya Herrera inicia a elaboração de um projeto de reforma agrária. Em 1933, ele é discutido no Parlamento. Sob certos aspectos, esse texto vai mais longe do que aquele que será efetivamente adotado em 1936. Todavia, é a lei de 1936 — conhecida sob o nome de “Lei 200” — que representa, aos olhos das massas camponesas, um verdadeiro evento.

Ela é adotada no momento em que a “República Liberal”, invocada pelo novo presidente, Alfonso López Pumarejo, descendente de uma dinastia de grandes exportadores de café, faz germinar numerosas esperanças. Desde setembro de 1934, o novo presidente afirma que o Estado não poderia continuar nem a se colocar somente do lado dos proprietários, nem a dar sua caução à “ordem feudal”: impõe-se, portanto, uma transformação das normas jurídicas.

Retirar os colonos de seu precário estatuto, obrigar os grandes proprietários a cultivar suas terras: essas são as principais ambições da nova lei. A terra efetivamente explorada é agora considerada como uma propriedade privada. Esse dispositivo beneficia os colonos que se instalaram em terras devolutas. Quanto aos colonos estabelecidos em terras supostamente públicas, mas reclamadas por um particular, eles só poderão ser expulsos se, nos noventa dias seguintes à promulgação da lei, esse particular apresentar um recurso e provar títulos de propriedade que remontem a 1821. Se ocuparam de “boa fé” e pelo menos há cinco anos terras privadas, têm a plena propriedade das mesmas reconhecida.

A incitação a cultivar a terra assume a forma de um prazo: a terra que não for explorada nos dez anos seguintes, será automaticamente reincorporada ao domínio público.[13] Logicamente, essa medida implicava que em 1946 — como o indica A. O. Hirschman — “todas as terras privadas estariam ou exploradas ou nacionalizadas, para serem redistribuídas a novos ocupantes”.[14]

A Lei 200, assim, é um apelo à modernização das estruturas agrárias. Pretende possibilitar a regulamentação dos conflitos relativos à

[13] Os domínios com menos de 300 hectares não são atingidos por esse dispositivo.
[14] A. O. Hirschmann, *Journeys towards progress,* Nova Iorque, The Twentieth Century Fund, 1963, p. 111.

propriedade da terra. Pretende favorecer uma evolução das relações sociais nos grandes domínios.

As garantias aos colonos constituem apenas um dos aspectos da política que visa a pôr fim aos conflitos. De modo complementar, o Estado compra certas fazendas onde a situação social é particularmente tensa e as revende, subdividindo-as em benefício dos ocupantes. Os resultados são significativos. Inúmeras grandes propriedades são efetivamente divididas. Segundo certas estimativas, 102 latifúndios teriam sofrido esse destino até dezembro de 1937, 55 dos quais em Cundinamarca. Em Tolima, 22 latifúndios foram divididos. E possível que, em certos casos, a divisão das propriedades tenha sido a culminação não dos conflitos agrários, mas da crise de rentabilidade que se seguiu à crise.[15] Nem por isso deixa de ser verdade que os grandes proprietários de Cundinamarca tiveram de operar um recuo estratégico. Combinada com o prosseguimento da colonização antioquenha, essa divisão foi bastante marcada para que dela resultasse uma tendência à menor concentração da propriedade produtora de café entre 1932 e 1954.[16]

Toma-se agora claro que, ao lado da grande fazenda — que, em outras regiões, conserva-se geralmente intocada,[17] a propriedade parcelar deve conservar seu posto, com múltiplas interferências, como, em particular, o fato de que os pequenos camponeses trabalham frequentemente como assalariados agrícolas na *hacienda* a fim de completar seus rendimentos.

A Lei 200 não modifica diretamente a sorte dos arrendatários ou dos meeiros. Para os dirigentes liberais, assim como para os responsáveis pela Federação dos Cafeicultores, não se trata de suprimir tais condições, mas de regulamentá-las, a fim de evitar os piores abusos. Em colaboração com a Federação, C. Lleras Restrepo elabora um contrato-padrão que define o montante máximo dos aluguéis e das prestações de trabalho, e autoriza (com certas restrições) a plantação de cafezais na parcela do

[15] Segundo J. A. Berejano; G. Sánchez retoma essa tese (cf. *op. cit.*. p. 54).
[16] S. Kalmanovitz, “La agricultura en Colombia, 1950-1972”, *Boletin del DANE,* julho de 1974, n. 276, pp. 78 e ss. e pp. 94 e ss.
[17] Ocorreu também subdivisão de grandes propriedades em regiões como o Sul de Antióquia, os dois departamentos de Santander, Boyaca (sobre esse último caso, cf. o estudo de O. Fals Borda, *El hombre y la tierra en Boyaca*, Bogotá, Documentos Colombianos, 1957, p. 158). Mas essas divisões foram menos importantes.

proprietário.[18] Por meio desse contrato, a Federação vê confiadas a si verdadeiras funções jurisdicionais: com efeito, ela fica encarregada de avaliar as melhorias feitas pelos arrendatários nos casos em que os proprietários retomem a posse da terra.

A lei, contudo, tem consequências imprevistas. Temendo que os arrendatários ou meeiros sejam tentados a se apresentar como colonos ou ocupantes precários, os proprietários recusam-se frequentemente a renovar esse tipo de contrato. É difícil apreciar com precisão a frequência das expulsões. A realidade delas é indiscutível,[19] ainda que sua incidência seja bastante pulverizada e, por isso, não dê nascimento a novas rebeliões.[20] Isso não implica necessariamente uma transformação "capitalista" das relações. sociais.[21] Quanto ao prazo de 10 anos concedido para explorar as terras incultas, ele constituirá somente — antes de cair no esquecimento — um encorajamento ao flores cimento da pecuária extensiva.

Um objetivo, de qualquer modo, é atingido: os conflitos agrários regridem, particularmente em Cundinamarca. Mesmo onde eles prosseguem, seu impacto é menor.[22] Com a dissolução da UNIR em 1935, com o alinhamento do Partido Comunista ao "lopismo" em 1936, tais conflitos ficam momentaneamente privados de expressão política.

Todavia, o "grêmio cafeeiro", em seu conjunto, não sofreu uma derrota. Houve apenas uma alteração do equilíbrio em seu seio, em proveito dos grandes produtores do oeste e de uma burguesia do café, que pretende zelar pelos interesses a longo prazo dos produtores e irá encontrar na

[18] O artigo 3 reserva para o arrendatário uma superfície de 1/2 *fanegada* (cerca de 1,4 hectare), pela qual ele não paga arrendamento. Para o arrendamento anual não pode exceder 6% do valor da terra. O artigo 4 mantém a obrigação de trabalhar um certo número de dias por mês para a *hacienda* (2 dias por *fanegada* arrendada). Esse trabalho deve ser remunerado segundo a tarifa da região.
[19] Cf. A. García, *La democracia en la teoria y en la practica.* Bogotá, Ediciones Cruz del Sur, 1957. p. 33 e ss.
[20] Argumento de A. O. Hirschman para estimar que não se deve exagerar a amplitude das expulsões *(op. cit.,* p. 111).
[21] A combinação pequena propriedade/grande propriedade impede qualquer esquematismo.
[22] O Congresso da Federação, em 1937, denuncia ainda o fato de que, "nos centros de produção de grande importância, as atividades constantes e malsãs de agitadores estranhos à atividade cafeeira comprometem perigosamente o seu futuro" *(Revista Cafetera).* As greves no momento das colheitas, com efeito, não desapareceram em 1936.

Federação o instrumento de que carece para legitimar suas tomadas de posição em face do governo e da opinião pública.

A consolidação da federação nacional dos cafeicultores

A fração mais influente da burguesia do café pode se resignar com tanto maior facilidade a essas concessões na medida em que, embora compreenda os grandes produtores, o que lhe interessa é sobretudo o controle da comercialização. Contudo, mesmo nesse caso, suas posições se deterioram a partir de 1920-1925, já que uma ampla parcela da exportação do café caiu em mãos de firmas estrangeiras.[23]

A falência da Casa López — propriedade do pai de Alfonso López Pumarejo —, que conseguira em 1912 controlar 40% da comercialização, simboliza essa evolução e a penetração das firmas estrangeiras.[24] Em 1934, a substituição já está efetuada. Os principais estabelecimentos de exportação são agora estrangeiros. Os colombianos conservam, além de alguns estabelecimentos muito poderosos, como A. Aristizabal & Cia., numerosos estabelecimentos de dimensão reduzida. Podem também intervir como compradores em nome das firmas estrangeiras.

A burguesia do café também não está preparada para enfrentar a gestão da economia em período de crise. Em 1930, a Federação não tem nem recursos, nem autoridade, nem atribuições precisas.

Ausência de recursos: numerosos cafeicultores, sobretudo os de Caldas, continuam a recusar o princípio do imposto como meio de financiar a Federação; e o governo tarda em levá-lo à prática. As poucas receitas são destinadas, em cerca de dois terços, ao pagamento do funcionalismo.

Ausência de autoridade: os produtores de diversos departamentos estão divididos. Os de Caldas acusam os grandes produtores de Cundinamarca e de Tolima de controlarem a Federação e se desinteressarem pelos departamentos do oeste. Criticam a gestão financeira, que privilegia os investimentos em publicidade no exterior em vez de

[23] *Revista Cafetera,* n. 5 e 6, março-abril de 1929.
[24] Fonte: *Boletin de Estadistica,* da Federação, dezembro de 1934.

distribuí-los em benefício dos produtores.[25] A Federação, em 1930, está à beira do colapso.

No Congresso de 1930, alguns dos contestadores se pronunciam claramente em favor de sua supressão.[26] Os produtores, de resto, estão em conflito com os exportadores. Os estatutos não proíbem que esses últimos tenham assento nos comitês da Federação. Com efeito, eles têm influência em tais comitês; e, com razão, desconfia-se de que eles acomodam-se muito bem com a queda das cotações internas. Daí as petições de numerosos cafeicultores no sentido de excluí-los e de que uma separação mais nítida seja estabelecida entre a Associação Nacional dos Exportadores (que os agrupa) e a Federação. Nem mesmo as divisões políticas poupam essa última. Em 1932, as nomeações no comitê departamental de Caldas assumem a forma de uma eleição política, na qual os conservadores se apropriam da totalidade dos postos, o que suscita muitas reclamações: os liberais não suspeitam de que a Federação é uma "fortaleza conservadora" que se opõe sub-repticiamente ao novo regime?[27]

Finalmente, a opinião pública — ou de qualquer modo, alguns de seus porta-vozes — testemunham certa impaciência, depois de 1933, quando as desvalorizações se acumulam e a Federação parece ser sua beneficiária, ou mesmo sua inspiradora. "Triste serviço" é o que ela presta ao país, proclama então uma revista que milita em favor do desenvolvimento "equilibrado" da economia colombiana.[28]

Ausência de atribuições precisas: os estatutos da Federação lhe proíbem de intervir para defender os preços. Ela tem o poder de efetuar compras para preservar um certo estoque de café, para mitigar uma insuficiência de café no mercado interno, para exportar para um mercado novo ou para enfrentar uma diminuição local dos preços que não

---

[25] Cf. *El Tiempo,* 30 de outubro de 1930. Sobre os problemas da Federação nessa época, a tese de B. E. Koffman oferece indicações úteis *(The National Federation of Coffeegrowers of Colombia,* PhD, University of Virginia, 1969).

[26] M. Ospina Pérez, "La Federación, su origen y su desarrollo", *Revista Cafetera de Colombia,* n. 143, março-abril de 1968. pp. 23-31.

[27] Mariano Ospina Pérez — que já é uma das personalidades marcantes do Partido Conservador e será eleito presidente da República em 1946 — é obrigado a enviar uma carta a *El Tiempo,* publicada em 7 de abril de 1934, para afirmar a neutralidade política da Federação.

[28] *Industrias nacionales*, fevereiro de 1936.

corresponda a uma diminuição das cotações externas. Mas a "Federação não se consagrará à especulação com o café e, muito pelo contrário, esforçar-se-á por colaborar com as firmas exportadoras, de torrefação e com os comissários do café".[29]

Portanto, havia desconfiança dos produtores diante de uma Federação que lhes parecia abrir o caminho para a estatização.

Fora necessário, em 1927, o empurrão do governo para que ela se constituísse. Fora ainda o governo que ditara inicialmente seu modo de funcionamento,[30] e impusera — apesar de suas reticências — seu modo de financiamento. Foi, inclusive, a um representante do Estado que se teve de recorrer no início para o preenchimento de sua direção, já que não houve acordo em torno do nome de um cafeicultor.[31]

Essa Federação, pobre e indecisa, possuía ainda 1 029 membros em julho de 1929 (285 dos quais em Cundinamarca). Ela parece estar destinada a ruir sem estrépito, colocando os cafeicultores à mercê do Estado.

Todavia, as coisas irão ocorrer diversamente. Sob o impulso de Mariano Ospina Pérez, nomeado gerente em 1930, no momento em que o colapso parece inevitável,[32] a Federação se empenha no sentido de reforçar sua organização e sua identidade. Com prudência, sem se afastar da recusa em se lançar numa política "artificial" de defesa dos preços.

A reorganização leva em conta os protestos dos cafeicultores de Caldas: ela diminui o peso dos grandes produtores "tradicionais" de Cundinamarca, elimina parcialmente o risco de uma tutela pelos exportadores. Em 1930, é tomada a decisão de que os diversos

---

[29] Federacafe, *Compilación cafetera 1920-1939.* Bogotá, Editorial Angra, 1958.

[30] As iniciativas mais importantes cabem a Alfredo Cortázar Toledo, representante do governo. Ele está na origem do primeiro contrato entre a Federação e o governo (Lei 70 de 1927). O texto era depois especificado por um decreto (Decreto 355), que limitava ainda mais a autonomia da Federação, da qual todos os programas — assim como o orçamento deviam ser submetidos ao Ministério das Indústrias. (Cf. B. E. Kauffman, *op. cit*., e sobretudo as memórias de A. Cortazar, "Breve historia de la fundación y organización de La Federación Nacional de Cafeteros", *Revista Cafetera de Colombia*, n. 148, março-abril de 1968, pp. 48-57.)

[31] Trata-se do mesmo Alfredo Cortázar Toledo, citado na nota anterior.

[32] E. Olaya Herrera encorajara Ospina a aceitar esse cargo a fim de restabelecer a unidade da Federação.

departamentos passarão a ter na assembleia da Federação uma representação proporcional às quantidades de café que produzem. Com isso, eram corrigidos os desequilíbrios denunciados pelos produtores do oeste. Em 1935, uma reforma dos estatutos restringe a filiação somente aos "produtores". Desse modo, os exportadores eram excluídos. Pelo menos, em princípio: com efeito, é evidente que muitos dos grandes produtores participam também de atividades de exportação e haverá constantemente, no seio dos comitês, a presença desses importantes "produtores-exportadores".

Simultaneamente, os poderes dos dirigentes nacionais são aumentados. Sob o pretexto de evitar que a influência das lutas partidárias se exerça no nível local, um sistema de cooptação circular é posto em funcionamento, o qual será mantido até os anos 80. O próprio comitê nacional designa uma parte dos membros dos comitês municipais.[33] A composição da assembleia geral que tem a função de proceder à escolha dos membros eleitos do Comitê Nacional está assim nas mãos desse comitê.

Os recursos da Federação continuam limitados. Em 1931-1932 (para 18 meses), a receita prevista se eleva para 798.000 pesos. Em 1936-1938 (para 24 meses), atinge apenas 1.120.000 pesos:[34] uma cifra muito baixa.

Somente em 1940, com a criação do Fundo Cafeeiro, é que a Federação irá se tornar uma instituição financeira de primeiro plano. Mas a fundação de um Banco de Crédito Agrícola (a Caja de Credito Agrario, mais comumente conhecida como Caja Agraria) em 1931 — na qual Ospina desempenhou um grande papel põe à disposição dos grandes cafeicultores uma fonte de crédito. A Federação, de resto, participa em seu capital e em seu conselho de administração. O número de aderentes aumenta. Em 1936, é estimado em 60000 associados. A Federação toma consciência do papel econômico da pequena propriedade em épocas de crise. Isso não significa, evidentemente, que venha em seu socorro. De fato, a Federação construiu a estrutura oligárquica que a caracterizará, desenvolvendo ao mesmo tempo as redes de enquadramento dos produtores. O comitê nacional tem uma grande liberdade de iniciativa. Colocando em seu programa a instalação de silos e a assistência técnica aos cultivadores, começa a conquistar aquela

[33] No início tratava-se de um só membro. Em seguida será a metade.

[34] Federacafe, *Compilación Cafetera*. Cit.

presença capilar nas regiões cafeeiras que irá convertê-la na instituição econômica, política e cultural[35] que governa — bem mais do que o Estado — um décimo da população colombiana. Mas ela recusa precisamente o que poderia fazer com que, nessa fase, os pequenos proprietários superassem sua situação miserável: a defesa dos preços. E ela se atém a uma política de expansão ilimitada da produção. Em suma: não renuncia ao dogma do liberalismo econômico. M. Ospina Pérez estivera entre os que, em 1927, protestaram contra um financiamento através de um imposto sobre as exportações, convencido de que a Federação devia ser apenas uma cooperativa alimentada pelas cotizações de seus membros.[36] Ele se opôs *a fortiori* a uma intervenção nos preços do mercado interno, que fosse de encontro ao "jogo normal das leis econômicas e naturais".[37] Somente intervenções concretas podiam ser aceitas.

Os exportadores empenham-se para que a Federação não vá mais longe. Não há, em nenhum momento, qualquer tentativa no sentido de retirar aos exportadores privados o seu monopólio de fato. O fato de que sejam estrangeiros não provoca realmente inquietação. A atividade de comercialização nos mercados externos é concebida como uma atividade especializada. Somente durante a guerra de 40 é que essa atividade passará, em ampla medida para as mãos dos colombianos. Quanto à redução da produção, tal questão nem sequer se coloca. Desde 1931, Ospina adverte contra tal política. Em 1933, renova sua tomada de posição e se opõe assim a Alfonso López Pumarejo, que milita em favor de um acordo internacional de limitação das culturas.

Desvalorizar para manter a renda dos produtores: essa é a solução para as dificuldades do momento, adotada muito tardiamente. Suspender qualquer controle do câmbio: essa é ainda a demanda formulada pela Federação em julho de 1934.[38]

[35] Política, por causa da interferência entre redes de caciquismo e redes de intervenção da Federação; cultural, por causa de todo o sistema de educação e de representação simbólicas que a Federação difunde.

[36] M. Ospina Pérez, *Carta al Dr. López: la politica cafetera de Colombia*. Bogotá, Ed. Minerva, 1933.

[37] *Revista de Colombia,* agosto de 1931.

[38] Moção adotada na assembleia de Pasto, citada em *Compilación cafetera,* cit.

No momento em que o governo brasileiro suprime o Conselho Nacional de Café e instala em seu lugar o Departamento Nacional do Café, simples órgão ministerial, a vaidade da Federação Nacional dos Cafeicultores colombianos não deixa de parecer um desafio. Os riscos de um choque com o governo não são de modo algum ignorados.

Em 1932, o governo de E. Olaya Herrera foi em socorro dos cafeicultores, fazendo com que se beneficiassem de um prêmio. Uma vez estimuladas as desvalorizações, o governo instaura, ao contrário, uma taxa de câmbio diferencial sobre uma parte dos dólares provenientes do café. Um imposto modesto, mas que provoca o protesto em massa da burguesia do café. Mariano Ospina Pérez abandona seu posto de gerente em sinal de protesto. A Federação denuncia "um imposto (...) perfeitamente não habitual em nosso país".[39] A emoção é tal que, no início de 1935, os cafeicultores convocam uma conferência extraordinária para obter a supressão da medida "discriminatória".

Trata-se, contudo, de uma pequena escaramuça. De amplitude inteiramente diversa é o conflito com o governo de A. López Pumarejo. A autonomia da Federação está em jogo. Uma solução do tipo da brasileira não está excluída.

A. López Pumarejo é partidário de uma política de defesa dos preços e de limitação das exportações, no quadro de um acordo com o Brasil. A independência da Federação lhe parece, ademais, um desafio ao regime liberal.

Um "Estado no Estado", eis o que ela se tornou, segundo a expressão do ministro da Agricultura de López.[40] Ela impõe seus interesses como se fossem os do país, como as desvalorizações testemunham.

Nessas condições, alguns membros do governo, tendo à frente o ministro da Agricultura, pensam em seguir o exemplo brasileiro, transformando a Federação num departamento ministerial. Alfonso López Pumarejo não vai tão longe. Mas impõe, em 1935, uma modificação na natureza da Federação, sob a forma de uma revisão dos estatutos. O comitê nacional compreendia até então 7 membros, um dos quais era representante

[39] Mensagem ao presidente Oloya, 4 de maio de 1934.
[40] Relatório ao Congresso da Federação, citado em *El Tiempo,* 4 de agosto de 1935.

do governo. Passará agora a compreender 10, 5 representantes eleitos dos cafeicultores e 5 representantes dos poderes públicos, entre os quais 3 ministros e os gerentes da Caixa Agrícola e do Banco Agrícola Hipotecário. Portanto, a paridade é estabelecida entre privado e público na direção do "grêmio". Em caso de empate, o presidente da República tem a última palavra. Também é ele quem nomeia o gerente, com base numa lista tríplice apresentada pela assembleia dos cafeicultores. Os governadores dos departamentos tornam-se membros de direito dos comitês departamentais.

Os dirigentes dos cafeicultores protestam. Todos os membros do comitê nacional pedem demissão; e, no Congresso de 1935, que deve ratificar a mudança, um terço dos delegados se retira para expressar seu protesto contra a "oficialização" da Federação. Mas os cafeicultores não têm os meios de impedir o governo de levar a cabo seu projeto.

Tornada semioficial, a Federação deixa de lado sua doutrina de não intervenção nos preços. O novo gerente crê que a Federação deve intervir para defender os preços internos e para proteger os pequenos produtores contra as manobras dos intermediários comerciais: "A política do café, se há uma — diz ele —, deve ser apenas um aspecto da política econômica do governo; e é evidente que, para desempenhar esse papel, a Federação deve conjugar sua ação com a do chefe do Estado".[41]

A mudança de rota entra em aplicação. Têm lugar conversações com o Brasil, tendo em vista uma coordenação das vendas. Em outubro de 1936, é assinado um acordo em Bogotá, que prevê reajustamentos dos preços de venda entre os dois países, com o café colombiano sendo vendido a um preço levemente superior, sem que a diferença possa superar um certo nível. Além disso, a Federação realiza compras apreciáveis com o objetivo de defender os preços.

O intervencionismo aparentemente triunfa. Alfonso López felicita-se pela "alta dos preços obtida graças ao acordo com o Brasil".[42] Todavia, ela não resiste à primeira prova. No início de 1937, produz-se uma nova queda nas cotações internacionais.

[41] Declaração a *El Tiempo,* 16 de janeiro de 1937.
[42] *Revista Cafetera de Colômbia,* n. 100, agosto-novembro de 1937.

A Federação realiza novas compras junto aos produtores. De outubro de 1936 a abril de 1937, acumulam-se 350000 sacas em seus armazéns. Todavia, ela nem sempre dispõe de um fundo especial para financiar essas operações. Portanto, encontra-se virtualmente coagida à falência. Volta-se para instituições de crédito, mas o Banco da República — controlado pela oligarquia financeira faz ouvidos moucos.

A Federação solicita ao Parlamento uma ampliação do imposto sobre às exportações de café, mas os cafeicultores — que são numerosos entre os parlamentares — são hostis à solicitação. Quanto às firmas exportadoras, essas especulam com a diminuição dos preços de compra internos e com as dificuldades de um governo que não as poupava. É o fracasso evidente da defesa dos preços. Os grandes produtores e os exportadores triunfam. Mariano Ospina Pérez reafirma sua tese: "a limitação oficial das colheitas" é absurda. Convém aceitar "a plena independência da produção de café, na previsão das possibilidades presentes ou futuras dos mercados". O Congresso de junho de 1937, que celebra o retorno ao "razoável" e a volta de Mariano Ospina Pérez e de Esteban Jaramillo aos comitês, conserva certamente a presença de cinco "funcionários" no comitê nacional e dos governadores nos comitês departamentais. Mas, embora não proíba qualquer ação no mercado interno — a Federação "deve continuar a intervir, em função de seus recursos, nos mercados do café"[43] —, o contrato assinado em setembro com o governo enumera limitativamente os casos em que a intervenção é legítima e, tal como nos estatutos iniciais da organização, a defesa dos preços é prevista apenas nos municípios onde se produza uma diminuição dos preços de compra "não justificada" por uma diminuição dos preços externos.[44]

O gerente nomeado no Congresso, Manuel Mejia, cafeicultor de Caldas, fixa para a Federação "dois objetivos principais entre as medidas complementares que é preciso adotar: a manutenção da excelente qualidade do café colombiano e, tanto quanto possível, a diminuição dos custos de produção".

[43] *Ibidem.*
[44] *Ibidem.* Os dois outros casos permanecem: excesso da demanda externa em relação à oferta; e conquista de novos mercados.

O essencial do que não estava inscrito na definição inicial é obtido: a Federação, organização de direito privado, é agora encarregada de uma missão pública, a gestão da política do café. O primeiro aspecto não será mais posto em discussão: diversos atos jurídicos confirmarão, no passar dos anos, o estatuto privado da Federação; e, vinte anos depois, em 1957, como se fosse necessário dar ainda mais evidência à autonomia do "grêmio" dos cafeicultores, uma revisão dos estatutos atribuirá uma sexta cadeira aos eleitos pelos cafeicultores no comitê nacional, conservando-se cinco lugares para os representantes da administração. O segundo aspecto tornar-se-á evidente quando da criação do Fundo Nacional do Café, em 1940, um estabelecimento cujos recursos provinham de um imposto, mas cuja gestão foi confiada à Federação. Uma desforra, também nesse caso, dos cafeicultores, depois da taxa diferencial estabelecida em 1934. Vitória de uma oligarquia que faz admitir uma petição inusitada: "não há imposto que não deva ser devolvido a quem o pagou".[45]

Em 1937, a Federação adquire as características que irão doravante ser as suas. Estabilidade: Manuel Mejia, o gerente, será mantido no cargo até sua morte, em 1957; seu sucessor continua em função até hoje, 1982; nos comitês, nacionais e departamentais, a rotatividade é lenta e se estabelecem dinastias familiares;[46] protegida pelos regulamentos, a cooptação prevalece, em proveito dos grandes produtores, que são frequentemente proprietários de firmas de tratamento do café. Desconfiança em face da burocratização: a Federação tem um número muito reduzido de empregados; em 1943, conta com 23 em sua sede central; em 1967, conta com 267.[47] Isso não a impede de possuir técnicos competentes. E, também, a desconfiança em face da politização partidária: ao estabelecer em suas instâncias dirigentes a paridade entre os dois Partidos, ela aparece como uma instituição acima dos conflitos, com uma fortaleza inexpugnável nos momentos de tempestade.

[45] O VII Congresso da Federação, em 1935, expressara seu protesto contra a taxa diferencial e votara uma moção solicitando uma reforma constitucional que proibisse a cobrança de um imposto, direto ou indireto, sobre as exportações de produtos agrícolas, para as despesas correntes do Estado, permitindo-o somente quando destinado à proteção, defesa ou desenvolvimento da atividade ou das atividades exigidas pelo produto.
[46] Cf. P. Gilhodes, *La question agraire en Colombie.* Paris. Armand Colin, 1974, pp. 183 e ss.
[47] Incluindo pessoal departamental, ela tinha em 1967 somente 1.905 empregados.

A Federação é um "grupo de pressão"? Já o era antes de 1937, continuará a sê-lo em seguida. Mas é muito mais do que isso. A autonomia que lhe é agora reconhecida faz dela um centro de decisão. A pressão dos cafeicultores se expressa nos comitês locais e nas assembleias da organização. O gerente, algumas vezes, serve de eco a essas pressões; ele tem como principal papel a elaboração da política do café. Certamente em acordo com o governo, mas sem complacência. A informação internacional e nacional de que ele dispõe — e disporá cada vez mais, graças aos representantes da Federação no exterior, por um lado, e aos representantes departamentais, por outro — confere-lhe uma vantagem decisiva sobre seus interlocutores.

Nas origens do modo liberal de desenvolvimento

A intensidade dos conflitos agrários, por um lado, e a fragilidade da Federação dos Cafeicultores, por outro, provam que a burguesia do café não havia ganho previamente o jogo em 1930; e tampouco o havia feito o liberalismo econômico, ao qual ela serve como suporte.

O reconhecimento do papel desempenhado pela pequena propriedade foi, certamente, um elemento decisivo de seu sucesso. A não contabilização do trabalho familiar, a presença de culturas de subsistência, asseguram a viabilidade desse tipo de propriedade, mesmo quando a renda monetária das mesmas tende a zero. Portanto, ela está destinada a servir de amortizador em períodos de crise. A burguesia comercial-exportadora, com suas ramificações locais, encontra ainda menos motivos para condená-la, na medida em que a produtividade das mesmas não é muito diferente da que predomina nas *haciendas*,[48] e em que ela pode ampliar suas margens de lucro impondo seu monopólio de compra[49] ou seus critérios de qualidade do grão.[50] Disso não se segue que a distribuição global da propriedade

[48] Recordemos que todos os estudos provam que a produtividade é mesmo maior nas pequenas propriedades (salvo os minifúndios) do que nas grandes. M. Palácios demonstra que isso é verdade ainda em 1970: os rendimentos dependem da localização, não do tamanho da propriedade *(Coffee in Colombia,* cit.).

[49] M. Palácios descreveu muito bem alguns métodos de compra praticados por firmas exportadoras (nos anos 10). É certo que nem todos esses métodos haviam desaparecido em 1930.

[50] A Federação estabeleceu critérios de classificação dos grãos. Os intermediários compram mais barato o café que não entra na qualidade superior.

melhore. Decerto, a parcela das grandes propriedades no total das superfícies consagradas ao café diminuiu entre 1932 e 1954; em Cundinamarca e Tolima epicentros das lutas agrárias, o número de propriedades agrícolas cafeeiras mais do que duplicou durante esse lapso de tempo; em Cauca e Huila a pequena colonização progride. Mas se constata também que o porte médio dos "cafezais" (parte da propriedade dedicada ao café) aumenta principalmente em Caldas e em Valle,[51] sinal do avanço de proprietários ricos ou de uma classe média rural de modo algum negligenciável.

Três outros fatores contribuíram para que a burguesia do café preservasse sua independência em face do Estado: sua fragmentação inicial, a autonomia deixada aos exportadores privados a gestão brasileira.

O primeiro argumento, com efeito, é uma hipótese que não está plenamente demonstrada: a fraqueza organizacional da burguesia em 1930 talvez seja o que lhe permitiu subtrair-se à tutela do Estado. Tende-se frequentemente a avaliar o poder de uma burguesia pela dimensão de sua unidade e de sua consciência do futuro. Não é certo que as coisas se passem assim no caso de uma burguesia agroexportadora exposta às bruscas flutuações dos mercados externos. A defesa dos interesses imediatos; a dispersão e o regionalismo podem ser — pelo menos durante algum tempo estratégias igualmente adequadas. Pode-se supor que, se a Federação tivesse desde o início uma melhor coesão, o reequilíbrio de forças entre os produtores de Cundinamarca e os da zona de colonização antioquenha teria sido realizado com maior dificuldade, ao mesmo tempo em que os compromissos entre produtores e exportadores não teriam predominado tão facilmente nem teriam tido a mesma flexibilidade. E igualmente possível que os conflitos agrários tivessem sido ainda mais extensos e politizados. A fragmentação local, a adesão a uma racionalidade limitada, deixavam às diversas componentes da burguesia do café os meios de encontrar uma resposta diferenciada para a crise e de garantir seu predomínio no interior da sociedade civil. Quanto ao governo, esse experimentou — com o fracasso de A. López Pumarejo — os obstáculos que se opõem ao controle de uma organização que se apoia em transações sutis. A Federação, decerto, mudará de caráter a partir de 1940. Mesmo fortalecida, contudo, ela continuará a permitir que as rivalidades entre os diversos estratos de

[51] Palácios, *op. cit.*

produtores, entre esses e os intermediários comerciais ou os exportadores privados, explicitem-se e se manifestem por vezes de modo virulento. Ela agirá no sentido de defender os preços, externos e internos, mas não substituirá os exportadores privados, salvo em momentos muito excepcionais.[52]

Os exportadores privados continuarão a se encarregar, nos momentos normais, do essencial das exportações destinadas aos Estados Unidos. São pouco numerosos e, no mais das vezes, uma dezena de firmas controla o essencial da exportação. Abaixo delas, há toda uma rede interna de comunicação, que começa na lojinha da aldeia. Tudo isso esboça um duplo campo de negociação permanente: entre os exportadores e os pequenos negociantes; entre os exportadores, a Federação e o Estado, que tem como objeto a fixação do preço de reconversão das divisas e o preço interno. Os exportadores dispõem de um duplo trunfo. Conhecem bem o mercado americano. Sabem que a Federação só excepcionalmente dispõe de recursos que lhe permitam realizar compras maciças em detrimento dos exportadores. O modelo liberal funda-se também nesse complexo sistema de negociação. Federação e exportadores são, ao mesmo tempo, rivais e aliados.

O triunfo das teses liberais não pode ser isolado da política brasileira do café. Em 1930-1937, a Colômbia foi diretamente beneficiária das medidas de valorização do principal país exportador. Não se aproveitou apenas da defesa dos preços. Chegou sobretudo a conquistar, em detrimento do Brasil, uma parcela maior do mercado mundial: em 1930, as exportações colombianas de café representavam menos de um quarto das exportações brasileiras; em 1940, mais de um terço. O intervencionismo do Estado brasileiro é algo que está na base do liberalismo colombiano.

Resta um último elemento que é de natureza política. Acabamos de evocar a predominância da burguesia do café no seio da sociedade civil. O sufrágio tomou-se universal em 1935. A burguesia do café e suas correias de transmissão estão em condições de captar a grande maioria dos votos nos departamentos produtores. Redes de comercialização e redes de ação

[52] O período da alta excepcional da cotação do café em 1975-1977 permitiu constatar, uma vez mais, a importância dos exportadores privados e da apropriação que eles efetuam. Estimativas sérias estabelecem que mais de 30% dos frutos dessa alta ficou nas mãos de tais exportadores. Em 1977, durante alguns meses, contudo, a Federação monopolizou as exportações.

política se entrecruzam em ampla medida; o comprador e o comerciante da aldeia servem frequentemente para assegurar essa complementaridade, que é também garantida na sede do município ou na capital departamental pela dupla função de múltiplos negociantes. Mas o grande proprietário — residindo na cidade e recorrendo em sua plantação ao trabalho assalariado dos pequenos proprietários — está igualmente bem situado para obter uma lealdade política fundada numa adesão comum à mesma subcultura partidária. Ou ainda: os advogados, símbolos da classe média, os quais sem inquietar a burguesia local — chegam a controlar certas instituições em tomo das quais se organiza o jogo clientelista. Surge assim, pela base, nas relações de produção, de comercialização e de comunicação, um sistema de dominação do qual a burguesia do café é a viga mestra. Esse sistema faz com que ela disponha, em face do Estado, de um poder de negociação considerável. Nas assembleias departamentais, assim como no Parlamento, está abundantemente representada. Inúmeras personalidades políticas têm vínculos com a Federação dos Cafeicultores. Os programas sociais que a Federação vai progressivamente instaurar não farão mais do que acentuar sua capacidade de arregimentação.[53] O florescimento do liberalismo econômico, mas também da democracia restritiva, é inseparável dessa presença política.

A burguesia do café, desse modo, avança em diversas frentes. Não precisa de modo algum proclamar sua unidade, como um grupo de pressão qualquer ou como um grupo político. Atua em planos diversificados, em nome de estratégias específicas, sob identidades variáveis em cada oportunidade. Os conflitos atravessam-na, mas — ao mesmo tempo — constituem-na como ator central.

[53] As entrevistas que figuram na tese de Soledad Ruiz *(L'idéologie des paysans colombiens,* Paris, Tese de 3º ciclo, EHESS, 1980) revelam a onipresença da Federação, em 1970, na vida cotidiana dos camponeses.

A VENEZUELA COMO EXPORTADORA DE PETRÓLEO[1]

Luis Gómez C.
Heinz R. Sonntag

Introdução

Um dos focos de interesse e polêmica na teoria do desenvolvimento é o da importância relativa do capital e da organização sociopolítica de tal processo (Hirschman, 1977: 199-206). Embora se admita que diversas modalidades de condições e combinações de ambos os fatores podem favorecer ou obstaculizar o crescimento e a transformação estrutural da economia, o capital tende a ser considerado um recurso de incidência predominantemente positiva, na medida em que muitos modelos de crescimento o incluem como variável *sine qua non* para viabilizar o processo. Mais ainda: a atividade das agências nacionais ou internacionais de desenvolvimento é em grande parte, embora não exclusivamente, um trabalho de captação e alocação de capitais de modo a maximizar seu efeito multiplicador.

Nesse sentido. a existência de países com predomínio das características especificas da periferia capitalista — com exceção dos que dispõem de um excedente significativo de receitas que possa ser convertido em capital — pode dar lugar ao exame das formas assumidas pelo desenvolvimento, supondo-se que a variável "capital" exerça restrições mínimas (pelo menos em termos comparativos com outras economias subdesenvolvidas).

Foi esse o caso de vários países latino-americanos durante períodos limitados (salitre no Chile, guano no Peru, borracha no Brasil), mas é particularmente visível como condição a longo prazo nos países petrolíferos e, no caso da América Latina, na Venezuela.

Soma-se a essa condição o surgimento, por volta da metade deste século, de teorias e estratégias dirigi das explicitamente para a obtenção deliberada e programada do desenvolvimento, entendido como a superação das condições de "atraso" econômico, tecnológico e sociocultural; da

[1] Este artigo foi traduzido por Carlos Nelson Coutinho.

excessiva dependência da monoexportação; das travas institucionais para o crescimento autossustentado, etc.

A combinação entre esses dois fatores propiciou que a Venezuela, a partir de 1936, enfrentasse a necessidade de definir modos de utilização de suas rendas petrolíferas para a obtenção de certas metas explícitas, sem se limitar à pura expansão quantitativa das atividades econômicas.

Como era previsível, a orientação da estratégia econômica foi se definindo em torno de um modelo de crescimento industrializador, substitutivo de importações, promotor do mercado interno e do investimento privado, com um forte papel do Estado e orientado para a meta de diversificar a economia e torná-la menos dependente do produto de exportação.

O que para outros países era uma peremptória necessidade, derivada da debilidade e instabilidade estrutural de suas exportações, foi para a Venezuela uma opção de longo prazo, não tanto exigida pelas circunstâncias, mas antes ditada por um projeto sociopolítico e estratégico mais amplo, onde o econômico é apenas um dos aspectos.

Paradoxalmente, não por ser menos necessário era esse projeto de desenvolvimento menos viável, já que a renda petrolífera fornecia sem dificuldade alguns dos elementos principais da estratégia desenvolvimentista: o mercado interno, os bens de capital, a tecnologia, a infraestrutura e o capital.

Em outras palavras: poucos países encontraram condições materiais tão favoráveis para a obtenção das finalidades mencionadas.

Não obstante, sem negar a existência de profundas mudanças estruturais na economia e na sociedade venezuelanas, os resultados dessas condições favoráveis não correspondem às metas do programa desenvolvimentista.

O fato de que a economia venezuelana seja tão ou mais dependente da renda petrolífera do que antes da aplicação da estratégia de desenvolvimento é indiscutível: o que permanece como uma incógnita é a combinação precisa de fatores econômicos, sociopolíticos e culturais que contribuíram para esse resultado.

Embora o presente trabalho não pretenda dar respostas definitivas a esse respeito, tenta formular hipóteses que contribuam para a compreensão do desenvolvimento venezuelano e sua comparação com o de outros países.

Embora as bases econômicas e sociais do sistema de dominação sob o condicionamento do petróleo tenham sido lançadas a partir de meados da década de 20 (em 1925, o valor da exportação petrolífera supera pela primeira vez o das exportações agropecuárias), seus efeitos nesse sistema só se fazem sentir depois da morte do ditador Juan Vicente Gómez, em finais de 1935. Com efeito, a década situada entre 1925 e 1935 fora caracterizada por transformações significativas nas estruturas econômicas e de classes e setores sociais. A crise mundial, em começos de 30, acelerou tais transformações ao afetar fortemente a agricultura de exportação, o que aprofundou mais ainda processos econômicos e sociais já em andamento.

Entre as transformações, podem-se destacar:

a) a perda crescente e rápida de dinamismo do setor agroexportador e simultâneo auge do setor exportador de petróleo, que substituiu o primeiro como eixo da economia;

b) o dinamismo infinitamente maior infundido pelo setor exportador de petróleo em todas as atividades econômicas, especialmente as relacionadas com o comércio de importação;

c) modificações no interior da classe dominante, na qual as frações baseadas nas declinantes atividades agroexportadoras vão sendo crescentemente deslocadas de seu lugar preponderante pelos setores da "burguesia" comercial;

d) crescimento quantitativo e qualitativo dos setores médios, simbolizado nas rebeliões de 1928 e no surgimento, frequentemente clandestino, de organizações políticas representativas dos mesmos;

e) incremento de um proletariado (petroleiro e não petroleiro) e de um subproletariado urbano, esse último resultado dos processos migratórios desencadeados pelas transformações antes mencionadas.

O sistema de dominação instaurado pela ditadura de Gómez, contudo, mostrou-se capaz — até a morte do General — de conter os impactos que essas transformações tinham sobre ele. Tampouco teve efeito na configuração da hegemonia no interior da classe dominante o auge da

"burguesia" comercial importadora; a hegemonia permaneceu em mãos dos setores agroexportadores e dos grupos militares tradicionais, com poder econômico real cada vez menor. Em outras palavras: a crise mundial do quinquênio não levou, ao contrário da maioria dos outros países latino-americanos, a uma crise social que obrigasse à reorganização do sistema de dominação. A substituição de um modelo econômico baseado na agroexportação por um sistema econômico baseado na exportação de petróleo — evidentemente mais dinâmico e produtor de mais riqueza — ocorreu sem maiores traumas, precisamente por causa das características do novo modelo econômico.

Somente depois da morte de Gómez é que começam a se dar mudanças no sistema de dominação. Tais mudanças estão longe de refletir fielmente as transformações ocorridas nas estruturas econômicas e de classes e setores sociais na década anterior; elas são bem mais estreitas quando comparadas com a envergadura das referidas transformações. Apesar disso, o governo do general Eleazar López Contreras (1936-1941) marca o início da adequação do sistema de dominação (e da constituição de um Estado capitalista) a estruturas sociais em pleno e rápido processo de mudança.

De qualquer modo, é necessário destacar um fato singular. Entre 17 de dezembro de 1935, data na qual se anuncia a morte de Gómez, e abril de 1936, quando o general López Contreras é proclamado presidente "constitucional" da República pelo Congresso, e mesmo até finais desse mesmo ano, o sucessor consegue eliminar da cena política do país os "gomezistas" mais recalcitrantes, ao retirar a influência política que os colaboradores mais íntimos de Gómez tentavam conservar. Não é que López Contreras tenha destruído a velha classe dominante; o que fez foi eliminar dela uma fração cujo poder se baseava fundamentalmente em suas conexões diretas e imediatas com o ditador morto. Esse período assistiu, ao mesmo tempo, a um auge no movimento dos setores médios, do proletariado petroleiro e não petroleiro e de suas organizações políticas, um auge que foi, porém, brutalmente freado em menos de um ano, quando o "novo" sistema de dominação que se consolidava mostrou seus efeitos.

Embora a pressão desses setores médios, do proletariado e de suas organizações políticas (que, diga-se de passagem, continuaram na clandestinidade até quase o fim do quinquênio constitucional) contribuísse então para a modernização do Estado no sentido do capitalismo e do

sistema de dominação em sua totalidade, foram as paulatinas mudanças de hegemonia que se revelaram decisivas. Com efeito, o quinquênio de López Contreras conheceu um processo de industrialização ligeiramente acelerado e a ulterior diversificação das atividades econômicas da classe dominante (Sonntag-De la Cruz, 1979, p. 11), diversificação que já se iniciara nos anos anteriores, com a constituição de bancos e o aparecimento do capital financeiro.

Uma das particularidades de todo esse processo foi o fato de que seus principais atores eram recrutados na própria classe dominante (com exceção dos grupos mais ligados a Gómez), a qual sentiu o impacto em seu. seio da transição por fim estruturalmente realizada da economia agroexportadora para a economia exportadora de petróleo. Isso implicou uma forte mudança de acento na articulação da hegemonia, embora essa se mantivesse basicamente encarnada nos mesmos setores e frações de classe. Essa mudança de acento inclinou a balança dos interesses hegemônicos no sentido de uma modernização moderada do sistema de dominação e da estruturação de um Estado capitalista.

Outra particularidade é o resultado direto do caráter exportador de petróleo da economia venezuelana. Tal caráter, em combinação com modificações da legislação nacional sobre a exploração petrolífera, faz com que o Estado se converta cada vez mais em arrecadador de receitas relativamente elevadas e, consequentemente, em distribuidor das mesmas. Isso confere ao Estado um peso especial na articulação global do sistema social, inclusive em medida maior do que pode ser observado em outros países da periferia capitalista (Sonntag, 1973, *passim*). Desse modo, as transformações da estrutura econômica e a mudança de acento nos interesses hegemônicos contaram, nesse quinquênio, com a participação ativa do próprio Estado, o qual passou desde então a operar como um dos atores dinamizadores da mudança social.

Ora, se o Estado capitalista é, em cada momento, a condensação de uma correlação de forças sociais (Poulantzas, 1979, *passim*), o Estado venezuelano da época estava, no melhor dos casos, em vias de se converter em capitalista. Apesar das mudanças de acento na hegemonia, o Estado continuava sob o domínio da classe dominante (em processo de transformação) e dos grupos militares tradicionais (ambos expurgados dos elementos já mencionados). Os setores médios e as classes subalternas

(proletariado petroleiro e não petroleiro, subproletariado urbano, campesinato) tinham ainda pouca ingerência no Estado. Um indicador disso é o fato de que o único nível de participação popular através de eleições era o municipal, já que o Congresso e o presidente eram eleitos indiretamente. Contudo, as organizações políticas representativas desses setores e classes continuaram — mesmo após o término da época "primaveril" de López Contreras (até início de 1937) — organizando movimentos sociais em favor da "democratização", os quais anteciparam e foram um reflexo inicial do que haveria de ocorrer alguns anos depois.

No que se refere à parte institucional do Estado no período em questão, produzem-se mudanças significativas que dão início à modernização do aparelho estatal e são, ao mesmo tempo, indícios da mudança de acento ocorrida na articulação da hegemonia, já que a classe dominante compreende a necessidade de ir adaptando a estrutura institucional do Estado ao que vai se configurando como seu "novo" projeto. Assim, são fundados o Banco Central da Venezuela (1939) e companhias aéreas, com participação do capital do Estado; e é reestruturado, ao mesmo tempo que modernizado e ampliado, o sistema de comunicações do país. O Estado também começa a participar diretamente das atividades econômicas enquanto "capitalista", o que assinala o início do caminho que — em seguida — levará à configuração de um poderoso Estado-produtor.

A rigor, as atividades petrolíferas das companhias transnacionais continuavam a ser um enclave na economia nacional, pelo menos no que se referia à sua vinculação com as demais atividades econômicas: os insumos de tecnologia petrolífera em sua totalidade, e até mesmo bens de consumo para os empregados das companhias de petróleo, são importados, enquanto o produto é exportado como matéria-prima, que é refinada nas refinarias das Antilhas Holandesas. Contudo, isso não pode ocultar o imenso efeito dinamizador, já mencionado, da atividade petrolífera, não somente no que se refere às outras atividades econômicas, mas também — e de modo muito especial — em relação à estrutura de classes e setores sociais e, por conseguinte, à estrutura sociopolítica em geral. Nessa última, há poucos indícios de uma ingerência direta e permanente das companhias petrolíferas nos processos de tomada de decisões. Seus interesses foram se ligando aos de certos setores e frações da classe dominante, especialmente aos da

"burguesia" comercial, que atuaram então no interior do processo sociopolítico não somente em função própria mas também como representantes dessas empresas transnacionais.

É importante registrar e refutar uma colocação que muitas vezes é feita a respeito da presença das transnacionais em economias petrolíferas. Argumenta-se que tais transnacionais se apoderam da vida política, de modo que o centro da tomada de decisões só formalmente está situado no Estado. Para garantir isso — prossegue a argumentação —, as transnacionais se valem dos serviços diplomáticos e secretos de seus países de origem, obtendo assim um domínio pouco menos que completo do processo sociopolítico do país com recursos petrolíferos. Trata-se, evidentemente, de uma visão simplista. Embora não se possa negar que as transnacionais petrolíferas exerçam forte influência, a possibilidade da tradução delas em políticas concretas passa por sua mediação, ou seja, por sua vinculação com setores e frações da classe dominante local. Isso vale, pelo menos, para o caso em que a atividade petrolífera não se inicia num âmbito sociopolítico "virgem", mas no interior de uma estrutura econômica e social com uma tradição histórica organicamente desenvolvida, estrutura que inclui classes dominantes e dominadas (ainda que em processo de transformação, pela própria implantação da atividade petrolífera), determinadas formas de vida político-institucional e uma "cultura" política, por mais rudimentar e excludente que possa parecer. Se o processo sociopolítico fosse concebido como estando dominado pelas transnacionais, cometer-se-ia — além de uma distorção da própria realidade dos fatos — um erro teórico de grande monta; retirar-se-ia da respectiva formação social qualquer dinâmica própria, ao mesmo tempo em que seria ignorada sua contraditoriedade específica, a qual reside nas lutas de classe internas. E é claro que, no caso venezuelano, ocorriam já todos os fatores mediadores que mencionamos.

O período constitucional seguinte, presidido pelo General Isaías Medina Angarita (de 1941 até sua derrubada em 18 de outubro de 1945), assiste ao aprofundamento e acentuação das tendências que se vinham configurando no período anterior, ou seja, após a morte de Gómez.

Já que o período de Medina caracterizou-se por uma crescente abertura do sistema político, os partidos e organizações políticas dos setores médios conseguiram penetrar de modo mais intenso no Estado. Esse vai

cada vez mais se transformando em um Estado capitalista, no sentido da definição de Poulantzas anteriormente citada. Ademais, tais setores conquistam para seu projeto político democratizador os setores proletários e subproletários urbanos, mobilizando-os cada vez mais ao longo do quinquênio. Um veículo para obter isso é precisamente a fundação e organização dos partidos políticos; a Ação Democrática surge para a vida legal em 1941, enquanto outros partidos e grupos seguem-na com relativa rapidez. Todos eles iniciam um trabalho organizativo em nível nacional, o que implica uma ampla mobilização dos líderes tanto espacial quando socialmente. Explica-se desse modo, também, o fato de que as massas rurais comecem a ser incluídas crescentemente no processo sociopolítico.

Durante o período de Medina Angarita, prosseguem igualmente as mudanças de acento na articulação da hegemonia no interior da classe dominante. Com efeito, aprofunda-se o processo de industrialização que se iniciara na década anterior (Sonntag-De la Cruz, 1979, pp. 12 e ss.). Isso acarreta profundas consequências para a forma em que se irá articular a hegemonia daí para a frente. Embora seja certo que ainda não se pode falar de um projeto industrialista da classe dominante, não é menos certo que tal projeto vai se plasmando com nitidez cada vez maior. Excluídos os gomezistas mais recalcitrantes da classe dominante quando do governo López Contreras, começam agora crescentemente a perder poder político os setores tradicionais, alguns de cujos integrantes se incorporam às novas frações em ascensão. A "burguesia" comercial continua a ser a fração economicamente mais poderosa, porém diversifica cada vez mais suas atividades no sentido de ingressar na indústria e até mesmo nos setores financeiro e bancário. Desse modo, continua válido o que observamos para o período anterior: a mudança de acento na articulação da hegemonia só excepcionalmente significa uma mudança na composição social da classe dominante. Essa continua a encarnar-se basicamente nos mesmos indivíduos, grupos e famílias o que lhe empresta uma considerável homogeneidade.

No que se refere às reformas do aparelho de Estado, o período de Medina Angarita registra igualmente a continuação das tendências anteriormente registradas. Prosseguem a modernização do Estado venezuelano e o aprofundamento de sua participação em atividades econômicas enquanto "capitalista". Rapidamente o Estado começa a

assumir o papel de fomentador do processo de industrialização, ao instalar em 1943 uma "Junta de Produção", cuja tarefa básica consistia na promoção de atividades relacionadas com a produção industrial e agropecuária.

A relação com as transnacionais petrolíferas (e seus países de origem) não experimentou maiores alterações no padrão de confrontação parcial e de negociação, um padrão que viera se afirmando sob o governo de transição de López Contreras. A nova legislação petrolífera de 1943 deu ao Estado venezuelano uma maior participação, através da via fiscal, nos lucros das companhias; mas, ao mesmo tempo, o governo outorgou novas e extensas concessões às empresas. Essas últimas continuavam a exercer sua influência no sistema sociopolítico, sob a forma da associação com frações e setores da classe dominante interna.

Sob a superfície de uma continuidade bastante marcada, contudo, operaram-se algumas mudanças significativas, insinuadas nos parágrafos anteriores. Vale a pena que nos detenhamos nelas, já que explicam, em grande medida, o final abrupto do período constitucional de Medina Angarita.

Já assinalamos que o projeto público dos setores médios, voltado para a democratização do sistema político venezuelano, conseguiu a adesão de amplos setores "populares" (do proletariado petroleiro, do crescente proletariado não petroleiro, do subproletariado urbano e até mesmo do campesinato). Essa adesão aumentou consideravelmente a forma e o significado social do projeto. Desse modo, cresceu a pressão sobre o sistema de dominação, em favor de mudanças na constituição do mesmo.

Paralelamente ao auge do processo democratizador, teve lugar o desenvolvimento de um projeto socioeconômico modernizador. Quanto a isso, há que distinguir entre duas vertentes. Uma delas estava estreitamente vinculada ao projeto democratizador e tinha seu sustentáculo real nos setores médios. Reclamava transformações profundas da estrutura econômica do país, ao mesmo tempo em que exigia reformas sociais de grande envergadura. A outra vertente desse projeto socioeconômico estava se desenvolvendo e tinha sua base social em setores e frações da própria classe dominante. Também essa vertente reivindicava transformações da economia e visava à aceleração do processo de incipiente industrialização. Apesar da semelhança dos objetivos de ambas as vertentes, dirigidos para a modernização socioeconômica do país, havia uma diferença fundamental

entre as duas. A vertente apoiada pelos setores médios via o processo de modernização socioeconômica como parte intrínseca de um projeto mais global, cujo outro ingrediente era constituído pelo projeto sociopolítico democratizador. Para a vertente baseada em setores e frações da classe dominante, a democratização não era parte do projeto de modernização socioeconômica. Explica-se assim a razão pela qual não se produziu nem no período em questão nem no triênio democrático, mas somente no final da ditadura de Pérez Jiménez, uma aliança de classes entre os setores médios e os setores e frações com interesses "industrialistas" da classe dominante.

Outro importante elemento de mudança são as Forças Armadas. Depois da morte de Gómez, elas tinham conhecido um certo processo de modernização interna, que começara com a exclusão por López Contreras dos setores mais ligados ao "Benemérito", já que essa exclusão referia-se ao conjunto de tais setores, ou seja, também ao setor militar que fazia parte dos mesmos. Essa modernização prosseguiu e se acelerou no período de Medina Angarita. Pode-se mesmo falar de um processo de "profissionalização" de boa parte das Forças Armadas. É claro que esse processo não eliminou todos os vestígios tradicionais da estrutura militar. Mas produziu um grupo de jovens oficiais formados nas Escolas Militares de outros países latino-americanos, com ideias próprias sobre o desenvolvimento da nação e sobre o papel das Forças Armadas.

Ora, precisamente a contradição entre a modernização e a profissionalização do aparelho militar e a sobrevivência em seu seio de muitos elementos tradicionais vinha produzindo, ao longo dos quatro anos em que governou Medina Angarita, conflitos e fricções bastante sérios. Durante algum tempo, foi possível contê-los graças à estrutura hierárquica das Forças Armadas, mas nunca foram resolvidos. O resultado foi que uma parte da jovem oficialidade, também frustrada porque o acesso aos altos comandos continuava bloqueado, começou a conspirar contra o regime de Medina Angarita.

Os projetos de modernização socioeconômica e de democratização presentes na sociedade venezuelana da época tiveram certamente influência no conflito que se processava no interior das Forças Armadas. A oficialidade jovem se sentia atraída por esses projetos e compreendia a necessidade de inserir o aparelho militar nas mudanças que se vinha processando. Em outras palavras: se, no início, tratava-se de um conflito de

gerações, esse se transformou rapidamente num conflito de maiores dimensões. Um conflito que punha em julgamento o sistema de dominação desenvolvido depois da morte de Gómez e consideravelmente impulsionado por Medina Angarita.

Contudo, muitos desses jovens oficiais ainda acreditavam na possibilidade de chegar a um acordo com as forças militares que apoiavam o presidente Medina. Somente quando compreenderam que a influência dos militares tradicionais continuava a ser e acessivamente grande para permitir tal acordo é que se lançaram abertamente na conspiração, impelidos também, talvez, pelo temor de uma restauração tradicional nas Forças Armadas encarnada por López Contreras, que pretendia voltar a ser Presidente da República.

Dos documentos da época e de algumas entrevistas realizadas (por exemplo, com o General Marcos Pérez Jiménez, naquele momento um importante conspirador, e mais tarde ditador entre 1948-1952 e 1958), depreende-se que esses jovens oficiais pensavam inicialmente num golpe puramente militar, sem ingerência de elementos civis nem apoio por parte dos partidos e organizações representativos dos setores médios. Todavia, mudaram de opinião e desfecharam o golpe depois de entrarem em acordo com a Ação Democrática.

Essa mudança de opinião deveu-se, evidentemente, a uma dupla necessidade. Em primeiro lugar, o apoio do Partido — de longe o melhor e. mais amplamente organizado — fornecia ao golpe uma base social ampla, que podia ser mobilizada no caso de o "pronunciamento" deparar-se com uma resistência por parte dos setores militares tradicionais e das forças sociais ligadas ao Presidente Medina Angarita. Em segundo lugar, essa mesma base social ampla emprestava ao golpe uma legitimação, tanto mais necessária quanto o sistema de dominação se "abriria" consideravelmente para formas de participação democrática durante o período do sucessor de López Contreras.

Os motivos da Ação Democrática para ingressar na conspiração e participar do golpe derivavam do fato de que o Partido considerava o processo de democratização e modernização socioeconômico em curso como demasiadamente lento. E isso, sobretudo, após o fracasso dos líderes do Partido em chegar a um acordo com Medina Angarita sobre sua sucessão no cargo de Presidente da República. Medina, após parecer estar disposto a

concessões nessa questão tão fundamental para a AD (a eleição do Presidente por sufrágio livre, universal, direto e secreto), voltou atrás quando o candidato de compromisso entre ele e o Partido não foi encontrado. Na mesma ordem de ideias, a AD teve sérias reservas diante da possibilidade de que López Contreras voltasse à Presidência, considerando que isso significaria um retrocesso no processo sócio-histórico do país.

Não há indícios de que as transnacionais petrolíferas estivessem envolvidas no golpe. Ao contrário. Pelo menos é o que parece insinuar a reação da Embaixada dos Estados Unidos, que considerava os golpistas civis e militares como um movimento radical a ser tratado com muita cautela, do mesmo modo como a própria reação da opinião pública norte-americana, fortemente hostil ao novo governo.

A ruptura representada pelo 18 de outubro de 1945 foi estudada principalmente em termos políticos, já que as reformas por ela introduzi das no sistema e na dinâmica política do país foram efetivamente de grande importância. Mas não é menos importante, a aceleração do processo modernizador, que se apoia no que havia sido conquistado pelos regimes de transição e tenta aprofundá-lo na mesma direção. É por isso que — sob a distinção entre os diferentes esquemas de organização político-estatal pode-se perceber um modelo de desenvolvimento que, no fundamental, apresenta uma grande continuidade, centrando-se a diferença nos mecanismos de legitimação e participação política.

Esse período representa a ascensão dos setores médios ao centro do poder político, com um projeto econômico e social desenvolvimentista e reformista, que antecipou em muitos aspectos o que mais tarde iria ser conhecido como o modelo da CEPAL (Sonntag-De la Cruz, 1979). A estratégia consistia numa forte difusão da renda petrolífera, através de gastos estatais diretos em infraestrutura e serviços; em créditos ao desenvolvimento industrial, outorgados pela Corporação Venezuelana de Fomento (fundada em 1946); e numa política social de traços fortemente progressistas no que se refere à redistribuição. A longo prazo, isso resultaria numa diversificação da economia, que a tornasse menos dependente da monoexportação petrolífera. Veremos em seguida quais foram os resultados.

A concepção segundo a qual a democracia política era, ao mesmo tempo, condição e produto do desenvolvimento econômico presidiu as medidas participativas da nova Constituição, aprovada em 1947, a qual,

além disso, ampliou as faculdades intervencionistas do Estado a níveis precedentes (Kornblith-Maingó, 1980).

O nome de "Revolução" dado ao golpe de 1945 e a retórica do período, bem como o testemunho de alguns de seus atores, mostram que — pelo menos para certos grupos — 'tratava-se de realizar a famosa "devolução democrático-burguesa" que a teoria marxista ortodoxa preconizava para os países "semicoloniais" ou "semifeudais", mas com duas importantes diferenças: a de que o grupo motor não era a burguesia, mas os novos setores médios; e a de que, por sua orientação ideológica, ela não era predominantemente marxista ortodoxa, mas democrático-desenvolvimentista (sem negar a existência de grupos e correntes que, no interior da Ação Democrática, tinham uma concepção mais "avançada").

Os setores dominantes, entre os quais uma burguesia ainda predominantemente comercial (e não industrial), mantiveram-se com poucas exceções — distantes e desconfiados em relação ao projeto sociopolítico, o que não os impediu de utilizar os recursos distribuídos pelo governo. Assim, as transformações democratizantes e antioligárquicas se chocaram com numerosos obstáculos, ao que se acrescentou a divisão (por motivos ideológicos) entre os setores "progressistas", com suas sequelas de divisionismo e dispersão política num movimento popular que era — ou deveria ter sido — a principal base de apoio do governo. Essa situação foi particularmente marcante no jovem movimento sindical, carcomido — especialmente nessa época — pelo paralelismo partidário (López-Werz, 1981).

A política petrolífera da Ação Democrática nesses três anos foi marcada mais pela negociação do que pelo enfrentamento. O acordo conhecido como "*fifty-fifty*", que se tornou famoso no mundo petrolífero e converteu-se em exemplo para alguns países árabes, estabeleceu uma participação estatal de 50% nos lucros das empresas, através de.um imposto adicional, caso os impostos habituais não alcançassem esse percentual. Apesar de sua aparência fortemente nacionalista, esse acordo foi criticado de vários ângulos (Comisión Ideológica..., 188-288). Em primeiro lugar, o imposto estava subordinado a que a taxa de rendimento do capital investido pelo conjunto das empresas concessionárias não ficasse abaixo de 15%, taxa que era considerada "razoável". Por outro lado, o Estado abdicava de

sua soberania tributária, ao institucionalizar a negociação com as companhias como a forma de fixar os impostos petrolíferos.

De fato, durante o triênio, não se chegou a cumprir essa meta programática do "*fifty-fifty*" em termos financeiros, devido às consideráveis elevações dos preços, não previstas nas taxas tributárias, e, sobretudo, à predominância dos mecanismos de acordo com as empresas, por meio dos quais elas tinham a possibilidade de investir em atividades associadas ou periféricas uma parte de seus lucros.

A justificação dessa modalidade residia no projeto — explicitamente formulado pela Ação Democrática — de "integrar" o setor petrolífero na economia nacional, associando-se a atividades produtivas em outras áreas; mas residia também no reconhecimento implícito da necessidade de não afetar a rentabilidade dos investimentos petrolíferos além de um limite "razoável" (Betancourt, 1959).

Uma das manifestações dessa política foi a criação da Venezuelan Basic Economy Corporation (formada com contribuições das principais concessionárias e presidida por Nelson Rockefeller), cuja missão era produzir e distribuir alimentos no país. Contudo, dificuldades de diferentes tipos levaram ao fracasso muitas das empresas subsidiárias da corporação (Howard, 1976). Outro caminho foi a construção de infraestruturas e serviços públicos de uso geral, mas ligados de uma ou de outra maneira às necessidades das empresas. Tratava-se, assim, de criar "cadeias" [*linkages*] (Hirschman, 1977) para trás e para a frente. Mas essa modalidade cedeu lugar, rapidamente, a um retorno aos vínculos fiscais diretos e indiretos.

Outro aspecto relevante do período foi a tendência a favorecer a concentração no setor petrolífero, justificada por dois argumentos: a maior capacidade e eficiência técnica das subsidiárias das "três grandes" (Standard de New Jersey, Shell Oil e Gulf Oil) e a possibilidade de supervisão e controle da indústria pelo Estado. Essa tendência se traduziu na política de "não mais concessões", que reafirmou o predomínio das empresas existentes por mais de uma década.

Considerada globalmente, a política petrolífera dos "revolucionários" de 1945 não chegou a atrair a hostilidade das grandes corporações petrolíferas; ao contrário, elas se adaptaram de bom grado às cautelosas políticas do governo, como o reconheceu o próprio Betancourt (1959).

É por isso que a instabilidade característica do regime de 1945-1948 (apesar — ou por causa — de seu inegável apoio popular) deve ser buscada mais nas contradições entre forças internas do que na influência direta dos interesses econômicos petrolíferos.

Essas contradições — centradas, como dissemos, na "modernização" da sociedade venezuelana — expressavam-se no estamento militar sob a forma do enfrentamento entre, tendências autoritárias e tendências "constitucionalistas". Essas últimas terminaram por ser derrotadas, juntamente com a direção política do triênio, em grande parte por causa de sua própria vacilação em assumir coerentemente o projeto que apresentavam ao país.

Mas tal regime, sem dúvida, lançou as bases de um processo de industrialização por conversão do excedente petrolífero, ao iniciar grandes projetos de indústrias básicas, comunicações e infraestrutura, que seriam prosseguidos pelo regime autoritário que o sucedeu.

O período que se inicia em 1948 — tradicionalmente caracterizado a partir de seus traços autocráticos e reacionários visíveis — esconde sob esse inegável caráter uma profunda aceleração do avanço de um capitalismo industrial internamente implantado, ainda que condicionado externamente por múltiplas vias. Um exemplo bastará para indicar essa transformação: em 1950, as importações representavam 74,8% do consumo privado, ao passo que em 1957 esse percentual caiu para 36,2% (Hernández, 1981).

Os dados são especialmente significativos se considerarmos que, em tal período, manteve-se alta a capacidade de importação da economia. A explicação desse auge industrial numa conjuntura específica permite compreender alguns dos traços do aparelho produtivo venezuelano, que se conservaram e aprofundaram até hoje. Em primeiro lugar, é necessário identificar o caráter dos sujeitos sociais que impulsionam o processo, já que o período se caracteriza por uma reviravolta significativa na correlação de forças no seio do bloco dominante, que se expressa claramente na revisão do tratado de reciprocidade comercial com os Estados Unidos, em 1952.

A nova versão do tratado é especialmente significativa porque inicia uma conexão mais orgânica entre o papel tradicional do petróleo como mercadoria "mediadora" para o país exportador e a diversificação interna da economia. Essa conexão se enraíza ainda mais porque as importações irão

se orientar para os bens de capital, em detrimento dos bens de consumo; isso fará com que o capital comercial-industrial perca mobilidade, ao se ver impelido a uma associação com o capital norte-americano, associação que será promovida pelos próprios importadores ao implantarem os produtos desse capital nos hábitos de consumo do país.

Isso explica por que o tratado reduziu pela metade o imposto alfandegário sobre o petróleo pesado venezuelano vendido ao mercado norte-americano, o que significa um aumento automático de seus preços (Comisión..., 1977); e, ao mesmo tempo, estabeleceu proteção alfandegária para um certo número de bens finais, favorecendo as importações de bens de capital, matérias-primas e alguns produtos semielaborados (Sonntag-De la Cruz, 1979). Isso nos fornece uma pista para identificar, juntamente com a fração industrial interna que se vinha fortalecendo, lenta mas firmemente, o apoio ativo do capital industrial externo (fundamentalmente norte-americano), que já nessa época começara a buscar as vantagens que podiam lhe advir da industrialização substitutiva, tentando "internalizar-se" por meio da associação com empresários locais.

Com efeito, a dupla condição de possuir uma renda elevada e muito concentrada proporcionava ao país, ao mesmo tempo, um mercado de bens e serviços de alto poder aquisitivo e uma oferta de mão de obra relativamente barata. Se a isso se acrescenta uma forte proteção alfandegária que evite a competição de importações de outras áreas econômicas, obtêm-se as condições para uma alta taxa de lucro, apesar dos limites quantitativamente estreitos do mercado. Mas o modelo industrial implantado com base nessa situação paradoxal não fará mais do que agravá-la e aprofundá-la, num verdadeiro círculo vicioso.

Embora as condições específicas em que se produz sejam claramente distintas das de outros países da América Latina, o processo de industrialização substitutiva da Venezuela partilha com eles o fato de ser o núcleo de um modelo de desenvolvimento "excludente e conflitual" — na expressão de Raúl Prebisch —, que se impôs como um fato consumado a todas as tentativas reformistas tentadas a partir de 1958.

Alguns traços desse modelo foram sintetizados (Flores, 1979) do seguinte modo:

a) alto grau de dependência tecnológica e supermecanização, estimulados pelas facilidades para a importação de bens de capital;

b) como consequência disso, baixa absorção de mão de obra e elevada capacidade ociosa, o que se traduz em altos custos de produção, o que, por sua vez, reforça a concentração de renda, limita a expansão do mercado e exige o permanente sacrifício fiscal do Estado em termos de subsídios e isenções;

c) internacionalização "precoce" de todos os ciclos do capital, através do controle de patentes e marcas, da dependência de insumos e bens de capital importados, das tecnologias de produção e até, em alguns casos, das fontes de financiamento;

d) os bens que são substituídos não são apenas ou principalmente os importados, mas também em grande medida os produzidos artesanalmente, como o prova a permanente queda desse setor no período considerado; esse processo tem efeitos negativos sobre o emprego e a distribuição de renda, na medida em que o tipo de industrialização não permite absorver os. trabalhadores afastados;

e) como consequência do que foi dito antes, produz-se a fratura do mercado interno em dois setores; um majoritário, dirigido principalmente para o consumo de bens de primeira necessidade (alimentos e vestuário), atendido pelos setores industriais mais "tradicionais" e, geralmente, menos dinâmicos; e um pequeno grupo de altas rendas, que é induzido a orientar sua demanda para bens duráveis ou semiduráveis (habitação, automóveis, eletrodomésticos) e mesmo para serviços cada vez mais refinados; é nesse último grupo que se apoiam os setores mais dinâmicos;

f) finalmente, toda a industrialização é marcada pela presença do Estado, num processo contínuo que se inicia — como vimos — no início da década de 40, aprofunda-se no triênio e não é interrompido sob a ditadura, tal como o demonstram vários fatos que se produziram nesse período:

– a execução dos planos da indústria básica, da eletrificação e do sistema viário, requisitos para a continuidade a médio e longo prazos do modelo industrializador;

– O impulso dado à indústria siderúrgica estatal com dimensões muito mais ambiciosas do que as do setor privado;

– a criação do Departamento de Estudos Especiais, da Direção de Planejamento Industrial e Comercial do ministério do Fomento, cujo objetivo era a formulação de novos projetos para o investimento dos recursos do Estado;

– políticas como a criação de bancos regionais de Fomento e a revisão do tratado comercial com os Estados Unidos, assim como certas tentativas de modernização institucional.

Paralelamente, a indústria da construção — tanto pública como privada — desempenhou um papel importante na acumulação. Absorvendo os recursos fiscais do Estado, através de grandes planos de habitação e de infraestrutura, e aproveitando a expansão urbana, estimulou a demanda para as indústrias ligadas a essa atividade e contribuiu para a absorção da força de trabalho.

O período 1948-1958 mostra um fortalecimento econômico da burguesia associada ao capital transnacional, o qual se explica além dos fatores já mencionados — pelas condições políticas imperantes e por seu efeito no movimento sindical e nos setores populares em geral. Com exceção da pequena minoria dos trabalhadores do petróleo, cuja remuneração cresceu significativamente, pode-se constatar uma situação crescentemente favorável ao capital entre os anos 1950-1957, dado que a proporção do trabalho na renda nacional caiu de 59,8% para 52,4% nesses anos (Aranda, 1975).

Contudo, é necessário aprofundar a análise a fim de considerar os efeitos da política social do regime perezjimenista no nível de vida da classe operária.

Com efeito, tal regime não perdeu de vista a necessidade de construir para si uma base de legitimação no seio dos setores majoritários da sociedade; e, para isso, tentou superar a anterior estrutura de canalização das demandas sociais através dos aparelhos partidários, substituindo-a por uma relação mais direta entre o Estado e as massas trabalhadoras. Para isso, era necessário, por um lado, quebrar a estrutura sindical existente, o que foi obtido através de meios fundamentalmente repressivos, como a declaração da ilegalidade de organizações sindicais e a perseguição de seus dirigentes; e, por outro, era preciso satisfazer — até certo ponto — algumas necessidades sentidas pelos setores populares. Foi assim que se criou uma

nova estrutura sindical controlada por funcionários do regime, que conseguiu manter a ficção de um movimento operário organizado e, de certo modo, legitimou alguns contratos coletivos; ao mesmo tempo, empreendeu-se uma política social de massas, concretizada sobretudo na habitação, mas também na recreação e na difusão cultural, que tentava proporcionar algumas compensações às tendências objetivamente regressivas que o modelo de desenvolvimento adotado trazia para a renda dos trabalhadores. Além da política social, o regime promoveu mecanismos ideológicos e políticos, que tentavam substituir os que haviam sido afastados em 1948 em seu papel de intermediários entre as aspirações e necessidades concretas das massas e o Estado distribuidor da renda do petróleo. E, decerto, não foram poucos os setores da burguesia e da pequena burguesia que se identificaram com esse modelo político e contribuíram para legitimá-lo. Somente um persistente trabalho de mistificação fez crer que o regime perezjimenista governou sempre em choque com a sociedade. As contradições com os próprios grupos que haviam servido como apoio irão minar sua estabilidade, tanto quanto o fará o impulso externo das forças políticas de oposição.

O fortalecimento paralelo do Estado e da burguesia industrial, ao mesmo tempo em que deu a essa uma base econômica interna muito maior, tornou-a consciente dos maiores riscos que implica uma situação de baixa legitimidade, na medida em que não deixa válvulas de escape para as tensões sociais. Por outro lado, o fato de que todo o processo industrial está, em última instância, em mãos do Estado, de quem dependem as decisões fundamentais que permitiram (ou impediram) a abertura de campos de acumulação, esse fato toma atraente a passagem para uma forma de regime menos arbitrária do que o monopólio militar: um Estado que possa ser pressionado interna e externamente através dos meios fornecidos pelas instituições formais e pela ideologia do Estado burguês democrático (Sonntag, 1979).

Sob esse aspecto, chegou a se estabelecer uma coincidência entre as várias frações do capital, já que os grandes consórcios petrolíferos, embora tenham sido relativamente favorecidos no aspecto trabalhista pela política repressiva do regime, tiveram de enfrentar a partir de 1956 uma nova distribuição das concessões (a última da história venezuelana), que permitiu o ingresso de numerosas empresas de menor porte. Em conexão com as

crescentes dificuldades financeiras do regime e com as ocasionais tentativas de “diversificar” a dependência (Sonntag-De la Cruz, 1980), tal fato fazia temer que se recorresse a uma elevação da tributação. Finalmente, a dívida pública para com o setor da construção — em torno do qual se articulavam capitais de diferentes origens (comercial, financeiro, industrial) — foi crescendo até limites intoleráveis.

Não queremos dizer com isso que o afastamento da ditadura tenha sido apenas o produto de uma “manobra” da burguesia; ao contrário, essa se soma — à última hora — aos esforços que, desde os primeiros anos da implantação do regime, vinham sendo desenvolvidos pela Ação Democrática e pelo Partido Comunista. Mas nem por isso sua contribuição deixa de ser decisiva para a mudança na correlação de forças e para a configuração do novo tipo de Estado que se instaurou em 1958 (Silva-Sonntag, 1979).

Para além dos fatores conjunturais que produziram a queda num momento preciso da ditadura, pode-se observar que esse regime foi de certo modo vítima de seu próprio êxito, já que — com suas políticas — contribuiu para fortalecer os grupos sociais que iriam se aliar para derrotá-lo: com efeito, estimulou a acumulação burguesa e, com isso, o crescimento do proletariado urbano, ao mesmo tempo em que a expansão da renda fez crescer os setores médios profissionais, que pressionariam no sentido de uma maior participação política e oportunidades de ascensão social.

O modelo de sociedade e de política instaurado a partir de 1958 integrou os grupos sociais surgidos do processo de enraizamento do capitalismo numa síntese relativamente duradoura de aspirações e concessões, em tomo de um caminho desenvolvimentista, industrializador e reformista. Mas a sobrevivência desse modelo esteve — e está — demasiadamente ligada às margens de folga que a renda do petróleo pode proporcionar, no sentido de responder a exigências contraditórias das diversas forças sociais.

Um Estado crescentemente intervencionista, planificador e produtor serviu como eixo para a manutenção de tal modelo. Nele confluem também o velho projeto democratizador e modernizador dos setores médios e o projeto de modernização socioeconômico das frações e setores industrialistas da classe dominante.

O processo sócio-histórico da Venezuela exportadora de petróleo — além do fato de que as transnacionais exercem sua influência na esfera sociopolítica através de alianças com forças sociais internas — revela também que a particularidade do caráter petrolífero da economia e da sociedade produz mais efeitos a longo prazo do que no plano imediato e conjuntural. Assim, partindo de uma situação de "enclave", chegou-se a um "encadeamento" rígido de todo o funcionamento da sociedade ao comportamento do setor exportador de petróleo.

Pode-se concluir, em suma, que a atual conjuntura econômica e social venezuelana foi configurada por três grandes condicionamentos históricos: uma estrutura de dominação que consegue manter sua continuidade apesar da mudança de suas bases materiais; uma contínua e cada vez mais profunda dependência em relação à renda do petróleo, paradoxalmente aprofundada pelas tentativas de diversificar a economia; e o papel central do Estado como articulador e agente dos projetos sociopolíticos dos grupos sociais.

Bibliografia

Aponte, Carlos. 1981: *Ensayo sobre Administración Pública, Personal del Estado en Venezuela*. Caracas, mimeo., Escuela de Sociología y Antropología D.C.V.

Aranda, Sergio. 1975: *La Economía Venezolana*, México, Siglo XXI.

Banco Central de Venezuela. 1971: *La Economía Venezolana en los últimos treinta años*. Caracas.

______. 1978: *La Economía Venezolana en los últimos treinta y cinco años*, Caracas.

Betancourt, Rómulo. 1969: *Venezuela, Política y Petróleo*, Caracas, Senderos.

Comisión Ideológica de "Ruptura". 1977: *El Imperialismo Petrolero y la Revolución Venezolana*, Caracas, Ruptura.

Flores, Max. 1979: *De la sustitución de importaciones a la sustitución de exportaciones*. Caracas, mimeo.

Hernandez, José. 1981: *La Influencia de los Modelos de Acumulación en la formación de un sistema excluyente y conflictivo*, Caracas, mimeo, CENDES.

Hirschman, Albert O. 1977: "Enfoque generalizado del desarrollo por medio de enlaces, conreferencia especial a los productos básicos", *El trimestre económico*, vol. XLIV (1). N. 173. México, janeiro-março de 1977, pp. 199-236.

Howard, Harrison Sabin. 1976: *Rómulo Gallegos y la revolución burguesa en Venezuela*, Caracas. Monte Avila.

Kornblith, Miriam, e Maingon, Thaís. 1980: *Intervención económica del Estado en Venezuela*, Caracas, mimeo, CENDES.

Lopez, Margarita y Werz, Nikolaus. 1981: *El Estado venezolano y El movimiento sindical*, Caracas, CENDES, mimeo.

Poulantzas, Nicos. 1979: *Estado, Poder y Socialismo*, México, Siglo XXI.

Prebisch, Raúl. *Capitalismo Periférico*, México, Siglo XXI.

Silva Michelena, J. A. 1970: *Crisis de la Democracia*, Caracas, CENDES.

Silva Michelena, José Agustín, e Sonntag, H. R. 1979: *El Proceso Electoral de 1978*, Caracas, Ateneo de Caracas.

Sonntag, Heinz, e De La Cruz, Rafael. 1979: *Estado e Industrialización en Venezuela*, Caracas, mimeo, CENDES.

Sonntag, Heinz. 1973: "Hacia una teoria política del capitalismo periférico", *Cuadernos de la Sociedad Venezolana de Planilicación*, n.ª 113-115.

______. 1979: *Reflexiones sobre la democracia en Venezuela*.

A OLIGARQUIA E A CRISE DO ESTADO NA AMÉRICA CENTRAL[1]

Edelberto Torres Rivas

Toda crise política consiste, sumariamente falando, num conjunto de características particulares assumidas pela luta de classes numa sociedade, quando — como o recorda Poulantzas[2] — um certo equilíbrio geral se rompe e atinge o campo das relações sociais. Para que tal acontecimento se produza, é preciso que alcance uma dimensão social global e que afete uma totalidade de forças sociais relacionadas numa forma específica de organização. Em outras palavras: devem ser alteradas não apenas a relação social (política, econômica, ideológica), mas as possibilidades asseguradas de sua reprodução normal.

Por isso, são insuficientes as explicações que reduzem a crise política ao mundo. A análise deve saber encontrar as determinações que podem explicar a razão pela qual se alteraram, no mundo da política, os compromissos estabelecidos entre interesses classistas, as alianças entre os grupos ou frações de classe que concorrem para a formação do que chamamos de *estrutura de dominação* de uma sociedade, e não só, nem necessariamente, o poder do Estado.

Mais ainda: nesse quadro, acreditamos que a crise só pode ser considerada como crise revolucionária quando a ruptura nas relações políticas atinge o conjunto de elementos em que se baseia o poder da classe, e não quando simplesmente afeta sua expressão institucional, ou seja, o Estado entendido como o conjunto burocrático-repressivo e o sistema de normas que sancionam essas funções.[3] Com efeito, a debilidade das lealdades que mantêm a subordinação de umas classes por outras — ou o "mal-estar" na vontade de poder dos sujeitos históricos, expressa como uma desagregação na conduta do poder — tem que se manifestar também na existência e crise dos partidos, da Igreja, dos meios de comunicação, dos sindicatos, da escola, da família e, fundamentalmente, nas relações sociais de produção, nas quais se fundamenta a dominação de classe.

[1] Este artigo foi traduzido por Carlos Nelson Coutinho.

[2] N. Poulantzas. *Fascismo y Dictadura.* México. Siglo XXI, 1971, p. 58.

[3] R. M. Marini, *El reformismo, la contrarrevolución,* México, Era. 1976, pp. 92-94, utiliza essa distinção para explicar — no caso chileno — como a conquista do aparelho estatal não soluciona o problema do poder.

Em oposição à visão vulgar do marxismo — que explicaria os contratempos da superestrutura (política) como um reflexo mais ou menos sofisticado do que acontece na base (econômica) —, tentamos examinar neste trabalho como e porque ocorrem os atuais processos críticos no conjunto do sistema de dominação na América Central, e, por conseguinte, como tudo isso pôde desembocar numa crise revolucionária que é sempre um desafio ao poder do Estado (e uma prova de sua debilidade) enquanto vértice institucional da dominação de classe.[4] O conjunto desse processo é mais do que um "reflexo" que se originaria no movimento da estrutura econômica, embora esse movimento contraditório faça parte da explicação tentada. Longe de constituir um reflexo — no sentido de revelar uma coisa por meio da outra —, em sua dinâmica a estrutura econômica é tanto origem como consequência dos fatos políticos. Essa proposição talvez só possa ser aceita quando se reconstrói a noção de sociedade como totalidade contraditória em movimento; e, nessa noção, a dimensão econômica é decisiva para a análise e para a apresentação explicativa. Convém examinar, no plano histórico concreto, a natureza da sociedade centro-americana e os efeitos das crises que a afetam a partir de 1930.

O fortalecimento da dominação oligárquica

Já é hoje um fato comprovado que a crise de 1929-1930 teve uma dimensão essencialmente econômica, ao repercutir no interior da sociedade centro-americana sob a forma de uma letargia produtiva de efeitos prolongados. A recessão teve uma profundidade que foi indubitavelmente menor do que sua extensão no tempo. Por isso, não foi experimentada localmente como uma catástrofe financeira que interrompesse bruscamente os circuitos de produção, mas como uma estagnação de ampla duração, que só se conclui em finais da Segunda Guerra Mundial.

O caráter agrário da sociedade centro-americana e a natureza dos vínculos econômicos estabelecidos com o exterior através do comércio determinaram, decerto, efeitos paulatinamente regressivos do que, em

[4] Um trabalho anterior de minha autoria desenvolve apenas tangencialmente o problema das crises econômicas aqui tratado. Obviamente, para avançar na compreensão da crise centro-americana, a análise dos atores e do modo como eles se movimentam não é suficiente, se não se examinar o cenário em que tudo isso se processa. Cf. "Ocho claves para compreender la crisis política en Centroamerica", *Polémica,* n.1, San José. 1981

outras partes, foi um verdadeiro terremoto financeiro. As coisas se processaram assim por causa da natureza da estrutura agrária, na qual predominava a economia parcelar e a grande propriedade fundiária. A capacidade de absorção das economias camponesas foi posta à prova quando, nessa oportunidade, forneceu refúgio às massas rurais desempregadas, num efeito de involução social. Tal como ocorre numa economia tipicamente monoexportadora, onde os impulsos dinâmicos se originam na demanda externa, a perda de tais impulsos — expressos numa paulatina queda da demanda — traduziram-se numa decadência parcial do setor monetário do mercado interno, mas sem por isso provocar consequências catastróficas.

É oportuno recordar que as flutuações cíclicas de auge e de pressão a que estão submetidos os preços internacionais dos produtos de exportação — no caso, o café — não podiam ampliar ou reduzir por si mesmas nem o salário, nem as demais condições de reprodução da força de trabalho. E isso porque tais condições, expressas na cesta de consumo familiar, são determinadas por fatores internos estabelecidos pela estrutura social e cultural oligárquica. O nível de vida da população camponesa se movia no limite em que o consumo se basta a si mesmo como economia de subsistência. Contudo, houve desemprego em nível nacional, embora menos visível no campo, onde na década de 30 viviam 80% da população.

Quadro 1 — América Central: Produção e exportação de café (1929-1945, em milhões de libras)

Ano	Produção	Exportação	Ano	Produção	Exportação
1929/30	329	276	1937/38	356	351
1930/31	344	343	1938/39	354	316
1931/32	286	288	1939/40	341	306
1932/33	346	250	1940/41	319	294
1933/34	286	298	1941/42	378	261
1934/35	323	295	1942/43	375	305
1935/36	326	297	1943/44	344	317
1936/37	402	300	1944/1945	370	316

Por seu turno, o “empresariado” agrícola (latifundiários com diferentes graus de capitalização) pôde continuar operando, ainda que seus lucros tenham diminuído; e a acumulação, nesse caso, produz-se através da ampliação do fundo de terras ou sob a forma de acumulação de riqueza e

não de capital, caso em que a perda (não total mas parcial) da renda pode ser absorvida pela estrutura latifundiária, sem que sejam basicamente afetados os recursos destinados à produção extensiva. Por outro lado, o lucro extraordinário que se expressa na renda da terra não depende da taxa de lucro que se materializa no mercado através da venda dos produtos agrícolas agora em crise. A produção de café se apoiava amplamente no estatuto laboral do colono (Guatemala, El Salvador, Nicarágua) ou do produtor parcelar (Costa Rica); em ambos os casos, o cafeicultor evita os contratempos do pagamento do salário, deixando à margem dos custos de produção a manutenção’ e reprodução da força de trabalho.

Tal como aparece no Quadro 1, mais do que quedas espetaculares na produção regional ou na exportação, o que se produziu foi uma estagnação oscilante de mais de quinze anos, um corpo de cobra no qual, embora a cabeça e a cauda se movam, estão sempre no mesmo nível. O preço do café registrou, nos primeiros cinco anos que se seguiram ao *crack*, uma queda média equivalente a 50% do seu valor monetário. Ocorreu, a rigor, uma contração da renda cafeeira, sem que a, saúde dos proprietários da produção fosse mortalmente afetada; mas a perda de impulso na demanda internacional terminou por afetar,[5] certamente, toda a estrutura global da sociedade, inclusive seus extratos mais elevados.

Nossa *primeira proposição* é que a crise do sistema de dominação oligárquica e de seu respectivo Estado — o Estado liberal — não se produziram na década de 30, como parece ter acontecido em algumas sociedades latino-americanas. Pelo contrário, a crise mundial — ao ser transferida através do comércio exterior, dos créditos comerciais e da intermediação financeira — deixou intactas as bases sociais do predomínio político da oligarquia, que não fez mais do que reforçar as dimensões básicas em que se apoia esse estilo de relacionamento político. Houve

[5] Não é o caso de indicar qual poderia ser uma política econômica apropriada; a necessidade de uma política fiscal anticíclica, por exemplo, é menor em sociedades como as centro-americanas dessa época do que em países industrializados, onde o desemprego atinge uma parte considerável da população, que vive exclusivamente da renda monetária. Na América Central, o número de operários industriais era ínfimo, tanto em termos absolutos quanto em relação à população agrícola, que *em geral* não é afetada por perturbações cíclicas. O bem-estar da população que vive no campo depende basicamente dos resultados de sua colheita; produziram-se miséria e mal-estar por causa do prolongamento desnecessário do “momento” depressivo.

protestos sociais de diferentes tipos, que não conseguiram erodir definitivamente a ordem política: a insurreição camponesa de 1932 em El Salvador foi talvez o maior sintoma. Outros traços se expressaram no gesto nacionalista de Sandino (1927-1932) e na grande greve dos trabalhadores agrícolas da United Fruit, na Costa Rica (1934).

A estagnação que se prolongou por mais de quinze anos em toda a região,[6] e que terminou paulatinamente entre 1945-1948, teve certamente efeitos regressivos na esfera econômica, enquanto que o sistema de dominação política resistia aos efeitos da crise através do expediente de reforçar os mecanismos tradicionais de controle: exclusão e repressão das massas populares, especialmente do campesinato; violência institucional permanente; democracia restrita (o que supõe, por seu turno, proibição de partidos políticos, organização sindical limitada ou proibida, etc.); predomínio absoluto do Poder Executivo, personalizado e arbitrário. A base autoritária, persistente desde a época colonial, alimentou mais uma vez as formas despóticas da vida social e política. Os caudilhos militares (salvo na Costa Rica) puseram-se à frente da construção oligárquica, ao atuarem como seu braço armado, aplicando a fórmula tantas vezes reiterada de sacrificar o progresso à ordem, valor supremo numa sociedade agrária atrasada.

Os regimes que presidiram — depois de várias reeleições ilegítimas — os generais Ubico, Hernándcz Martínez, Carías e Somoza foram ditaduras militares em estado puro; mas, em si mesmas, não constituíram uma novidade na tradição centro-americana. Por isso, não foram expressão de crise política, na medida em que marcaram uma continuidade, uma solução sem rupturas.

Nossa *segunda proposição* é que os efeitos prolongados da crise econômica, e o consequente imobilismo, originaram-se de causas políticas,

[6] Utilizamos exclusivamente os dados da produção/exportação de café como indicador sensível do comportamento da estrutura econômica. Isso constitui um abuso metodológico e histórico. Contudo, nessa época a produção cafeeira representava, por si só, quase 40% do valor do PIB e era o pivô do dinamismo econômico. Os efeitos paralisadores da Segunda Guerra Mundial foram similares aos da crise de 1929, afetando novamente mais as exportações do que a produção. Não se deveria falar de uma estagnação propriamente dita, mas de oscilações com quedas em 1929-1932 e, depois, em 1940-1944, para o conjunto da região.

explicáveis pelo comportamento conservador, ortodoxo, dos grupos agrários dominantes.[7] O total predomínio dos interesses latifundiários no grupo cafeeiro-exportador estabeleceu as margens em cujo interior a política econômica podia se mover, e que, em síntese, proporcionaram ao corpo enfermo da economia um tratamento conservador, inspirado na defesa da ordem política. Os governos da época procederam por ação ou omissão, respondendo ao mais claro instinto oligárquico, atrasando assim o momento da recuperação ou tornando-o ainda mais lento e difícil. A política deflacionista, por exemplo, reforçou a longo prazo os efeitos negativos da queda da renda derivada do comércio exterior; e ainda mais grave foi a medida tomada no sentido de restringir o crédito bancário, suspender as obras públicas e diminuir os gastos orçamentários.[8] Tratava-se de uma economia estagnada por causa da ausência de impulsos provenientes da demanda. O instrumental econômico clássico, liberal, levou a oligarquia a enfraquecer a oferta, a cortar bruscamente o gasto público, reduzir salários e impedir a possibilidade de mobilizar recursos financeiros através de canais institucionais.

A vida econômica da América Central foi reativada quando se restabeleceram e melhoraram as condições de produção e de venda, especialmente do café, mas também da banana e de outros produtos menores. A sociedade agrário-exportadora refez seus níveis históricos no

[7] O papel do superávit ou dos déficits na balança comercial de uma economia monoexportadora podem ter efeitos contraditórios no crescimento ordenado dessa sociedade. Na experiência centro-americana daquela época, não causaram pressões inflacionárias significativas. Na compreensão de um período maior do que o aqui analisado, pode-se afirmar que não existe política fiscal capaz de “curar” uma depressão originada no exterior, nem de limitar o deslocamento causado por um *“boom”* nas exportações, quando isso se origina num aumento dos preços e não no crescimento da produtividade do trabalho.

[8] Novamente, pode-se dizer que, em economias primário-exportadoras altamente especializadas, as receitas fiscais são particularmente sensíveis às flutuações da renda nacional. A estrutura tributária provocou sérias perturbações no funcionamento do Estado, quando ocorreu uma grave queda na receita pública e, consequentemente, uma redução dos gastos. Uma política de obra públicas, de compra de colheitas ou de expansão do crédito era inimaginável. Por exemplo, na Guatemala, as receitas do ano fiscal 1928-1929 (15,3 milhões de dólares) voltam a ser alcançadas em 1945. Em 1939, o Estado salvadorenho arrecadou 8,5 milhões de dólares, cifra que recupera em 1944. Para tais problemas, cf. H. Wallich e J. Adler, *Proyecciones económicas de las finanzas públicas: un estudio experimental en El Salvador;* e J. Adler *et al., Las finanzas públicas* y *el desarrollo económico de Guatemala.* México. FCE. respectivamente 1948 e 1952.

período imediatamente posterior à Segunda Grande Guerra (1945-1948), quando atuaram novamente os fatores externos. Nesse período, aumentou a demanda de café e restabeleceram-se e melhoraram os preços, iniciou-se o *boom* algodoeiro, retomaram os investimentos norte-americanos e a economia mundial viveu o breve auge pós-bélico. Os preços internacionais dos gêneros primários centro-americanos, que nada têm a ver com os custos internos de produção, geraram um volume não previsto de renda monetária, que favoreceu o início de um novo ciclo expansivo.

Nossa *terceira proposição* é que o fim da crise econômica restabeleceu os padrões já conhecidos no comportamento produtivo da oligarquia,[9] no momento em que — por razões que têm a ver diretamente com o período de estagnação — iniciava-se a crise política. Torna-se agora evidente que a crise econômica adiou a crise política, dando origem a duas transições diversas e defasadas no tempo. Nesse período do auge das exportações e de uma oxigenação geral na adormecida estrutura social e cultural da sociedade centro-americana, produzem-se os primeiros desafios reais à ordem oligárquica tradicional.

As duas transições e a crise do sistema de dominação oligárquica

No momento do progresso, começou a desordem. A prolongada estagnação a que nos referimos anteriormente começou por colocar a nu as debilidades inerentes a uma estrutura excessivamente especializada e monoprodutora, terminando por desacreditar o caráter atrasado da chamada dominação oligárquica. Os anos anteriores foram períodos de acumulação de tensões, na medida em que foi postergada — muitas vezes pela força — a solução de problemas sociais e políticos importantes. Sua latência serviu apenas para ampliar suas dimensões. Não se deve esquecer que a solução autoritária, o monopólio arbitrário e prolongado do poder, foi o procedimento que a oligarquia impôs para que o resto da sociedade pagasse o custo de sua salvação transitória. Ao converter uma resposta conjuntural,

[9] A forma como o capital agrário se reproduz e se acumula foi igual, *ipsis litteris,* à que já operava desde o início do século. Foi como fazer andar mais ligeiro o que de qualquer modo já andava, mas o fazia lentamente: plantação extensiva, superexploração da força de trabalho, mercado de trabalho com base em colonos, parceria; em suma, extração de uma renda extraordinária para criar uma massa de mais-valia capaz de ser dividida depois em lucro do produtor e rendimentos para o capitalista comercial e financeiro externos.

apoiava num equilíbrio instável de forças, numa solução de mais longo prazo, rompeu-se a tentação ao imobilismo que toda classe assustada promove. A acumulação que calamidades sociais e políticas, efeitos diretos e/ou mediatizados da crise e da estagnação, terminaram por afetar quase toda a estrutura social.

Mais cedo ou mais tarde, comprova-se o dito da história política de que os dominados trocam sua liberdade pela proteção dos deuses, pela prosperidade econômica, pela ordem, pela concórdia. Isso explica o caráter da crise política da oligarquia. Coalizões multiclassistas, de dimensão nacional e com métodos que valorizam a ação direta, derrubaram os regimes militares em El Salvador (abril-maio de 1944),[10] na Guatemala (junho-outubro de 1944) e o governo civil da Costa Rica (1948). Mobilizações de menor profundidade social e política alteraram gravemente a ordem em Honduras (1945-1948) e na Nicarágua, quando ocorreu a crise gerada pela juventude conservadora (1945), sob a liderança de Pedro Joaquín Chamorro.

Também revela-se verdadeira, na experiência centro-americana, a afirmação de que a oligarquia desaparece inicialmente da cena política, antes de morrer economicamente. Com efeito, o desafio lhe foi colocado em termos políticos, ainda que elementares. Nos cinco países do Istmo, a ofensiva antioligárquica orientou-se no sentido da reivindicação da democracia (em abstrato) enquanto o oposto da ditadura, quase como sinônimo de sufrágio livre. Estimulado pelo clima internacional de vitórias antifascistas, em meados dos anos 40, o descontentamento popular ganhou forma e colocou o primeiro desafio à ordem imperante: a democratização do sistema.

[10] A breve guerra civil de 1948 e os intensos períodos de violência que a precederam constituem sintomas de uma crise política extraordinariamente contraditória por causa dos interesses de classe que nela se confundem. Costa Rica não podia escapar a essa onda de crise, que ocorria ao mesmo tempo no resto da região, embora o processo assuma traços particulares. Os fatos de 1948 constituem certamente o choque entre duas frações burguesas que buscam alterar ou manter as bases sociais do sistema político. O sistema de alianças torna a análise difícil. Uma fração atrasada se alia com o Partido Comunista e a Igreja Católica; outra, igualmente representante da oligarquia cafeeira, dá as mãos a setores progressistas das classes médias. A historiografia costa-riquenha deteve-se mais na análise desse estranho casamento entre Calderón Guardia/Partido Vanguardia Popular (Comunista)/ Monsenhor Sanabria, sem examinar quanto era frágil a “coincidência” da aliança anti-calderonista.

Convém concretizar o caráter ideológico e social dessa demanda. A explicação do atraso político não se vinculou claramente ao atraso derivado da estrutura de propriedade da terra; e somente na Guatemala é que surgiu um programa — reformista ou revolucionário —, que se referia à estrutura agrária como o maior obstáculo ao desenvolvimento econômico e à industrialização. O problema da democratização do sistema político parecia ser uma façanha da vontade; e, no final da década de 40, ele ganhou vigor e forma na Universidade, entre profissionais liberais e militares jovens, pequena e média burguesia urbana, nos partidos políticos que surgiram para substituir ou concorrer com a velha composição bipartidarista. O desafio às estruturas oligárquicas é lançado quando se questiona seu caráter autoritário; a ofensiva começa no terreno ideológico, pela voz dos intelectuais progressistas.

Somente na Guatemala é que se tentou, entre 1951-1953, uma renovação profunda da ordem latifundiária, com a aplicação de uma reforma agrária burguesa-camponesa, que abalou pela raiz a sociedade centro-americana. As expropriações do latifúndio improdutivo, a proibição de qualquer relação de servidão, o propósito declarado de decompor as classes no campo e abrir passagem a um desenvolvimento independente, e, sobretudo, a presença ativa das massas camponesas: tudo isso constituiu uma ameaça definitiva para as bases materiais do poder oligárquico. O programa nacional-revolucionário de Arbenz — que nada tinha a ver com os populismos da época — supunha, por um lado, que a estrutura agrária constituía um obstáculo para a acumulação capitalista, e, por outro, que essa podia se constituir sob pleno controle nacional.

Assim, programa e práxis do governo Arbenz constituíram o momento mais alto da ofensiva antioligárquica na América Central. Foi posta à prova não só a consistência pequeno-burguesa da crítica à ordem latifundiária, mas também começou a se deslocar para as classes populares a iniciativa da mudança. Formulada como uma revolução de cima para baixo, ela ameaçava se converter numa revolução de baixo para cima. Ou, na terminologia daquela época: era uma revolução burguesa (democrática)

que podia conter em seu seio uma solução socialista. Foi esse o momento em que se produziu sua derrota.[11]

E aqui devemos introduzir uma *quarta proposição*: a de que a crise política do sistema de dominação oligárquica que se manifestou no pós-guerra, sob a forma de luta política contra as ditaduras (e em favor da democracia), não se completou em nenhum país da América Central. Quando se produz a crise política, com força desigual nos cinco países da região, a conjuntura econômica tornou-se totalmente favorável à burguesia agrária e, em particular, à fração cafeeira-comercial. Nesse momento, ao contrário do que havia sucedido quinze anos atrás, a crise política foi deslocada pelo auge econômico. O vigor das classes agrárias baseia-se no destino primário-exportador dessas sociedades; e, na década de 50, essa matriz se fortalece e se diversifica tão somente para ratificar a verdade desse destino.

Quadro 2 — Valor da produção agrícola e manufatureira na América Central (em milhões de dólares a preços constantes de1970)

	1946*	1955	1960	1965	1970
Prod. agrícola	649,0	980,6	1.167,4	1.525,0	1.839,6
Prod. manufatureira	169,5	338,8	463,8	696,0	991,2

* Os dados para 1946 são aproximados.

Fonte: CEPAL, *Series históricas del crescimiento de América Latina*, Santiago, 1978, quadros 7 e 9.

Mas esse vigor não é suficiente para explicar sua permanência. É certo que, a partir de 1945 e até 1960, a produção de café triplica, aumentando a produtividade por hectare, e a região se converte no segundo produtor de algodão e no terceiro de gado vacum. O Quadro 2 é apenas uma referência indicativa dos níveis alcançados pela produção agrícola e manufatureira em diversos períodos. Mas são fenômenos de diferente natureza — que nada têm a ver entre si — aqueles que contribuíram para a permanência da estrutura oligárquica. Um deles é a derrota do movimento popular na Guatemala; outro é a implantação, em finais da década de 50, do

[11] Não sendo o objetivo deste trabalho examinar as causas do fracasso do movimento popular guatemalteco em 1954, apenas mencionamos o evento. Existe agora alguma bibliografia sobre o tema, o qual — de qualquer modo — ainda aguarda melhor análise.

programa de industrialização, que ganhou particular relevância na década de 60. Em consequência, uma derivação lógica da quarta proposição acima esboçada é que o duplo efeito do fracasso da ofensiva antilatifundiária na Guatemala e a consequente derrota das forças progressistas e populares, somados ao aparecimento bem-sucedido de tendências à industrialização, atrasaram (segundo alguns) e impediram (segundo outros) o rompimento político do antigo regime, a esperada bancarrota do estilo e dos interesses oligárquicos. A modalidade de desenvolvimento capitalista em sua forma mais reacionária foi impulsionada. E a oligarquia, sua economia, seu Estado, sua cultura, não passaram para o museu nacional da história pátria, mas se infiltraram em todos os poros de uma sociedade centro-americana em processo de modernização.

Por isso, afirmamos que a crise política da dominação oligárquica iniciada com os ventos renovadores do pós-guerra não pôde se resolver como uma desagregação política do poder, como um declínio abrupto do mesmo, porque — com a derrubada brutal do governo nacional-revolucionário de Arbenz (Guatemala, 1954) — a ofensiva antioligárquica, no terreno da luta ideológica e da prática política, chegou momentaneamente a seu fim. Essas bandeiras seriam retomadas, sob novos programas e métodos, pelo movimento revolucionário político-militar da década de 70. Nesse momento, a luta de classes coloca-se em outros termos.

Mais uma vez, o que não foi feito pela crise política foi realizado pela economia. As tendências à diferenciação econômica — que paulatinamente deram impulso à economia de exportação — e o projeto de industrialização formulado em final da década de 50, os quais se cristalizariam depois no programa de integração econômica, facilitaram a “metamorfose” da burguesia agrária atrasada. Trata-se de uma paulatina e incompleta modernização das bases econômicas da estrutura social dominante, que analisaremos em seguida; mas de uma modernização que conserva as “virtudes” mais atrasadas do exercício político, da direção oligárquica. Nessa metamorfose *sui generis*, os que se acostumam a ler a história ao pé da letra teimam em encontrar um parentesco com o desenvolvimento do *Junker* prussiano em burguês conservador. Assim como no cinema, qualquer semelhança é mera coincidência.

O certo é que a crise da oligarquia é a transição contraditória para uma fase burguesa mais depurada. Trata-se de um interregno longo e de

difícil percurso, que se revela contraditório não por causa da lentidão, mas pela persistência de uma estrutura ideológica e política que — para não morrer — muda de pele. Na realidade, encontramos aqui duas transições diferentes, simultâneas mas defasadas no tempo de seu início, e que recordam aquelas pontes chinesas do conto, que correm paralelas só para levarem a lugares diferentes. No plano político, a transição da ditadura oligárquica para a democracia burguesa levou a sociedade centro-americana (com exceção da Costa Rica) ao terrorismo de Estado, ao Estado de exceção, militarizado, repressor, profundamente antidemocrático. No terreno econômico, a transição da etapa primário exportadora para a economia industrial levou a região a um desenvolvimento semi-industrial híbrido, situado na metade do caminho, e que agora está em crise.

Outra derivação da *quarta proposição* apresentada acima é que, quando se inicia o lento processo de mudança, e por causa das modalidades introduzidas pela transição econômica, primeiro, e pela política, depois, não são necessários nem o aparecimento de contradições antagônicas profundas entre a fração agrária e as forças que impulsionam a industrialização, nem a ruptura revolucionária, a fim de colocar o desenvolvimento da sociedade centro-americana na trilha de uma modalidade menos reacionária. As forças críticas que hoje, na década de 80, aparecem com inusitado vigor não tiveram oportunidade de se expressar; foram aparentemente domesticadas. A modalidade de crescimento de todo esse período pode ser melhor entendida se não deixarmos de fora da análise um fator decisivo, presente em todos os domínios da vida local como força internalizada: o imperialismo norte-americano. Deve-se registrar que a política imperial teve sempre como sócios e aliados os grupos oligárquicos mais atrasados.

O que o vento não levou

Na experiência centro-americana, o oligárquico foi, em primeiro lugar, o amplo período de implantação do capitalismo rural, ou seja, o processo de desenvolvimento econômico-social e o conjunto de circunstâncias políticas que, em sua época, favoreceram a passagem de uma economia mercantil, impulsionada pela demanda externa, para a economia capitalista dependente. Foi um desenvolvimento baseado no comércio exterior e, depois, apoiado no investimento direto de capital estrangeiro. Em ambos os casos, os impulsos dinâmicos provieram do exterior, mas

encontraram fatores produtivos locais que se puseram em movimento e organizaram, primeiro a produção de café e, depois, a de banana. Até 1950, essa situação variou apenas em termos quantitativos. As curvas produtivas foram sempre ascendentes e as quedas críticas não fizeram mais do que fortalecer o ciclo monoprodutor.

A criação de um setor exportador que se converte em polo dinâmico da economia desempenhará um papel determinante para completar alguns processos nacionais: a integração territorial, a coesão do poder de Estado, a estabilidade das instituições políticas e a consolidação do sistema de dominação (no qual a Igreja desempenha um papel central). Por isso, repetiu-se *ad nauseam* que a formação do Estado oligárquico corresponde à etapa de consolidação da economia cafeeira. Como dominação de classe, ela expressa os interesses das frações que passaram a controlar os diversos momentos da produção/comercialização. A oligarquia foi a modalidade burguesa, atrasada, que personifica o predomínio incompleto do capital na produção agrária, baseada na grande propriedade fundiária ou num regime parcelar e de média propriedade, apoiada na subordinação formal do trabalho e no controle monopolista dos processos semi-industriais e comerciais.

O Estado oligárquico — e a estrutura de dominação que ele expressa e na qual se apoia — tem sua origem na forma de propriedade da terra e, portanto, do controle dos homens que trabalham. Quando o nível de desenvolvimento das forças produtivas é baixo e o capital de investimento é escasso, o fator decisivo no estabelecimento de relações de produção é constituído pelo controle da terra e de suas possibilidades produtivas. Assim, as relações não capitalistas que vão se configurando nas fazendas de café da América Central — com exceção da Costa Rica, à qual nos referiremos adiante — não são consequência do atraso dos camponeses-produtores diretos mobilizados pela força; ao contrário, esse atraso e as relações de produção de que participam são consequência da estrutura geral da propriedade fundiária, do desenvolvimento das forças produtivas.

Como em toda relação social, as relações de produção dessa natureza implicam uma relação de força, de violência extraeconômica permanentemente aplicada para sua manutenção e reprodução. O Estado oligárquico, que corresponde a diversos momentos da acumulação primitiva, é o poder encarregado de assegurar essa manutenção e reprodução. Mas as relações de produção, por sua vez, determinam as

relações de distribuição, ou seja, a forma na qual uns se apoderam do trabalho excedente social em detrimento de outros, bem como o sentido em que circula esse trabalho excedente social.

O nível de desenvolvimento das forças produtivas, na economia exportadora, foi modificado lentamente; as revoluções liberais realizaram a mais importante contribuição para o desenvolvimento do capitalismo no campo, mas não puderam de nenhum modo implantá-lo plenamente, já que inexistiam condições favoráveis para isso. Durante muito tempo, foi a terra — e não o capital — o eixo em torno do qual se articularam as relações sociais. A rigor, essa situação se apresentou na América Central até recentemente. De igual modo, os processos de separação entre os produtores e os meios de produção, bem como a consequente *proletarização* do campesinato, carecem do vigor que tiveram na história do capitalismo original e que a teoria — em abstrato — postula. Não é culpa da teoria, mas da profecia que seus agoureiros formulam de quando em vez, à espera de que se cumpra a transmutação da pauperização em proletarização.

Na economia agrícola-comercial tal como se estabeleceu nessa região — uma economia orientada certamente para a busca do lucro —, o trabalho necessário nem sempre adota a forma do salário e, por vezes, esse não faz mais do que disfarçar o modesto produto agrícola da parcela, com o qual reproduz sua força de trabalho. O trabalho excedente (ou mais-trabalho) assume a forma de lucro comercial, confundido com as rendas da terra. Por isso, o cafeicultor latifundiário é predominantemente um *rentier*.

Toda essa situação — apresentada de modo tão sumário — não somente está na origem da economia exportadora do café, mas se manteve em diferentes graus nos cinco países durante muitos anos, até construir uma estrutura de dominação da qual o Estado oligárquico é apenas a ponta do *iceberg*. A oligarquia foi a única fração de classe capaz de "produzir" ideologia e de definir uma visão particular do nacional.

Disso resulta que o oligárquico, finalmente, é também um estilo de preeminência social e de controle político. O primeiro porque a reprodução parasitária da riqueza agrária — a renda da terra e a subordinação da força de trabalho — outorga ao dono da terra um poder desproporcionado, superior às suas possibilidades econômicas; o segundo porque, como consequência do anterior essa preeminência só pode (ou tende a) expressar-

se politicamente. Como classe, a oligarquia foi mais política e seus mecanismos de controle essencialmente político-ideológicos estiveram na base desse Estado: o voto censitário e eleições de segundo grau, quando existiram; seitas partidárias de origem regional/familiar e como forma rudimentar de poder estatal, a autolegitimação natural.

Mas, sendo um Estado não burguês que realiza tarefas burguesas (a acumulação agrária, a vinculação com o capital internacional, etc.) e que tem de proteger politicamente a acumulação agrária, a presença do capital internacional, a formação de um mercado de trabalho, etc., ele desenvolve formas despóticas de autoridade. Na experiência centro-americana, o poder da oligarquia baseia-se numa explicitação permanente da violência (legal e física), constituindo — em relação aos interesses dominantes — um Estado-polícia. A democracia dos cafeicultores, *mutatis mutandis*, foi — como a democracia ateniense — fundada na ideologia de que só a propriedade toma os homens livres. Costa Rica, nesse aspecto, não é uma exceção. O livre acesso à terra não impediu a consolidação de uma estrutura oligárquica, mais fechada e autocooptadora, fundada no monopólio do capital comercial e financeiro e, talvez por isso, menos atrasada. Mas esse governo de poucos, que excluiu qualquer possibilidade de incorporação política das massas, não foi autoritário. Os mecanismos da educação pública e da religião revestiram a subordinação política com um pudico véu liberal. Em troca, a anarquia das batalhas entre "notáveis" somou o despotismo rural à desordem, como ocorreu na Nicarágua e em Honduras. Na Guatemala, dever-se-ia agregar ao que foi dito antes a posição subalterna das maiorias étnicas, o que reforçou com vigor desmesurado, profundo, permanente, a visão racista da sociedade e da cultura. A discriminação racial ou racismo puro — é, nesse sentido, a expressão mórbida do oligárquico, a ideologia conservadora dos senhores da terra.[12]

Ao contrário do que tradicionalmente se tem dito, as classes agrárias (no plural) respondem às diversas formas de existência social que o

[12] Alguns analistas qualificam o Estado oligárquico como Estado neocolonial, porque ele é incapaz de estabelecer as condições necessárias para conseguir a integração nacional e social. Não acreditamos ser necessário recorrer à impressão desse conceito, se recordarmos que o capitalismo em suas origens — só integrou as classes subalternas de modo diferencial e paulatino.

processo produtivo e comercial estabelece,[13] e, por isso, nunca foram homogêneas. Seus conflitos preenchem a história de mais de um século, e constituem um bom exemplo de rivalidades essencialmente políticas, as quais, em nosso caso, correspondem a uma hegemonia sem paralelo numa base econômica: conflitos no interior do espaço de concorrência pelo controle do Estado.

Em suma, o Estado oligárquico é certamente um tipo especial de Estado burguês, no qual há modalidades peculiares de relação com a sociedade. A mais importante, sem dúvida, é o grau de separação entre o Estado e a sociedade, uma "distância" que se mantém para melhor assegurar as condições *externas* de produção e reprodução sociais. Ao mesmo tempo, o Estado exibe um forte grau de penetração de interesses da classe dominante, a ponto de que — em contradição como postulado anterior — a autonomia relativa do Estado é quase inexistente, no sentido de que há uma tendência irrefreável a que o "privado" (os interesses das classes agrárias) se confunda com o "público", ou apareça combinado com as ações específicas do poder. Finalmente, as formas de legitimação e os valores em que se fundam apoiam-se na força de uma estratificação quase estamental, na importância da ordem sobre o progresso e numa cidadania formal, atomizada, perante um Estado forte em face das classes dominadas. Se a política na sociedade burguesa é a esfera da unificação do consenso da sociedade, então o Estado oligárquico seria pré-político. Não propôs estratégias de incorporação das lutas populares, mas se baseou reiteradamente na face mais débil dessa dominação, a violência; tampouco puderam aparecer as mediações que, como o partido político ou a organização sindical, recuperam a profunda heterogeneidade social através das instituições burguesas da igualdade política.

Definir o oligárquico pelo que ele não foi ajuda pouco como objetivo esclarecedor; mas o fato indubitável é que foi assim, do modo que indicamos algumas páginas acima. O capitalismo, para prosperar, numa fase em que só muito lentamente subordina formas de produção não capitalistas, desenvolveu uma superestrutura política e ideológica cujo vigor se prolongou além da vigência de suas raízes econômicas. Quando tudo isso

[13] Aparecem aqui os latifundiários, donos das fazendas de café; a burguesia de botequim, dona do capital usuário local; o pequeno grupo que monopoliza o processo agroindustrial de beneficiamento e os canais de comercialização com o mercado externo.

entra em crise, nessa longa transição para uma forma de sociedade burguesa mais decantada, vão se perdendo muitos dos seus traços constitutivos, em distintos momentos significativos; mas persiste o que se revelou como o essencial daquela dominação: sua incapacidade para obter, ampliar e garantir a *representatividade* política da sociedade, para fortalecer a base consensual, numa época em que aquela sociedade deixou de ser um agrupamento polar de senhores de terra e peões agrícolas.

Era esse o "estilo" que o vento não havia levado, no período do pós-guerra, quando as lutas populares lideradas pela classe média colocaram a exigência de um poder mais representativo, de um Estado que "governasse para todos", a fim de enfrentar aquele tipo de política que se reduz à pura arte de conter e reprimir.

É certo que o Estado nem sempre foi a representação da sociedade, o local para onde os conflitos de classe convergem a fim de expressar — temporariamente ou não — uma unidade contraditória; mas a pretensão burguesa à universalidade confere a seu poder uma dimensão geral e nacional inerente aos interesses de classe que promove. A erosão dessa conduta exclusivista, do sentido elitista e natural do poder, não radica em que tais qualidades desapareçam para ser ocupadas por outras, mas no fato de que é necessária a força para mantê-las. O que finalmente se quebrou com essa crise foi o predomínio ideológico que, durante um longo tempo, fez com que os camponeses se sentissem "aliados" naturais da burguesia agrária, predomínio que fez da passividade das massas populares a sustentação do poder, afastando da cidadania real os titulares de um direito potencial, o qual — quando se transforma em ato — desestabiliza por si mesmo a situação dominante.

Tal como indicaremos no próximo tópico, a sociedade centro-americana mudou substancialmente no quarto de século posterior à Segunda Guerra Mundial; mas esse desenvolvimento não conseguiu levar ao necessário ajuste de contas burguês — nem ao modo jacobino nem ao modo prussiano — com o velho regime. A cultura política oligárquica filtrou-se facilmente por entre os desajustes de uma modernização burguesa incompleta, dirigida mais a partir de fora do que pelo alto e com total exclusão dos "de baixo". O aburguesamento do consumo não correu paralelamente ao da política. Da inexistência de organização popular (desorganização consentida) até a proibição legal e de fato (assegurada pela

força) de conseguir tal organização, há um espaço crítico que não é nem percebido nem utilizado. Trata-se do espaço reservado para a organização popular (sindicatos, ligas camponesas, partidos políticos de esquerda, etc.) das classes subordinadas e para todo tipo de jogo social-democrata de poder, uma tentativa que só teve êxito na Costa Rica.

Cabe precisar uma *quinta proposição*, relativa ao ponto anterior: o projeto reformista dos setores políticos democráticos, liderados por quadros profissionais e dirigentes da classe média, que chamamos de *projeto de reconstituição democrática com desenvolvimento*, vai se frustrando a cada tentativa, durante a década de 60 e início de 70. Foi a oportunidade em que um conjunto social de forças politicamente moderadas, com programas reformistas e com amplo respaldo popular, projetaram a democratização das velhas relações de dominação política.[14] Mais uma vez, a Costa Rica se diferencia desse destino. Desde a década de 50, há nesse país uma tentativa contínua de democratização política que — ao contrário do que ocorre no resto da região — antecipa-se muitas vezes à modernização de sua economia.

Quadro 3 — América Central: Formação bruta de capital (1950-1968, em dólares)

	Costa Rica	Guatemala	Honduras	Nicarágua
1950	26,90	65,4	28,1	–
1951	36,58	70,6	38,0	–
1952	45,52	55,6	47,4	–
1953	47,57	60,9	48,3	–
1954	47,10	60,1	38,45	–
1955	54,90	94,0	44,2	–
1956	60,82	141,6	46,95	–
1957	70,10	153,9	51,95	–
1958	58,22	135,2	48,00	–

[14] As forças portadoras do projeto de reconstituição democrática com desenvolvimento foram débeis, em geral, e muito dispersas no tempo. Em 1963, com a eleição do Dr. Juan José Arévalo, as forças moderadas tentaram realizar tal projeto; o mesmo ocorreu com a eleição do engenheiro Napoleón Duarte, em El Salvador; em 19721973, a substituição de Somoza II, depois do pacto liberal-conservador, poderia ser a oportunidade para uma sucessão ordenada e reformista. Em todas elas, o. Exército — com o apoio da política norte-americana — frustrou essa solução. Não é casual que os primeiros germes de insurgência popular armada, em cada país, tenham se seguido ao desencanto produzido nos portadores daquele projeto democrático gradual-desenvolvimentista.

1959	74,54	108,4	47,35	–
1960	75,78	107,5	52,40	54,36
1961	82,61	96,0	47,90	57,04
1962	98,87	100,4	60,05	73,94
1963	119,78	133,3	63,30	82,53
1964	91,97	166,6	70,20	104,92
1965	162,18	180,3	80,95	119,43
1966	137,30	149,3	91,65	139,15
1967	149,45	202,8	109,65	137,32
1968	162,65	216,8	115,25	122,29

Fonte: *U.N. Yearbook on National Accounts Statistics*, 1969, vol. II, tabela 8.

Metamorfose social e crescimento econômico

As mudanças na estrutura produtiva experimentadas nos últimos trinta anos (1945-1975) tiveram efeitos sociais cuja significação, por ser contraditória, admite diferentes interpretações. Se aceitarmos uma versão zoológica do processo, a mudança de uma coisa em outra significa a experiência que sofre um animal antes de chegar a seu estado perfeito. A oligarquia metamorfoseou-se em burguesia. Se propusermos uma interpretação teológica, a metempsicose supõe a transmigração da alma de um defunto num outro corpo, vivo. A oligarquia reviveu num corpo burguês. Convém examinar essa mudança.

Desde o período posterior à Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento capitalista centro-americano conheceu um ciclo sustentado de expansão e auge e de estagnação e crise, que — pelas características políticas que o acompanham — assinalou limites no processo de diferenciação social, na emergência de uma nova estrutura capitalista de classe.

Devemos examinar com algum cuidado se a hipótese contida na quarta proposição, formulada antes, é plausível nesse conjunto explicativo. Essa hipótese supõe que a oligarquia se salva como classe ao se modificar parcialmente, como resultado de uma diferenciação funcional operada em seu seio, no marco de um crescimento capitalista da agricultura e da implantação de uma base industrial depois de 1960.

Deve-se recordar que não está provada por nenhuma experiência histórica (e, menos ainda, encontra respaldo na teoria) a ideia de que a função de produzir bens primários para o mercado internacional constitua um obstáculo em si mesmo para o desenvolvimento industrial local. Mas tampouco a economia agrário-exportadora constitui necessariamente uma antessala do crescimento industrial. Fatores locais e externos podem favorecer ou limitar esse resultado. Na história do subdesenvolvimento centro-americano, o capital penetra no campo como capital mercantil, controlando uma produção que se apoiou em maior ou menor grau em formas não capitalistas de produção e relação social. Mas aqui, como em outras latitudes, o capitalismo se desenvolveu fora da agricultura; nessa, o desenvolvimento das forças produtivas foi débil, e o chamado “capitalismo agrário” não abarcou o conjunto do setor nem se apoiou em relações sociais baseadas no trabalho livre e assalariado.

Na visão dualista, existe uma desestruturação entre o setor exportador, moderno, e o resto da economia, atrasada e dividida entre economias de subsistência e artesanato. Pelo contrário, o que se produziu na América Central foi uma total subordinação dessas últimas ao primeiro; e o conjunto da sociedade permaneceu marcado pelo destino primário-exportador. Essa foi a base e o resultado do período oligárquico. Com a modernização produtiva, o campo se converteu mais ainda em um setor heterogêneo, onde não é o produto que define o produtor, mas vice-versa.

A modernização da agricultura ocorre apenas depois de 1950 e, mesmo assim, de modo parcial: ou seja, ocorre quando se forma o setor industrial local e a partir de um acesso relativamente mais fácil às inovações técnicas do exterior suscetíveis de serem utilizadas num cultivo tão pouco propício à tecnologia moderna como o do café. Na cana-de-açúcar, no algodão, na banana e na pecuária de abate, produtos de demanda externa, a modernização produtiva foi certamente importante e decisiva na renovação do setor primário, onde — no parecer da tecnocracia oficial — ocorreu uma verdadeira “revolução” agrária. Trata-se de uma modernização sufocada, já que não compreende o conjunto do setor agrícola, mas apenas uma parte da agricultura de exportação. Junto a isso, a agricultura de mercado interno — arroz, feijão, milho, verduras e frutas — atrasou-se em

termos relativos e absolutos.[15] Acantonada na pequena propriedade, a produção de cereais básicos está praticamente estagnada, incapaz de assimilar tecnologia e investimento de capital e, portanto, dando lugar a uma situação permanentemente deficitária na pauta de alimentos.

Quadro 4 — América Central: Taxas de crescimento da produção, do emprego e da produtividade (1960-1971, média anual, em preços constantes de 1960)

	1 Crescimento do valor agregado	2 Crescimento do emprego (anos/homem)	3 Crescimento da produtividade (1–2)
Setor Primário	4,8	1,9	2,9
Setor Secundário	7,2	4,2	3,0
Setor Terciário	5,3	3,5	1,8
Total PIB	5,6	2,7	2,9

Fonte: Clark W. Reynolds, "Fissures in the Welcome? Central America Economic Prospects", in J. Grunwald (ed.), *Latin America & World Economy: A Changing International Order*, Beverly Hills, Sage Publications, 1979, p. 202.

Por isso, não é contraditório encontrar um setor cafeeiro dinâmico, agressivo, que cada vez mais controla o processo de beneficiamento e a preparação semi-industrial, bem como a intermediação financeira, ao lado de latifúndios que continuam produzindo com práticas muito tradicionais. O capital investido em algodão, cana-de-açúcar e carne é capital de origem urbana, em parte canalizado como crédito público e, em parte, como investimento estrangeiro direto.[16]

As mudanças na estrutura produtiva ocorridas no período de que nos ocupamos têm um referente estatístico, que — embora tenha um valor apenas relativo enquanto dado — revela-se insubstituível: uma taxa média

[15] Cabe registrar algumas exceções, pois o arroz na Costa Rica e na Nicarágua foi cultivado em empresas modernas .e com técnicas intensivas em capital; o mesmo se pode dizer do trigo guatemalteco, produzido em pequenas e médias propriedades relativamente capitalizadas. O milho constitui o produto mais importante e, ao mesmo tempo, o que é produzido nas piores condições econômicas.

[16] Em 1975, a América Central exportou 22% do café latino-americano. 42% do algodão, 56% da banana e 30% da carne. Cf. CEPAL, *Centroamérica: evolución económica desde la post-guerra,* Cepal/Mex/ODE/34, México, 1979, quadro 20.

de 5,4% no crescimento anual do Produto Interno Bruto, em um quarto de século, superior ao vertiginoso aumento da população. Embora o crescimento do setor industrial nesse período (cf. Quadros 4 e 5) seja mais rápido, o setor agropecuário contribui ainda com 26% do valor total do PIB, ocupa 60% da população economicamente ativa e é responsável por 80% do valor das exportações extrarregionais.[17] O chamado "grau de industrialização" atingiu 19,1%, o qual comparado com a média de 11,5% de meados dos anos 50 (ou com 25,6% da América Latina) — representa certamente um indicador de mudança qualitativa que não pode ser ignorado.

Na América Central, o projeto industrial não derivou dessa esperada fonte de vigor que se supunha ser a acumulação agrário-comercial. Quando, em final da década de 50 deste século, esse projeto começou paulatinamente a ganhar corpo, seus movimentos iniciais e sua figura ficaram marcados, de fora, pelo peso do investimento de capital e tecnologia estrangeiros, e, de dentro, pela promoção do Estado. A proteção ativa do Estado para estabelecer um invernáculo regional foi de caráter múltiplo. O mal chamado mercado comum centro-americano — na realidade, uma zona quase perfeita de livre-comércio — constitui o mais explícito programa que foi tentado, a partir do poder do Estado, para conciliar os interesses agrários e os industriais. Na falta de uma ampliação vertical do mercado interno, capaz de expandir socialmente o consumo local, criou-se um sucedâneo político: um mercado horizontal, ampliação geográfica de uma demanda limitada. Demanda estimulada pelo período de auge da década de 50 e adiada em função da longa estagnação de 1930-1945.

O pacto de não agressão, por conseguinte, conservou intacta a propriedade tradicional da terra e pôs o destino da oligarquia nas mãos da economia, das leis do mercado. O que a política não pôde fazer seria realizado por essas últimas leis no decurso de uma geração. Com efeito, o pacto social que superou o falso conflito de interesses pôde ter êxito na América Central porque, nos cinco países, tais interesses são aparentados entre si, diferenciados setorialmente, mas tendo em comum a renda agrária,

[17] O paradoxo centro-americano é que o crescimento econômico depende do setor agrícola, mas o tipo de desenvolvimento rural constitui certamente um obstáculo para alcançar um novo estágio industrial.
Em 1980, o setor industrial produziu bens no valor de 3.609,6 milhões (dólares de 1980) e o agropecuário no valor de 4.695,9 milhões.

à qual não renunciam, e o lucro industrial ou comercial, do qual passam a depender de modo cada vez mais ativo.

A transformação burguesa das classes agrário-comerciais dominantes depende das variações do controle nacional dos circuitos da reprodução ampliada; existe aqui uma distorção fundamental nos mecanismos de acumulação, já que a estrutura da produção é contraditória com as condições de realização do produto. Em nosso caso, o setor cafeeiro nacional — proprietário da aventura da produção — controlou só parcialmente os mecanismos de realização do valor, debilidade que se origina na intermediação do capital comercial-financeiro internacional (primeiro inglês, depois norte-americano), debilidade que se prolonga por causa do caráter da demanda externa. O preço pago e o montante demandado não dependem dos custos locais ou da produtividade mas das variações cíclicas do mercado internacional.

O desenvolvimento capitalista caracterizou-se até a metade deste século pelo fato de o capital ter encontrado seu principal mecanismo de acumulação na subordinação funcional de formas de produção não capitalistas no campo; a apropriação de mais-valia se deu não somente através da extração do trabalho excedente dos camponeses, mas do controle do processo semi-industrial do café. As mudanças assinaladas ao longo deste trabalho tenderam a destruir as formas mais atrasadas de extração da mais-valia; aprofundou-se relativamente a divisão social do trabalho,[18] incorporando capital e tecnologia e estendendo a forma salarial da relação de produção.

Já não é exato falar hoje em oligarquia imaginando aquele ator histórico que se apropriava da terra e explorava mão de obra semisservil. A diferenciação econômica, assim como as políticas do Estado, criaram condições para que aparecesse em seu lugar um burguês agrário moderno. Trata-se da passagem do latifundiário capitalista para o capitalista/ latifundiário, o que não significa a *destruição* da classe, mas sua

[18] O colono, ligado à terra, cuja parcela era parte do salário, desapareceu no fundamental, sendo substituído por um semiproletariado agrícola assalariado; o mercado interno de bens-salário aumentou em extensão; a estrutura de financiamento interno é nova e desconhecida no passado, etc. É difícil, neste ensaio, verificar empiricamente os novos mecanismos adotados pelas formas da acumulação interna de capital.

decomposição, ou seja, a ruína dos setores sociais mais atrasados e a conformação burguesa de outros.

O aparecimento da grande empresa capitalista no café, algodão, açúcar e carne é comum aos cinco países da América Central. Em troca, não é comum o grau de aprofundamento desse processo, ou seja, a mudança no caráter de classe e o aproveitamento das conjunturas desiguais de modernização. A mudança é resultado dos processos de concentração e centralização do capital ocorridos neste quarto de século e que geraram uma *grande burguesia agroexportadora*, caracterizada pelo controle monopolista das fases decisivas da produção agrária. Esse processo está mais avançado na Costa Rica, não só porque tinha uma base prévia favorável, mas também porque o Estado[19] depois de 1950 fez esforços explícitos, congruentes e contínuos para alcançá-lo, criando ao lado da antiga oligarquia hoje modernizada novos setores burgueses ligados à atividade agropecuária. Esse talvez seja o mérito decisivo do caminho costarriquenho. Distinta é a experiência das classes agrárias na Guatemala e em El Salvador, onde o aburguesamento não evita que se mantenha o antigo sentido da acumulação de terras.[20] A concentração do capital agroindustrial teve como base a monopolização do controle da terra: e, novamente, um grupo de famílias passou a controlar todas as oportunidades de investimento. A expropriação das propriedades rurais do grupo Somoza[21] deixou em mãos do Estado revolucionário, de imediato, cerca de 40% da produção da agricultura de exportação, o que por si só revela o grau de concentração e monopólio que existia na Nicarágua pré-sandinista.

[19] A política econômica do partido Liberación Nacional (social-democrata *sui generis)* foi, em boa medida, a força inspiradora desse projeto de modernização do capitalismo agrário. A diferença — fundamental sob outro aspecto — com o resto das sociedades da região radica no fato de que esse processo de diferenciação social, estimulado pelo Estado, realiza-se através de processos democráticos, com um custo social e político relativamente menor.

[20] Por exemplo: em 1971, seis famílias (Guirola, Sol, Dueñas, Daglio, Samayoa e Romero Bosque) possuíam 71.923 hectares de terra, tanto quanto 132.000 pequenos camponeses. Em 1974, 62% do café exportado foram vendidos por dez famílias; e duas famílias (Regulado e Bustamante) produzem 228.000 toneladas de açúcar. Cf. E. Colindres, "La tenencia de la tierra en El Salvador", *ECA:* 335/336, 1976, p. 471. Na Guatemala, Raúl García Granados surgiu em 1973 como o maior produtor de algodão da América Latina, com 14.000 toneladas. Três estabelecimentos para o beneficiamento do café processam 40% da produção exportável.

[21] Até 1979, existiram nesse país o grupo Banic (capital liberal), o grupo Banamérica (capital conservador) e o grupo Somoza, que era o mais poderoso.

Em suma, com diferenças de tom que não alteram a cor pálida da recomposição classista, a diversificação econômica da velha oligarquia abriu caminho para uma burguesia agroexportadora moderna, que não se define por esse modo de existência econômica, mas sim porque — a partir daí — diversifica seu leque de investimentos, abandonando definitivamente a mera atividade agropecuária para investir na indústria, no comércio e no setor financeiro. Na verdade, o processo é de dupla mão, porque são igualmente importantes os investimentos de capital comercial financeiro na empresa agropecuária. O processo de diversificação *funcional* dos grandes grupos econômicos, de velho e de novo tipo, é possível na América Central pelas seguintes razões:

a) por causa da dimensão demográfica e social do mercado nacional e regional, que limita a diversificação produtiva;

b) por causa da extrema concentração da renda, derivada da distribuição desigual da terra, num primeiro momento, e, depois, de outras formas de riqueza social;

c) por causa da natureza da industrialização, dirigida pelo capital norte-americano e protegida pelo Estado; a transferência de bens de capital, técnicas empresariais, contenção operária, etc., facilita — em condições políticas favoráveis — a realocação do capital comercial e agrário. Não é necessário um prolongado e doloroso processo de revolução burguesa para que um latifundiário do café, bem esclarecido, compre ações industriais ou aceite que seus fundos bancários sirvam para abrir créditos para a indústria.[22]

Decerto, a natureza *multissetorial* da burguesia centro-americana e esse tipo de capitalismo dirigido e promovido politicamente podem justificar a ausência do conflito entre latifundiários e industriais e, ao mesmo tempo, contribuir para explicar o árduo problema do conflito interburguês, que constitui um dos elementos mais característicos da crise política atual.

A América na encruzilhada

[22] Cf. E. Torres-Rivas, "Naturaleza e crisis del poder en Centroamérica", *Estudios sociales centroamericanos,* n. 3, Costa Rica, 1973, p. 46.

Na década de 70 conjugaram-se, de maneira essencialmente *nacional*, fatores de diferente origem e significação regional e internacional, de natureza econômica ou de índole político-social. Nessa década, diminuíram os efeitos dinâmicos que, em seu momento, foram produzidos pela integração econômica regional, e que em aproximadamente onze anos exibiram um dinamismo desconhecido na história centro-americana do século XX.[23] Não foi apenas o crescimento industrial, mas também o comércio intrazonal, a valorização dos produtos agrícolas tradicionais e não tradicionais, o volume do investimento estrangeiro, etc., que fizeram da década de 60 o episódio heroico do capitalismo dependente dessa região.

Não foi o que com razão se chamou de "guerra inútil" entre El Salvador e Honduras o que rompeu o otimismo comercial e produtivo do mercado comum (1969); o desequilíbrio estava implícito no modo pelo qual o capital estrangeiro dobrou o projeto burguês-nacionalista que lutava pelo crescimento industrial regional equilibrado e buscava entregar ao Estado, e não ao setor privado, o papel dirigente daquele processo. Quando, em junho de 1981, celebraram-se as bodas de porcelana — os vinte anos do Tratado Geral de Integração Econômica —, era evidente que o caráter quebradiço do material simbólico tinha semelhanças com a fragilidade do programa. Não foi tanto a presença de grandes empresas multinacionais estrangeiras, mas sim a liberdade absoluta com que atuaram o que explica essa fragilidade. A crise do mercado comum, depois de 1971, foi uma diminuição no volume do comércio intrazonal,como resultado da defesa dos interesses privados que cada um dos governos envolvidos tinha de realizar. Foram conflitos interburgueses disfarçados em combates nacionais, aos quais os organismos dirigentes assistiram impotentes e sem consciência de tal impotência. O verdadeiro sentido da crise foi o desequilíbrio em favor dos empresários da Guatemala e de El Salvador, os mais conservadores representantes dessa diferenciação intersetorial burguesa de que falamos há pouco. Outro subproduto do crescimento capitalista também influi no caráter da crise: com a aceleração violenta no crescimento da década de 60, a concentração de renda e o desemprego estrutural (absoluto e relativo) aumentaram

[23] Entre 1961-1970, o valor agregado industrial cresceu a uma taxa de 8,6%, calculada com base em dólares de 1980. Para o mesmo período, o crescimento da América Latina foi de 6,5%. Para a Nicarágua e Costa Rica, a taxa anual foi de mais de 11%.

consideravelmente. Mas a expansão transitória ocultou pudicamente o que, depois de 1971, seria uma aberta exibição de pobreza e rebeldia.

Depois, veio a segunda fase do ciclo crítico do capitalismo internacional, simultânea aos tropeços do mercado comum. Sua expressão interna apresentou apenas semelhanças superficiais com os efeitos da crise de 1929-1930. Com efeito, manifestou-se como perda de força na demanda internacional e como queda nos preços dos produtos primários e, por conseguinte, como uma diminuição da renda nacional. Mas, agora, a sociedade centro-americana já não estava vinculada ao mercado externo somente através dos laços do comércio. Uma cadeia de ferro une a região com as economias desenvolvidas e, desse modo, o aumento no valor dos bens energéticos importados, o crescimento no preço do capital, a indeclinável demanda de bens de capital e produtos semiacabados para a indústria local, o consumo suntuário das minorias de alta renda, etc., tornaram vulnerável — de um modo mais moderno, porém mais catastrófico — a economia dependente.

A partir de 1971, a inflação aparece — como um passageiro clandestino — nos altos custos da gasolina. É difícil (e, além do mais, desnecessário) tentar esclarecer qual é o percentual importado da inflação e qual é a parte atribuída à estrutura local. O certo é que a subida dos preços generalizou-se até o milho, alimento elementar, jamais sujeito às leis do capital; deste então, o povo aprendeu por meio de uma experiência sufocante que essa "enfermidade" afeta mais aos pobres do que aos ricos e que é, em última instância, uma modalidade maligna de acumulação de capital. A ausência de uma cultura de inflação nos setores populares e a inexistência de canais para processar o protesto que aquele fenômeno estimula não podem ser esquecidos quando se tenta analisar a crise centro-americana.

O breve e artificial estímulo que se produziu em 1975-1977 teve para o corpo da sociedade centro-americana os efeitos de uma dose para o viciado. Tornaram-se crônicos, agora, sem possibilidades de diminuição, o endividamento externo,[24] o déficit permanente da balança comercial, a crise

[24] O crescimento industrial não se apoiou na poupança interna e foi substituído pelo capital internacional, pelos empréstimos externos, etc., com o consequente endividamento. A dívida pública externa cresceu 35 vezes entre 1960 e 1977. Em 1979, ela equivalia a uma dívida *per capita* de 293 dólares. Em 1970, a América Central pagava 92 milhões de dólares pelo

fiscal, e, desde 1979, a estagnação e, depois, regressão do setor agrário. Em 1970-1980, três países — Costa Rica, Nicarágua e El Salvador — tiveram cifras negativas de crescimento; em 1981, a Guatemala uniu-se ao clube dos que não cresciam. À nova desordem internacional, de efeitos internos não suficientemente conhecidos, somou-se a desordem que se origina em economias dependentes tão abertas ao exterior e tão desprotegidas por um Estado que cuida somente da ordem política interna.

E agora voltemos à preocupação inicial. Nada mais falso do que derivar de brevíssima referência anterior a ideia de que a luta política das classes pelo poder de Estado é um "reflexo" mais ou menos velado dos desajustes econômicos. A tradução não é simultânea, como o provam a Costa Rica, por um lado, e a Guatemala e El Salvador, por outro (ou a Nicarágua, antes de 1979). As lutas na região em torno da exploração — as contradições entre capital e trabalho — e da reprodução das relações de produção constituem certamente um antecedente decisivo. Mas as massas populares que paulatinamente se levantaram em armas, num movimento que compromete toda a estrutura social, não estão lutando por aumentos de salário para enfrentar a inflação.

A política recupera aqui sua autonomia relativa, e são os fenômenos que a tornam crítica que exigem explicação, justamente para compreender então a verdadeira dimensão da crise econômica. A "interação" de tais planos é um assunto estritamente nacional, da história anterior; e o que é contemporâneo nas crises nacionais da América Central só pode ser explicado com base na análise das lutas nacionais de classe, da articulação dos fatores subjetivos — acumulação de fracassos na organização do protesto e renovada vontade de fazê-lo triunfar — com as determinações objetivas da estrutura material — o tipo de capitalismo industrial e agrário e seus efeitos sociais, a natureza da burguesia e seu poder, material e ideológico —, assim como no modo pelo qual tais articulações se desenvolveram.

Foi na década de 70 que se produziram as inter-relações que tornaram crítico o conjunto das relações sociais, tanto no que se refere à reprodução material como aos mecanismos político-ideológicos através dos quais se

serviço total da dívida; já em 1979, teve de desembolsar 625,8 milhões, ou seja, quase seis vezes mais.

regula e ordena a sociedade. Não é possível analisar com detalhe cada um desses elementos constitutivos da "explosão" [25] que sacode particularmente a Guatemala e El Salvador, que afetou a Nicarágua, ou que ameaça repetir-se em Honduras.

O traço mais marcante desse processo é a irrupção autônoma das massas populares e, especialmente, do campesinato *lato sensu* na cena política, através de novas formas de organização, em locais onde antes nunca se "fizera" política, e através de formas extremamente violentas de luta, como resposta ao caráter permanentemente repressivo da dominação burguesa. Trata-se de um capitalismo vulnerável, próprio de sociedades atrasadas, por causa do caráter polarizado assumido pelos conflitos de classe e da ausência de canais previstos para a absorção do conflito social.

A crescente perda de controle em face da organização do protesto das classes dominadas — uma reiterada falta de direção hegemônica — é paralela à renúncia quase permanente da busca do consenso social para apoiar a própria dominação de classe. Aparece aqui um traço constitutivo da dominação oligárquica: a incapacidade de estabelecer ou de se aproveitar das mediações políticas, para dotar o poder (de classe) do Estado com uma vontade de representação nacional. O assalto à "superestrutura", desse modo, aparece como inevitável; e torna relativamente forte qualquer ofensiva dos dominados.

E aqui, para finalizar, sugerimos a *última* proposição explicativa: a crise política vivida pela região em seu conjunto (como uma ruptura que afeta, em última instância, as possibilidades de reprodução social, que constituem a normalidade do poder e da economia) é a expressão unificada de dois processos críticos. Um, a velha crise oligárquica, não resolvida pelo caminho da renovação burguesa plena; e outra, uma crise da ordem capitalista em geral, produto das formas da luta e da participação popular, bem como da resposta estatal. Ambas se apresentam confundidas onde a crise aparece como crise política, porque é nesse nível que a contradição está colocada. Com efeito, a virulência do conflito e a rapidez com que se decompõe a ordem estatal faz com que se questione *prima facie* o papel do Estado como órgão de regulação e direção da sociedade; a crise política é

[25] Essa intenção foi parcialmente realizada no trabalho já citado, "Ocho claves para compreender la crisis ...". Cf. nota 3.

uma manifestação atual da desorganização da atividade estatal e, por conseguinte, é experimentada como um desafio total, já que é nesse ponto onde as forças sociais se põem finalmente à prova, onde a dominação de uma classe se expressa como direção ou como sua ausência, e a violência e o terrorismo estatal ocupam seu lugar.

A etapa final da crise oligárquica obedece ao fato de que a economia agrária nem se modernizou plenamente, nem foi substituída em profundidade por uma economia industrial; produz-se uma coexistência pacífica, obtida através de um trânsito gradual que prolonga a vida dos setores mais atrasados da fração agrária apoiada ainda no monopólio da terra e na persistência de uma contradição que o capitalismo não resolveu no campo: a dos camponeses submetidos a uma decomposição permanentemente adiada, que só os empobreceu. Na estrutura dominante, os setores mais atrasados, os restos da oligarquia, ainda estão presentes e dotados da lucidez final que antecede a morte. Foram eles que aconselharam a defesa da propriedade latifundiária como se fosse a defesa final do sistema; as fraturas internas da burguesia parecem ser esquecidas diante do temor oligárquico em face do próprio desaparecimento.

A crise do próprio sistema se colocou como uma derivação do anterior. A luta antioligárquica é sempre de caráter político e ideológico; a contradição burguesa, em troca, desenvolve-se no terreno econômico, onde a burguesia é decisiva. Nessa confusão das duas crises, é evidente que a dominação política e o poder do Estado tendem a manifestar um caráter oligárquico e não burguês, a apresentar um estilo de controle marcado pela cultura repressiva e antirrepresentativa do período anterior. Não há confusão de tarefas. A sombra da oligarquia projeta ainda sua imagem no plano iluminado da luta de classes.

O que ocorre é que a natureza da crise colocada diante da oligarquia passa obrigatoriamente por uma luta contra a burguesia; e o que é a crise daquela se confunde com o caráter de ofensiva popular, em função da dinâmica anti-*status quo* que a anima cada vez mais. As forças populares, armadas, deslocam sua frente de combate e seu programa, convertendo-o de fato num projeto nacional e anticapitalista. Com a queda da ditadura somozista, a ofensiva popular passou a enfrentar tarefas anticapitalistas. Em 19 de julho, travou-se a última batalha contra a oligarquia: mas dela resultou um colapso do sistema. Em El Salvador, portanto, não é casual que

— para deter a ofensiva popular a ponto de triunfar — se faça a reforma agrária, se nacionalizem os bancos e o comércio exterior, três golpes no coração das classes agrárias. Nessa encruzilhada, a crise se apresenta como uma crise estatal; e já agora aparece difícil saber como separar os interesses dos setores mais atrasados dos que se conformam com a ordem burguesa moderna. Tudo leva a um questionamento total da hegemonia burguesa e do poder que ela — com evidente cumplicidade — partilhou.